

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

GUILHERME PIGOZZI BRAVO

**O PAPEL CONSERVADOR DOS LIBERAIS: A ANL E OS LEVANTES NACIONAL-
LIBERTADORES DE NOVEMBRO DE 1935 NAS PÁGINAS DO JORNAL O
ESTADO DE S. PAULO.**

**Marília
2012**

GUILHERME PIGOZZI BRAVO

O PAPEL CONSERVADOR DOS LIBERAIS: A ANL E OS LEVANTES NACIONAL-LIBERTADORES DE NOVEMBRO DE 1935 NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Linha: Determinações do mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Orientador: Professor Doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

**Marília
2012**

Bravo, Guilherme Pigozzi.

B826p O papel conservador dos liberais: a ANL e os levantes nacional-libertadores de novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo / Guilherme Pigozzi Bravo. – Marília, 2012.

186 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

Bibliografia: f. 179-185

Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha.

1. Comunismo. 2. Liberalismo. 3. OESP. I. Autor. II. Título.

CDD 320.5

GUILHERME PIGOZZI BRAVO

O PAPEL CONSERVADOR DOS LIBERAIS: A ANL E OS LEVANTES NACIONAL-LIBERTADORES DE NOVEMBRO DE 1935 NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Banca Examinadora

Presidente e Orientador _____

Prof^o Dr^o Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha – UNESP- Marília

2^o Examinador _____

Prof^o Dra. Angélica Lovatto – UNESP- Marília

3^o Examinador _____

Prof^o Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna - UNIVERSO

4^o Examinador _____

Prof^o Dr. Francisco Fonseca (Suplente) – FGV (São Paulo)

5^o Examinador _____

Prof^o Dr. Paulo Eduardo Teixeira (Suplente) – UNESP-Marília

Marília, 15 de fevereiro de 2012

*Ao meu Pai, por tudo que fez, faz e fará
por mim.*

Agradecimentos

Todo agradecimento traz consigo o reconhecimento da importância, do valor que têm todos aqueles que, num dado momento de nossas vidas, estiveram conosco e aos quais nos tornamos, de alguma forma, sempre devedores.

Assim sendo, agradeço ao professor Dr. Paulo Ribeiro da Cunha a confiança, a competente orientação, a dedicação, o empenho e, sobretudo, a amizade e o compartilhar do conhecimento.

Aos professores Dr. Marcos Del Roio e Dr. Paulo Eduardo Teixeira as importantes e significativas contribuições e sugestões em meu exame de qualificação.

Aos professores Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna, Dra. Angélica Lovatto, Dr. Francisco Fonseca e Dr. Paulo Eduardo Teixeira o privilégio de tê-los como meus examinadores.

Aos meus professores e amigos da UNESP-Marília, especialmente a professora Dra. Valéria Barbosa Veríssimo, Tiago de Oliveira, Ricardo dos Santos, Lauciana Rodrigues e Luciana Meire da Silva.

Aos meus professores da UNESP- Assis, especialmente as professoras Dra. Tania Regina de Luca e Dra. Zélia Lopes da Silva.

Ao Alexandre Andrade da Costa a amizade sempre preservada e lembrada, um grande exemplo de dedicação, sabedoria e perseverança. Ao Alexandre Simão a importante ajuda na digitalização dos microfimes. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E a todos os demais com os quais convivi em Assis.

Aos meus pais, o amor, a dedicação, o companheirismo, a paciência, o exemplo de integridade e honestidade, o gosto pela cultura e a presença constante. Ao meu irmão Alexandre a amizade e o incentivo.

A minha namorada Cyn o companheirismo, a compreensão, a alegria e o amor.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) o auxílio financeiro fundamental à realização de todas as etapas deste trabalho.

“Mas, como falar da vida de um jornal e da ação desenvolvida por um jornalista, sem aludir à política? Afinal de contas, que é a política? Não será acaso ela a elaboração da própria história?” (Júlio de Mesquita Filho)

“A imprensa respeitada pelo equilíbrio dos seus comentários, com autoridade de opinião, pode influir proveitosamente no encaminhamento dos assuntos político-administrativos”.

(Getúlio Vargas)

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar como o discurso produzido pelo periódico *O Estado de S. Paulo (OESP)*, entre 1930 e 1937, mais especificamente no ano de 1935, escolhido para essa análise, pôde influenciar a opinião pública, quando não formá-la, por meio de uma prática jornalística permeada de concepções ideológicas e de jogos de interesses. Cabe acrescentar que, nesse período, grande parte da imprensa, órgãos governamentais e a elite que detinha o poder consideravam o comunismo uma ameaça à sociedade brasileira. Apoiando as medidas excepcionais advindas do governo Vargas, justificadas pelo combate ao “perigo bolchevique”, o jornal, que sempre se colocou como defensor das liberdades democráticas, declarava abdicar, temporariamente, de seus ideais, para garantir a ordem social. Para os representantes do jornal, a manutenção da “paz social” pautava-se pela completa eliminação dos “inimigos da propriedade privada”, ou seja, os comunistas, e pelo controle político e ideológico da classe operária, o que, em si, revela o caráter autoritário e excludente da doutrina liberal. O apoio ao fortalecimento do governo custaria, ao periódico em análise, a possibilidade de conquistar a hegemonia política e cultural no país como, também, a liberdade, quando o jornal foi ocupado pela polícia do Estado Novo.

Palavras-chave: OESP, Comunismo, Liberalismo.

ABSTRACT

This article discusses how the discourse produced by the periodical O Estado de S. Paulo (OESP) between 1930 and 1937, more specifically in 1935, chosen for analysis, could influence public opinion, if not form it, through a journalistic practice fraught with ideological conceptions and gaming interests, this a time when communism was considered by many media, government and the elite that held power, a threat to Brazilian society. Supporting exceptional measures resulting from the Vargas government, justified by the fight against "Bolshevik danger," the newspaper, which has always positioned himself as defender of democratic freedoms declared surrender, temporarily, his ideals to ensure social order. For the representatives of the newspaper, the maintenance of "social peace" was guided by the complete elimination of the "enemies of private property," the Communists, and the ideological and political control of the working class, which reveals the authoritarian character of the liberal doctrine and exclusionary . Support to strengthening government cost them not only the possibility of achieving political and cultural hegemony in the country as also the freedom, when the paper was occupied by the New State Police.

Keywords: OESP, Communism, Liberalism.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 Júlio de Mesquita Filho e a hegemonia do “Grupo do Estado”	
Estado”.....	26
- 1.1 – Formação Intelectual.....	26
- 1.2 – Influências Teóricas.....	28
- 1.3 – O Brasil paulista de JMF: a hegemonia do “Grupo do Estado”	33
- 1.4 – Constituição à Americana: evolução rumo à democracia.....	40
- 1.4.2 – “Non Ducor Duco”: o paulista dirigente e dominante.....	44
- 1.5 – O governo ilustrado: a criação da Universidade de São Paulo (USP).....	52
Capítulo 2 O Estado de S. Paulo e a “questão social”	61
.....	
- 2.1 – A propriedade privada e a natureza humana.....	61
- 2.2 – Aos operários, a disciplina, a ordem e o trabalho.....	64

- 2.3 – O OESP e o movimento	
operário.....	69
- 2.4 – Contra o comunismo, a (des)	
informação.....	74
- 2.5 – O Liberalismo como solução para a questão social.....	85
Capítulo 3 No prelo liberal, aliancista é comunista.....	94
- 3.1 – O Tenentismo no cenário político	
nacional.....	94
- 3.2 – O PCB e o movimento	
tenentista.....	109
- 3.3 – Aliança Nacional Libertadora: formação e	
programa.....	116
Capítulo 4 Com quarteladas, se faz uma revolução?	134
-4.1 – Os preparativos para o golpe.....	134
-4.2 – A eclosão dos Levantes: Natal, Recife e Rio de Janeiro.....	146
-4.3 – Os “outros” Levantes de novembro de 1935: desta vez,	
comunistas.....	158
Considerações Finais.....	175
Fonte/Bibliografia.....	179
Anexos.....	186

INTRODUÇÃO

É inegável o papel da imprensa na construção histórica de um país. É de suas folhas impressas que emerge o conhecimento que muitos terão do que acontece no dia a dia, não só do país em que vivem, como também em relação ao mundo. A imprensa é, também, um dos meios pelos quais futuras gerações poderão conhecer o passado. Ao analisar fatos e transcrevê-los, o jornalista deixa impressa sua marca, sua visão de mundo, suas concepções, quer seja conscientemente ou não. A escolha de um periódico, como objeto de estudo, justifica-se por sua relevância enquanto documento, como um veículo formador de opinião, com consideráveis potencialidades políticas, atuante nas mais variadas dimensões sociais, e não apenas como um veículo meramente informativo.

A imprensa, cujo objetivo primordial é informar, incorporou também o papel de vigiar e denunciar o que estiver em desacordo com a lei, que fira as instituições, não só governamentais, como qualquer outra ligada ao interesse público.

No entanto, com o decorrer do tempo, o que se pode perceber é que os interesses ideológicos, políticos e econômicos da imprensa passaram, em muitos momentos, a sobrepujar esse papel. No Brasil, é nos primeiros anos do século XX que

[...] os pequenos jornais, de estruturas simples, [...], cedem lugar às empresas jornalísticas, [...]. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. [...] O jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte (SODRÉ, 1999, p. 25)¹.

Assim, por ser a imprensa órgão formador de opinião, a manipulação das notícias e dos fatos vincula-se quase sempre a projetos políticos, econômicos e sociais defendidos pelos jornais, ou pelos interesses que eles representam. Assim,

¹ De acordo com Juarez Bahia (2009, p.227-228), “No Império e na República, entre 1827 e 1930, convergem para a imprensa capitais e interesses de comerciantes, profissionais liberais e aristocratas associados a latifundiários, fazendeiros de açúcar e de café, e exportadores. As famílias que detêm o controle acionário das empresas jornalísticas trazem essas origens. A ideologia predominante é conservadora até a queda da monarquia, e liberal-conservadora, com a federação republicana. Depois de 1930 se delineia a estrutura industrial do jornalismo que corresponde ao contorno da massa da sociedade, ditada pela distribuição de renda, vestuário, comercialização de mercadorias a crédito, transportes e cultura”

Os meios de comunicação de massas não procedem mais à intermediação entre a sociedade e o Estado. Entre a política e a cultura. Deixam de reportar para interferir no fato, e passam a ser o fato; não narram, invadem o andamento do fato em narração; não informam, formam opinião; não noticiam, opinam. São o novo espaço da polis, com pensamento próprio, com projeto próprio. (AMARAL, 2002, p. 83)

Para Jürgen Habermas, com a transformação do jornal em empresa capitalista, “a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (HABERMAS, 1984, p. 217-218).

Assim, tal esfera perde seu caráter de reunião de pessoas privadas que, enquanto público, constroem uma opinião pública de maneira racional, sem a influência dos poderes políticos e econômicos. Neste sentido, “a opinião pública não existe mais e não pode mais existir, reduzida que foi a um agregado estatístico de opiniões individuais privadas, dissimulada pelo tratamento jornalístico que insinua distanciamento” (AMARAL, 2002, p. 78).

De acordo com Pierre Bourdieu (1983, p. 174),

Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a idéia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média. A ‘opinião pública’ que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais, [...], é uma artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões, [...]

Dessa forma, a imprensa tornou-se o poder que, muitas vezes, obriga, submete e, até mesmo, determina a ação dos outros poderes²:

[...] A mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, suplantando outros poderes, como o Parlamento, no jogo político. E superando outras instituições poderosas, como a igreja e a escola, na produção e disseminação das ideologias, condicionando tudo à lógica midiática. O processo político ficou inexoravelmente dependente e condicionado e passou a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular, [...] (MOTTA, 2002, p. 16-17).

² “Perguntar, então, como o poder é exercido, disseminado e implantado é perguntar também por seus pontos de encontro, intersecção e afastamento com o discurso jornalístico”. (MARIANI, 1998, p. 226).

Antonio Gramsci, ao analisar a realidade social, o faz a partir de uma perspectiva totalizadora. Assim, não há uma separação total entre as esferas econômica, política e cultural, mas todas permanecem vinculadas por uma relação dialética, de unidade-distinção, ou seja, estão unidas, mas conservam certa autonomia³. O político e o cultural não figuram como simples expressão das relações de produção. No entender de Giorgio Baratta (2004, p.147), nos escritos de Gramsci:

A cultura, por um lado, é superestrutura frente à produção social das mercadorias. Por outro lado, ela mesma é estrutura ou participa da estrutura, seja enquanto produção específica, parte da produção social, seja enquanto aspecto cultural [...] da determinação econômica do valor da força trabalho.

Neste sentido, de acordo com Guido Liguori (2007, p.45-46), “desaparece a separação rígida entre economia, política e sociedade. [...] Para Gramsci, estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são esferas ao mesmo tempo unidas e autônomas da realidade”.

Segundo o pensador marxista sardo, o estudo da realidade social deve levar em consideração o papel que desempenha cada uma das referidas esferas na construção e na organização do real e do ser social. Ao contrário dos economicistas, tal metodologia analítica destaca a ação fundamental desempenhada pelas dimensões cultural, ideológica e política no desenvolvimento do processo histórico. Conforme Ivete Simionatto (1998, p. 38),

[...] não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos.

Desta maneira, dadas as relações entre o econômico, o político e o social, o exercício da hegemonia por um grupo social assenta-se não só no terreno das relações de produção, mas, também, no plano político e cultural:

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 2000, p. 70).

³ Nas palavras de Gramsci (2007, p.26): “mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”.

A complexidade das relações políticas e sociais, ocasionada pela socialização da política, leva Gramsci a distinguir duas esferas superestruturais que, organicamente ligadas, em uma relação de unidade-distinção, formam o Estado ampliado: a sociedade política e a sociedade civil.

A sociedade política é constituída por instituições e mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legítimo da violência e da coerção. Os seus portadores materiais são os aparelhos repressivos do Estado.

A sociedade civil, por sua vez, é constituída pelos organismos sociais responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (sistema escolar, partidos, jornais). Os seus portadores materiais são os denominados “aparelhos privados de hegemonia”⁴.

Ambas as esferas distinguem-se, ainda, pela função que cada uma exerce na organização da vida social e na articulação das relações de poder presentes em uma sociedade. As sociedades política e civil atuam no sentido de promover adesão a determinadas relações econômicas, políticas e sociais, de acordo com os interesses da classe dominante. A maneira como constroem tal adesão é diferente. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 2006, p.36),

[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.⁵

Por ser uma esfera em que as classes buscam conquistar a direção política e ideológica, por meio da construção de um consenso, a sociedade civil caracteriza-se como um espaço de lutas, de conflitos. Assim, neste espaço onde as diferentes visões de mundo (ideologias), disputam entre si maior influência sobre os diversos setores da sociedade⁶, o

⁴ Tais aparelhos configuram-se como organismos coletivos que mantêm uma relativa autonomia em relação ao Estado, onde a adesão, ou participação, é voluntária, baseada no consenso e não na coerção. É por meio destes organismos sociais (escolas, universidades, partidos, meios de comunicação), que uma classe ou grupo social exerce sua hegemonia sobre a sociedade. Ver: (COUTINHO, 2007)

⁵ Na teoria do Estado Ampliado, Gramsci demonstra que o poder estatal se faz presente não apenas por meio de seus aparelhos coercitivos mas, também, por meio dos “aparelhos privados”: “...na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”. (GRAMSCI, 2007, p.244)

⁶ Assim, “nas situações reais, as opiniões são forças e as relações entre opiniões são conflitos de força entre os grupos” (BOURDIEU, 1983, p. 180).

papel desempenhado pelos organismos de cultura, como, por exemplo, o jornal⁷, torna-se de fundamental importância, pois assume o papel de um partido político:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [...] (GRAMSCI, 2006, p.105).

De acordo com Perseu Abramo (2003, p. 45), tanto os partidos políticos quanto os órgãos da imprensa têm, em suas ações, objetivos semelhantes, senão iguais, ou seja, direcionar uma parcela significativa da população, ou toda ela, para projetos políticos que, embora se revelem ora conservadores, ora transformadores em relação às instituições, visam sempre ao poder.

Para Serge Berstein, “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados” (BERSTEIN, 1998, p.354). Assim, se o campo dos valores partilhados for significativamente grande, têm-se então a cultura política dominante⁸. Para que tal cultura seja dominante, necessário se faz que ela traga

uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sobre forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos. (BERSTEIN, 1998, p.356)

E, neste contexto, tem relevante papel a ação da imprensa⁹. Tal ação

⁷ Para Gramsci, a imprensa seria uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica”. Por exercer tal papel, constituiria na “parte mais dinâmica” da estrutura ideológica de uma classe. (GRAMSCI, 2006b, p.78).

⁸ Segundo Perseu Abramo (2003, p. 45-46), “os *partidos* têm representatividade, em maior ou menor grau, na medida em que exprimem interesses e valores de segmentos sociais; por isso destacam, entre seus membros, os que disputam e exercem mandatos de representação, [...]. Os *órgãos de comunicação* agem como se também recebessem mandatos de representação popular, e alguns se proclamam explicitamente como detentores de mandatos. Oscilam entre se auto-suporem demiurgos da vontade divina ou mandatários do povo, e confundem o consumo de seus produtos ou o índice de tiragem e audiência com o voto popular depositado em urna”

⁹ “O discurso jornalístico contribui, desta forma, na produção de verdades locais, as quais, ligadas circularmente aos sistemas de poder, vão sendo disseminadas como consensos sociais”. (MARIANI, 1998, p. 226).

[...] é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de idéias ou à adoção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias. (BERSTEIN, 1998, p.357)

Desta maneira, o exercício do poder configura-se não só pelo domínio dos meios legais de violência e coerção e das relações de produção, mas, também, pela conquista do consenso e da liderança político-ideológica:

A classe dominante consegue, assim, legitimar sua ideologia, porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos [...] e, em segundo, possui o poder econômico, que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e a distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias. (SIMIONATTO, 1998, p.57)

Em especial no Brasil, país em que há ainda um grande número de iletrados, e grande parcela da população é de analfabetos funcionais, torna-se mais fácil, à imprensa, conduzir a esfera pública. Assim, para grande parte dos meios de comunicação, interessa apenas denunciar o que não esteja de acordo com suas necessidades ou projetos. Nesse grande jogo de interesses, elege-se ou derrubam-se governantes, partidos, instituições... Neste sentido,

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 19).

A cultura política de uma sociedade é algo que se define e se cristaliza ao longo do tempo. Nossas concepções, nossa visão de mundo advêm de nossa convivência com outras pessoas, numa simbiose que nos permite evoluir, tanto no que culturalmente se refere a nossa formação e atuação individuais, quanto no papel que desempenhamos coletivamente. Assim, estamos sempre suscetíveis à incorporação de novos valores, novas tendências oriundas do

meio social em que vivemos, o qual, por sua vez, não se isola do contexto universal em que se insere. Por este motivo,

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, [...], através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática é [...] um devir histórico, que [...] progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa [...] um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica [...] (GRAMSCI, 2006a, p.103-104)

Neste sentido, a escolha de *O Estado de S. Paulo* (OESP), para objeto de análise, deuse, sobretudo, pela importância e influência que este conquistou, desde sua fundação, em 1875, “como instrumento de intervenção na vida política brasileira e na modelagem da consciência de segmentos significativos da sociedade” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 23).

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram os cinco primeiros anos do primeiro governo Vargas, que compreende os anos de 1930 a 1935, revelam o quão complexo foi este período.

Já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o país, em relação à Primeira República. Com o movimento de outubro de 1930, as velhas oligarquias, que até então dominavam a máquina política do país, foram alijadas do poder e substituídas pelos grupos que compunham a Aliança Liberal, como os tenentes (CARONE, 1973). Surge, assim, um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico e social. Este “assume concomitantemente o papel de ‘representante direto’ dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais” (FAUSTO, 1997, p. 121). Entretanto, as mudanças¹⁰ não permaneceram apenas no campo político; atingiram também o da ideologia e da natureza do Estado e de suas funções na sociedade, resultado da crise do pensamento liberal e da ascensão

¹⁰ É importante ressaltar que, segundo Boris Fausto (1997, p. 116), “ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade”.

das doutrinas e valores autoritários, com o crescente intervencionismo estatal (RODRIGUES, 2004, p. 510).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio marcou o início de uma política intervencionista, não apenas no campo das relações trabalhistas, mas também em outros setores da sociedade, como o econômico, com a criação do Departamento Nacional do Café.

Ao mesmo tempo em que buscou maior centralização do poder, Vargas, habilmente, combateu os setores que se opunham às medidas intervencionistas. No plano político, nomeou interventores para o governo dos estados, e, assim, afastou as antigas oligarquias que ainda ocupavam cargos de poder.

No âmbito social, além de uma “censura branca” (BASBAUM, 1975, p.60) nos meios de comunicação, com uma legislação trabalhista que valorizou o trabalhador nacional e regulamentou os direitos referentes à férias, salário e outros benefícios, Vargas conseguiu maior controle sobre a classe trabalhadora (GOMES, 2005), e afastou, assim, elementos indesejáveis, na maioria das vezes o imigrante, que trazia de seu país de origem as ideologias consideradas ameaças à ordem e ao progresso da nação. Se, na República Velha, a questão social foi um “caso de polícia”, a repressão agora se concentraria nos elementos considerados subversivos à ordem, como os comunistas (CANCELLI, 1994, p. 80).

Diante desse quadro, não tardou para que os setores oligárquicos de vários estados, principalmente São Paulo, que não mais gravitavam na órbita do poder, e segmentos das várias classes que se mostravam descontentes com o governo propusessem o retorno ao regime constitucionalista. A radicalização dessa luta pela volta do país aos moldes de uma Constituição consubstanciou-se na Revolução de julho de 1932 (CARONE, 1989).

No Estado paulista, de acordo com Sergio Miceli (2001a, p.90) destaca-se o “peso político crescente que foram adquirindo determinadas instâncias de produção ideológica, em especial o grupo vinculado à família Mesquita, que detinha desde 1897 o controle acionário do jornal [...] O Estado de S. Paulo”. O grupo Mesquita, “tendo-se pois convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança de sucessivas frentes de oposição [...]”.

Apesar da derrota militar, os constitucionalistas conseguiram seu objetivo. O abalo sofrido pelo Governo Provisório teve suas origens tanto nas forças das oligarquias, representadas pelo Partido Constitucionalista (PC), quanto nas crises que ocorriam dentro do movimento tenentista. Os tenentes, que ocuparam os principais cargos da administração pública, apresentavam-se fortemente divididos em relação ao apoio ao regime constitucionalista (GOMES, 2004, p. 27). Paralelamente, há o surgimento de uma outra força

política, que começaria a se fortalecer e seria a principal base de sustentação de Getúlio para o golpe de novembro de 1937: setores da cúpula do Exército.

Em julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição, sendo Getúlio eleito presidente constitucional. Estava encerrado o regime de força que caracterizou os dois primeiros anos do governo Vargas.

Entretanto, esse período de relativa abertura política teve curta duração, pois, já no ano seguinte, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional. Neste sentido, os anos de 1934 e 1935 marcaram o início e o fim de duas fases na política brasileira. Com a reconstitucionalização do país, em 1934, encerrava-se o período do Governo Provisório. Porém, em 04 abril de 1935, com a LSN, a ordem constitucional começou a sofrer ameaças. A partir de então, a abertura do sistema político foi, com o tempo, atingida pelo crescimento do poder executivo. Após os levantes comunistas de novembro de 1935, Vargas conseguiu do Congresso o apoio para instaurar o estado de sítio. Caminhava-se, assim, para o Estado Novo.

Nesses anos, houve também uma grande ascensão do movimento reivindicativo popular, resultado da transformação das relações do Estado com as classes trabalhadoras urbanas, a partir de 1931. Outro fator que contribuiu para essa ascensão foi a condição econômica em que se encontrava o país. Nos anos de 1934 e 1935, diante da delicada situação econômica que o país enfrentava, fruto da crise mundial de 1929, várias greves ocorreram nas principais capitais do Brasil, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo (PRESTES, 1997, p.66-67). A economia brasileira não havia se recuperado dos efeitos da crise de 1929 e, de 1934 para 1935, a exportação e o valor da saca de café caíram vertiginosamente. Conseqüentemente, além dos empréstimos, os preços no mercado interno subiam cada vez mais (BASBAUM, 1975, p. 69)

O descontentamento em relação ao governo Vargas atingiu não só a classe operária, como também outros setores da população. A oposição não se limitou apenas aos partidos de esquerda e aos “prestistas”, pois nela se encontravam representantes de todas as classes, principalmente da classe média, que se dividiu entre a direita e a esquerda (SAES, 2004, p.497-498).

Assim, o novo governo constitucional foi marcado por efervescência no movimento social, com greves operárias e manifestações de vários segmentos de classe em diferentes estados do país. Os conflitos entre o grupo da esquerda, representado pela ANL, e o da direita, que compunha a Ação Integralista Brasileira (AIB), representaram o ápice da radicalização da atividade política (CARONE, 1976).

Os tenentes, após o fracasso de sua política reformista e a desagregação do Clube 03 de Outubro, também se dividiram entre o movimento da direita e o da esquerda. A ala tenentista de direita ingressou na então recém-criada AIB, de cunho fascista. Os tenentes simpáticos à esquerda, juntamente com setores da classe média, militar e civil organizaram, em março de 1935, a ANL, uma organização política cujo objetivo era a luta contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Dos vários confrontos entre estes dois movimentos, resultou o aumento da ação do Exército e do poder pessoal de Getúlio Vargas, que apareceu como grande mediador de conflitos.

A partir daí, a abertura do sistema político foi, com o tempo, atingida pelo crescimento do poder executivo. Após os Levantes Nacional-Libertadores de novembro de 1935, Vargas conseguiu do Congresso o apoio para instaurar o estado de sítio. Caminhava-se, então, para o Estado Novo.

Fundado em 1875, com o nome de “*A Província de S. Paulo*”, o periódico ganhou notoriedade¹¹ na defesa dos ideais republicanos e liberais. Buscando uma participação ativa no cenário político, econômico e social do país, a atuação política de seus representantes “se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal, [...]” (CAPELATO, PRADO, 1980, p.23). Neste sentido, o projeto político defendido pelo matutino caracterizava-se pela preservação das liberdades individuais e do direito de propriedade.

A direção deste projeto, que propunha a reconstrução do Estado e a regeneração dos costumes políticos do país, ficaria nas mãos de uma força dirigente paulista que, hegemônica política e culturalmente no cenário nacional, exerceria a “missão superior” de decidir os destinos da nacionalidade. No entanto, é importante ressaltar que “valores como ‘razão’, ‘liberdade’, ‘justiça’, ‘moral’, [...] na ideologia dos representantes do jornal se configuram como forças de estabilidade, como elementos de conservação do todo social” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 95)

Neste sentido, a manutenção da ordem¹² apresenta-se como indispensável para a evolução da sociedade brasileira rumo à democratização e à realização das aspirações liberais. Para os liberais do *OESP*, o conflito social estava diretamente associado aos interesses

¹¹ “Entre 1890, quando Júlio de Mesquita assume a direção de O Estado de S. Paulo, e 1917, a tiragem passa de 7 mil para 53.600 exemplares diários”. (MICELI, 2001a, p. 249).

¹² Para Francisco Fonseca (2005, p. 173), “o jornal O Estado de S. Paulo caracteriza-se por defender posições liberal-conservadoras e tradicionalistas. Sua existência secular fez que sua visão de mundo tenha-se tornado um amálgama, uma vez que seu perfilhamento à doutrina liberal convive com a defesa renitente da ordem, da autoridade, da hierarquia social e também da reação à mobilização popular e aos direitos sociais, [...]”.

político-sociais dos comunistas, identificados, assim, como uma ameaça à estabilidade econômica e social.

A linha editorial do jornal pautou-se por uma acirrada oposição aos “inimigos da pátria”, por meio da principal arma de que dispunha: a informação, ou melhor, uma pretensa informação. O jornal colocou-se como vigia da sociedade, como órgão que denunciaria qualquer ação que colocasse em risco a ordem social. A luta pela manutenção do *status quo* foi bandeira inalienável do jornal. Para Bethania Mariani (1998, p. 219),

[...] o comunismo foi o sentido necessariamente dito, em certas condições, para que, uma vez negado, mais se pudesse afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus diferentes mitos evocados pela imprensa: a cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família, etc..

O comunismo foi apresentado, pelo matutino, como uma grande ameaça que deveria ser combatida, tanto pelo governo quanto pela sociedade brasileira como um todo. Na luta contra o comunismo e na defesa de seus ideais liberais, o citado jornal empreendeu uma verdadeira “cruzada” anticomunista, e conclamou a repressão aos “vermelhos” (OESP, 18-12-1935). Invocou o caráter nacional dessa luta, pois entendia que “o combate ao comunismo devia ser levado avante por uma questão de defesa da nacionalidade” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 106-107).

Neste contexto, o comunismo foi considerado uma ideologia internacional, cujo propósito seria a destruição da nação brasileira e a implantação de um regime despótico. É interessante notar que o jornal insistia em reiterar que o mais importante era juntar forças contra o inimigo. Assim, valores liberais cederam espaço a medidas que, de alguma forma, cerceavam a liberdade e os ideais apregoados pelo grupo que dirigia o jornal.

As medidas governamentais repressoras, como a Lei de Segurança Nacional e o estado de sítio, por exemplo, foram apoiadas pelos representantes do *OESP*. Nesse sentido, o projeto de hegemonia cultural e política do “grupo do Estado” foi bruscamente interrompido pelos mecanismos autoritários que a sua campanha anticomunista ajudou a criar.

Dessa forma, Getúlio Vargas, por meio da propaganda anticomunista, soube habilmente utilizar o temor que os liberais tinham dos conflitos sociais e também do comunismo, para, com medidas de exceção, como a Lei de Segurança Nacional (LSN), em abril de 1935, e com os estados de sítio e de guerra, após novembro deste ano, fortalecer o Executivo.

Como um jornal pode se declarar defensor das liberdades democráticas, se o seu projeto político baseava-se social, política, econômica e ideologicamente na exclusão e na intransigência? São estas compatíveis na construção de uma sociedade livre, que bem convive com as diversidades culturais, políticas, entre outras? Tais perguntas e inquietações moveram-me, ainda na graduação, a pesquisar o *OESP* e sua postura frente à ANL e aos Levantes Nacional-Libertadores de novembro de 1935. Já no mestrado, ao adotar o pensamento político de Antonio Gramsci como referencial teórico, pude, então, melhor entender a relevância, a força e papel político de um partido impresso que, muitas vezes, sob a aura democrática, revela-se autoritário. Assim, justificou-se, para mim, a escolha do período supracitado, da Aliança Nacional Libertadora¹³ e dos mencionados levantes, pois foi quando o jornal escancarou o autoritarismo presente na doutrina liberal.

O presente trabalho visa contribuir, portanto, para precisar o papel da grande imprensa, e mais especificamente, do jornal estudado, no período escolhido para análise, na construção de uma atmosfera de medo e incerteza, a qual propiciou ao governo Vargas apoio para medidas de exceção e repressão política generalizada, que culminariam com a instauração do Estado Novo.

Para tanto, buscou-se estabelecer um confronto entre o que diz a historiografia como, por exemplo, as obras de VIANNA (1992; 1995; 2003), SODRÉ (1965; 1986), ROIO (1990), CARONE (1972; 1982), SILVA (1969), textos memorialísticos, (MORAES; VIANA, 1982), BARATA (1978), RAMOS (1992) e os editoriais do jornal *OESP* em relação à ANL e aos levantes nacional-libertadores de novembro de 1935, a fim de se verificar em que medida o discurso do jornal esteve, ou não, impregnado do medo do comunismo e, por isso mesmo, o quanto teria contribuído para gerar o clima de incerteza que favoreceria a adoção de medidas excepcionais por parte do governo.

A atuação política dos representantes do matutino, que constituíam uma fração da classe dirigente paulista, apoiava-se em um projeto cujo objetivo era a hegemonia política e cultural no país. Neste sentido, o periódico pode ser considerado um “aparelho privado de hegemonia”

¹³ Para o desenvolvimento deste trabalho, foram de fundamental importância as reuniões do grupo de estudo sobre a Esquerda Militar, coordenado pelo professor Paulo Rodrigues da Cunha. Discutiram-se, nestas reuniões, as relações entre as Forças Armadas e a política no Brasil, ou seja, de que maneira ocorreram a participação e a influência dos militares nos acontecimentos políticos e sociais. O debate acerca da gênese e da atuação do Movimento Tenentista nos anos 1920 e a participação dos tenentes na Revolução de 1930 tornou-se vital para a compreensão da formação e atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, também, dos Levantes Nacional-Libertadores de 1935 e das relações entre o PCB e as Forças Armadas, a partir da ação das lideranças partidárias e da influência exercida pela figura de Luiz Carlos Prestes. As leituras sugeridas neste grupo propiciaram novas e ricas reflexões. Também foi de grande relevância a participação em congressos como, por exemplo, o da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

cujos objetivos são a conquista de um consenso por meio de ideias veiculadas diariamente. A atuação do “grupo do Estado” é “o exemplo contundente das margens de manobra de que poderia dispor uma facção da classe dirigente cujos trunfos políticos provinham do mando exercido em instâncias de produção cultural.” (MICELI, 2001a, p. 91).

Assim, no primeiro capítulo, tanto se expôs como também se discutiu o pensamento político e social de Júlio de Mesquita Filho (JMF), presente em suas obras. Com a morte do pai, em 1927, o jornalista tornou-se o nome mais importante no comando do OESP. Qualquer publicação do periódico, a partir daquele ano, esteve vinculada ao projeto de hegemonia política e cultural idealizado por JMF. A análise dos editoriais e dos artigos publicados no jornal considerou, também, as concepções ideológicas de “Julinho”. Neste primeiro capítulo, a partir dos pressupostos analíticos por meio dos quais JMF construiu seus projetos políticos, pretendeu-se, também, compreender a relação existente entre Liberalismo, Democracia e Autoritarismo.

Dentre as várias vertentes interpretativas acerca do Liberalismo, foram utilizados os estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993), de Domenico Losurdo (2006), Macpherson (1979), Norberto Bobbio (2005), Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e Louis Althusser (2007), pois são os que, no nosso entendimento, melhor explicam a conduta do periódico. Utilizou-se, como eixo principal na análise tanto da ideologia quanto do comportamento do jornal em pauta, as obras de Maria Helena Rolim Capelato (1980; 1988), sendo a primeira escrita em coautoria com Maria Lígia Prado.

No segundo capítulo, tal discussão foi aprofundada, de forma que se pudesse melhor entender não só o comportamento do jornal diante do fortalecimento do poder Executivo, que se deu por meio da adoção de leis centralizadoras, Lei de Segurança Nacional, por exemplo, mas, também, as propostas de organização do mundo do trabalho defendidas pelo periódico. Ou seja, de que maneira o OESP justificou o seu apoio às medidas repressoras empregadas por Getúlio Vargas e como tratou a questão social no contexto das relações trabalhistas.

No terceiro capítulo, procurou-se analisar a visão apresentada pelo periódico em relação à formação e atuação da ANL. Para isso, buscou-se compreender os ideais reformistas defendidos pelo movimento tenentista em suas várias manifestações ao longo dos anos 1920 e 1930, e, ainda, as divergências existentes entre os tenentes e o “grupo do Estado” quanto às propostas de transformação da realidade político-social brasileira. Ocupando posições de grande relevo no quadro político do governo provisório, os tenentes sofreram um duro golpe após o processo de reconstitucionalização do país. Dentre aqueles que não aceitaram participar das disputas político-partidárias na Assembleia Constituinte, estavam os que, junto

com setores da classe média civil e militar, organizaram, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora, uma frente popular cujo objetivo era a “regeneração” da Revolução de 1930 e o combate às oligarquias dissidentes, por meio da luta contra o imperialismo, o latifúndio e o integralismo. Buscou-se, assim, demonstrar que a ANL, ao contrário do que dizia o OESP, não foi criada pelo PCB. Para tanto, tornou-se necessária, ainda, neste capítulo, a discussão acerca das relações entre o tenentismo e o movimento comunista brasileiro. No que se refere ao tenentismo, as interpretações de Maria Cecília Spina Forjaz (1977; 1978; 1988) e Nelson Werneck Sodré (1965;1985) embasaram nossas considerações, sem que outras fossem excluídas.

No quarto capítulo, verificou-se a cobertura, realizada pelo jornal, das insurreições nacional-libertadoras, ocorridas em novembro de 1935, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Para tanto, consideraram-se as motivações ideológicas, políticas, sociais e econômicas que compõem a gênese dos levantes armados, incluindo-se, também, as personagens envolvidas. Buscou-se demonstrar que, ao contrário do que afirmou o periódico, os levantes configuraram-se como “motins militares” motivados por fatores políticos, sociais e econômicos locais. Não houve, assim, qualquer orientação da Internacional Comunista para que se organizassem lutas armadas. O PCB, debilitado, diante da precipitação dos acontecimentos em Natal, viu-se “forçado” pelas circunstâncias a participar da insurreição na capital potiguar e a organizar, de maneira débil, as quarteladas de Recife e Rio de Janeiro.

Embora este trabalho atenha-se à formação discursiva do referido jornal em relação à ANL e aos levantes nacional-libertadores, no ano de 1935, foi de suma importância analisar, também, editoriais publicados no período de 1930 a 1937, ou seja, anos em que o matutino recrudesciu os ataques ao comunismo.

Para a realização deste projeto, foram consultados os editoriais e artigos publicados no OESP, no ano de 1935, que se encontram arquivados no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), localizado no campus da UNESP, em Assis/SP.

Este trabalho analisa, portanto, o discurso jornalístico do periódico, ou seja, de que maneira o *OESP* consolidou, diariamente, sua visão de mundo, e como encarou, sob o prisma de sua práxis jornalístico-discursiva, a formação e atuação da *ANL* e os movimentos insurrecionais de 1935.

Capítulo 1: Júlio de Mesquita Filho e a Hegemonia do “Grupo do Estado”

1.1 - Formação Intelectual

Júlio de Mesquita Filho (JMF) nasceu em São Paulo, no dia 14 de fevereiro de 1892, no momento em que seu pai, Júlio de Mesquita¹⁴, ocupava a direção editorial do jornal recém-nomeado *O Estado de S. Paulo*¹⁵ (OESP).

Aos 12 anos, foi enviado pelo pai à Europa, onde estudou na Escola Acadêmica de Lisboa e no colégio suíço “La Chatelaine”. Em 1911, de volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo (SALONE, 2009, p.76). Os anos de estudo na Europa foram fundamentais para alicerçar sua análise em relação à situação da educação no Brasil. Em suas memórias, escreve:

O processo português de educar havia feito de mim um revoltado, sempre pronto a revidar às brutalidades dos professores e vigilantes pela violência. Olhava para uns e outros como para irreconciliáveis inimigos, com ódio implacável, e dedicava toda minha capacidade de imaginação à procura do meio de vingar-me das humilhações quase diárias que sofria. Ao chegar à Suíça, era a minha atitude diante dos meus superiores. A lealdade absoluta com que me tratavam, a ilimitada confiança que em mim depositavam não tardaram, porém, a desarmar-me. Vi-me, repentinamente, diante de um outro eu mesmo, vencido e desejoso de inspirar, por minha vez, a confiança que em mim depositavam. A mudança se verificava à minha revelia, transformando o rebelde insubmisso num colaborador fiel e entusiasta de seus superiores. Essa magnífica experiência serviria de base às minhas futuras idéias sobre educação e ensino. (FILHO, 1969, Apud SALONE, 2009, 75)

Nos anos de faculdade, JMF fez parte do corpo de membros de uma sociedade secreta chamada *Burschenschaft*¹⁶. Paralelamente ao estudo do Direito, ingressou na carreira jornalística em 1915, como colaborador do *Estadinho*, edição vespertina do OESP, que circulou até 1921. Com o encerramento das atividades do *Estadinho*, JMF é nomeado redator-

¹⁴ De acordo com Roberto Salone, após um curto período como advogado, em Campinas/SP, Júlio de Mesquita (1862-1927) “passou a integrar o corpo editorial do jornal A Província de São Paulo no ano de 1885, figurando como redator político. Pouco tempo depois, aos 26 anos, em 1888, assumia o cargo de diretor-gerente da folha” Ver: (SALONE, 2009, p. 72)

¹⁵ Após a proclamação da República, o jornal “A Província de São Paulo” passa a se chamar O Estado de S. Paulo.

¹⁶ Segundo Roberto Salone, a *Burschenschaft* “[...] era uma sociedade secreta e filantrópica que, no decorrer do Império, teve a função política de propagar a filosofia liberal, assim como as idéias republicanas e abolicionistas. (SALONE, 2009, p.80).

secretário de *O Estado de S. Paulo*¹⁷. Ainda como colaborador do suplemento vespertino, JMF participou ativamente na criação, em 1917, da *Liga Nacionalista*, inspirada nos ideais da *Liga de Defesa Nacional*, de Olavo Bilac, em São Paulo, e na *Campanha Civilista*, empreendida por Rui Barbosa em 1919. Esses dois movimentos políticos exerceram grande influência no pensamento e na ação política do jornalista:

[...] Nós, os moços de então, nos atiramos resolutos à campanha pregada por Bilac, tornando uma realidade a conscrição militar; e, empreendendo a luta pelo voto secreto, prepararíamos a atmosfera que pouco tempo depois tornaria possível a queda da oligarquia brasileira. (FILHO, 1969, p. 70)

Da mesma maneira que a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista defendia o sistema de recrutamento militar. Porém, concentrou seus esforços na luta pela transformação do cenário político nacional, por meio de campanhas em favor do voto secreto e obrigatório. A estes objetivos somavam-se outros, como o combate ao analfabetismo e a doenças.

Apesar das experiências políticas que vivenciou durante os anos acadêmicos, JMF mostrou-se pessimista em relação à situação do ensino superior no país:

Entrava para a Faculdade de Direito, onde me esperavam as maiores decepções, pelo que ali presenciaria em relação aos estudos. A mais completa falta de cumprimento do dever profissional caracterizava, naquele tempo, como hoje, a quase totalidade dos professores. Com uma ou outra magnífica exceção, o quadro geral que se me deparava era desolador! [...] O espetáculo que ofereciam aos alunos era o de uma inacreditável decadência, precursora das borrascas de 1922, 24, 26, 30, 32 e o Estado Novo. A velha oligarquia perrepista conseguira tudo esterilizar ou destruir, deixando o campo livre para todas as infelicidades que a ela se seguiram. A mocidade acadêmica vivia totalmente alheada do mundo, à espera de um emprego público e a uma distância astronômica do que se preparava na Europa. Chocava-me profundamente o contraste com o que me havia sido dado observar no Velho Continente. (FILHO, 1969, Apud SALONE, 2009, p. 79)

Dada a situação caótica que, de acordo com a sua visão, encontrava-se o ensino acadêmico, JMF, além do estudo do Direito, também se dedicou à Sociologia, Ciência Política e História.

¹⁷ De acordo com Roberto Salone (2009, p. 91), foi por sugestão de Paulo Rangel Pestana, diretor de OESP, que Júlio de Mesquita decidiu encerrar a circulação do *Estadinho*. Após a sua nomeação como redator-secretário, JMF passou a fazer parte da direção do OESP, juntamente com Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita.. Após a morte do pai, em 1927, “Julinho” passa a ser o primeiro nome no comando do jornal. Ver também: (DUARTE, 1977).

1.2 - Influências Teóricas

É nas Ciências Sociais que JMF encontrou o arcabouço teórico para interpretar a realidade nacional e internacional. Ao falar dos princípios que norteavam a ação do jornal, a influência da metodologia e das categorias de análise das ciências empíricas torna-se explícita:

Em que consistem tais princípios? No respeito ao liberalismo, [...], no seu sentido real, no sentido que lhe imprimiu o espírito do século XIX, em que nasceu e prosperou. Esse espírito, vós os sabeis, fora uma consequência do enorme progresso das ciências matemáticas, físicas e naturais nos primórdios daquela centúria, e se caracterizou por uma confiança ilimitada no poder da experimentação. Experimentar era o *mot d'ordre*, e só acreditar naquilo que a Ciência afirmasse, o postulado lógico da inteligência. Eis a natureza fundamental do liberalismo, [...], limita-se a observar o curso natural dos acontecimentos, para pautar, por eles, as suas ações. Assim, aceitará a intervenção do Estado, neste ou naquele setor das atividades humanas, segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe. (FILHO, 1969, p. 71-72)

Identifica-se, nesta passagem, a influência do Positivismo de Auguste Comte, no pensamento social e político de Júlio de Mesquita Filho, ao conceber os acontecimentos como determinados por leis naturais e pela emergência do Estado como instituição destinada a garantir a ordem, indispensável ao progresso. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 52),

[...] o naturalismo histórico dá origem a uma visão funcional dos processos sociais que vê as partes da sociedade 'naturalmente' solidárias e adequadas uma às outras. [...] Os processos sociais são agora vistos como processos naturais, históricos, onde as diversas partes da sociedade se integram funcionalmente. Daí deriva-se facilmente a idéia de que o processo brasileiro é patológico, pois a evolução "normal" da sociedade tem sido desviada ou impedida pela imposição de fórmulas políticas não geradas naturalmente.

No início de sua obra *Ensaio Sul-Americanos*, em que analisou alguns fatos da política brasileira, como a Guerra do Paraguai, JMF advertiu o leitor sobre o referencial teórico que seria utilizado:

Como verá o leitor, recorreremos, mais particularmente, à escola francesa, cujos métodos sociológicos nos parecem aproximar-se mais do que quaisquer outros do ideal científico hodierno. E dentre os que a ela pertencem, a Durkheim e a Levy Bruhl, [...], diremos, entretanto, que em ambas as concepções, preferimos a de Durkheim. (FILHO, 1946, p. 07)

Émile Durkheim compreendia a sociedade à semelhança de um organismo, em que as diferentes partes, executando funções diferentes, são interdependentes. Neste sentido, qualquer crise ou convulsão social é interpretada como uma patologia, colocando em risco a saúde do corpo social. A ordem, enfim, é indispensável para o bom funcionamento da sociedade:

Não se trata mais de perseguir desesperadamente um fim que se afasta à medida que avançamos, mas de trabalhar com uma regular perseverança para manter o estado normal, para restabelecê-lo se for perturbado. [...] O dever do homem de Estado não é mais impelir violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é o do médico: ele previne a eclosão de doenças mediante uma boa higiene e, quando estas se manifestam, procura curá-las. (DURKHEIM, 2007, p. 76)

Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 22), as ciências sociais marcaram presença no projeto reformador dos liberais do OESP. JMF, por exemplo, admirava a Sociologia, destacando o papel fundamental que esta tinha na apreensão científica da sociedade.

[...] observa-se fortemente a ênfase em idéias como ordem, autoridade, harmonia, nação, pátria, moral, dentre outras, provindas tipicamente do ideário positivista, [...], e reapropriadas pelo jornal. Esses valores, contudo, associam-se a outros, vinculados ao liberalismo e ao conservadorismo, amalgamando-se. (FONSECA, 2005, p. 175).

Por sua importância na questão do controle social, a sociologia foi invocada constantemente nas discussões acerca da reforma do ensino e da organização do mundo do trabalho: “A seiva da ordem, a vocação da lei perduram como elementos vitais que circulam no sangue dos organismos sadios e preparam o ambiente de paz e confiança em que vivem e trabalham as suas populações” (OESP, 12-04-1935).¹⁸

Nestes assuntos, os liberais aproximavam-se das propostas autoritárias. Admitia-se, no entanto, a ausência destas nos campos político e econômico, nos quais não deveriam interferir. Para Thomas Skidmore (1989, p. 28), a doutrina positivista era um atrativo aos membros da elite dominante, os quais vislumbravam o crescimento econômico do país sem que necessariamente houvesse qualquer “mobilização social”. Concebendo a maioria da população brasileira como uma massa amorfa, analfabeta e sem capacidade de atuação política, a elite reconhecia no “aspecto autoritário do positivismo” um paradigma de modernização e justificação de sua posição social e política.

¹⁸ Ressalte-se que “[...] *ordem*, isto é, seu exercício, constitui-se, para o jornal, uma necessidade das classes sociais detentoras, gestoras e agregadas do Capital, servindo portanto à dominação. Para além do claro caráter de classe que essa posição expressa, é importante reiterar a influência positivista do liberalismo do jornal” (FONSECA, 2005, p. 175).

A “vantagem”, para os liberais, da utilização dos pressupostos teóricos de Auguste Comte e Émile Durkheim, residia no fato de que, para ambos, os conflitos sociais não estão ligados à ordem econômica, mas, sim, a uma questão de sociabilidade. Assim, a solução para a “questão social” encontrava-se na formação ético-moral do indivíduo, como forma de integrá-lo e ajustá-lo ao corpo social, o que conferiria a possibilidade de uma convivência coletiva nos limites de uma ordem estabelecida. Além do mais, as opiniões destes pensadores acerca do marxismo reforçavam a confiança dos representantes do OESP quanto à sua utilização no seu projeto político-social:

Durkheim, [...], não é marxista. Opõe-se mesmo à doutrina marxista, como ela é interpretada ordinariamente, em dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, não crê na fecundidade dos meios violentos e se recusa a considerar a luta de classes, em particular os conflitos entre operários e empresários, como um elemento essencial da sociedade atual e como mola do movimento histórico. Para Durkheim, bom discípulo de Auguste Comte, os conflitos entre trabalhadores e empresários demonstram a falta de organização ou a anomia parcial da sociedade moderna que deve ser corrigida. Não anunciam a passagem para um regime social ou econômico fundamentalmente diverso, [...]. O socialismo de Durkheim é em essência o ‘socialismo’ de Auguste Comte, que se resume em duas palavras-chave: organização e moralização, [...] (ARON, 208, p. 542-543).

Em alguns editoriais do OESP vê-se, claramente, a presença da doutrina política e social de Durkheim e Comte. Ao comentar sobre a criação do Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, por exemplo, os editorialistas publicaram:

Não se espere dele o milagre de resolver em poucos dias os conflitos entre o proletariado e o capital e todos os problemas ligados ao trabalho [...] Um grande erro da nossa política era o desprezo pelas questões de ordem social [...] O primeiro esforço deve ser feito no sentido de renovar a mentalidade dos patrões e operários, uns fechados na sua concepção medieval de propriedade e outros transviados por ideais demagógicos, irrealizáveis e injustos (OESP, 29-11-1930, Apud CAPELATO & PRADO, 1980, p. 113).

Em outra ocasião, o jornal concluiu que:

Os operários não são máquinas que funcionam sem parar e o trabalho é meio de vida e não meio de morte. Hoje quem trabalha por conta alheia não é um escravo, é um cooperador. Tem direitos a fazer respeitar. Realizada com prudência, a ação social do Governo só merece louvores. É preciso que a vida se faça melhor para todos, grandes e humildes, ricos e pobre. A obrigação do Estado moderno é concorrer direta e indiretamente para esse objetivo humanitário. (OESP, 29-11-1930, Apud CAPELATO & PRADO, 1980, p. 113)

Além de Auguste Comte e Émile Durkheim, Herbert Spencer e Mendel também figuram entre as escolhas teóricas de JMF:

Pertencço a uma geração cujas convicções filosóficas tinham por fundamento as concepções spencerianas. [...] Era na quase identidade que julgava existir entre os organismos de natureza biológica e as sociedades humanas que Spencer baseava toda a sua Sociologia. [...] E nós também o seguíamos com a confiança e a fé dos neófitos, pois seduzia-nos a ordem, a disciplina, a lógica que, vistas através dos seus ensinamentos, pareciam presidir ao desenrolar dos fatos no movediço terreno social. [...] Lia eu nas colunas do ‘Estado’ os artigos em que Arnaldo Vieira de Carvalho expunha, pela primeira vez no Brasil, os fundamentos do mendelismo. [...] Podeis aí avaliar o que representou para a minha formação cultural o contato com aquele grande espírito, a leitura dos seus escritos, [...] (FILHO, 1969, p. 209-210).

De acordo com Maria Rolim Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p.96), “evolucionistas sociais, como Spencer, acreditavam que as mudanças sociais eram lentas, graduais e contínuas e que levavam, em todos os domínios do universo, ao desenvolvimento de formas progressivamente mais altas”.

Assim, influenciados pelo evolucionismo de Spencer, os liberais acreditavam que a evolução do país rumo ao progresso deveria ser realizada de maneira pacífica e ordeira. Por isso, condenavam qualquer movimento radical de transformação, como a revolução, considerada uma ameaça ao organismo social. Neste sentido, as propostas reformistas propostas pelos representantes do OESP restringiam-se ao âmbito da reforma política e educacional.

O evolucionismo orgânico de Spencer prestava-se, assim, aos objetivos de dominação social. A vantagem de se adotar o modelo social spenceriano residia, também, no fato de que o pensador preserva, em seu modelo social orgânico, as liberdades individuais e a ausência de um Estado centralizado.

É interessante, também, ressaltar a maneira como Sigmund Freud, o “pai da psicanálise”, influenciou o pensamento de “Julinho”, mais especificamente na concepção acerca da natureza humana. A opção por Freud resultou da análise que o jornalista fez das transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914. Como contraponto à concepção da natureza humana proposta pelo psicanalista, JMF destaca a de Jean-Jacques Rousseau:

[...] com quem está a razão, com Rousseau ou com Freud? [...] será na realidade o homem fundamentalmente um bom, e à sociedade é que se deve imputar sua perversão, ou é o judeu quem vê claro quando afirma sermos piores que as próprias feras, pois que, possuindo todos os instintos que as caracterizam, temos ainda sobre elas o privilégio de fazer deles o uso que nos apraz, mercê da nossa faculdade de discernir as coisas? (FILHO, 1969, p. 63).

Após formular a pergunta, JMF compara a situação europeia anterior ao conflito mundial com a do pós-guerra:

Pertenço a uma geração que conheceu o mundo tal qual era antes que sobre ele desabasse o cataclismo de 1914. Conheci, portanto, esse período da história, em que o liberalismo imperava sem contraste e o socialismo não assumira ainda o feitio agressivo, totalitário e predador que lhe imprimiria a vitória definitiva das tendências marxistas sobre as soluções profundamente humanas defendidas pela escola francesa. O espetáculo de ordem e precisão que nos ofereciam as sociedades europeias de então; as conquistas pacíficas que se sucediam no terreno social. [...] Não admira pois, que todos nós jurássemos pelos postulados rousseauianos e que nos sentíssemos inclinados a ver em nossos semelhantes outros tantos homens de bem. (Ibidem, p. 63-64)

A “revanche” de Freud se consumaria com o surgimento, ao final do conflito, do Fascismo e do Comunismo Soviético:

A pretexto de implantar a justiça social no mundo, a revolução russa eliminaria pura e simplesmente classes inteiras, e para provocar a excelência das lucubrações de um profeta em delírio, determinaria o extermínio de trinta milhões de criaturas! [...] O advento do totalitarismo vermelho nas estepes euro-asiáticas provocaria, como consequência necessária, a explosão do fascismo na Itália e do nazismo alemão. Por uma vez a dialética hegeliana encontrava nos acontecimentos uma aparência de confirmação: à tese comunista, vitoriosa na terra dos czares, respondia o Ocidente, subvertido pela guerra de 14, com a sua antítese, o totalitarismo de direita. [...] Positivamente Freud andara muito mais próximo da verdade! Era pelo menos o que o irrecusável depoimento dos fatos nos obrigava a aceitar (Idem, p. 64-65).

A “derrota” de Rousseau mostrou-se, neste sentido, fundamental para as escolhas políticas de JMF, mais particularmente em relação ao comunismo:

E que é que pretende o socialismo? Se não nos enganamos, um padrão de vida capaz de garantir a todos a felicidade e o bem-estar que hoje é o apanágio de alguns apenas. [...] Onde esse ideal foi até agora atingido, se não nos Estados Unidos, terra por excelência da livre concorrência, da liberdade individual e onde a ausência quase absoluta de um partido de extrema nos está a demonstrar o exotismo dessa planta no continente Americano? Não creio no marxismo porque já não creio em Rousseau. [...] Por que abandonar

a sólida posição conquistada pelo empirismo liberal, em troca da miragem falaz do apriorismo marxista? (Idem, p. 73-74)

No que tange às influências intelectuais de pensadores brasileiros sobre JMF, identifica-se nele certa admiração por Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha. Tais pensadores também foram influenciados pelo evolucionismo de Spencer e pelo Positivismo Comteano. Além destes teóricos, ressalta-se a importância das teorias evolucionistas de Darwin e das teorias raciais. De acordo com José Carlos Reis (2007, p. 89-90), tais intelectuais

Tinham, agora, uma preocupação ‘cientificista’. Comte, Buckle, Darwin, Spencer serão as referências intelectuais predominantes. [...] A formação intelectual de Capistrano se deu nesse ambiente determinista, científicista, até racista. Discutia-se, então, o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerianismo, o comtismo, o darwinismo, as teorias raciais. Pensava-se que a sociedade poderia ser estudada com a mesma objetividade com que se estudava a natureza, pois também se submetia a leis gerais de desenvolvimento. [...] Euclides da Cunha, O. Vianna, Sílvio Romero, Tobias Barreto, enfim, a geração de Capistrano de Abreu, discutia darwinismo social, luta pela vida, seleção das espécies, [...]

Após identificação das raízes intelectuais que influenciaram a formação cultural de Júlio de Mesquita Filho, pode-se, agora, analisar a aplicação de tais teorias no estudo da sociedade brasileira, empreendido pelo jornalista. A face autoritária e conservadora de seu pensamento torna-se explícita quando, ao justificar a superioridade política, econômica, cultural e social de São Paulo, sob a hegemonia dos paulistas do “grupo do Estado”¹⁹, demonstra ser o liberalismo totalmente compatível com as teorias organicistas, evolucionistas e racistas.

1.3 - O Brasil paulista de JMF: a hegemonia do “grupo do Estado”

Em sua obra *A Crise Nacional*, escrita em 1925, Júlio de Mesquita Filho buscou elucidar as causas daquilo que ele identificava como a “decadência política” que assolou o país, após a Proclamação da República. Ao mesmo tempo em que procurava as origens da

¹⁹ Segundo Irene Cardoso (1982, p. 41), “O ‘grupo do Estado’ considera-se a Comunhão paulista. [...] A Comunhão paulista não se identifica com o Estado de São Paulo (Estado da Federação), mas é a representação ideológica que o ‘grupo do Estado’ faz de si mesmo”. O OESP, porém, mantinha-se “neutro” em relação ao “grupo do Estado”, “[...] para preservar o seu perfil enquanto órgão de imprensa”, ou seja, transmitir ao leitor a idéia de imparcialidade. (Ibidem, p. 45)

crise política, o jornalista propôs as soluções para tais crises e, assim, para a “adaptação definitiva da democracia ao Brasil” (FILHO, 1925, p. 03)

Ao falar sobre as mudanças ocorridas no país após 1889, JMF já apontava uma das graves consequências da situação política nacional:

Se é incontestável a melhoria operada nas condições étnicas da nação; se os meios de comunicação, quase nulos no tempo do império, se alargaram de maneira imprevista, permitindo que a ação das elites se tornasse muito mais eficaz no seio das massas esparsas pela vastidão territorial do país; se o número de escolas primárias centuplicou, de então para cá; como explicar-se a brusca deserção dos elementos intelectuais, da vida pública nacional? (Ibidem, p. 04)

Ressalta-se a relação que JMF estabeleceu entre as elites intelectuais e o poder político. A condição para a estabilidade política, neste caso, condicionava-se à presença dessas elites no governo do país. Esse fato é importante para demarcar a concepção de poder do jornalista, bem como, a relação entre Liberalismo e Democracia.

Domenico Losurdo (2006, p. 257), ao comentar os discursos dos liberais norte-americanos no século XIX, demonstra claramente que, para a doutrina liberal, em que a liberdade e a vida estão condicionadas à posse²⁰, “a comunidade dos livres”, dos proprietários tem, entre outras, uma delimitação cultural:

Para que possa realizar-se uma liberdade ordenada, no exercício do poder não podem estar os ‘mecânicos’ e a gente comum ‘carente de qualquer conhecimento no âmbito das ciências e das artes liberais’; ao contrário, ‘devem estar os que receberam uma educação liberal, o grau normal de erudição nas artes e nas ciências liberais’; e estes ‘são os bens nascidos e ricos’.

Norberto Bobbio (2005, p. 58), ao tratar do pensamento de Tocqueville, enfatiza o temor do pensador liberal em relação àquilo que seria a maior ameaça do regime democrático: a tirania da maioria. De acordo com Bobbio, “o princípio de maioria é um princípio igualitário na medida em que pretende fazer com que prevaleça a força do número sobre a força da individualidade singular”

Os efeitos desse tipo de tirania, para Tocqueville, consistem na “instabilidade do Legislativo, a conduta frequentemente arbitrária dos funcionários, o conformismo das

²⁰ O Liberalismo será discutido de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

opiniões, a redução do número de homens ilustres na cena política” (Ibidem, p. 58). Tal situação favoreceria o surgimento de um regime despótico²¹.

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 73), para os liberais, a utilização do conceito da “vontade geral”, elaborado por Rousseau, como origem do poder político, abriu o caminho para a “tirania da maioria”, na qual se produz um consenso a partir da coerção exercida sobre a minoria. Assim,

[...] a idéia de que o pacto político deveria exprimir as igualdades e as desigualdades (ambas naturais, por suposto) que existiam na sociedade, triunfaram sobre as outras tendências e finalmente definiu-se que a sociedade política seria composta por aqueles que eram igualmente responsáveis pela criação da riqueza no país: os homens de posse, [...] (Ibidem, p. 79).

Para Maria Capelato (1988, p. 22), o ideal político dos liberais do OESP, dado o seu conservadorismo, aproxima-se do pensamento de Edmund Burke²² e de Tocqueville, que se mostravam reticentes em relação a movimentos revolucionários radicais e ao governo “tirânico” das massas.

Referindo-se ao período monárquico, mais especificamente ao Segundo Reinado, JMF atribuiu a estabilidade e ordem política à figura de D. Pedro II, “espírito liberal e culto”²³ (FILHO, 1925, p. 08). O surgimento de “uma opinião pública esclarecida” foi possível graças à marginalização da “fracção semi-bárbara da população” (Ibidem, p. 07).

Se a condição marginal do escravo, para JMF, constituiu um fator de estabilidade política e social no Império, a crise e a decadência moral e política, no período republicano, deveram-se, neste sentido, à abolição da escravatura. O jornalista dedicou várias páginas aos efeitos “nefastos” causados pelo decreto de treze de maio de 1888: “Promulgado o decreto de 13 de Maio, entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura

²¹ Para Tocqueville (QUIRINO, 2000, p. 159), o Socialismo pressupõe a existência de um Estado centralizado e intervencionista e a supressão da liberdade individual. Além disso, tal regime político fundamenta-se na exaltação do sentimento materialista, no combate à propriedade individual e na eliminação da liberdade humana. Assim, para o pensador francês, “a democracia e o socialismo não são solidários, [...]”. São coisas não somente diferentes, mas contrárias, [...]”. (Apud QUIRINO, p. 187)

²² Para Burke (KINZO, 2000, p.21), a desigualdade e a hierarquia são próprias ao ordenamento da natureza, de forma que toda tentativa de se promover qualquer tipo de igualdade, seja econômica, social ou política configura-se como subversão da ordem natural. Por isso, o pensador inglês coloca-se em franca oposição à Revolução Francesa de 1789, considerada uma ameaça à sobrevivência dos valores da Tradição, dentre os quais, a propriedade.

²³ Ressalte-se que, ao falar do período monárquico como um período de estabilidade política e social, JMF não demonstra simpatia ao regime imperial. Seu descontentamento reside na maneira como a República foi implantada e conduzida até então.

e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais” (Idem, p. 09)

Em outra passagem, JMF diz:

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinalada e que seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões da senzala, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que hoje estamos sujeitos. (Idem, p. 13)

Ao comentar a composição social dos “bandeirantes” “Julinho” diz:

Até essa data não figura o mulato entre os documentos comprobatórios de boa ascendência, pela simples razão de que êle, como o negro, não existiam ainda em S. Paulo. [...] a grande maioria dos membros dessa quase ordem de cavalaria sertaneja [...] pertencia aos melhores ‘clãs’ de Piratininga”. (FILHO, 1946, p.148)

John Locke, no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, ao falar sobre a condição de não-proprietários dos escravos, diz:

Como disse, os escravos perderam a vida, e com ela a liberdade bem como as propriedades, não podendo, pois, ter qualquer posse no estado de escravidão, e não se podem considerar, portanto, como parte da sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade. (LOCKE, 2006, p. 68)

Além da condição de não-proprietários, os escravos, ao serem reificados, tornavam-se mercadorias, ou seja, configuravam-se como *propriedade* de seu senhor. Neste sentido, na sociedade civil sob a hegemonia da propriedade privada, a “comunidade dos livres” gozava do direito de dispor livremente de seus bens. Segundo Domenico Losurdo, “[...] a ascensão do liberalismo e a difusão da escravidão-mercadoria sobre a base racial são o produto de um parto gêmeo que apresenta [...] características muito singulares”. (LOSURDO, 2006, p.49).

Nos escritos de JMF, acerca da miscigenação, pode-se identificar a influência do pensamento de Oliveira Vianna. Apesar de discordar de alguns ideais políticos deste, como, por exemplo, o modelo estatal corporativo, o diretor do OESP compartilhava de suas opiniões sobre a relação entre governo e raça, nas quais o ariano é identificado com a aristocracia, com

a elite política (VIEIRA, 2010, p. 116)²⁴. Segundo Dante Moreira Leite (2007, p. 297), para Oliveira Vianna,

A aristocracia constitui o ‘centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade’ e, apesar de mudanças secundárias, conserva qualidades básicas, sua moralidade. Isso não acontece ‘nas camadas plebéias, em que, pela profusa mistura de sangues bárbaros, opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes’, [...]. As qualidades da alta classe são: pureza, simplicidade, fidelidade à palavra, probidade, respeitabilidade, independência moral. Mas nada disso ocorre nas classes mais baixas.

Os representantes do OESP basearam-se nas teorias raciais e evolucionistas para justificarem suas posições em relação à miscigenação. Concordavam que a fusão da raça branca com a negra acarretaria graves consequências para o progresso do país. Baseando-se no evolucionismo spenceriano, Julio de Mesquita Filho acreditava que a mistura racial significava uma ameaça à saúde do organismo social e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país. Assim, mostrou-se contrário à vinda de imigrantes de raças consideradas inferiores, como a negra.

Oliveira Vianna considerava os mestiços inferiores, degradados, incapazes de executar qualquer tarefa que exigisse disciplina e concentração. Assim, o negro jamais chegaria à condição de ariano. O cruzamento com o branco constituiria uma oportunidade de acesso à civilização. Entretanto, seria por meio do branqueamento que o elemento negro desapareceria do cenário racial. O cruzamento do branco com raças consideradas inferiores é o fator explicativo para o comportamento passivo e desinteressado do povo brasileiro em relação à política.

No entender de Nelson Werneck Sodré (1965a, p. 190-191), as concepções antropológicas de Oliveira Vianna apresentam-se despojadas de qualquer cientificidade, concentrando-se assim, na identificação entre posse territorial e critérios de raça e cor. Enquanto a qualidade de proprietário liga-se à de ariano, a mestiçagem, estigma de inferioridade e fraqueza, é considerada fator preponderante para justificar a condição de não-proprietários.

²⁴ Referindo-se ao pensamento de Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré afirmou (1965a, p. 183): “[...] Qualquer principiante de antropologia sabe que tudo isso são frases destituídas de qualquer fundamento; qualquer universitário de sociologia pode, sem nenhum esforço, verificar como a armadura analítica do escritor fluminense carece de solidez. [...] E, ainda sem conhecimentos sistemáticos, qualquer homem bem informado, [...], aqueles mesmo de um simples curso de humanidades, numa desatenta leitura verificará que tudo isso não passa, no fim das contas, de um entorpecente vulgar, destinado a embalar o vazio de algumas inteligências, a fatuidade de outras, a pausa mental de terceiras, [...]”

A negação, por parte de JMF, de direitos políticos e sociais aos negros e, neste sentido, da participação destes na vida pública do país, estabelece uma delimitação étnica e racial à “comunidade dos livres”. De acordo com Domenico Losurdo (2006, p.62),

O triunfo da delimitação étnica da comunidade dos livres não deixa de influenciar pesadamente também a condição dos negros teoricamente livres, atingidos agora por uma série de medidas que visam tornar intransponível a linha de cor, a demarcação entre raças dos livres e raça dos escravos.

A principal consequência da Abolição consistiu, para Júlio de Mesquita Filho, certamente, no afastamento das elites intelectuais do poder e, conseqüentemente, no surgimento de uma nova categoria de políticos:

[...] o caos mental em que nos submergiu o refluxo de africanos, que dos centros agrícolas se derramou pelas cidades do litoral, onde floresciam e doutrinavam as elites intelectuais, [...] veio favorecer a eclosão de um tipo político profissional, cuja mentalidade, [...], mais se aproximaria do estalão geral das broncas massas eleitorais da república, fato patente no declínio regular dos valores mentais que se têm sucedido na suprema magistratura da nação. (FILHO, 1925, p. 18-19)

Diante da situação, o temor em relação à “tirania da maioria” torna-se claro:

Sem a descentralização federativa, em torno de um poder central fortemente aparelhado, teríamos assistido no Brasil, nivelado desde 88 às condições sociais da grande maioria das nações sul-americanas, aquelas explosões de caudilhismo endêmico que tanto descrédito trouxeram às instituições democráticas neste continente. (Ibidem, p. 19)

Além do negro, outro fator que concorreu para a degeneração política da nação foi a chegada dos imigrantes ao país. Os que para aqui vieram, fizeram-no “movidos por interesses puramente materiais” (Idem, p. 21), ou seja, tinham como único objetivo o enriquecimento pessoal, não estabelecendo, assim, vínculos afetivos em relação à nação. Porém, JMF destaca o papel positivo que o imigrante teve na “purificação racial” da sociedade brasileira:

E se a ação do elemento branco, oriundo do ultra-mar, se tornava perniciosa enquanto não se dava a sua integração na nacionalidade, a sua presença em determinadas regiões ia afastando a toxina africana, de todo em todo incapaz de participar da nova fase de atividade em que entráramos. Fator de primeira importância do período estático por que passou a nacionalidade, ele se mostrava incompatível com o ciclo dinâmico recentemente inaugurado. (Idem, p. 23)

Nessa passagem, percebe-se a nítida associação da raça com a condição de escravo. Neste sentido, assim como a escravidão, o negro torna-se “incompatível” com a república, ocasionando, assim, a crise política e social²⁵.

Ao longo do tempo, a posição de “Julinho” em relação aos negros em nada se alterou. Em seu livro *Nordeste*, de 1963, o jornalista destaca a inaptidão destes para o trabalho, contrastando-os, assim, com a população do sul do país:

Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente que o fato de subsistir na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de ‘mentalidade primitiva’ a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas. O universo em que vive é de todo em todo diferente daquele que caracteriza a formação das populações do Sul, por exemplo. Falta-lhes a constância, a perseverança, a obstinação e o desejo de vencer na vida, que distinguem as raças ocidentais que colonizaram as zonas meridionais do país, [...] (FILHO, 1963, p. 14)

Ao responder a um questionário sobre a convivência entre brancos e negros, elaborado por Gilberto Freyre para a elaboração da obra *Ordem e Progresso* (2004, p. 594-595), JMF reafirmou a superioridade dos valores “ocidentais”, ou seja, arianos, em relação à etnia negra. Tal superioridade se confirmava, para o jornalista, ao se verificarem as tentativas empregadas pelos negros como, por exemplo, o alisamento dos cabelos, para se assemelharem aos brancos e, assim, conquistarem espaço e aceitação²⁶. O Brasil sonhado por “Julinho” ancorava-se na eliminação total da raça negra e na consequente “purificação” do sangue

²⁵ “A crise atual nada mais é, pois, do que o resultado da resistência que, à eclosão definitiva das novas energias nacionais, pretende opor o elemento remanescente da época em que o Brasil sofreu o colapso a que não podia fugir, dada a libertação repentina de dois milhões de africanos, em 1888” (Idem, p. 39-40)

²⁶ “[...] pode-se afirmar, categoricamente, que os ‘valores ocidentais’ são cada vez mais fortemente determinantes de nossa maneira de encarar os problemas que se nos deparam. Pois bem. Entre os valores que essa fatalidade nos impõe se contam tanto os étnicos como os estéticos. Por outras palavras, aumenta constantemente o desejo de vermos um dia atingir o Brasil – por cruza, está claro – o tipo branco puro. Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a nação, são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí o nos afastamos, cada vez mais, dos valores africanos. A mais superficial observação demonstra a verdade do que acabamos de afirmar. Não tem mesmo outra origem o esforço desesperado que fazem os mulatos por parecerem, a todo o custo, brancos e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características da sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Outra prova do que afirmamos: os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indistintíveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o meio: Isto pelo menos em São Paulo e nos Estados do Sul, onde tendem a viver em grupo e em oposição aos brancos, [...]”

JMF não vislumbra sequer a possibilidade de um membro de sua família vir a se casar com um afro-descendente: “Por todas essas razões, é óbvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indistintivelmente de cor. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência, são uns infelizes” (Ibidem, p. 595)

ariano. Em seu projeto de modernização do país, a presença do negro constituía um anacronismo, visto que este já havia cumprido o seu papel, ou seja, o de escravo.

1.4 - Constituição à Americana: evolução rumo à democracia

Ao tratar da realidade brasileira, JMF apresentou uma visão pessimista em relação à evolução política, econômica e social das regiões do país:

Somos, na realidade, um caso à parte na nomenclatura político-científica. Sociologicamente, o Brasil nada tem de comum com uma Nação, no sentido preciso do termo, pois em seu seio coexistem grupos sociais cujas estruturas profundas aberram fundamentalmente uma das outras. (FILHO, 1964, p. 21)

Ao definir o termo “Nação” como um organismo social estabelecido, no qual um grupo populacional tem a capacidade de “sentir e conceber os seus problemas e aspirações, com as suas capitais e cidades perfeitamente proporcionais à população total” (Ibidem, p. 12), o jornalista desconsiderava a sua utilização no estudo do Brasil:

Sendo assim, usar do termo *Nação* para definir o complexo brasileiro parece-nos um contra-senso em choque com as mais mezinhas regras do método sociológico. [...] Quanto ao mais, o Brasil é um caso à parte, um fenômeno que se enquadra muito mais nos domínios da embriologia social do que na categoria das nações organicamente diferenciadas e que apresentam uma perfeita homogeneidade na sua maneira de ser política e social. (Idem, p. 15)

Neste sentido, os critérios utilizados por JMF na descrição das características das populações regionais repousam nas teorias deterministas, evolucionistas e racistas. Ao descrever geograficamente o país, tal escolha torna-se clara:

Clima hostil, sistemas de montanhas que se erguem como barreiras intransponíveis entre o Planalto e o Oceano, matas imensas em cujo seio se esconde a mais rica das faunas adversas à adaptação do homem; rede de rios cujos percursos caprichosos aberram de quase todos os seus congêneres do globo; vastas regiões onde, ao lado de uma temperatura escaldante, impera, anos a fio, a ausência absoluta de precipitação atmosférica; tudo enfim, em grande parte do nosso território, parece desafiar o poder de adaptação do mais aparelhado dos povos. (FILHO, 1969, 156-157)

Após descrever os aspectos climáticos e territoriais do Brasil, o jornalista passa a analisar a condição dos habitantes de cada região:

Agrupamentos humanos primitivos na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria mística, dominam em quase todo o território dos estados do Amazonas e do Pará e em grande parte dos estados do Maranhão e Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a exceção. Mais abaixo, em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social do chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconheçamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo. (Ibidem, p. 157)

Por ser constituída da mistura entre as raças branca, indígena²⁷ e negra, a população nordestina apresenta uma “mentalidade das mais estranhas e que foge a qualquer das classificações que a sociologia nos oferece” (FILHO, 1964, p. 22). Fica patente, nesse trecho, a condenação da miscigenação, considerada como um dos fatores explicativos para a decadência “psíquica” e social de uma grande parcela da população brasileira. Tal decadência acarreta uma fragilidade política no organismo social:

Não sei se, lembrando a hostilidade do meio e a estranha sucessão de estados sociais em que se subdivide a nacionalidade, terei conseguido tornar patente aos vossos olhos a incomparável delicadeza do organismo nacional [...] e a diferença de mentalidades, conseqüência necessária da variedade de estrutura dos diversos segmentos sociais em que se decompõe o organismo nacional. (FILHO, 1969, p. 158)

Tal situação de degeneração social estende-se por todo o Brasil, exceto, é claro, nas regiões Sudeste e Sul, onde os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e, principalmente, São Paulo, apresentam uma superioridade econômica, política e social em relação aos outros Estados:

Esse aspecto social se dilata para o Sul, interrompido apenas na faixa litorânea, onde aqui e acolá surgem, como ilhas, as grandes aglomerações urbanas de estrutura social evoluída. Algumas centenas de quilômetros ainda e atingiremos o Distrito Federal, parte do Estado de Minas e a totalidade de São Paulo. Assenta-se nesta região em alicerces profundos o único trecho de civilização industrial e do complexo brasileiro. São o industrialismo moderno e a agricultura intensiva em toda a sua pujança. Atingimos nesta, quer social, quer economicamente, maturidade plena. Por ela e só por ela integra-se o Brasil no número de países plenamente evoluídos e que emprestam à civilização moderna o seu feitio diferencial. Não é grande a sua extensão e, se a confrontarmos com o todo, veremos o que nos falta realizar para conseguirmos uma estrutura econômico-social em equilíbrio com as grandes nações da atualidade. (Ibidem, p. 157-158)

²⁷ De acordo com JMF, o índio “vive em meio a potências ocultas, que o cercam e agridem de todos os lados, pondo em risco a ordem das cousas em cujo meio se agita. Ao contemplar um fato cujas causas desconhece, a mentalidade primitiva não duvida de que seja ele a manifestação de potências ocultas” (FILHO, 1946, p. 291).

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 44-45), esse viés analítico que divide o Brasil a partir de critérios sócio-econômicos foi utilizado pela primeira vez por Euclides da Cunha que, em seus escritos sobre Canudos, definiu a separação entre um Brasil em desenvolvimento, “urbanizado, litorâneo”, e o do interior, apresentado como “estagnado” e abandonado pelas autoridades públicas.

Nelson Werneck Sodré, ao analisar os pressupostos metodológicos utilizados por Euclides da Cunha, chama a atenção para a forte presença de um referencial analítico denominado, pelo historiador marxista, como “ideologia do colonialismo”:

[...] Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto das idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerando-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. [...] Tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização, [...] (1965a, p. 130).

Interessante é a comparação estabelecida por Júlio de Mesquita Filho entre os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Rio de Janeiro, e as nações mais evoluídas que se constituíram como paradigmas da civilização moderna. A partir desta compreensão, o jornalista iria traçar as soluções para o caso brasileiro.

Dada a superioridade desses Estados frente aos demais, JMF destacava o papel que teriam na evolução da sociedade brasileira. Para o jornalista, um dos principais erros da Constituição Brasileira formulada pelos republicanos foi proporcionar, a todos os Estados brasileiros, igual autonomia e as mesmas prerrogativas, não considerando as diferentes fases evolutivas de cada um:

Apresentando a mesma desproporção no grau de evolução social das diferentes unidades do seu organismo político, a União Brasileira conferiu, entretanto, ao Amazonas e ao Rio Grande do Sul, ao Ceará e a São Paulo, a Mato Grosso e a Minas Gerais, as mesmas prerrogativas constitucionais, erro palmar, cujas conseqüências poderiam ter sido fatais. (FILHO, 1925, p. 43)

Ao comparar a situação dos Estados mais evoluídos do Brasil com a dos treze Estados da Federação norte-americana à época em que estes formularam sua primeira Constituição, JMF propôs a adoção dos princípios constitucionais dos “yankees”:

Na verdade, São Paulo, o Rio Grande do Sul, o Distrito Federal e Minas Gerais estão, nos dias que correm, para os outros Estados da União Brasileira, como os treze Estados primitivos da Federação ‘yankee’, ao tempo de Washington e Hamilton, para o conjunto de territórios da antiga colônia inglesa. (Ibidem, p. 51)

Segundo Domenico Losurdo (2006, p.37), embora pareçam ancoradas em um princípio libertário universal, a “Declaração de Independência e a Constituição de 1787” estabelecem uma clara diferenciação entre “homens livres” e o restante do povo, o que justifica a hegemonia política dos “proprietários de escravos” no cenário político nacional durante os “trinta e dois anos dos primeiros trinta e seis de vida dos Estados Unidos” (Ibidem, p. 24).

Ao falar sobre a Constituição Americana, JMF destacava o fato de que a Carta Constitucional concedeu “autonomia” apenas aos Estados que, por se encontrarem politicamente amadurecidos, poderiam melhor desfrutá-la. Assim como os treze Estados norte-americanos, os Estados mais desenvolvidos do Brasil já haviam atingido um estágio de maturidade social, política e econômica indispensável para a conquista da autonomia política e para a implantação da democracia:

Do mesmo modo por que a Federação Americana se constituiu em torno dos treze Estados da primitiva União, o Brasil democracia tem em São Paulo, Rio Grande, Distrito Federal e Minas Gerais o núcleo aglutinador da sua emancipação política definitiva. (FILHO, 1925, p. 52)

Ou seja, o restante do país atingiria sua maturidade política sob o domínio hegemônico dos Estados acima citados pelo jornalista. A condição para a evolução política e social do Brasil estaria condicionada à implantação da democracia nos Estados mais avançados:

Unidos em torno de problemas idênticos nas suas linhas gerais, passariam a constituir um núcleo de sãos princípios [...] a cuja sombra as unidades menores da República esperariam tranqüilas e protegidas a sua maturação social e política. [...] Do ponto de vista social somos, as quatro circunscrições acima apontadas, positivamente, uma democracia. Logo, cercar-lhe a livre expansão é impeli-los à violência. (Ibidem, p. 66)

Nota-se, assim, a influência da teoria evolucionista na concepção política do jornalista. A adoção do regime democrático de governo está totalmente condicionada a uma determinada fase na escala evolutiva de um país:

Democracia - e isso é para nós de capital importância - não é de forma alguma um regime político que uma comunhão humana qualquer possa adotar quando melhor lhe pareça. Democracia é, essencialmente, uma determinada fase da evolução social, não de todos, mas de certos povos apenas. (FILHO, 1964, p. 19)

Fica claro, neste trecho, o cunho autoritário de que se revestia o conceito de democracia exposto por JMF. Somente os povos considerados evoluídos na questão social, econômica e cultural é que poderiam buscar a liberdade e a autonomia política, enquanto aqueles que não se enquadrassem em nenhuma “categoria de classificação sociológica” deveriam permanecer subjugados²⁸. Qualquer iniciativa destes, na tentativa de escapar de seu *status quo*, seria vista como uma subversão à ordem, como um ataque à civilização.

1.4.2 - “Non Ducor Duco”²⁹: o paulista dirigente e dominante

Uma das soluções propostas por “Julinho” para a regeneração dos costumes políticos nacionais seria a adoção, por parte dos Estados mais desenvolvidos, do voto secreto. Tal medida, segundo ele, asseguraria o fim das fraudes eleitorais, como, também, a livre expressão do eleitorado:

Chamamos voto secreto ao conjunto de medidas tendentes a assegurar a verdade do voto, isto é, a permitir que cada cidadão, cercado de absoluta garantia, manifeste, sem pressão de qualquer espécie, a sua maneira de pensar a respeito dos problemas públicos em discussão, através da escolha dos candidatos às representações municipais. (FILHO, 1925, p. 57)

Entretanto, ao se observar atentamente os resultados que, segundo JMF, a adoção do voto secreto traria para São Paulo e, conseqüentemente, para o Brasil, pode-se perceber que, ao invés de proporcionar a consolidação do regime democrático, tal medida fazia parte dos planos para a hegemonia política do “grupo do Estado”.

A crítica que o jornalista fez em relação à maneira como a oligarquia paulista, representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), exercia o poder no plano estadual, e, junto com o Partido Republicano de Minas Gerais, no federal, reforça tal argumento:

²⁸ “A comunidade dos livres reivindica para si o mérito de procurar o ideal da liberdade na sua pureza e em todas as circunstâncias, e portanto interpreta não apenas os desafios provenientes do mundo colonial e bárbaro, mas também os desafios que se manifestam na própria área da civilização como um ataque ao ideal de liberdade, desferido por aqueles que não estão em condição de perceber a sua grandeza e a sua beleza. Totalmente compreensível e até natural entre os selvagens, essa sordidez configura-se como anomalia doentia para um povo civil” (LOSURDO, 2006, p. 274)

²⁹ A frase, em latim, aparece no brasão da cidade de São Paulo e significa: “Não sou conduzido, conduzo”

A subversão total verificada nas camadas básicas da sociedade corresponderia automaticamente, uma transformação não menos radical na estrutura política do país. A autoridade da opinião pública, em crise letárgica resultante do traumatismo sofrido, via-se, assim, substituída pela autoridade das famílias de mais prestígio nas diferentes regiões da república. A política se pautaria daí por diante, não mais pela orientação que lhe imprimia a vontade popular livremente manifestada, mas pelo capricho de um número limitado de indivíduos, sob cuja proteção se acolhiam todos quantos pretendessem um lugar nos congressos estaduais ou federais. (Ibidem, p. 15-16)

Além disso, deve-se ressaltar que “a oligarquia paulista se divide só em nível de luta política: ela se baseia na mesma ideologia e tem os mesmos interesses econômicos”. (BORGES, 1979, p. 183) Assim, em outra passagem, JMF afirmava: “Que a política rompa com a tradição oligárquica para dar lugar à democracia, triunfante já na consciência da coletividade. O paulista clama pelo voto secreto. Concedamos-lhe, pois, essa carta de alforria” (FILHO, 1925, p. 68)

Se, no período da Primeira República, a fraude eleitoral e o chamado “voto de cabresto” faziam parte do jogo político, o poder seria alcançado por meio de uma reforma eleitoral. Neste sentido,

Na disputa pelo poder em São Paulo, o PD vai apresentar uma tática de ‘modernização’ da máquina eleitoral, pois, com o controle dela nas mãos do PRP, as eleições estariam irremediavelmente perdidas. E, numa visão liberal-democrática, as eleições são muito importantes como legitimação do poder. A modernização é feita mais para fins táticos do que realmente por divergências no campo ideológico³⁰. (BORGES, 1979, p.26)

Visto que as eleições na Primeira República eram dominadas por fraudes e corrupções, com a finalidade de garantir a vitória do partido hegemônico, os setores dissidentes propuseram, como solução para a moralização dos costumes políticos brasileiros, uma transformação do sistema eleitoral, além de um projeto pedagógico que objetivava a transformação do povo em eleitores conscientes. Acreditava-se que seria possível alcançar o poder de maneira pacífica, sem a utilização de recursos violentos que ameaçassem a ordem social.

³⁰ O “grupo do Estado” formava, juntamente com o Partido Democrático (PD), a chamada Dissidência Paulista, em oposição ao PRP. Sobre o PD ver: (PRADO, 1986).

Assim, a vantagem desta escolha, para os conservadores liberais do OESP, residiria no fato de que a ordem social não seria ameaçada. A substituição dos homens na liderança política ocorreria sem o risco de provocar uma convulsão social:

[...] impedindo que o fiel do manômetro do Estado sofra oscilações exageradas entre as duas tendências extremas: o capital e o trabalho, [...], essa verdadeira revolução pacífica que o voto secreto não deixaria de provocar, corresponderia mudança radical nas nossas representações políticas. (FILHO, 1925, p. 62)

Em um discurso proferido na cidade de Juiz de Fora, em 1937, o então candidato à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, pertencente ao “grupo do Estado”, ressaltou a importância do voto enquanto instrumento de luta pacífico e ordeiro, por meio do qual a classe operária poderia reivindicar seus direitos e interesses:

[...] Se os trabalhadores brasileiros, entretanto, quiserem antecipar a realização de alguma dessas necessidades, eles dispõem da arma eficaz e invencível - o voto. Exercendo com inteligência e independência o seu direito de votar, o trabalhador terá sempre nas assembléias legislativas vozes de prestígio que o defendam. Com o voto, muito mais do que com a violência, se obteve em grandes nações a decretação das leis sociais. Com o voto se deu o colorido social, que transformou a fisionomia política das grandes nações democráticas. O voto é o bordão, em que o operário brasileiro, quando se sentir debilitado, se apoiará, para caminhar até as fontes da saúde, [...] (CORRÊA, 2002, p. 408).

Neste sentido, a classe trabalhadora permaneceria tutelada política e socialmente³¹ pelas lideranças políticas, cujo papel seria o de promover uma cooperação entre o trabalho e o capital: “Disciplinada e eficiente, a massa homogênea do proletariado paulista, [...] entraria a atuar na vida pública do país, forçando-nos a uma atitude de maior cautela e previdência na orientação dos nossos destinos políticos.” (FILHO, 1925, p. 58)³²

O caos político e social em que, de acordo com Júlio de Mesquita Filho, estava mergulhado o país, colocava a adoção do voto secreto como uma medida a ser tomada urgentemente, dada a semelhança entre a situação do Brasil e a da Rússia, para a qual a revolução bolchevique significou uma trágica consequência:

³¹ A posição do OESP frente à “questão social” será discutida de maneira detalhada no capítulo seguinte.

³² Em outra passagem, JMF diz: “A lei do equilíbrio das forças naturais interviria imediatamente, restabelecendo o rythmo indispensavel à saude do nosso organismo social. E assim, ter-se-ia iniciado o período da convalescença nacional” (Ibidem, p.60).

Desgraçadamente, de 1910 a 1925 o aspecto político do país assemelha-se extraordinariamente ao que na Rússia se passou em 1905, quando o padre Gapone capitaneou o primeiro movimento, que em 1917 degeneraria em tenebroso drama, cujo epílogo é ainda hoje para a humanidade terrível enigma. [...] Ou nos conformamos com a realidade das coisas e com os ensinamentos que de toda parte nos chegam, ou as surpresas suceder-se-ão, cada vez mais em maiores proporções. (Idem, p. 68)

A preocupação dos governantes das principais potências capitalistas residia no fato de que o momento de fragilidade política, econômica e social, fruto da Primeira Guerra Mundial, pudesse aumentar o poder de atração dos ideais bolcheviques junto à classe operária. Nesse sentido, empregaram consideráveis esforços na luta contra o comunismo, por meio da repressão e da propaganda. No combate ao “credo vermelho” juntaram-se também setores pertencentes à sociedade civil como, por exemplo, a Igreja e as classes empresariais, que não só emprestaram apoio às medidas coercitivas empregadas pelo Estado como, também, atuaram diretamente por meio da propaganda doutrinária.

No Brasil, o sentimento anticomunista, embora tenha nascido sob o efeito da Revolução Russa de 1917³³, atingiu seu apogeu nos anos posteriores à Revolução de 1930. Torna-se interessante o fato de que neste país, a “eloquência das realizações de Lênin, o homem de ação” tenha conquistado maior destaque em relação à “teoria de Marx, o filósofo” (KONDER, 2009, p. 226-227).

Assim, a partir dos anos 1930, “o comunismo, seja em sua acepção geral, seja na sua particularização como o regime dos ‘horrores soviéticos’, passou a ser sempre representado como uma doutrina ou ideologia perigosa para o Brasil nas matérias, [...], jornalísticas, [...]” (MARIANI, 1998, p. 153).

Neste sentido, a manutenção da ordem configurava-se como indispensável para a evolução da sociedade brasileira rumo à democratização e à realização das aspirações liberais. Para os liberais do OESP, o conflito social estava diretamente associado ao comunismo. Ou seja, se um governo nas mãos dos não-proprietários já constituía uma ameaça à liberdade da “comunidade dos livres”, pior seria se aqueles que, identificados como inimigos da propriedade privada alcançassem o poder. De acordo com Domenico Losurdo (2006, p. 266), “para fazer disparar a reação enérgica da comunidade dos livres não é necessária uma efetiva revolta. Pode bastar uma ameaça indireta e potencial”.

Diante de tão grave perigo, os liberais não hesitaram em apoiar um governo ditatorial, demonstrando, assim, a compatibilidade do Liberalismo com os regimes autoritários:

³³ Sobre a influência da Revolução Russa no Brasil ver, também, (BANDEIRA, MELO, ANDRADE, 1967).

Para manter a ‘liberdade’ essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção não costuma ter escrúpulos em revogar o conteúdo ético-político do liberalismo (‘Estado de Direito’, liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do ‘estado de sítio’ à ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala genocida. (MORAIS, 1999, p. 18)

Substituído o regime oligárquico, afastado o perigo de uma revolução social, com o controle social e político das classes trabalhadoras, que, assim, não corriam o risco de serem influenciadas pelos ideais “exóticos” dos comunistas, a democratização de São Paulo seria completada pelo ressurgimento das elites intelectuais na vida pública: “As elites intelectuais, refugiadas desde o advento da oligarquia nas carreiras liberais, voltariam à tona, atraídas pela purificação da atmosfera política” (FILHO, 1925, p. 62)

Com a volta das elites intelectuais ao poder, a democracia paulista seria “expandida” para todo o país e sua implantação no Brasil estaria condicionada ao papel que essa nova classe dirigente de São Paulo iria desempenhar:

Essa forma de democracia, que é a que estamos praticando em São Paulo, com os resultados maravilhosos que todos contemplam, por que não há de ser levada ao resto do país? [...] a ambição que nós paulistas tivemos de estender a todo o Brasil métodos que já fizeram sua prova e que produziram na sociedade paulista uma evidente elevação geral da dignidade do homem. (OESP, 29-01-1937, Apud CARDOSO, 1982, p. 165)

Sobre a participação do “grupo do Estado” na Revolução de 1930, JMF disse: “Estávamos certos de que, vitorioso o esplêndido movimento, veríamos estender-se a todo o Brasil os benefícios da democracia real, daquela pela qual haviam lutado os grandes de São Paulo, os Andradas, os Feijó e os Prudente.” (FILHO, 1969, p. 118-119)

Para os representantes do OESP, a Revolução de 1930 foi considerada um divisor de águas na história republicana do país. Tudo aquilo que representou um obstáculo à evolução do organismo social, como o poder oligárquico, corrupção e fraudes havia ficado para trás. O novo governo simbolizava, para o “Grupo do Estado”, a possibilidade de reorganizar a sociedade brasileira, por meio de seu projeto político-pedagógico: “A adesão dos paulistas ao movimento revolucionário de 1930 foi o ato mais natural e lógico em um povo envergonhado de tantas torpezas políticas e desanimado em vê-las sanadas dentro da lei e da ordem” (OESP, 01-05-1935)

O OESP apoiou a revolução com a certeza de que a autonomia dos estados frente ao poder central seria mantida. Entretanto com as medidas centralizadoras empregadas por

Vargas no campo da política e da economia, os representantes do jornal passaram a hostilizar a nova fórmula política. Assim, a crise política entre os liberais paulistas e o governo federal acirrou-se, provocando a eclosão da Revolução Constitucionalista, por meio da qual os representantes do jornal acreditavam poder regenerar a Revolução de 30, reconduzindo-a para a direção correta.

A luta pela reconstitucionalização do país simbolizou, para o periódico, o papel preponderante que o povo paulista deveria exercer na condução do país ao progresso. Coube ao povo de São Paulo a responsabilidade de remover os obstáculos para a implantação do regime democrático no Brasil: “[...] O movimento de S. Paulo, em 1932, deu bem a medida do que é, pelo menos entre os paulistas, o amor à lei e a repulsa aos governos de força, [...]” (OESP, 05-05-1935)

Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos demonstra que a mobilização em torno da Constituição tinha, como principal objetivo, derrubar Getúlio Vargas e, assim, reconquistar a hegemonia política para São Paulo, no cenário nacional³⁴. Após um minucioso exame cronológico (MORAES, 1994, p. 133), pode-se perceber, claramente, que a campanha promovida pelos setores dominantes paulistas em prol da “democratização” do país radicalizou-se posteriormente à atitude do Chefe do Executivo de promulgar o Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, e determinar a data das eleições para a Assembléia Constituinte. Haveria necessidade de recorrer às armas por reivindicações já atendidas? Além disso, desde março, Pedro de Toledo, um “civil e paulista”, exercia o cargo de interventor no Estado.

O direito ao poder político das elites paulistas era justificado por meio dos critérios de tradição histórica³⁵, fundamentada nos desígnios de uma “providência”, “índole” e nascimento, delimitando, assim, espacialmente, a “comunidade dos livres”:

Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil, nos momentos mais aflitivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais haveríamos de evoluir. [...] Porque, pois, faltarmos à nossa secular missão e não darmos agora início à autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo? (FILHO, 1925, p. 63-64)

³⁴ Getúlio Vargas estava plenamente consciente de que os revolucionários paulistas, “sob a aparência de apelo à Constituinte e defesa duma autonomia que sempre violaram, procuram, apenas, voltar ao antigo mandonismo e pleiteiam a posse dos cargos para a montagem da máquina eleitoral, veículo indispensável à sua ascensão, [...]” (VARGAS, 1938d, p. 17).

³⁵ Segundo Domenico Losurdo (2006, p. 282), “a auto-proclamação da comunidade dos livres sente a necessidade de recorrer a mitos genealógicos que ofereçam fundamento a essa postura de distinção”.

Em discurso proferido aos deputados paulistas eleitos para a Assembleia Constituinte, Armando de Salles Oliveira estabeleceu uma analogia entre o mito que explica a fundação da cidade de Roma e o papel de São Paulo na política nacional:

No morro do Capitólio, coração de Roma, e como símbolo da história e da civilização romana, há sempre, dentro das grades de uma jaula, uma loba viva, que reflete, na agilidade dos movimentos, na força do olhar e na harmonia das formas, a força, a agilidade e a harmonia do gênio latino. Maravilhosa loba de uma nova espécie, a terra paulista tem consciência do papel que desempenha na história brasileira. Do seu leite se alimentaram todas as gloriosas reivindicações em que se levantou a nacionalidade, [...] (Apud CORRÊA, 2002, p. 26).

Essa superioridade de São Paulo fez com que o Brasil se tornasse um “problema” paulista:

Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas Bandeiras; e, ou nós paulistas de hoje e de amanhã o resolveremos, ou teremos irremediavelmente falido na missão que nos legaram os nossos antepassados, [...] tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida. (FILHO, 1969, p. 166-167)

E assim, qualquer tentativa desse Brasil “amorfo” de impedir a missão designada ao paulista, de construção da “mística nacional” e de conduzir os destinos da “nacionalidade”, é vista como uma rebelião das “hordas” que não atingiram o nível de uma verdadeira civilização. Falando sobre João Alberto, nomeado, por Getúlio Vargas, como interventor em São Paulo após a Revolução de 1930, JMF disse: “Nascido e criado no Nordeste, habituado à vida primitiva daquela infeliz região, e ao primarismo do Sul, o sr. João Alberto era um gritante anacronismo a perambular pelos salões dos Campos Elíseos.” (FILHO, 1954, p. 26)

Getúlio Vargas e João Alberto eram considerados culpados por “desviar” o movimento revolucionário de seus “fins” e interromper o curso normal da “evolução” de São Paulo. Sobre Vargas, as impressões não eram melhores:

Filho da planície e como tal, muito mais platino que brasileiro, o discípulo do velho Borges estava, desde que lhe chegara a notícia dos golpes dos generais no Rio, firmemente disposto a implantar em todo o país o regime que durante vinte e cinco anos imperara no Rio Grande. Figura até então apagada, inteligência sem dúvida de segunda ordem, nunca, entretanto, lhe faltou o instinto caudilhesco que o levaria a aproveitar, com raro senso, as oportunidades que lhe iam oferecer. (Ibidem, p. 29)

Torna-se interessante o fato de que o “plano” de Getúlio Vargas para a implantação de uma ditadura, com o auxílio de João Alberto, era interpretado, por JMF, como uma união da região Sul e Nordeste contra São Paulo:

Embora seja grande a distância entre a caatinga e os pampas e aparentemente diversa a formação social de ambos, são grandes as afinidades entre Getúlio e João Alberto. O laço e o gibão os aproximam. E o que comprova a rapidez com que se entenderam, a coincidência dos pontos de vista sobre a conduta a seguir em relação a São Paulo. (Idem, p. 33)

Neste sentido, a Revolução Paulista de 1932 foi interpretada como o choque entre “a civilização” e a “barbárie”, o “Brasil diferenciado” e o “Brasil horda”. O regionalismo³⁶ torna-se explícito em tal interpretação:

O drama resultante do embate entre duas mentalidades, entre duas concepções da vida em sociedade, entre a fronteira e o Nordeste, de um lado, e a ordem, a disciplina social e o progresso, de outro. Nascido sob o signo do padre Cícero e criado na admiração de Antônio Silvino e Lampião, o determinismo social do meio em que transcorreu a sua juventude o impelira a aproximar-se de Getúlio Vargas, homem da horda – parente próximo dos seus êmulos platinos, de Facundo, de Francia, Rodriguez, Urquiza e Artigas. O caudilhismo e o cangaço são duas manifestações do mesmo estado social, dois aspectos de uma mesma diátese. (Idem, p. 35-36)

A crise política que levou à Revolução de 1932 explica-se pelo fato de que os setores dominantes dissidentes de SP não aceitaram a crescente intervenção do governo federal e a consequente perda da hegemonia política e econômica do Estado. Embora derrotados no campo de batalha, os paulistas alardearam uma vitória política. Para contornar a crise política, Vargas nomeou, como interventor, um “civil e paulista”: Armando de Salles Oliveira. Ao ver os seus interesses atendidos pelo Governo Federal, a posição do OESP em relação ao presidente da República alterou-se:

Ainda há quem estranhe que S. Paulo não combata o Governo Federal porque à frente desse governo se acha um homem que, no passado, não nos fez todo o bem que estava na obrigação de nos fazer. [...] Não contestamos que o chefe atual do governo brasileiro nem sempre nos tratou com a consideração que merecíamos. Mas é notório que, transcorridos alguns meses após a Revolução de 1932, a sua atitude para conosco mudou. Tudo quanto de armas em punho lhe exigimos, ele nos deu: o governo de São Paulo por paulistas; a Constituição e a autonomia plena do Estado. Não

³⁶ Vavy Pacheco Borges (1992, p. 187-188) ressalta o fato de que, na luta contra os “tenentes revolucionários”, os setores oligárquicos de São Paulo exploraram um regionalismo permeado por sentimentos xenofóbicos, sobretudo em relação aos gaúchos e nordestinos. Outra maneira encontrada para desqualificar os tenentes perante a população paulista foi taxá-los de fascistas e, também, de comunistas (Ibidem, p. 204-207).

houve, de então para cá, reivindicação de S. Paulo que ele não atendesse. (OESP, 26-05-1935)

Para o periódico, o retorno a um regime constitucional foi considerado uma prova da força e da importância de São Paulo no cenário político nacional. Graças à população paulista, a Revolução de 30 desembocou em um regime democrático. (OESP, 25-05-1935) Nesse sentido, os paulistas constituem-se os mais competentes para ocupar cargos da administração pública: “É mais um grupo de paulistas que após a Revolução de 1930, mostraram como é grande a reserva de homens públicos que São Paulo possui e como é fácil arranjar, para os postos de governo, homens capazes, [...]” (OESP, 23-04-1935).

Contudo, deve-se ressaltar que, antes mesmo que os paulistas demonstrassem seu “patriotismo” no campo de batalha, Getúlio Vargas já havia definido a data das eleições para a Assembleia Constituinte. E, de fato, tanto as eleições, quanto o retorno do país a um regime constitucional ocorreram conforme a vontade do Chefe do Executivo. Assim, torna-se difícil acreditar que a derrota de São Paulo tenha forçado o Governo Federal a dobrar-se diante dos interesses daquele Estado.

Conforme exposto, vê-se que a “democratização” do Brasil, para o jornal, estava diretamente condicionada à volta das elites intelectuais ao poder, em São Paulo. Tais elites teriam, legitimadas pelos desígnios da “Providência” e de uma “fatalidade histórica”, a missão de regeneração dos costumes políticos nacionais.

O “orgulho dos paulistas”, isto é, de suas elites, fora inicialmente procurar suas raízes no bandeirismo do período colonial, o que de certa forma mostraria a lealdade do estado para com a nação. Ao estudar sua própria ascendência, procuraram reforçar sua legitimidade estabelecendo laços entre essas elites e os heróis do passado bandeirante, e assim procurando legitimá-las, [...] (BORGES, 2005, p.211)

Diferenciados do restante da população por critérios de raça, nascimento e por uma tradição histórica, os paulistas eram, assim, transformados em artífices de uma “nacionalidade”, responsáveis pelos destinos do país no presente e no porvir³⁷.

1.5 - O governo ilustrado: a criação da Universidade de São Paulo (USP).

Se o voto secreto correspondeu a uma medida que propiciaria a volta das elites intelectuais ao poder, o projeto educacional proposto por Júlio de Mesquita Filho voltava-se à

³⁷ “A missão histórica de S. Paulo, [...], não tem sido a de fazer política personalíssima, mas a de fazer política nacional, fundada na moral e na razão” (OESP, 26-06-1935)

formação e renovação dessas elites ilustradas, condição para a conquista e manutenção da hegemonia política e cultural de São Paulo. Ao justificar a criação da USP, em 25 de Janeiro de 1934, o jornalista disse:

Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço, voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer, [...], do que a Universidade? (FILHO, 1969, p. 199)

Conforme Sergio Miceli (2001b, p. 106), o desenvolvimento das Ciências Sociais no Estado paulista resultou da iniciativa de uma fração culta da elite dirigente paulista, desejosa de reconquistar a “hegemonia perdida em 30 e tripudiada em 1932, [...]”. Segundo JMF, a situação do ensino no Brasil era caótica, o que explicava a má qualidade dos quadros políticos que dominavam a cena pública durante a Primeira República:

Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que do ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação. Essa falha lamentável a que devemos atribuir, em última análise, a situação crítica que atravessamos, se evidencia na pobreza inacreditável da nossa produção intelectual. (FILHO, 1925, p. 76)

Toda crise política e social era, também, explicada pela ação dessas lideranças, cuja formação cultural deu-se nos centros nacionais de educação. Neste sentido, o Brasil tornava-se um “problema de cultura”:

E se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelho escolar do país e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e 32 nada mais faziam do que prenunciar. [...] O problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. (FILHO, 1969, p. 164).

Conforme visto, se, para Júlio de Mesquita Filho, o temor do conflito social estava diretamente ligado ao “perigo vermelho”, ou seja, ao comunismo, a função do aparelho educacional seria a formação cultural de um povo, a partir de uma fórmula intelectual baseada

em uma unidade de doutrina e orientação, evitando-se, assim, “a demagogia dos agitadores profissionais como as ousadias dos dominadores do momento” (FILHO, 1925, p.85).

A formação intelectual da população nacional ficaria, então, a cargo das elites formadas nos centros universitários, que se transformariam em modeladores de uma consciência nacional e de um espírito cívico:

Procurando dar consistência material à idéia universitária, tinha em mente os que conceberam dotar o País de um cérebro poderoso e coordenado que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar os sentimentos, a vontade, a organização e a disciplina intelectual a que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias. (FILHO, 1969, p. 165)

Como um centro “concatenador da mentalidade nacional” (FILHO, 1969, p.84) a Universidade seria composta, hierarquicamente, pelos ensinos superior e secundário, e o sistema educacional primário, cuja tarefa seria a de estabelecer um “contacto entre a massa popular e as elites pensantes” (FILHO, 1925, p.84). De acordo com José Luís Beired (1998, p.128), no pensamento de Gramsci, “os intelectuais são encarados como os responsáveis pelo nexos teoria-prática, pelo encontro entre elites e povo, em suma, pela criação da vontade nacional-popular”. Evita-se, desta maneira, a existência de um vácuo entre governantes e governados.

Ao ensino secundário, caberia a função de estabelecimento de uma “mentalidade média nacional”, cujos valores e capacidades formariam a base cultural de uma elite dirigente. Assim, os centros de estudos secundários constituiriam os locais nos quais se concentrariam as mentes que seriam transformadas em elites intelectuais. Ao expor o conceito de sociedade que o projeto educacional proposto pelo “grupo do Estado” implica, Irene Cardoso revela que:

A concepção de sociedade, [...], expressa-se por uma estratificação social em termos de elite/classes médias/massas, que correspondem respectivamente a camadas formadas pelas universidades, pelo ensino secundário e pelo ensino primário. As elites constituiriam o vértice dos vários estratos articulados, sendo ‘filtradas’ através deles. O que sustenta a concepção democrática, [...], é a educação, na medida em que permite a circulação das elites através de um processo de ‘filtração’ de elementos dos vários estratos, [...] (CARDOSO, 1982, p. 37)

Pode-se perceber que o conceito de democracia presente no projeto educacional liga-se à escolha de elementos da população³⁸, “filtrados” nos centros de estudos secundários, para compor o quadro de uma elite intelectual que, capaz de formular e solucionar os problemas do país por meio da unificação dos “interesses nacionais”, e restabelecendo a ordem política e social, conduziria os destinos políticos do Brasil. De acordo com Gramsci (2007, p. 287),

No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.

A influência que as classes ilustradas conquistariam sobre a consciência e a ação das massas seria fundamental para a implantação e manutenção da democracia:

Refundida a nossa cultura e restabelecida a disciplina na mentalidade de um povo, sob a ação purificadora daqueles núcleos de meditação e estudos, não tardaria que a nação se aquietasse e que desaparecessem os vícios inumeráveis do nosso aparelho político-administrativo. [...] Filtrada através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites formadas no cadinho dos centros superiores de cultura refletir-se-ia na consciência popular. Esta não deixaria de reagir benéfica e eficientemente ante as tentativas periódicas e cada vez mais ousadas dos detentores do poder, hostis às liberdades individuais. (FILHO, 1925, p. 91)

Em um de seus editoriais, o jornal publicou:

Está na moda dizer-se mal da democracia. Conquanto os países onde ela foi suprimida continuem a padecer aflições, [...], não faltam apóstolos de regimes ditatoriais a pregar a excelência desses regimes. [...] Entretanto, os fatos vem demonstrando o contrário. Tivemos uma eleição magnífica. Foi o melhor desmentido aos que proclamaram a incapacidade do nosso povo para o exercício do, [...], voto. [...] Não é a democracia a culpada de muita coisa errada que se descobre e que se leva à sua conta no cenário político do Brasil. Os culpados são os políticos de escassa educação cívica que por infelicidade, [...], ocuparam postos de relevo na administração pública. Não é a democracia que não presta, é a educação dos que a tem aplicado. Bastou que o poder passasse para as mãos de homens que fizeram sua educação política, [...], nos campos de oposição para que se verificasse logo que o regime democrático, [...], nada tinha de invejar, no capítulo das virtudes, a quaisquer outros regimes. [...] Reanimem-se os cétricos e tenham confiança os ingênuos. Ainda é possível consertarem-se as coisas, no Brasil, dentro do regime democrático. Não acreditamos, mesmo, que elas se consultem fora deste regime, [...] (OESP, 16-04-1935)

³⁸ A classe média representava, para o jornal, um “celeiro de líderes, pois a sociedade que o OESP requer é a ‘sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita’, [...]” (FONSECA, p. 191).

Essa relação estabelecida entre conservação dos princípios democráticos e elites intelectuais como classe dirigente seria fundamental para que o perigo da “tirania da maioria”, ou seja, a ameaça de degeneração da democracia em um regime despótico fosse evitado. O temor em relação ao despotismo ligava-se à destruição das “liberdades democráticas” pelo comunismo:

Conhecendo perfeitamente o papel desempenhado pelas elites nas democracias, os discípulos, não direi do marxismo, mas de sua contrafação, o leninismo, procuram atingi-las, pois não desconhecem que democracia e elite são palavras sinônimas, que uma não poderá jamais existir sem a outra e que, eliminada esta, será aquela a presa fácil e obrigada da ditadura. (FILHO, 1969, p. 208)

É interessante ressaltar que a existência de uma elite intelectual exercendo uma liderança política, econômica e ideológica sobre o restante da população não só reforça o caráter excludente da democracia liberal como, também, justifica a presença de um Estado “onipotente” nas ocasiões em que os pilares que sustentam o poder econômico e político das classes dominantes estiverem ameaçados pelo “populacho”. Em tais ocasiões, pode-se perceber a convergência existente entre autoritarismo e liberalismo, pois, para este, “governo das elites” torna-se sinônimo de “Democracia” e, como tal, garantia de sua existência:

[...] a democracia no seu conceito mais moderno - reside no fato de a totalidade de seus membros haver alcançado um tal grau de cultura que o povo, isto é, a totalidade de sua população - proletariado e classe rural, média e superior - compreende perfeitamente que, diante da extrema complexidade dos problemas com que luta hoje uma nação não lhe cabe a ele povo tratá-los diretamente, mas delegar poderes aos mais capazes para desempenhar as funções em que se subdividem as atividades do Estado. [...] Sabe o cidadão até onde vai a sua competência e que esta não pode ir além da escolha deste ou daquele entre os mais aptos para desempenhar esta ou aquela missão político-administrativa. Trata-se, portanto, de um sistema essencialmente diferenciado e fundamentalmente hierarquizado. (FILHO, 1964, p. 20-21)

Para os liberais do OESP, a grande missão reservada às elites intelectuais residia na capacidade de dirigir, representar e organizar as massas, de modo que estas, disciplinadas e controladas, não oferecessem nenhum risco ao domínio político e econômico reservado àquelas. Além disso, havia uma forte preocupação quanto ao triunfo político das massas, representado pela “tirania da maioria”, que implicava o predomínio dos interesses coletivos sobre os individuais. Neste ponto, os representantes do jornal aproximaram-se do pensamento

de José Ortega y Gasset, para o qual a resignação e a submissão faziam parte do destino histórico das massas:

Numa boa organização das coisas públicas a massa não atua por si mesma. Essa é sua missão. Veio ao mundo para ser dirigida, influída, representada, organizada - até para deixar de ser massa, ou, pelo menos, aspirar a isso. Mas não veio ao mundo para fazer tudo isso por si mesma. Precisa nortear sua vida pela instância superior, constituída pelas minorias excelentes. (2007, p. 149)

A partir desta definição de democracia³⁹ como um regime de governo “diferenciado” e “hierarquizado”, pode-se discutir sua relação com o pensamento liberal, mais especificamente, sobre os princípios democráticos que são incorporados à doutrina liberal.

O Liberalismo, ao condicionar a liberdade ao livre usufruto da propriedade, coloca em condição de igualdade somente os “livres”, os “proprietários”. Os não-proprietários, ou, os “não-livres”, tornar-se-iam, neste sentido, os “não-iguais”. É, portanto, nesta questão da igualdade, pelo menos de uma igualdade econômica, que o pensamento liberal torna-se incompatível com os ideais democráticos.

Porém, para Norberto Bobbio (2005), alguns aspectos da democracia podem ser incorporados pela doutrina liberal sem que a liberdade econômica da “comunidade dos livres” seja ameaçada⁴⁰. Para tanto, é necessário que se considere a democracia a partir de seu “significado jurídico-institucional”, ou seja, como um “método”, como um “conjunto de regras do jogo” político: “Não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas a democracia pode ser considerada como natural desenvolvimento do Estado liberal apenas se tomada não pelo lado de seu ideal igualitário, mas pelo lado de sua fórmula política, [...]” (BOBBIO, 2005, p. 42-43)

A garantia jurídico-institucional de direitos políticos, bem como a das liberdades individuais reforçam a ilusão de igualdade. Além de garantir a legitimação do poder, o voto secreto e universal torna-se sinônimo de soberania popular, de “vontade do povo”. Entretanto, o poder político pode ser exercido, também, por meio de uma influência nas decisões políticas, na formação e organização ideológica⁴¹ de um público eleitor:

³⁹ “A concepção de democracia, para OESP, aparentemente não inclui nem a participação popular nem a resolução da iníqua situação social brasileira. Estaria circunscrita à estabilidade político-institucional e à preservação da ordem. “[...] Trata-se, portanto, agora pelo ângulo social, de uma visão mais uma vez restrita e conservadora da democracia” (FONSECA, 2005, p.267).

⁴⁰ Sobre a relação entre Democracia e Liberalismo ver, também, MACPHERSON (1978).

⁴¹ Para Antonio Gramsci (2006 a.p.237), as ideologias configuram-se como uma determinada visão de mundo relacionada a uma ação prática que exerce influência no comportamento dos indivíduos. “Elas ‘organizam’ as

O fato, porém, é que não é verdade, de modo algum, que o número seja a ‘lei suprema’ nem que o peso da opinião de cada eleitor seja ‘exatamente’ igual. Os números, mesmo neste caso, são um simples valor instrumental, que dão uma medida e uma relação e nada mais. E, de resto, o que é que se mede? Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas. [...] As idéias e as opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão e de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. [...] Se este pretense grupo de excelências, apesar das infindáveis forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deve ser julgado ou inepto ou não representante dos interesses ‘nacionais’, que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido e não noutro. (GRAMSCI, 2007, p. 82)

Os princípios educacionais formulados por JMF apoiavam-se em um projeto cujo objetivo era a hegemonia política e cultural no país. Neste sentido, a universidade e, neste contexto, o OESP, podem ser considerados como “aparelhos privados de hegemonia”⁴² cujo objetivo é a conquista de um consenso, por meio da veiculação de ideias ligadas a um universo ideológico.

Para uma classe tornar-se uma força dominante, ou seja, conquistar o poder político e o monopólio legítimo da violência e repressão deve, antes, tornar-se força dirigente, função na qual deverá permanecer mesmo quando exercer o poder:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a ‘liquidar’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. (GRAMSCI, 2001, p. 62-63)

A sociedade civil, “espaço autônomo e específico” (COUTINHO, 2007, p.128) de manifestação da hegemonia, é constituída por instituições responsáveis pela construção e difusão das ideologias, como escolas, partidos políticos, sindicatos e jornais:

massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”.

⁴² De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2007, p.125), os “aparelhos privados de hegemonia”, para Gramsci, constituem “os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, [...], caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria⁴³, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações [...] (GRAMSCI, 2007, p.95.)

Os jornais, de acordo com Gramsci, consideram os leitores, a partir de um determinado ponto de vista, como elementos passíveis de manipulação, forjáveis ideologicamente, além de, “como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros” (GRAMSCI, 2006b, p.256). Além de ser objeto da ação formativa dos periódicos, o público leitor torna-se consumidor de notícias, em um contexto amplamente mercadológico. Neste caso, os jornais se assemelham a um partido político, ou seja, exercem a função de direção e organização de uma opinião pública a partir de uma dada concepção ideológica.

Em relação ao projeto de criação da USP, a universidade torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político. Pode-se, desta maneira, considerar estes intelectuais como “orgânicos”, ou seja, que têm a capacidade de expressar as demandas e interesses de uma classe social, de forma a torná-la homogênea e consciente de sua função no plano econômico, político e social.

Desta maneira, as funções desempenhadas pelos intelectuais não podem ser dissociadas das relações econômicas, políticas e sociais. Como organizadores da cultura e das demais dimensões humanas, atuam na transformação, ou conservação, de uma estrutura social (GRAMSCI, 1991).

Se a ideologia é fundamental na determinação das ações práticas dos homens, a luta pela construção de uma hegemonia, pela conquista de um consenso, dá-se, não só no plano político, econômico ou social, mas também no terreno das práticas e instituições culturais. Daí a importância que o jornal e a universidade assumiram no projeto de poder político e cultural de Julio de Mesquita Filho e o “grupo do Estado”, pois “toda a relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2006a, p.399) e a opinião pública “é o

⁴³ “Sabemos que todo exercício de força se acompanha de um discurso visando a legitimar a força de quem o exerce; podemos mesmo dizer que é próprio de toda relação de força só ter toda a sua força na medida em que se dissimula enquanto tal. [...] Tal é o efeito fundamental da pesquisa de opinião: constituir a idéia de que existe uma opinião pública unânime, portanto legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundamentam ou a tornam possível!” (BOURDIEU, 1983, p. 175)

ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força, [...] é o conteúdo político da vontade política pública.” (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Capítulo 2: O Estado de S. Paulo e a “questão social”

2.1 - A propriedade privada e a natureza humana

No campo social, as propostas de reorganização do mundo do trabalho defendidas pelos representantes do jornal, como, por exemplo, o reconhecimento das necessidades e direitos proletários, estiveram, sempre, condicionadas ao princípio liberal⁴⁴ da preservação da propriedade privada:

Façam-se reformas para estabelecer maior igualdade entre os cidadãos, amparar os fracos contra os fortes, estender ao proletariado todos os benefícios da civilização, para dar maior justiça e imprimir moralidade aos negócios públicos, mas nada se faça que abale a solidez das instituições familiares ou que torne incerto e vacilante o direito de propriedade. (OESP, 9-08-1931, apud CAPELATO, 1988, p. 72).

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993, p. 38), o termo propriedade, em Locke, designa aquilo que é próprio ao homem, aquilo que lhe pertence. Dado que a propriedade é algo natural ao homem, ela está submetida às leis da natureza. Nesse sentido, o direito de propriedade, para o indivíduo, assenta-se na posse de seu corpo e na capacidade de utilizar suas habilidades. No momento em que realiza esta sua capacidade, ao atuar no mundo, o homem constitui-se a si mesmo. O mundo natural, por sua vez, só existirá integralmente por meio da ação humana:

[...] A natureza existe no mundo exterior, mas só se configura ao ser posta em contato com as potencialidades humanas, as quais também só existem quando se atualizam na prática. A natureza é efetiva quando útil, ao ser constituída pela ação humana; o homem só é um espécime completo quando se exterioriza no mundo e põe em operação uma atividade que define o contorno das coisas. Por isso mesmo, o homem é essencialmente proprietário, [...] (Ibidem, p. 40).

O Estado de natureza é regido por leis naturais que podem ser conhecidas por todos, por meio da razão e sensibilidade. Estas leis tornam-se efetivas no momento em que o homem exterioriza suas potencialidades no mundo. Dado que as leis naturais são passíveis de serem conhecidas por meio da razão, somente os que as utilizam podem ser contados entre aqueles que pertencem ao estado de natureza. Se o homem se constitui no momento em que se torna

⁴⁴ Segundo Francisco Fonseca (2005, p. 423), “[...] o liberalismo da grande imprensa é, portanto, referido ao Capital, pois ao Trabalho deve imperar, em última instância, a intervenção autoritária do Estado, a começar pela forma de encarar seus direitos, [...]”.

proprietário, ou seja, quando age diretamente na natureza, apropriando-se de algo, somente aqueles que assim procedem pertencem à comunidade dos humanos. Os que não conseguiram, por sua própria culpa, tal intento, permanecem excluídos, marginalizados, inferiores. Se o homem conseguiu tornar-se proprietário, deve-se ao fato de que, conhecedor das leis naturais, aplicou-as quando se pôs em atividade no mundo natural.

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993, p.42), é neste ponto que se pode perceber que a igualdade dos proprietários alicerça-se em uma desigualdade, pois todos os homens, embora biologicamente iguais, possuem capacidades e habilidades distintas, tanto para agir na natureza, quanto para conhecer a lei que a rege. Além do mais, se o contrato social fundamenta-se na necessidade de preservação da propriedade, por um Estado, significa que a transgressão às leis naturais já figura como uma possibilidade real. O Estado deve punir aqueles que transgridem as leis naturais, ou seja, os não-proprietários. Neste sentido, o liberalismo pode ser considerado

[...] uma doutrina que legitima a destruição do outro, dos desiguais ou diferentes por natureza. Sua teoria explícita da preservação de toda a humanidade consiste precisamente no seu contrário, ou seja, legitima o extermínio de parte dela. Determina-se com isso, uma oposição radical: de um lado, os naturalmente iguais, os proprietários – humanos, perfeitos, pacíficos, membros da comunidade harmoniosa e legal; de outro, os naturalmente diferentes, os não-proprietários - inumanos, degenerados, animalescos, ferozes, alheios às leis da razão. (Idem, p. 46)

A vida e a liberdade, em Locke, da mesma maneira que as posses materiais, estão condicionadas à atividade humana sobre a natureza, ou seja, a capacidade humana de produzi-las no instante em que se apropria de algo. A defesa da propriedade na sociedade civil significa, assim, a defesa da vida e da liberdade do indivíduo:

[...] Na realidade, reconhecia-se implicitamente que a ‘natureza’ humana não residia dentro do indivíduo, mas na unidade do homem e das forças materiais: portanto, a conquista das forças materiais é uma maneira - e a mais importante - de conquistar a personalidade, [...] (GRAMSCI, 2006a, p. 262)

A sociedade transforma-se, então, em um espaço onde se estabelece uma relação entre proprietários que, por meio de um contrato, instauram um poder político, cuja finalidade é garantir a posse e o usufruto da propriedade e as condições para que as relações de troca entre eles transcorram dentro dos limites da ordem:

A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades. A sociedade consiste de relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas. (MACPHERSON, 1979, p.15)

Neste caso, para o liberalismo, a sociedade constituiria um espaço no qual os indivíduos, enquanto proprietários que buscam o aumento de seus lucros e bens se relacionariam, a partir dos pressupostos de “[...] uma abstração chamada ‘mercado’” (SANTOS, 1978, p. 68)⁴⁵. Tais pressupostos garantiriam, assim, a livre expressão de uma racionalidade e a conquista da felicidade.

Como a vida e a liberdade estão condicionadas à posse, qualquer atentado contra a propriedade significa ameaça à própria existência do indivíduo. De fato, esta relação direta entre propriedade, vida e liberdade encerra outra questão: aqueles que, por sua inépcia, não conseguiram tornar-se proprietários, perderam, assim, sua liberdade, sua existência autônoma. Devem permanecer tutelados, dominados.

Para os proprietários, o trabalho significa algo racional, livre, atividade por meio da qual adquire posses e riquezas. Para os não-proprietários, o trabalho, transformado em mercadoria, perde, assim, seu caráter como legitimador de posse e usufruto de uma propriedade. Neste sentido, o labor deixa de significar a possibilidade, para estes, de tornarem-se livres e iguais. Pelo contrário, é o que legitima a desigualdade:

Se é o trabalho, propriedade absoluta do homem, o que justifica a apropriação e cria o valor, o direito individual de apropriação sobrepuja quaisquer reivindicações morais da sociedade. A visão tradicional, de que a propriedade e o trabalho são funções sociais, e de que a posse da propriedade implicava em deveres sociais, fica, deste, modo, solapada. (MACPHERSON, 1979, p.233)

Alienando-se o trabalho, este transforma-se, apenas, em um meio para satisfazer as necessidades de subsistência:

⁴⁵ Ressalte-se que “[...] para o OESP, a liberdade de mercado não tem como consequência necessária a democracia. Em outras palavras, o mercado parece conter a essência da (concepção de) liberdade. Logo, se puder haver liberdade de mercado conjugada com a democracia (pensada em termos estritamente político-institucionais), tanto melhor. Se não, o quesito ‘liberdade de mercado’ seria suficiente, [...], para se considerar um regime democrático. No limite, parece preferível um país ser ‘livre’ economicamente e autoritário politicamente do que o inverso, [...]” (FONSECA, 2005, p. 267).

Quando se dirigia para questões de política econômica, (Locke), [...] tratava os assalariados como sendo uma classe normal e numerosa na economia sua contemporânea e tomava como axiomático que sem escapatória, normalmente os salários estavam a nível de mera subsistência, e que o assalariado não tinha outra propriedade que não o seu trabalho. (MACPHERSON, 1979, p.229)

De fato, o trabalho, ganhando o status de mercadoria, torna-se um elemento fundamental para a consolidação da sociedade capitalista. Dado que a introdução do dinheiro e todas as modificações decorrentes acontecerem ainda no estado de natureza, quando se estabelece a sociedade civil, por meio de um contrato, tal panorama não será modificado, pois:

O acordo para o ingresso na sociedade civil não cria nenhum direito novo; simplesmente transfere para um funcionalismo civil os poderes que os indivíduos tinham no estado de natureza; o poder do governo e da sociedade civil limita-se a fazer cumprir os preceitos da lei natural. [...] Locke estava preocupado com mostrar que o direito à propriedade desigual é um direito que os indivíduos trazem para a sociedade civil; que é o consentimento individual no estado de natureza, e não o acordo para instituir a sociedade civil que justifica a propriedade que excede dos limites naturais iniciais. (MACPHERSON, 1979, p. 230)

2.2 - Aos operários, a disciplina, a ordem e o trabalho.

De acordo com Macpherson (1979, p. 233), o papel da classe operária, na perspectiva liberal, fundamenta-se a partir de duas premissas: a primeira, diz respeito à negação da participação política dos operários no corpo político, como cidadãos. Eles não teriam qualquer direito de participação direta nas decisões políticas. A segunda, que praticamente legitima a primeira, baseia-se no pressuposto de que os operários não vivem e não conseguiriam viver de acordo com os preceitos racionais. Vive-se apenas para garantir a sua subsistência: “O quinhão do trabalhador (na renda nacional) raramente sendo mais do que para a mera subsistência, jamais deixa a essa categoria humana tempo, ou oportunidade para elevar seus pensamentos acima disso [...]” (LOCKE, 1759, apud, MACPHERSON, 1979, p. 235.)

É mister ressaltar que a expressão “classes assalariadas” abarca tantos os trabalhadores pobres quanto os sem trabalho, como também, os dependentes de serviços de caridade e assistência. Além disso, a condição de assalariados ou desempregados não é justificada por fatores econômicos, mas pela ausência da razão, ou seja, por uma depravação moral.

Desprovidos de racionalidade, tornam-se dependentes do Estado, ao mesmo tempo em que são nocivos à ordem natural:

[...] quando algum grande desastre coletivo, unindo-os num só fermento universal, os faz esquecer o respeito e lhes dá o atrevimento de pelejar por suas necessidades pela força armada. E então, às vezes, arrombam as portas dos ricos e carregam tudo, como um dilúvio. Mas isso raramente acontece, a não ser na má administração de governo negligente ou desmazelado. (LOCKE, 1759, apud, MACPHERSON, 1979, p.235)

A partir de tais considerações, percebe-se o caráter conservador e excludente do pensamento liberal de Locke. Qualquer aspiração da classe trabalhadora, que não à de sua subsistência, é vista como uma ameaça à liberdade dos proprietários. Os termos “pelejar”, “arrombam”, utilizados pelo pensador, desqualificam os trabalhadores, quanto à ausência de racionalidade que lhes permitiria conhecer e respeitar as leis naturais. Locke, ainda, atribui, ao Estado, a responsabilidade por esses momentos de desordem social, culpando-o pelos excessos cometidos pelas classes não racionais. Esse foi o comportamento do OESP, no momento em que se sentia ameaçado diante do “perigo vermelho”:

Se o comunismo prosperou, a culpa caberá, [...], tanto ao governo como à oposição. Ao governo, porque não cuidou, [...], de obter do Congresso a lei de segurança, ou porque, [...], não se lembrou de opor à propaganda comunista as barreiras que tinha dever de lhe impor; à oposição, porque foi a causa principal de se fazer uma lei insuficiente para a defesa das instituições e da ordem social, [...] (OESP, 16-07-1935)

Um governo caracteriza-se *bom*, em relação aos trabalhadores, quando consegue mantê-los, por qualquer meio, impossibilitados de organizar-se contra uma ordem “natural”, cujas leis estes não conseguem compreender. Segundo Locke, os assalariados não possuíam interesses. A questão social torna-se, então, assunto de Estado. Cabe a este tornar a classe trabalhadora produtora da riqueza nacional (MACPHERSON, 1979, p. 240). O proletariado, dada a sua “irracionalidade”, não estaria qualificado para participar efetivamente na comunidade política; portanto, não poderia realizar qualquer revolução ou movimento que pudesse colocar em risco os alicerces do poder. Tornam-se dependentes do Estado pela incapacidade de viver de acordo com as leis da natureza e por meio do raciocínio.

Neste sentido, vê-se que o liberalismo reconheceu “sempre uma personalidade política somente à propriedade, isto é, o homem valeria não por si mesmo, mas enquanto integrado por bens materiais” (GRAMSCI, 2006a, p. 261)

De acordo com Macpherson (1979, p.242), em Locke, os assalariados não dispunham de propriedade, enquanto bens, na qual pudessem realizar seu trabalho. O fato de não possuírem propriedade conferia-lhes a condição de inaptos para qualquer participação na política, enquanto cidadãos. Tornavam-se, assim, desiguais, na questão da racionalidade. Por não terem capacidade de compreender as leis naturais, não se fizeram proprietários, sendo obrigados, pelas necessidades de subsistência, a alienar sua força de trabalho para o enriquecimento de outrem. Assim, “os que não têm propriedades são [...] dependentes, para o seu próprio sustento, dos que têm propriedades, e são incapazes de alterar suas próprias contingências.” (Idem, p.243)

Para Ângela de Castro Gomes (2004, p. 68),

[...] o reconhecimento de um papel ativo do Estado na órbita dos assuntos econômicos e sociais não se confundia nem contradizia a ordem liberal e ‘moderna’ que a maioria dos constituintes de 34 esforçava-se por estabelecer no Brasil. Neste sentido, a defesa do intervencionismo estatal distinguia-se perfeitamente da simpatia por governos de orientação totalitária quer de direita, como a fascista, quer de esquerda, como a socialista.

Nesse sentido, como veremos nos editoriais do OESP, o apoio dado por este jornal às medidas de exceção, como a Lei de Segurança Nacional (LSN), não representa uma postura ambígua em relação à teoria liberal que defendia. Para Capelato, “os liberais paulistas foram buscar no cerne dessa teoria as justificativas para a aceitação da Lei de Segurança Nacional”:

Se ainda fosse possível no mundo um liberalismo absoluto que se traduzisse por uma indiferença imperturbável do Estado e tudo quanto os homens fizessem, o projeto de segurança nacional seria estranho em um país de tradições liberais. Mas esse liberalismo não existe. Na realidade, nunca existiu. A vida em comum, mesmo nos Estados de organização jurídica mais rigorosa, exige limitações à liberdade individual. Na sua conceituação relativista, o liberalismo de hoje não é o de ontem e provavelmente não será o de amanhã. [...] Como poderia o liberalismo imobilizar-se nas linhas rígidas de sua definição teórica? Por ser coisa humana tinha que se desenvolver e modificar para se adaptar às exigências da vida à medida que as circunstâncias lho impusessem. Se assim não fosse, acabaria desaparecendo. [...] Perturbado na sua expansão pela interferência da Grande Guerra, o liberalismo, para não perecer, teve que restringir as suas aspirações e conformar-se com o sacrifício de alguns princípios que lhe eram caros. Não pôde mais sustentar, por exemplo, o princípio, [...] da não intervenção do Estado na vida particular dos cidadãos. Não pode mais também defender, [...] o da irrestrita liberdade de pensamento e de propaganda de idéias. [...] O velho liberalismo de outrora, [...], tem que ceder lugar a um liberalismo mais modesto e parcimonioso que renunciando ao propósito ilusório de proporcionar ao homem todas as liberdades, se contente com assegurar-lhe umas poucas de liberdades fundamentais, [...] (OESP, 03-02-1935)

À LSN caberia, assim, a responsabilidade da salvaguarda destas “poucas liberdades fundamentais”:

Não há governo algum que se não defenda, hoje, com a maior tenacidade contra as propagandas que visem destruir, ou quando menos enfraquecer as bases sociais e jurídicas em que assenta. Em todos os países, a começar pela libérrima Inglaterra, são correntes, em nossos dias, as chamadas leis de defesa e segurança social, [...] Ela será, na realidade, a protetora destes restos de liberalismo que ainda fruímos. [...] Ela visa a prevenir as lutas de classes e assegurar a paz e a tranqüilidade na família brasileira. (OESP, 23-01-1935)

Se a Lei de Segurança constitui-se como uma garantia para os “restos de liberalismo que ainda fruímos”, ela não pressupõe a supressão da liberdade de expressão e pensamento:

[...] Não se vê nele, [...], o mínimo aparelho de compressão de idéias. Todas poderão ser expostas e defendidas sem o menor embaraço. O que a lei não permite é que se faça a propaganda de processos violentos ou que se use desses processos para a transformação da ordem política e social. [...] As idéias comunistas, como a doutrina integralista, como a teoria fascista ou o credo nazista, poderão ser explicados, poderão ser divulgados e poderão mesmo ser implantados no Brasil à sombra da nova lei, desde que a propaganda e a implantação se realizem sem recursos aos meios violentos, [...] (OESP, 30-03-1935)

O curioso, nessa afirmação, é que a LSN tipificava os crimes contra a ordem política e social; seu principal objetivo foi enquadrá-los no âmbito de uma legislação especial, submetendo os possíveis infratores a uma pena mais rigorosa, excluindo-se, inclusive, as garantias processuais. Assim sendo, o jornal sempre considerou o comunismo um inimigo da propriedade privada. Se, conforme visto anteriormente, a qualificação de proprietário é o que define o homem enquanto ser humano, atentar contra a propriedade significa atentar contra a vida deste. Neste sentido, haveria, para o OESP, algum meio pacífico, ou seja, não violento, de se implantar um regime comunista no país? Eis a resposta: “[...] o comunismo é uma doutrina assentada na violência e esta não conhece escrúpulos nem compromissos, [...]” (OESP, 06-07-1935)

Fica claro, então, o interesse do jornal em defender a sua liberdade de expressão e pensamento em relação às doutrinas consideradas subversivas. Tal fato torna-se evidente quando o OESP fez uma crítica em relação a um dispositivo do projeto de lei que considerava crime contra a ordem social a incitação ou provocação de ódio entre as classes:

É uma definição demasiada ampla e vaga que pode abrir ensejo a abusos do poder e dificultar a ação da imprensa. Com base neste dispositivo, o ataque ao capitalismo pode ser proibido como poderá sê-lo, também, a discussão do socialismo ou do comunismo, [...] (OESP, 29-01-1935)

O periódico, desde o momento em que o projeto de lei foi encaminhado para discussão e votação no Congresso, já se colocava favorável à sua implantação, argumentando que os dispositivos da lei não feriam os princípios constitucionais:

Está anunciado que será submetido por estes dias à Câmara dos Deputados Federais um projeto de lei destinado a facilitar a repressão do extremismo. Em princípio, nada se tem a objetar contra esse projeto. A própria Constituição foi a primeira a dispor que não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. Partiu dela, portanto, a iniciativa de reconhecer que o Poder Executivo precisa estar habilitado a reprimir toda e qualquer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. (OESP, 23-01-1935)

O jornal conclamava para que se desse ao Executivo o poder para tomar medidas que garantissem a ordem, como a repressão aos comunistas e o fechamento de associações perigosas:

[...] Negar ao Executivo a faculdade de tomar medidas inadiáveis como a do fechamento provisório das associações perigosas, [...], é recusar-lhe praticamente os meios indispensáveis para o exercício de sua missão. É francamente favorecer a ação criminosa das agremiações de agitadores instituídas para a subversão da ordem política e social. (OESP, 20-02-1935)

Assim, diante do recrudescimento da agitação social e, conseqüentemente, do “perigo vermelho”, a LSN significava, para o periódico, um ato de legítima defesa, um recurso que viria a salvar o caráter conservador da sociedade e da democracia brasileira:

[...] é muito sério o perigo que a ordem social brasileira está correndo em conseqüência da atividade dos partidos extremistas, especialmente do partido comunista. [...] Há, no Brasil, [...] uma forte organização comunista disposta a espalhar o terror pelo assassinio e pelo saque com representantes dissimulados na sociedade, na tropa e em outros lugares. [...] A lei de segurança constitui, portanto, para os que querem preservar o Brasil dos horrores de que foi teatro a Rússia e de que estiveram ameaçados outros países onde o comunismo se desenvolveu, [...]. É um ato de legítima defesa. (OESP, 12-03-1935)

Neste sentido, a manutenção do regime democrático do país foi utilizada como justificativa para a adoção da LSN:

[...] Se o espírito democrático condenava ontem os projetos de lei de segurança, [...], é hoje ele próprio quem aconselha a aprovação de leis desta espécie. Não se trata mais de fechar o acesso do governo e do parlamento a adversários políticos. Trata-se de proteger a sociedade e as instituições. [...] É uma partida de vida e morte que a democracia está jogando no Brasil com os seus mais poderosos inimigos. Se não o aparelharmos para vencer, despertaremos, amanhã, quando menos o suspeitarmos, de punho algemados, à mercê de qualquer ditadura. (OESP, 05-02-1935)

Por fim, o OESP justificava, ainda, o apoio ao projeto de lei, sob o argumento de que tal atitude não constituía uma contradição com os princípios liberais pelos quais balizava sua atuação política e cultural:

[...] Insistimos hoje no assunto unicamente para assinalar que os deputados paulistas que tomaram a si nobremente a defesa do projeto não abandonaram as tradições liberais da nossa terra nem estão praticando o contrário daquilo que pregaram, [...]. Embaraçar a atividade dos extremismos violentos é dever de quem ama as nossas tradições democráticas e teme a implantação de regimes tirânicos em uma terra onde tudo convida às doçuras da liberdade e onde reina um horror instintivo a tudo quanto cheira a opressão e violência. (OESP, 08-03-1935)

Diante do exposto, pode-se afirmar que, neste trabalho, Liberalismo não será considerado como sinônimo de Democracia. Ao analisar os interesses sociais que o primeiro sustenta, percebe-se que o pensamento liberal, ao estabelecer relação entre liberdade e livre gozo da propriedade, constrói uma distinção entre uma “comunidade dos livres”, os proprietários, e os não-livres, os não-proprietários. Neste ponto, há de se concordar com Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 23) que, ao analisar a imprensa liberal paulista, considera o pensamento liberal como “uma teoria de dominação social [...] e nesse aspecto é autoritário”.

2.3 - O OESP e o movimento operário

O comportamento do OESP, diante do movimento operário, oscilou entre o reconhecimento das propostas e interesses da classe trabalhadora e a condenação a qualquer protesto ou manifestação por parte desta. No momento em que o movimento dos trabalhadores ganhava maiores proporções, os representantes do jornal, temerosos em relação à manutenção da ordem, passaram a elogiar a atitude repressora e violenta exercida pelo poder público.

Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em novembro de 1930, até o início da reação do governo federal, após os levantes de novembro de 1935, a posição do matutino, em relação a Vargas, alternou-se entre elogios e pesadas críticas. Se os momentos de ruptura e de crítica em relação ao poder, como na revolução de 1932, têm sua origem na defesa dos princípios liberais e nas instituições democráticas, o temor que o periódico nutria em relação ao conflito social, e em maior grau, ao comunismo, fazia com que este aceitasse o fortalecimento do poder Executivo, conclamando a interferência estatal na solução dos conflitos e na repressão aos comunistas. Como veremos adiante, foi nos anos 20 e 30, quando houve o recrudescimento dos conflitos sociais, como greves e manifestações de esquerda, que o jornal realizou, de forma mais nítida e radical, o ataque ao “perigo vermelho”.

Para os liberais do OESP, o temor diante do conflito social se aliava ao temor do comunismo. Na década de 20, em meio às agitações sociais e políticas, o jornal chegou a estabelecer uma comparação entre a realidade brasileira da época à da Rússia pré-revolucionária. Assim, a revolução que levou os bolcheviques ao poder, em 1917, serviria como um exemplo de alerta para os brasileiros. Todos os esforços deveriam ser direcionados para que o mesmo não ocorresse no Brasil.

Os editorialistas do jornal acreditavam que na mistura de raças residia o atraso do país, fragilizando o organismo social, tornando-o suscetível à ação dos “agentes de Moscou”. Acreditavam, também, que o estágio evolutivo em que se encontrava o país tornava-o pouco resistente à propaganda subversiva, que poderia insuflar as massas descontentes, o que, para o matutino, representava o principal perigo para a nação. Neste sentido, evocaram a defesa da nacionalidade como principal arma contra o comunismo:

A criação do PCB⁴⁶ reforçou os temores da classe dominante. A imprensa reagiu contra os disseminadores da ‘utopia desoladora’ e justificou sua repressão em nome da defesa da propriedade privada, um direito natural, cujo desrespeito representava um crime. E os comunistas foram responsabilizados (como até então tinham sido os anarquistas) pelos conflitos sociais. (CAPELATO, 1988, p.105)

Assim, a comparação com a Rússia, divulgada pelo jornal, contribuiu para que houvesse aumento do sentimento anticomunista:

⁴⁶ De acordo com Leandro Konder (2009, p.166), “[...] o PCB não foi criado pela IC: fora criado por gente que atuava no nosso país, que se orientava em função da nossa realidade, [...]”.

Um dos instrumentos mais utilizados diz respeito à comparação de algum fato ou ação de desagrado do jornal a determinados momentos da história, sobretudo aos momentos de maior violência como a Revolução Francesa, o nazismo, [...], e o socialismo, por antagonizar-se com o sistema capitalista. É interessante observar que os fenômenos históricos são comparados com o fim de corroborar uma dada idéia ou imagem que o jornal esteja elaborando. Em outras palavras, há uma seleção dos períodos e fatos históricos que, por seu turno, são interpretados de acordo com a conveniência do jornal. De forma alguma OESP vê a história em toda a sua complexidade, o que implicaria fundamentalmente a observância de suas contradições, controvérsias e perspectivas distintas, [...] (FONSECA, 2005, p. 319).

O temor em relação à ideologia moscovita aumentou significativamente na década de 30. Um dos motivos foi o manifesto lançado por Luiz Carlos Prestes em maio de 1930, quando este rompeu com os seus antigos companheiros tenentistas e passou a pregar uma revolução de caráter agrário e antiimperialista, constituída por um bloco de camponeses e de soldados, os sovietes.

O manifesto teve grande repercussão nas páginas da imprensa anticomunista. O general da “Coluna Invicta” foi transformado em um dos principais inimigos da nação, pelos jornais que até então haviam enaltecido os seus feitos à época da Coluna. A proposta do manifesto, tão logo identificada com o comunismo, foi encarada como estranha à natureza e às aspirações do povo brasileiro. “Os reformadores liberais, que desejavam acima de tudo ver o Brasil alçado à condição de grande potência no mundo capitalista, interpretaram o manifesto como negação de seu projeto.” (CAPELATO, 1988).

As propostas de Prestes provocaram um recrudescimento da reação contra o comunismo. Prestes aparecia como um inimigo nacional. O anarquismo deixou de ser o principal responsável pelas crises sociais. A partir daquele momento, o comunismo transformou-se no adversário principal, numa séria ameaça ao “progresso dentro da ordem”. O Comunismo justificou todo o apoio dado às medidas repressoras e violentas empregadas pelo poder público no combate aos “subversivos”. Para Júlio de Mesquita Filho (1954, p. 15), Luiz Carlos Prestes, “[...] abjurando as suas antigas crenças, se transformara no campeão do totalitarismo de esquerda na América do Sul, [...]”⁴⁷.

Se, antes, o povo brasileiro era descrito como semelhante em relação ao russo, o jornal, após a publicação do manifesto, destacou a incompatibilidade da índole e do comportamento deste em relação ao bolchevismo. Assim, a nomeação do “Cavaleiro da

⁴⁷⁴⁷ Na mesma obra de Júlio de Mesquita Filho, aparecem outras denominações para o “Cavaleiro da Esperança”, como, por exemplo, “o líder do comunismo na América do Sul” (p. 08) e “aquele que se tornaria mais tarde uma das mais poderosas forças de revolução social jamais registradas pela história política do País” (p. 14).

Esperança” como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi o principal motivo para a associação do movimento ao comunismo.

Dado o recrudescimento do movimento operário a partir de 1917, a “questão social” ganhou importância no projeto político dos liberais do OESP. Diante do aumento efetivo das manifestações operárias, o periódico reconheceu a necessidade de uma legislação social. Embora defendessem a não intervenção do poder público nas relações entre a classe patronal e a operária, o jornal, no final da década de 1920, começou a rever sua posição diante da necessidade de se solucionarem os conflitos sociais.

Estes constituíam-se em obstáculos à evolução pacífica e ordeira do país em direção ao progresso, além de servirem unicamente aos interesses dos “agitadores vermelhos”:

[...] Movimentos para subverter a ordem constitucional só podem ser planejados por extremistas vermelhos, mas esses não encontram apoio nas massas nem contam com elementos sérios para uma luta decisiva. O mais que fazem é fomentar dissensões entre os adversários com a esperança de que se venham a lançar uns contra os outros e, assim, facilitar-lhes uma tentativa de assalto às instituições e à sociedade. Só os extremistas, também, poderão lucrar com a alteração da ordem. [...] Os outros, os que não são extremistas, só tem o que perder com movimentos sediciosos. (OESP, 21-03-1935)

As propostas positivistas de reorganização do mundo do trabalho por meio da conciliação e cooperação entre capital e trabalho, em que o Estado emerge como uma instância responsável pela regulamentação das relações trabalhistas, foram aceitas pelos representantes do OESP. Estes acreditavam que os conflitos entre a classe patronal e a operária constituíam uma séria ameaça à integridade do corpo social.

Para o jornal, a plena efetivação da democracia “paulista”, em um ambiente político-social de paz, dentro da ordem, requeria a participação de todas as classes, organizadas e cooperando⁴⁸ umas com as outras:

Se não houver em todas as classes um largo espírito de cooperação e renúncia, se não soubermos conter as nossas paixões e orientar os nossos passos no caminho do direito e da justiça, não escaparemos aos transe da anarquia e aos tormentos ditatoriais que a elas, [...], se seguem. (OESP, 26-04-1935)

⁴⁸ De acordo com Francisco Fonseca (2005, p. 413), “[...] embora jamais afirmasse rejeitar os conflitos – passíveis de expressão numa sociedade que se requer liberal-democrática –, a grande imprensa os vetou no cotidiano das relações sociais, requisitando, de forma ora velada, ora explícita, a ‘harmonia’ entre as classes. Um dos seus objetivos, aliás, foi justamente tentar promover tal ‘conciliação’. No entanto, quando ela se tornou inviável, não hesitou em solicitar a coerção, por meio dos aparelhos repressivos do Estado, [...]”.

Ao comentar as comemorações referentes ao Dia do Trabalho, o jornal destacou a maneira disciplinada e ordeira com que os trabalhadores se comportaram, demonstrando, assim, as relações pacíficas entre capital e trabalho no Brasil:

A data de primeiro de maio, [...], transcorreu sem agitações deploráveis. É assim que, em uma democracia, como a do Brasil, onde não há barreiras intransponíveis separando as classes e onde se sente, entre os patrões, o desejo real de melhorar a situação dos operários, ela deve ser comemorada. A violência, no Brasil, para a solução das controvérsias entre operários e patrões é um verdadeiro crime pois que, dentro da paz e da ordem, não haverá reivindicações operárias, quando razoáveis e justas, que deixem de ser satisfeitas, [...] (OESP, 03-05-1935)

O fantasma do perigo comunista justificou o apoio a todo tipo de repressão e, também, às medidas mais rígidas de controle social e de maior intervenção do Estado nas questões sociais. O OESP, nos primeiros meses do governo Vargas, temendo que as dificuldades econômicas pudessem agravar o problema social, acabaria concordando com a necessidade de uma legislação trabalhista. A criação do Ministério do Trabalho foi elogiada pelo jornal, na esperança de que os conflitos sociais fossem resolvidos:

Tem razão o senhor ministro do trabalho: a revolução de 30 abriu novas perspectivas ao operário brasileiro. Com efeito, o principal de sua obra legislativa foi-lhe consagrado e muitas das reivindicações dos trabalhadores, acolhidas com interesse até pelos que ainda pouco supunham o Brasil o paraíso do capitalismo egoísta, [...] (OESP, 02-01-1935)

O jornal reconhecia a luta dos trabalhadores para se organizar em defesa dos interesses da classe, desde que se mostrasse justa e realizada de forma disciplinada e dentro da ordem, colaborando assim, para o desenvolvimento do país. Entretanto, o matutino enfatizava que a defesa do operário não significava tolerância com o comunismo. Os comunistas deveriam ser reprimidos de forma severa, pois constituíam “um caso de polícia”:

Sempre mereceram nossa inteira simpatia os movimentos e as iniciativas surgidas com o propósito de aliviar e reerguer qualquer classe oprimida da sociedade. Mais de uma vez temos tomado francamente posição ao lado dos que lutam e combatem em prol de aspirações legítimas contra toda espécie de opressão. Nem outra coisa forma a tradição desta casa, onde os valores verdadeiramente humanos primaram sempre sobre todos os outros, [...] (OESP, 18-01-1935)

Os seus articulistas apresentaram-se como ferrenhos defensores dos direitos e das reivindicações operárias, ao mesmo tempo em que se diziam neutros em relação aos interesses

das classes dominantes e do proletariado. Assim, por não representar nenhum interesse específico de qualquer setor social, o periódico concorreria, unicamente, para a manutenção da paz social.

Entretanto, tal comportamento reflete, também, a intenção do jornal de combater a influência que as propostas antiliberais⁴⁹ poderiam exercer no interior do movimento operário, por meio da construção de um consenso positivo, no seio das massas trabalhadoras, em relação aos valores do capital. Ao invés de colocar-se abertamente em defesa dos interesses patronais, o periódico concentrou-se no “[...] espraçamento dos valores liberais e capitalistas aos próprios trabalhadores, [...]” (FONSECA, 2005, p. 187-188). Neste sentido, a “paz social” nada mais representa do que a salvaguarda da propriedade privada e a garantia ao desenvolvimento do sistema capitalista no país.

2.4 - Contra o comunismo, a (des) informação

Para os representantes do OESP, a reorganização do mercado de trabalho, no Brasil, estava condicionada à formação de uma mão-de-obra disciplinada e capacitada. Neste sentido, além de objetivar o desenvolvimento físico do trabalhador, de forma que pudesse desenvolver habilidades e comportar-se de maneira ordenada, havia a preocupação com a formação da conduta e caráter deste, por meio de uma educação cívica e moral.

A valorização da mão de obra nacional resultou de dois fatores: a diminuição do fluxo imigratório e a preocupação com o recrudescimento do movimento operário, associado à presença do trabalhador imigrante. Responsabilizados pelos conflitos sociais, os trabalhadores estrangeiros foram transformados, pelos jornais, em “desordeiros”, “indisciplinados”:

A necessidade de defesa social data de pouco tempo para cá. Até alguns anos atrás, os extremistas não ameaçavam a instabilidade das instituições nacionais. A sua propaganda era insignificante e os seus adeptos não eram numerosos. Mas, com o andar dos tempos, a situação mudou. O afluxo de estrangeiros, [...], fez crescer, rapidamente, no Brasil, o número de agitadores e a convulsão política, [...], favoreceu a proliferação de todas as ideologias nocivas. Hoje, elas constituem um perigo sério. (OESP, 05-02-1935)⁵⁰

⁴⁹ Além do comunismo, o fascismo também representava, para os editorialistas do OESP, uma séria ameaça aos valores liberais. No editorial do dia vinte e cinco de abril de 1935, por exemplo, o jornal fez uma crítica em relação ao movimento integralista liderado por Plínio Salgado, ressaltando o divórcio existente entre a teoria fascista e a orientação prática daquele movimento: “[...] o integralismo mostrou que é uma coisa nos livros e outra coisa na realidade. Nos livros, é a última palavra da hierarquização e da ordem, [...]. Entretanto, na realidade, revelou-se, apenas, elemento de confusão e desordem, [...]”.

⁵⁰ O jornal elogiou o dispositivo da LSN que permitia o cancelamento da naturalização do estrangeiro que favorecesse atividades que resultassem em risco aos interesses nacionais. (OESP, 02-02-1935)

A formação do caráter e do comportamento do trabalhador nacional tinha por finalidade torná-lo “imune” às influências perniciosas das ideologias revolucionárias trazidas para o país pelo elemento estrangeiro. A inserção do trabalhador nacional no mercado de trabalho deveria ser feita de forma a torná-lo produtivo e, ao mesmo tempo, disciplinado, dócil, domesticado:

[...] O adestramento do corpo e do espírito do trabalhador nacional, com o objetivo de torná-lo apto para as relações contratuais, implicou uma proposta educacional cujo caráter repressivo possibilita defini-la como sinônimo de domesticação. O controle sobre o trabalhador explica a importância atribuída à disciplina do corpo e da mente. Como as greves de resistência e várias outras manifestações do movimento operário desarticularam as formas de dominação, em certas circunstâncias optou-se por criar um outro tipo de trabalhador - ordeiro - para fazer frente àquele que se tornara subversivo. (CAPELATO, 1988, p.94-95)

Para criar este “novo” trabalhador e, ao mesmo tempo, preservar o *status quo* político, social e econômico, o jornal utilizou sua principal arma: a informação. O periódico procurou desqualificar os instrumentos de reivindicação da classe operária, como, por exemplo, manifestações grevistas, associando-os ao “perigo” dos agitadores sociais:

[...] Estas são o instrumento de que deliberadamente se serve uma minoria, que acidentalmente a domina para dar ao movimento um aspecto pouco simpático e tornar as partes inconciliáveis, o que é o ideal dos elementos subversivos, para os quais as greves são uma arma política, e não um meio de pugnar por legítimas reivindicações, [...] (OESP, 18-01-1935)⁵¹

Para o jornal, o efeito direto de um movimento grevista pode se revelar contrário à intenção dos que o idealizam, transformando-se na razão de instauração de um estado de ditadura, seja ela de direita, ou, de esquerda. Nenhuma destas formas autoritárias de governo, segundo o OESP, concebem o direito de greve porque, para elas, o Estado deve sobrepujar aos interesses das classes e subjugar a liberdade de ação destas, fazendo, assim, prevalecer sua vontade.

A greve seria, também, a causa da impopularidade do movimento operário: “A opinião pública será a primeira a revoltar-se contra o abuso desse instrumento de luta [...] As mais

⁵¹ “A percepção acerca do mundo do trabalho estrutura-se na suspeição intrínseca de que os trabalhadores são revolucionários, tendo por trás de si ‘grupos radicais’. Trata-se também de uma construção imagética exagerada, dentre tantas outras produzidas estrategicamente pelo jornal, que, dessa forma, quer impedir toda e qualquer possibilidade de greve, [...]” (FONSECA, 2005, p. 404).

justas reivindicações virão a ser, [...], mal recebidas e prejudicadas. Não há movimento algum que vingue sem o apoio da opinião pública” (OESP, 22-01-1935)

Em outra ocasião, o OESP condena a greve, amparando-se no princípio de que as manifestações dos trabalhadores instauram um poder na sociedade que ameaça a ação do Estado. Tais manifestações provocam, também, a quebra da disciplina e da hierarquia, indispensáveis na condução dos “negócios públicos”:

Quando foi da greve dos correios, negamos aos funcionários públicos o direito de recorrer a este processo de ação. O interesse público, observamos então, está acima de todas as pretensões individuais. Reconhecer aos funcionários o direito de greve é permitir, dentro do Estado, a constituição de um poder novo com forças para enfrentá-lo, e, portanto para embaraçá-lo no exercício regular das suas funções. É, por outras palavras, abolir a disciplina e suprimir a hierarquia, coisas essenciais para a boa marcha dos negócios públicos e coisas sem as quais não subsiste nenhuma organização, quer social, quer política. (OESP, 01-02-1935)

O elogio à política trabalhista de Getúlio Vargas constituiu outra importante arma contra o comunismo. Comparou-se, assim, a situação do Brasil em relação à Rússia:

[...] não há, por parte do governo, má vontade. [...] Quando não fosse um crime contra a coletividade, as greves, [...], seriam inúteis. O que se dá com o funcionalismo é o mesmo que se dá com o operariado. Não há contra ele, do lado do governo, a mínima hostilidade. Não há, sequer, má vontade. Tudo quanto o governo pode fazer por ele, sempre o faz. Não há justificativa, por isso, para os movimentos grevistas de que temos sido testemunhas e vítimas. Se alguma censura o governo pode merecer será antes pela benevolência com que acolhe todas as reclamações que lhe fazem. [...] Em nenhum país do mundo o operariado leva uma existência que se possa comparar de longe à que desfruta o operariado brasileiro. [...] Livre da férrea disciplina, que oprime os trabalhadores da Rússia, e sem as aflições em que a falta de trabalho traz o operariado dos outros países o do Brasil goza de uma vida isenta de opressões, atravessa os dias sem padecimentos cruéis, tem o pão garantido e olha o futuro sem temor. Trocar o certo dessas vantagens pelo incerto das promessas com que os agitadores lhe acenam seria a mais lamentável das loucuras. [...] Não seja ingênuo. Abandone as utopias, reconcilie-se com a razão e o bom senso e cerre os ouvidos às cantilenas dos agitadores de verbo sonoro e coração duro. (OESP, 03-03-1935)

As denúncias em relação à situação da classe operária serviam, também, para criticar o trabalho dos comunistas junto às massas trabalhadoras:

Pelo que contam os romancistas e pelo que narram os viajantes, a situação do operariado nacional, no norte do Brasil, é das mais precárias. Salários miseráveis, escravização aos patrões por dívidas que nunca pagam. O contrário exatamente do que sucede com o operário do sul. Aqui, não só lhe sobeja trabalho como os salários são mais elevados, o teor de vida mais confortável e a liberdade de ação plenamente garantida. Não há patrão que se atreva a abusar do operário e não há operário que, com trabalho e tenacidade, não consiga converter-se em patrão. Entretanto, é para aqui que convergem as atividades dos comunistas e contra São Paulo é que se desfecham as setas mais hervadas dos protetores do operariado nacional. [...] Se, realmente, houvesse amor ao operariado entre os que se dizem seus amigos e defensores, já estaria travada, a esta hora, no Brasil, uma campanha em prol dos operários do norte, [...] (OESP, 30-07-1935)

Além das questões concernentes ao mundo do trabalho, falsas informações acerca do sistema de ensino na Rússia também foram utilizadas no sentido de “conscientizar” a população nacional quanto às consequências que a adoção do comunismo traria ao país. Sob o título “As proporções do Problema Escolar na Rússia” (01-03-1935), o jornal publicou que, naquele país, não havia escolas suficientes para atender à demanda de alunos. A consequência imediata que tal situação gerou foi a divisão do período escolar em três turnos o que, segundo o OESP, prejudicava o rendimento do ensino e o desenvolvimento cultural dos estudantes.

Além da questão educacional, o OESP comentou a situação da opinião pública e da imprensa em um sistema de governo ditatorial⁵²:

[...] Depois da guerra, entretanto, há por toda a Europa eclipses da liberdade. Habitaram-se as massas à idéia de violência, e a maior parte dos que se agitam sonham com ditaduras, brancas ou vermelhas, que são outras tantas negações da liberdade. O fenômeno mais terrível e preocupante vem a ser o da mecanização das idéias, que determina, em muitos países de onde a liberdade desapareceu, a falta de opinião pública inteligente. Chega-se à terrível conclusão de que, após difundida a instrução, a opinião pública não é raro menos inteligente do que no passado, quando era mínima tal difusão, [...]. Fizera Marx, há cerca de oitenta anos, a amarga constatação de que nas sociedades modernas é muito mais fácil plasmar a opinião pública, do que no passado. [...] Um partido de ditadura que por meio da violência venha a conquistar o governo, seja embora ínfima minoria, poderá em pouco tempo transtornar a opinião pública e plasmá-la ao sabor de suas exigências, [...]. Um governo que ora disponha de toda a imprensa, do teatro, do cinema, do rádio, poderá, repetindo todos os dias as mesmas coisas, [...], fazer crer facilmente - como na Rússia, na Alemanha, na Itália - que o chefe é

⁵² É interessante ressaltar que, no Brasil, os métodos de propaganda política e controle da imprensa, adotados por Getúlio Vargas antes mesmo da instauração do Estado Novo, foram fortemente influenciados pelo modelo nazi-fascista. Assim, de acordo com Maria Helena Capelato (2009, p. 80), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, cuja finalidade residia na utilização política, por parte do Governo, dos órgãos de comunicação, foi criado em 1934 sob o efeito da recente organização, na Alemanha nazista, de um Ministério destinado à propaganda. Tal ministério, segundo a referida autora, constituiu-se no “embrião” do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, na vigência do Estado Novo.

onividente, onisciente, onipotente, que realiza sempre grandes coisas, [...] (OESP, 03-11-1935).

A organização familiar constituiu, também, um dos aspectos pelos quais o periódico procurou reforçar um sentimento anticomunista. O OESP, no que tange à prática do concubinato (05-05-1935), alertava que, a exemplo do que ocorria na Rússia, poderia no Brasil, caso o comunismo aqui triunfasse, ganhar o mesmo status que o casamento legalmente instituído. Na sociedade soviética, segundo entendimento do referido jornal, a prática de bizarrices sexuais tornara-se algo já comum.

A questão do aborto e do abandono de incapazes também foi explorada pelo jornal: “Uma das grandes realizações do Bolchevismo, apontadas como a expressão mais bela de seu amor à liberdade individual, é a consagração legal do aborto, [...]” (OESP, 19-05-1935)

“Não houve erro maior na implantação do comunismo que o afrouxamento dos laços familiares. O número de crianças abandonadas na Rússia é extraordinário, [...]” (OESP, 25-08-1935).

Assim, o periódico, em sua prédica anticomunista, empenhou-se em produzir discursos que contrapunham a realidade soviética à brasileira, no que se referia aos valores familiares já solidamente cristalizados em nossa tradição. Dessa maneira, todos os comportamentos e práticas que confrontassem tais valores, como, por exemplo, o divórcio, o aborto, a libertinagem sexual, constituíam, para os liberais do OESP, terreno fértil para o florescimento do comunismo.

Entretanto, segundo Leandro Konder (2009, p. 233), ao mesmo tempo em que se alardeava, aqui no Brasil, serem os comunistas responsáveis pela depravação e desagregação familiar, na Rússia, o governo, contrariando o que afirmava o OESP, se empenhava em adotar medidas que coibissem a prática do divórcio e impedissem a do aborto. Além disso, grande parte dos dirigentes soviéticos demonstrava um comportamento conservador, ao criticarem o liberalismo excessivo, no tocante ao núcleo familiar, presente na legislação vigente após a Revolução de 1917.

Outra questão que mereceu especial atenção por parte dos editorialistas foi o “ateísmo” bolchevique. Estes, cientes da força que a religião cristã exercia sobre a consciência da maioria da população, utilizaram-se da grande influência do cristianismo como forma de fortalecer o repúdio aos “infiéis vermelhos”: “Quando o comunismo triunfou na Rússia, tratou logo de eliminar a religião e enfraquecer a família, [...]” (OESP, 18-08-1935) Em um artigo

com o título *Os dois Evangelhos*, Plínio Barreto, redator-chefe do jornal, contrapõe Marx a Jesus Cristo:

Os altares, que na Revolução Francesa foram erguidos à Razão, seriam erguidos hoje à Brutalidade [...] Mas é preciso que nos acautelemos. Tenhamos tento. Não é pela violência que a humanidade chega à paz e à felicidade; a experiência já esta feita. Não é pelo desprezo dos valores morais que o homem se eleva na escala dos seres e se protege da perversidade dos seus semelhantes [...] Se temos de nos decidir por um dos judeus que disputam a direção da humanidade, decidamo-nos pelo que pereceu na cruz. Entre Marx e Jesus não hesitemos; fiquemos com este. Este nos dá tudo o que necessitamos: paz de alma, pureza de consciência, fraternidade humana... O outro, o judeu da Alemanha, que é que nos dá? O que na Rússia estamos vendo: a fome, a escravidão, a miséria moral nas suas expressões mais horrendas, a luta, o sangue, o desespero... Entre o evangelho do amor, o do Galileu, e o evangelho do ódio, o do teutônico; entre o evangelho da solidariedade humana, o do Sermão da Montanha, e o evangelho da guerra de classes, o do Manifesto do Partido Comunista... escolhamos sem demora. (OESP, 25-03-1932, Apud CAPELATO & PRADO, 1980, p. 106)

A ameaça comunista fez com que os liberais reconhecessem o importante papel que a Igreja⁵³ desempenhava na conformação de um comportamento social disciplinado. Nesse sentido, os valores cristãos, identificados com o caráter e com a índole do povo brasileiro, foram valorizados no combate aos “vermelhos”, considerados “inimigos da fé, da família”. De adversária no campo político e pedagógico, a Igreja passou a representar um forte aliado na luta contra o comunismo:

Não é preciso ser católico militante, basta ter educação cristã e possuir sentimentos humanitários para compreender e aplaudir o programa de ação social que os católicos, em várias partes do Brasil, lançaram para combater o comunismo e defender a nossa organização social, [...]. Já de há muito se estava fazendo sentir a necessidade da congregação de todos os elementos contrários aos processos bárbaros de atividade política e social que o comunismo russo aplica, a fim de afastar do Brasil a catástrofe que seria a adoção desses processos no meio do nosso povo. O comunismo é a destruição da família, é a abolição da personalidade humana, é a escravização de uma nação a um partido, é a eliminação da propriedade particular, é a supressão de todos os valores espirituais, é a afirmação do mais grosseiro e brutal materialismo. Para ele, nenhuma importância tem a vida humana. Não há dor que o detenha, não há sofrimento que o faça recuar. Na execução dos seus propósitos varre tudo que encontra diante de si com ímpeto e crueldade. [...] Quem ama a sua terra e não deseja vê-la ensangüentada pelo mais duro dos regimes políticos que a loucura dos

⁵³ “[...] Na história do anticomunismo brasileiro, a religião e os religiosos desempenharam o principal papel, notadamente no que respeita à elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação. Prova disto é o fato de que os anticomunistas vinculados a outras posições ideológicas procuravam sempre atrair a Igreja para a luta, invariavelmente atribuindo-lhe a posição de liderança, [...]” (MOTTA, 2002, p.43).

homens imaginou, tem o dever de lutar contra essa ideologia feroz, [...] (OESP, 24-07-1935)

Ao retratar a vida cotidiana dos trabalhadores na Rússia, após a Revolução de 1917, o jornal valeu-se de artigos escritos por um jornalista norte-americano⁵⁴, H. R. Knickerbocker, que permaneceu na União Soviética, por algum tempo, para destacar as transformações provenientes da implantação do comunismo. É interessante observar o modo furtivo com que o periódico utilizava-se de tais escritos, na construção de uma imagem positiva em relação ao capitalismo americano, em detrimento de uma negativa em relação ao comunismo soviético.

Embora sejam doze artigos, todos sob o título “Como vivem os trabalhadores sob a ditadura proletária?”, vale a pena reproduzi-los, se não integralmente, pelo menos algumas de suas passagens, para que se possa melhor compreender a maneira como “o país dos bolcheviques” foi retratado pelo OESP.

[...] como vivem hoje esses homens depois de dezessete anos de ditadura implantada em seu nome? [...] Que podem os trabalhadores dos outros países colher da experiência dos seus colegas da União Soviética? [...] Os propagandistas soviéticos, ufanos das realizações nacionais, raras vezes mencionam as desgraças de Moscou: silenciam sobre suas crises de fome e se comprazem na contemplação do futuro. O melhor que tem a fazer um observador imparcial é registrar o que se vê na Moscou de hoje. O seu primeiro contato com a aparência falsa de alegria, [...], lhe desperta a lembrança da triste Moscou de quatro anos passados e lhe faz vir aos lábios esta primeira pergunta: - Mas isto será a Rússia Soviética? [...] Os bolcheviques dizem que a América capitalista agoniza, mas os pedintes de Moscou ainda preferem o dinheiro americano. (OESP, 26-03-1935)

No segundo artigo, o norte-americano diz:

Os Bolcheviques acreditam haver encontrado um meio de obter mais frutos do que o mundo capitalista. Denominaram esse meio, o meio Soviético, ‘Socialismo’ e afirmam ser o caminho para a finalidade mais distante, o ‘comunismo’, quando cada um receberá de acordo com a sua necessidade e cada qual trabalhará de acordo com sua capacidade e todos serão ricos e felizes. Mas a maneira soviética hoje é mais facilmente compreensível se imaginarmos um poderoso capitalista, [...], que fosse dono de todo o país até o último palmo de terra, com todas as fábricas, minas e usinas. Todos os seres humanos dentro do país deveriam trabalhar para esse homem, [...], se

⁵⁴ Segundo Leandro Konder (2009, p. 228), a produção de obras acerca da União Soviética, nos anos 1930, cresceu substancialmente: “A quantidade de livros sobre a URSS chegou a tal ponto que, quando Caio Prado Júnior publicou *URSS, um novo mundo*, em 1934, ele começava por advertir: ‘O que se tem escrito sobre a União Soviética é incalculável. Não há hoje assunto mais explorado. Mesmo a literatura brasileira, em regra tão pobre, já conta, entre originais e traduções, um número bem apreciável de obras do gênero’”. Neste sentido, percebe-se claramente a intenção do jornal em escolher, dentre um grande número de escritos sobre a nação soviética, o relato de um jornalista proveniente de um país cujo sistema econômico, político e social representava, para Júlio de Mesquita Filho, o modelo mais adequado à realidade brasileira.

não quisessem ir para as prisões, o exílio, ou serem condenados à morte. Não são apenas seus empregados, mas seus súditos absolutos. [...] Esse potente capitalista, na União Soviética, é o Estado, [...] (OESP, 27-03-1935)

Em relação ao vestuário, o artigo seguinte enfatiza a insuficiência de matéria-prima como, por exemplo, a lã, fornecida aos trabalhadores para agasalharem-se adequadamente. É possível observar, também, uma depreciação da população russa em relação à norte-americana:

[...] Um par de sapatos por biênio, meio metro de tecido de lã e dezesseis metros de tecido de algodão por ano constituem um guarda-roupa bem escasso ainda mesmo para um russo. O prometido par de sapatos, metro e meio de lã e os trinta e um metros de tecido de algodão cada ano ainda colocariam os russos abaixo dos cidadãos da América, mas se os cidadãos soviéticos obtiverem isso vão julgar-se vestidos como príncipes proletários, [...] (OESP, 28-03-1935)

No tocante à alimentação, o jornalista americano destaca a precariedade com que os restaurantes serviam as refeições:

Quarenta homens esperavam para entrar no restaurante. Aguardavam o momento de atravessar por entre algum lixo até uma mesa suja, onde se servia um prato de repolho cozido sem vestígio de gordura, um montículo acinzentado de aveia mal cozida, sem manteiga nem margarina, um arenque seco, tão duro que nele se poderia segurar um prego. Essa refeição era acompanhada de fatias de pão negro, por cima das quais havia uma agudilha de um incrível molho, [...] (OESP, 29-03-1935)

Comparando-se a situação do trabalhador americano à do russo, o próximo artigo versa acerca das horas de trabalho necessárias para obtenção da subsistência:

[...] Um trabalhador soviético, para quem se fundou o governo dos soviets, [...], tem de trabalhar pelo menos dezessete horas para obter a mesma quantidade de alimento que um trabalhador americano pode alcançar com um trabalho máximo de quatro horas, [...] (OESP, 30-03-1935)

Acerca da moradia:

[...] o quarto ficava nos alojamentos da Fábrica. [...] O mobiliário consistia de um leito, um berço, uma mesa, uma arca de madeira, duas cadeiras; na parede, um retrato de Stalin, um relógio barato e mais nada. [...] Uma débil jovem segurava ao colo uma criança de dois meses a quem procurava embalar, enquanto se alimentava com uma sopa rala que enchia um prato. [...] 'Há cinco dias que não temos carne', declarou, [...] (OESP, 31-03-1935).

Se as condições de vida nas cidades não eram as melhores, no meio rural, a situação revelava-se ainda mais precária, a ponto de os trabalhadores preferirem a primeira à última:

Levantam-se antes de nascer o dia e trabalham até depois de escurecer e os mais ricos entre eles ganham cerca de oitos centavos por dia, e se alimentam de pão e batata. Tais são os camponeses russos e é por isso que na Rússia os trabalhadores da cidade não desejam voltar para as fazendas. Essa é uma das, [...], razões porque os proletários russos, [...], se consideram felizes sob uma condição que seria intolerável aos trabalhadores do ocidente. Basta que se comparem a habitação, alimentação e a vida do camponês russo com o que tem o operário para compreender que os oito milhões de camponeses que se transformaram em operários nestes últimos quatro anos passaram a ter uma vida que para eles é luxuosa, embora quase miserável para um ocidental. (OESP, 02-04-1935)

O processo de coletivização veio agravar, ainda mais, a vida miserável do trabalhador do campo, ao suprimir-lhe a “liberdade individual” e a “propriedade individual”.

Um lavrador coletivo na Rússia atual trabalha mais duramente, produz mais e ganha menos do que qualquer outra classe de cidadãos na Primeira República de Operários e Camponeses. [...] Mas já não adianta ao camponês russo gritar por socorro. Depois de cinco anos de uma encarniçada luta contra ele, o governo venceu incontestavelmente. O camponês que lutou por sua liberdade individual, sua propriedade individual, foi batido. (OESP, 03-04-1935)

O Estado soviético emerge como o grande explorador dos trabalhadores, o “poderoso capitalista” a escravizar toda a população. Explorava-se, com isso, uma suposta contradição do regime comunista, ou seja, a de que a construção de uma sociedade livre e igualitária exigia o fortalecimento do poder estatal e, ao mesmo tempo, o combate às liberdades individuais e à propriedade privada:

Um lucro líquido de mil por cento é o que o governo soviético obtém dos camponeses. Uma parca subsistência é o ‘lucro’ dos camponeses e embora a ditadura do proletariado lhes prometa riquezas no futuro, presentemente são eles que carregam sobre os ombros o maior peso da industrialização soviética, [...] (OESP, 04-04-1935)

De que maneira seriam realizadas as eleições e quais seriam as características do sistema democrático em uma sociedade na qual se suprimem todas as liberdades individuais?

Qual a feição da democracia na Primeira República dos Operários e Camponeses? Como exprimem sua vontade os cidadãos soviéticos? Dois mil e quinhentos operários marcham, formados em ordem, para o local da eleição. [...]. Ouvem tocar a Internacional dezessete vezes. Durante três horas e quinze minutos, atentam à oratória de dez discursadores. Ouvem a um homem que, dez minutos antes da hora marcada para o encerramento, se levanta finalmente e anuncia que a ‘Organização Comunista’ recomenda os seguintes candidatos à eleição para os soviets. Lê a lista de nomes.-‘Todos os que forem a favor da votação desta lista, [...], queiram levantar a mão’. Duas mil e quinhentas mãos se levantaram, [...] (OESP, 05-04-1935)

Sobre o Partido Comunista, versa o artigo:

É difícilimo tornar-se membro do Partido Comunista e não menos difícil continuar fazendo parte dele. [...] Este não é de modo algum um partido no sentido que damos a essa palavra, e sim uma casta exclusivista religioso-militar, com uma férrea disciplina. Embora desfrute do poder, não é nada divertido ser um comunista, [...] (OESP, 06-04-1935)

A série de artigos encerra-se com um balanço acerca dos saldos que as transformações, provenientes da Revolução de 1917, trouxeram à Rússia:

Como nação entre as nações, a posição da Rússia tem melhorado consideravelmente durante os quatro últimos anos. O reconhecimento do seu governo por parte dos Estados Unidos e a entrada para a Liga das Nações concederam à Rússia Bolchevista, [...], uma dupla credencial junto à comunhão internacional. [...] Qual foi o custo de tudo isso? [...] Primeiramente, as perdas de vidas na Primeira Revolução Vermelha de 1917 e a Guerra Civil até 1920. Essas perdas foram de alguns milhões. Seguiram-se as perdas de vida durante a primeira fome de 1921. [...] Se se somasse o número de mortes de monarquistas, aristocratas, burgueses da classe média, intelectuais, [...], e políticos opositores, o número de partidários dos Soviets, mortos na defesa do regime e mais os seres humanos, Brancos ou Vermelhos, mortos de fome, [...], o total certamente passaria de, [...], milhões. [...] Tal é a Rússia. O sofrimento é o seu estigma. (OESP, 07-04-1935)

Nos textos apresentados, percebe-se, claramente, a intenção do jornal de, por meio de uma prática jornalístico-pedagógica, contrapor ao comunismo o modelo liberal-democrático adotado nos Estados Unidos, considerado ideal para o Brasil⁵⁵:

⁵⁵ “[...] o intento de instaurar a hegemonia liberal é claro, pois, embora procure atenuar o sentido conferido ao ‘consenso’, a luta ideológica desnuda-se ao procurar provar a superioridade do liberalismo em relação ao socialismo, por exemplo. As imagens formuladas estabelecem a (tradicional) dicotomia entre a ‘liberdade’ – tomada abstratamente – e a suposta homogeneização do homem” (FONSECA, 2005, p. 188).

[...] E que é que pretende o socialismo? Se não nos enganamos, um padrão de vida capaz de garantir a todos a felicidade e o bem-estar que hoje é o apanágio de alguns apenas. Pois bem, senhores. Onde esse ideal foi até agora atingido, senão nos Estados Unidos, terra por excelência da livre concorrência, da liberdade individual e onde a ausência quase absoluta de um partido de extrema esquerda nos está a demonstrar o exotismo dessa planta no Continente Americano? [...] (JMF, Apud, SALONE, 2009, p. 26)

Júlio de Mesquita Filho mostrava-se um ardoroso apreciador da sociedade norte-americana, a ponto de enxergar convergências entre os yankees e os paulistas. Além disso, sugeria que se adotasse, aqui no Brasil, o paradigma social e econômico americano.

Nesse sentido, para os representantes do OESP, a solução para os problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelo país, encontrar-se-ia somente nos limites de um regime “democrático” de governo. Por outro lado, a instabilidade político-social resultava da adoção de regimes ditatoriais, mesmo que provisoriamente:

A não ser dentro da democracia não se resolverão satisfatoriamente os problemas políticos brasileiros, pois que a nossa evolução histórica se operou sempre no sentido democrático. Todos os regimes ditatoriais no Brasil foram transitórios e nenhum conseguiu manter-se sem provocar [...] agitações e movimentos armados. Dir-se-á que, também, nos regimes constitucionais, houve perturbações da ordem. Houve, é verdade, mas sempre se deram [...] por causa das tendências democráticas do povo. Em todas as vezes que se verificaram, o governo havia enveredado por caminhos anti-democráticos. Enganam-se, portanto, os que supõem possível e vantajosa no Brasil uma experiência de regimes francamente ditatoriais. Tudo quanto se traduzir em absorção das liberdades individuais, [...] será motivo de repulsa geral e de lutas ardentes. A intromissão do Estado na vida econômica já não está sendo tolerada com ânimo passivo. É fácil imaginar com que ânimo seria recebida essa intervenção quando se estendesse a todas as manifestações da vida particular dos cidadãos. Ai do governo que pretendesse impor nos brasileiros um só modo de pensar, uma só crença religiosa, uma só doutrina política e social, um só partido, a abdicação total de sua personalidade nas mãos do Estado. [...] A democracia está na massa do nosso sangue, [...] (OESP, 17-04-1935)

Para o periódico, a democracia seria, então, o único regime político compatível com a índole e com a cultura política dos brasileiros.

[...] a democracia carrega a culpa dos males que afligem o mundo. Entretanto, a vida só é tolerável nos países onde ela domina. Nenhum dos regimes ditatoriais ainda proporcionou ao público a felicidade que todos lhe prometeram. Nos lugares onde eles reinam, o mal-estar coletivo não diminuiu e a prosperidade ainda não saiu da zona indecisa das coisas que estão por vir, [...]. Se as ditaduras ainda não deram o que prometeram e a experiência histórica assegura que jamais darão, por que trocar, por elas, o regime democrático? Se todos são imperfeitos, se nenhum assegura ao povo a paz e a prosperidade, fiquemos, então, com aquele que tem sobre os demais, quando menos, a vantagem de poupar a dignidade humana e de manter os cidadãos num ambiente de liberdade. [...] os princípios democráticos, [...], são os que mais se afinam com o nosso temperamento e os que se fazem mais contraditórios na tradição política de nossa gente, [...] (OESP, 02-03-1935)

Porém, fica claro, após uma leitura mais atenta dessa passagem, que a Democracia, mesmo com seus males e imperfeições, constituir-se-ia no único regime de governo que, “por poupar a dignidade humana e [...] manter os cidadãos num ambiente de liberdade”, possibilitaria a construção, via manipulação, de uma opinião pública que refletisse os valores defendidos pelos liberais do OESP. Se a hegemonia política se conquista pelo consenso, nada mais oportuna do que a escolha feita.

2.5 - O liberalismo como solução para a “questão social”

Conforme vimos acima, para o OESP a solução para os conflitos sociais não implicaria a adoção de regimes considerados ditatoriais, como, por exemplo, o comunismo, mas, sim, a defesa dos princípios liberal-democráticos, como as liberdades individuais e o direito de propriedade. A inserção do trabalhador nacional no mercado de trabalho deveria ser precedida por um processo pedagógico que tornasse a classe operária disciplinada e produtiva, ao mesmo tempo em que protegida da influência das ideologias consideradas “exóticas”.

É no pensamento político de John Locke que se baseavam os representantes do matutino, em suas propostas para a organização do mundo do trabalho. Nesse sentido, a aceitação da presença do Estado, enquanto organismo regulador das relações entre capital e trabalho, era justificada pela necessidade de preservação da ordem social e, conseqüentemente, da propriedade privada. A defesa dos princípios liberais no campo social revelava a preocupação do periódico em evitar qualquer risco às bases econômica, política e social, por meio das quais se dava a dominação sobre os não-proprietários. Para o jornal, a satisfação das necessidades e direitos da classe operária deveria ser encontrada nos pressupostos do liberalismo:

Não aceitou jamais O Estado de S. Paulo o ‘statu quo’ atual como solução definitiva para a chamada questão social. Todos quantos nele labutamos não poderemos sentir-nos em paz com as nossas consciências enquanto o Brasil não estiver em condições de garantir a todos os seus filhos um mínimo de bem-estar econômico, compatível com a dignidade humana, e um máximo de desenvolvimento moral e intelectual de acordo com a capacidade de cada um. Será, entretanto, para isso, necessário repudiar o liberalismo? De modo nenhum. Essa magnífica doutrina opõe-se terminantemente às afirmações categóricas e definitivas. Ao contrário do marxismo, não consente em qualquer espécie de apriorismo. Ela jamais estabeleceu, entretanto, um limite ao progresso, seja este no terreno material, seja no campo das conquistas morais. Aceita o capitalismo, de acordo, aliás, com as mais recentes conquistas da ciência, como uma condição inerente à natureza da civilização ocidental e classifica sua erradicação entre aquelas mutilações que o espírito científico repele categoricamente. Não quer isto dizer, porém, que admita os abusos atuais, nem, sobretudo, que as atividades econômicas se mantenham isentas da regulamentação a que estão sujeitas todas as demais, [...] (JMF, apud, SALONE, 2009, p. 26)

Desse modo, uma das soluções propostas pelos editorialistas do jornal para os conflitos sociais residia na concessão, por parte do Poder Público, de terras aos pequenos proprietários. Além de ser útil para a ocupação de espaços territoriais, o matutino destacava a transformação do trabalhador em proprietário, como medida de combate ao comunismo. A posse, assim, configurava-se como uma arma fundamental contra os inimigos da propriedade privada:

[...] Discriminadas as terras do domínio particular das que são do domínio do Estado, poderia este conceder aos ocupantes destas últimas favores especiais para se tornarem logo proprietários definitivos e, não havendo ocupantes, poderá cedê-las por preços baixos e em condições excelentes, a trabalhadores que desejam subir a pequenos proprietários rurais. Promoverá, assim, [...], o povoamento de regiões, [...] e multiplicará a propriedade, [...], que é uma das melhores formas de se assegurar a estabilidade social e de se combaterem as sedutoras extravagâncias do Comunismo. (OESP, 29-06-1935)

Nesse ponto, percebe-se a influência do pensamento político, econômico e social de Alberto Torres nas concepções dos liberais do OESP. De acordo com Adalberto Marson (1979, p.67), a presença do nacionalismo em Alberto Torres liga-se a questões da dependência financeira e do imperialismo:

O de que precisamos no Brasil é, segundo já observava Alberto Torres, de uma política nacional. A política externa, temo-la traçada pela nossa história diplomática. É a política da paz e do direito. Não cobiçamos territórios alheios e não achamos que seja a guerra o meio mais idôneo para a solução das nossas pendências internacionais. Acreditamos na virtude dos pactos livremente consentidos e fazemos do arbitramento um dos processos ordinários de liquidação das nossas controvérsias com os demais Estados. Mas política interna ainda não a possuímos. Os governos dão-se por satisfeitos quando conseguem viver e as oposições quando não permitem que eles vivam, [...]. Já é tempo de, [...], cuidarmos de uma alta e sadia política de raio nacional, [...]. (OESP, 18-07-1935, p. 03).

O imperialismo, para Alberto Torres, configura-se como resultante da fase monopolista do capitalismo, no qual os países hegemônicos buscaram dinamizar economicamente os países menos desenvolvidos, com o objetivo de transformá-los em fonte de lucro, por meio de financiamentos em vários setores, como o de comunicação, serviços urbanos, dentre outros. A concessão de empréstimos e o consumo de produtos importados também ajudaram a consolidar um estado de dependência financeira.

Dessa forma, Alberto Torres condenou o capital monopolizador, por prejudicar economias baseadas no livre mercado, isto é, quando é a livre concorrência que norteia as relações comerciais entre os países. A monopolização do mercado beneficiou apenas os Estados mais desenvolvidos, levando a economia dos países mais fracos à dependência, por serem incapazes de fazer frente à hegemonia daqueles. (Ibidem, p. 74)

A defesa da livre-concorrência e da igualdade de oportunidades nas relações comerciais entre os países balizou a crítica à política imperialista e aos agentes que serviam aos interesses do capital monopolista:

Em torno dos motivos econômicos e de agentes sociais diretamente envolvidos na atividade de ‘sucção’ e ‘drenagem’ imperialista, centraliza-se o grande ponto de apoio da defesa de métodos econômicos baseados na igualdade de posições econômicas entre as nações. O destaque à natureza principalmente econômica, se contribuiu para o melhor conhecimento do imperialismo, redobrou os temores de que se tratava de uma ‘anomalia’ mais sólida, fincada em forças econômicas e sociais ativas. (Idem, p. 90)

O imperialismo criou um novo tipo de “feudalismo”⁵⁶, por meio da concessão de privilégios econômicos para poucos indivíduos, além da prática de uma dominação

⁵⁶ Luiz Alberto Moniz Bandeira (2007) chama a atenção para a polêmica suscitada entre historiadores, sociólogos e economistas, acerca da presença de traços feudais na organização colonial do Brasil e, consequentemente, na conformação do sistema fundiário brasileiro, até meados do século XX. Para o referido autor, na evolução do sistema capitalista nas estruturas coloniais da América pode-se perceber a persistência de modos de produção distintos em relação àquele. Isto se deve ao fato de que o desenvolvimento histórico apresenta oscilações e descompassos, o que torna possível a coexistência entre diferentes sistemas econômicos,

colonialista. A monopolização do capital e o imperialismo geraram uma total dependência econômica para o Brasil, provocando uma desorganização de suas bases produtivas.

O capital, o transporte e o comércio são o terreno do novo feudalismo que ameaça a civilização material de nossa época - o ouro, o seu novo título de feudo e de vassalagem. [...] As grandes civilizações, que estão fundando, sobre os alicerces do poder econômico, as novas formas de suserania e de feudalismo, [...], constituem monopólios sem conta, instalam privilégios invencíveis, criam e mantêm forças voluntárias de direção e orientação, [...] (TORRES, 1915, Apud MARSON, 1979, p. 93)

Assim, para Alberto Torres, mesmo no período republicano, o país configurava-se como uma colônia. Produzia-se para o mercado externo, ao mesmo tempo em que o capitalista estrangeiro vinha ao Brasil com o simples objetivo de aumentar seu lucro:

Nós vivemos economicamente ainda na situação de colônia. Há a mesma drenagem de riquezas nacionais que no tempo colonial, com a diferença apenas de que, em vez de uma só metrópole, trabalhamos hoje para muitas... Não temos economicamente uma organização autônoma, de forma que tudo se reduz, na nossa vida econômica, a um círculo vicioso de que resulta sempre uma drenagem de nossa riqueza. O capital estrangeiro entra no país com a boa intenção de se valorizar, e dele sai aumentado sempre, arrastando parte do valor intrínseco da terra, [...] (TORRES, Apud MARSON, 1979, p. 93-94)

O OESP, ao classificar a economia nacional como “colonial”, o fazia acreditando que, dada a ausência de capitais, o Brasil via-se “preso” a uma situação de dependência econômica, o que o impedia de relacionar-se, em posição de igualdade, com os países mais desenvolvidos. Júlio de Mesquita Filho, em sua obra *A crise Nacional* (1925, p. 04-05), chegou a criticar as pretensões hegemônicas dos EUA nas Américas, embora o fato não tenha abalado a sua admiração pelos norte-americanos:

sociais e políticos. Assim, certos traços e instituições tipicamente feudais que resistiam em Portugal foram transferidos, mesmo que de uma maneira simplificada e adaptada, para o Brasil. Na classe senhorial que para aqui veio, predominava, em seu comportamento, valores tipicamente feudais. Tais valores foram aqui praticados por meio “das funções militares atribuídas aos sesmeiros, na maioria fidalgos da Casa Real ou funcionários do reino, que se tornaram não só proprietários das terras e dos meios de produção, como, também, detentores da autoridade civil e da força armada, acumulando às vezes as funções de juízes e vereadores. Eles eram vassalos do rei, [...], que desfrutavam de sua proteção particular e, constituindo uma rede de fidelidade, lhe deviam fornecer grande parte das tropas, para a defesa da colônia, [...]” (Idem, p. 44). Outros autores como, por exemplo, Nelson Werneck Sodré, também identificam, na configuração agrícola brasileira, a presença de aspectos do sistema feudal. Para saber mais sobre o pensador marxista ver: CUNHA (2002;2011).

[...] hoje oferecemos ao mundo o espetáculo degradante de costumes políticos só comparáveis aos de alguns míseros aglomerados humanos, que vegetam entre o Pacífico e os Andes, num arremedo de independência, que durará enquanto a serpente ‘yankee’ não faz a digestão das presas com que vai satisfazendo o seu apetite imperialista sempre crescente.

Embora explicasse a situação de atraso do país, atribuindo-a à escassez de divisas, o que obrigava o Brasil a permanecer dependente do capital externo, o OESP acreditava que, sem o concurso da moeda estrangeira, não haveria qualquer possibilidade de desenvolvimento. O crescimento do país dependia do afluxo do capital estrangeiro, mediante empréstimos. Enquanto não alcançasse uma economia capitalista plena, não poderia prescindir da ajuda financeira de outros países. Daí a oposição dos representantes do jornal em relação ao nacionalismo econômico dos tenentes da ANL e às suas propostas de não pagamento da dívida externa. Para eles, honrar o compromisso com os credores garantiria que o auxílio externo não fosse interrompido.

A reforma baseada em um programa nacionalista, proposta por Alberto Torres, fundamentava-se, segundo Adalberto Marson (1979, p. 170) na reorganização do campo econômico, por meio da qual a necessidade primária do homem, a subsistência, seria privilegiada, enquanto a organização da produção para a exportação figuraria em segundo plano. Além disso, constava, desse programa, a organização do mundo do trabalho de maneira disciplinada e “dentro da ordem”.

Assim, havia a necessidade de se regulamentar a organização econômica baseada na grande propriedade, para que esta não ameaçasse a construção e solidificação da nacionalidade. Além de se preocupar com a ruína e com a decadência dos proprietários, Alberto Torres mostrava-se receoso em relação à situação das massas ociosas, abandonadas, pelo poder público, aos vícios e doenças:

Entregues à sua própria sorte, a ‘multidão de vagabundos’ não podia espontaneamente contribuir para a grande obra de constituição da nacionalidade. Abandonados pelos governos e pelas ‘classes superiores’, só lhes restava o consolo dos vícios, quando não o furto, sujeitos à violência e à repressão policial. Em última análise, suas debilidades e seus defeitos vinham da incompetência dos que os governavam e dominavam, [...] (Ibidem, p. 162).

Para o periódico, a situação de pobreza em que vivia uma significativa parcela da população nacional despertava fortes preocupações. Além da ameaça que os destituídos representavam ao patrimônio particular, a pobreza constituía-se como um combustível para o

comunismo. Os pobres eram vistos como um “exército de reserva”, a ser utilizado pelos bolcheviques na eclosão de um movimento social:

A classe dominante brasileira, no período estudado, temia os ‘pobres’. Num país de contraste notório entre a riqueza e a miséria, pairava, ameaçador, o risco de que os ‘pobres’ investissem contra as bases materiais da sociedade. Além disso, não se pode esquecer que a experiência da Revolução Bolchevista introduzira componentes novos nessa ameaça. E tampouco se pode esquecer que vários jornais identificaram a pobreza como matéria prima com que os propagandistas do comunismo trabalhavam, [...] (CAPELATO, 1988, p. 135)

Para Adalberto Marson (1979, p. 174), o programa reformador de Alberto Torres não questionava o direito de propriedade nem a existência do latifúndio monocultor/exportador. Reconhecia-se a importância deste como gerador de riquezas para o país. Havia, no entanto, uma proposta para limitá-lo, minimizando-se, assim, os efeitos negativos e desagregadores do capital externo e do imperialismo. Buscava-se, com isso, modificar a maneira como o capital externo e o imperialismo agiam no país. Os excessos e a monopolização que constituíam um entrave ao funcionamento do mercado baseado na livre-concorrência deveriam ser combatidos. Necessário seria o estabelecimento de uma nova relação com o capital externo, baseada na cooperação e na livre e justa relação de mercado. O erário estrangeiro seria bem-vindo, desde que não constituísse um obstáculo ao crescimento econômico do Brasil.

A fixação do trabalhador nacional no campo, em pequenas propriedades, seria uma das medidas a serem adotadas:

O aproveitamento do trabalhador nacional em atividades produtivas impunha a criação de medidas assistenciais (instrução, bem-estar, saúde, moradia) e o acesso à propriedade. A formação de uma vasta camada de cidadãos proprietários está nos objetivos mais acalentados pelo nacionalista. Respeitando os direitos adquiridos - a propriedade é inviolável - , sugere a adoção de medidas graduais, vagas atribuições que falam no parcelamento de propriedades incultas e terras devolutas, fixação dos trabalhadores em pequenos lotes e organização das camadas agrárias. Sendo a propriedade um dos ‘bens da vida’, o nacionalista sabe reconhecer o seu valor para a consolidação do cidadão nacional, livre e ativo. (MARSON, 1979, p. 174)

Tal posição foi, também, sustentada pelo periódico:

[...] Não condenamos a expedição de títulos de domínio a favor de ocupantes de terras: que apenas subordinamos essa expedição ao concurso das seguintes circunstâncias: que nessas terras haja cultura, que o possuidor tenha nelas a sua morada, que a superfície não exceda de um certo número de hectares, [...]. O pagamento do imposto territorial como título de domínio, sem a exigência de cultura e morada no imóvel e sem a intervenção de um juiz, pareceu-nos e continua a parecer-nos um perigo para o patrimônio do Estado. [...] O que de criminoso se tem feito por esse Estado todo, [...], para baralhar os títulos de propriedade e dar a espertalhões aquilo que, legitimamente, pertence ou a particulares ou ao Estado, não precisa ser rememorado. [...]. Hoje, como ontem, consideramos imoral qualquer proteção que o Estado desse então aos fabricantes de títulos de propriedade sobre terras que jamais exploraram ou que só exploraram em uma parte insignificante, [...]. (OESP, 03-07-1935, p. 03)

Assim sendo, tanto para os liberais do OESP, quanto para Alberto Torres, a melhoria das condições de vida no campo, cuja responsabilidade caberia ao Estado, visava torná-lo atrativo às populações urbanas ociosas. Dessa forma, o acesso à propriedade e o programa assistencialista contribuiriam para a manutenção da ordem social.

Ao abordar a limitação da grande propriedade, Alberto Torres declara:

[...] o Brasil precisa constituir seu povo, dotando as classes pobres da sociedade desse mínimo de segurança e bem-estar, consistente em propriedade, no conhecimento e exercício de uma profissão reprodutiva, na certeza de obter trabalho e remuneração, [...], em instrução de hábitos e vida regular. [...] Nossa política deve mesmo caminhar com mais coragem - sem atacar a propriedade e os direitos constituídos -, no sentido de uma distribuição mais larga das riquezas e de um nivelamento mais completo das possibilidades e dos meios de ação, [...] (TORRES, 1933, Apud, MARSON, 1979, p. 176)

Para JMF (1925, p.54), na evolução econômica brasileira, o latifúndio seria progressivamente substituído pela pequena propriedade, onde o pequeno trabalhador “constitui a maior força democrática da grande potência”.

Dessa forma, no processo de democratização política por meio da adoção do voto secreto, o trabalhador rural exerceria o papel de um “pêndulo regulador do maquinismo político-social, impedindo que o fiel do manômetro do Estado sofra oscilações exageradas entre as duas tendências extremas: o capital e o trabalho” (Ibidem, p. 61-62)

Uma das consequências da democratização da política nacional, segundo JMF, seria o aparecimento do proletariado como uma força ativa no cenário público:

Evidentemente, não tardaria que uma força respeitável, formidável mesmo, se organizasse, sob a orientação das tendências socialistas universais, em cuja órbita passaria a gravitar, desde logo, disciplinada e eficiente, a massa homogênea do proletariado paulista. Era todo um horizonte de reformas sociais a abrir-se ante o eleitorado de São Paulo, e a solicitar a argúcia e o bom senso do brasileiro. Força incontrastável, a reserva dinâmica contida em potencial nas classes trabalhistas do Estado entraria a atuar na vida pública do país, forçando-nos a uma atitude de maior cautela e previdência na orientação dos nossos destinos políticos. (Idem, p. 58)

A força política do operariado representaria um perigo à estabilidade política, econômica e social. Por isso, as suas reivindicações deveriam ser encaminhadas de maneira pacífica e ordeira, por meio do voto nas eleições. Caso contrário, despertariam uma “reação das correntes conservadoras radicadas ao solo, [...] (Idem, p. 60)

Assim, os trabalhadores rurais, transformados em proprietários, atuariam politicamente no sentido de neutralizar as aspirações operárias, contribuindo para a manutenção da ordem política e social:

Tal é a desproporção entre as reservas de energias, entre uma e outra correntes, que dúvida alguma pode pairar sobre o resultado final de um encontro nas urnas, uma vez mobilizadas e regularmente enquadradas ambas as facções. A população rural, muitíssimo mais numerosa, manteria à respeitável distância, o proletariado. (Idem, p. 61)

Ao discursar na cidade de Marília, em outubro de 1935, o então governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que pertencia ao grupo do OESP e era cunhado de JMF, ressaltou a importância da reconfiguração do mundo rural como forma de garantir a paz social. Primeiramente, apontou a maneira pacífica com que se vinha operando a transformação do latifúndio:

[...] Falei em latifúndios. É o tema preferido para a dissertação dos extremistas nacionais, sobretudo dos amadores ociosos, que divagam sobre fatos que desconhecem e pregam doutrinas em que não acreditam. Têm-se divulgado os dados relativos à transformação da propriedade em São Paulo. Sem necessidade de qualquer medida imperiosa e titânica, o parcelamento da terra se vai realizando entre nós com uma rapidez que poucos previram, [...] (Apud CORRÊA, 2002, p. 247)

Em seguida, destacou a transformação do trabalhador em pequeno proprietário como uma maneira eficaz de garantir a estabilidade político-social:

Cada lavrador que aparece como dono de alguns hectares de terra, que ele cultiva com a própria família, é um esteio que se finca para o apoio da ordem social e uma força que se adquire para o progresso coletivo. O que o trabalhador rural, que se torna proprietário, leva para o seu pequeno domínio é um tesouro de provações e perseverança. [...] Vivendo de seu pedaço de terra e para ele, o homem alcança e transmite à família um novo sentido para a vida. A terra passará a lhes guiar para sempre os sentimentos, as idéias e a vontade, [...] (Ibidem, p. 248)

No editorial do dia dezesseis de outubro, o jornal comentou o discurso do governador:

Fiel ao seu hábito de falar somente quando tem alguma coisa que dizer e de nunca dizer senão coisas interessantes, o Sr. Governador do Estado, no seu discurso de Marília, [...], aproveitou o ensejo para examinar a distribuição de nossas propriedades agrícolas, mostrando que os famosos latifúndios, de que tanto falam a ignorância e a demagogia, só existem na imaginação, [...]. O parcelamento da terra em nosso Estado, ao invés do que apregoam os obsessos do latifúndio, constitui, hoje, uma realidade, [...]. A maioria absoluta é, conseqüentemente, de pequenas propriedades. Os famosos latifúndios podem ser contados pelos dedos das mãos, [...]. Naturalmente, que a ignorância e a má fé continuem a doutrinar sobre os latifúndios paulistas e a apontar nosso Estado como um centro tenebroso de barões feudais, de truculentos senhores agrícolas, a explorar a miséria do trabalhador e a assentar a sua opulência no sofrimento e na penúria de milhões de servos da gleba, [...] (OESP, 16-10-1935, p. 03).

De acordo com Adalberto Marson (1979, p. 203), o programa reformador nacionalista de Alberto Torres foi apropriado, também, por outros movimentos sociais e políticos. Assim, “[...] não importa quão fiéis as leituras hajam sido à obra. O que se deve ressaltar é que os diagnósticos e soluções apontados por Alberto Torres são levados em conta, mesmo quando reinterpretados, distorcidos ou até negados, [...] (SADEK, 1978, p. 84). Dentre aqueles movimentos, destacam-se os encabeçados pelos tenentes, como, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora que, conforme veremos no próximo capítulo, constituía-se em uma frente popular cujo objetivo era a regeneração dos princípios revolucionários de 1930 e o combate às oligarquias estaduais, por meio da luta contra o imperialismo, a Lei de Segurança Nacional, o latifúndio e o integralismo.

Capítulo 3: No prelo liberal, aliancista é comunista.

3.1 - O tenentismo no cenário político nacional

De acordo com Marly Vianna (1992, p. 26), desde a proclamação da República, os militares conquistaram uma posição relevante no cenário político. Tal papel de destaque assenta-se nas características das Forças Armadas como um grupo coeso e que possui o recurso à violência como forma de intervenção. Assim, nas décadas de 20 e 30, os tenentes foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do exército, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social (Ibdem, p.27). De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p.114),

[...] Particularmente o exército brasileiro, entre as organizações militares, evoluiu e se constituiu como organização, quer dizer, com normas, hierarquias, padrões de carreira, canais de comunicação etc., independentemente da hegemonia política e ideológica da burguesia. [...] Aberto a diversas formulações ideológicas e influências profissionais - o positivismo, a geopolítica, o nacionalismo, as missões alemã e francesa -, o exército brasileiro necessitou acomodar concepções divergentes quanto à natureza da boa sociedade a ser criada e quanto ao modo de criá-la. Por isso foi levado a desempenhar historicamente o papel de definidor dos limites constitucionais do sistema político brasileiro, [...]

Para Maria Cecília Forjaz (1987, p. 15), nesta fase da vida nacional, marcada pela crise política que abalou os alicerces do domínio oligárquico e em uma economia baseada na exportação, o tenentismo encontrava-se na fase inicial da elaboração de um programa de transformação para a sociedade brasileira. Tal programa ganharia contornos nítidos apenas no final da década, com a crise econômica de 1929, com os preparativos para a sucessão de Washington Luís e com a formação da Aliança Liberal. Davam-se, assim, os primeiros passos para a transformação da sociedade brasileira rumo ao capitalismo urbano-industrial. Nesse contexto, o tenentismo pode ser considerado como um dos agentes dessa transformação. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1965, p. 213),

[...] o *Tenentismo* passará por três etapas bem definidas, embora, como sempre ocorre, imprecisamente limitadas no tempo: na primeira, os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão-somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior,

revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, finalmente, o vínculo será com a oposição federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando, como coroamento, a Revolução de 1930, [...]

Dada a dependência da economia brasileira em relação ao café, seu principal produto, as políticas cambiais sempre tiveram, por objetivo, a defesa e a valorização deste no mercado externo. Entretanto, se tais medidas beneficiavam as oligarquias cafeeiras que exerciam a hegemonia política, prejudicavam, por outro lado, as camadas médias e o proletariado urbano (FORJAZ, 1987, p. 18).

Segundo Virgínio Santa Rosa (1976, p. 30), a classe média, durante a Primeira República, permanecia subordinada política, social e economicamente às oligarquias rurais. O latifundiário constituía-se como uma extensão do barão feudal. Em troca de ajuda material e alimentar, exigia, em contrapartida, a fidelidade política por meio do voto. Estabelecia-se, assim, uma relação de vassalagem⁵⁷. Constituindo-se em maioria, a população rural, por meio das eleições, garantia a manutenção do poder político das oligarquias.

Para Virgínio Santa Rosa (SANTOS, 1978, p.46), havia duas classes fundamentais, durante a Primeira República: os industriais e os proprietários de terra, que constituíam a elite dominante⁵⁸, e os funcionários, comerciantes e trabalhadores industriais e forças militares que, juntos, formavam a classe mais baixa, a “pequena burguesia”. A classe dominante exercia sua hegemonia na sociedade brasileira e não deixava qualquer espaço de participação política para a outra classe. Neste sentido, a ruptura deste monopólio político e o crescimento da pequena burguesia levaram aos conflitos de 1922, 1924, 1926 e 1930:

[...] em toda essa torrente de paixões, o que se condenava, inconscientemente, era um regime levado à falência pelo predomínio do latifúndio, pela sua política de submissão ao imperialismo, por tudo aquilo que, em suma, ficou conhecido como política das oligarquias, que impunham sua vontade ao país. O mal vinha dos fins do século XIX, porém, com o

⁵⁷ Marcos Del Roio (2011, p. 165) chama a atenção para o fato de que várias vertentes de contestação à hegemonia das oligarquias cafeeiras, nos anos 1920, identificavam nas características feudais presentes na organização do sistema fundiário brasileiro, as bases do domínio social, econômico, político e cultural dos “barões do café”. O autor ainda afirma que, embora não seja possível identificar, na formação colonial do Brasil, um sistema feudal idêntico ao europeu, pode-se, contudo, observar certas instituições e comportamentos que se configuram como expressões tipicamente feudais. Tais expressões encontravam-se presentes no cenário social brasileiro até os primeiros anos do século XX. Entretanto, não concordamos com tal assertiva. Entendemos que as relações de trabalho no universo rural brasileiro assentaram-se, desde o período colonial, em interesses predominantemente comerciais.

⁵⁸ Segundo Nelson Werneck Sodré (1985, p. 21), “[...] O avanço da burguesia, [...], sempre sofreu da conciliação com o latifúndio, com a velha classe dominante de senhores-de-terras; essa conciliação foi assinalada, ao longo do tempo, por acordos tácitos, às vezes escritos, com as mais retrógradas formas de ação política, sob o peso esmagador das relações pré-capitalistas no campo”.

governo de Campos Sales, que liquida a componente burguesa, encabeçada pelos militares, que haviam concorrido para a mudança do regime. Nessa liquidação, havia, de resto, claro e evidente, o traço do imperialismo. Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre as suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertenceria ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que se iniciou nos fins do século XIX e que persistiu até depois da Revolução de 1930, [...] (SODRÉ, 1965b, p. 208-209)

Assim, os tenentes, enquanto membros das Forças Armadas, assumiram o papel de porta-voz da pequena-burguesia⁵⁹. Nesta, “[...] os militares apresentavam-se como os elementos mais ativos e interessados em mudanças políticas” (SODRÉ, 1985, p.21), pois não só constituíam um grupo nacional organizado como, também, possuíam o recurso à violência como forma de transformação social. Segundo José Nilo Tavares (1985, p. 62),

Os levantes militares que sacodem o Brasil, desde os eventos do Forte de Copacabana, em 1922, até a insurreição integralista, em 1938, e de que são responsáveis diretos os tenentes, se podem ser explicados, em parte, pelas suas características militares - como ‘coisas de quartéis’ - sintetizam e expressam, no entanto, as contradições existentes em toda a sociedade. Partilhando do controle de um dos instrumentos fundamentais do poder, isto é, da força de coerção e da violência, relativamente organizados e possuidores de uma cultura dos problemas nacionais acima da média da população em geral, os tenentes, pressionados aparentemente por motivos profissionais, com os suboficiais e os soldados, aparecem como espécie de ‘mediadores inconscientes’ das demandas sociais e políticas dos cidadãos.

Para Maria Forjaz (1987, p. 32), o movimento tenentista apresentava um aspecto ambíguo: embora, no período entre 1922 e o exílio da Coluna Prestes, os tenentes lutassem por reformas de cunho liberal-democrata, já aparecia, em sua plataforma de ação, tendências centralizadoras. Buscaram o apoio popular, mas mostraram-se incapazes de organizar politicamente as massas populares. Além do mais, cultivavam uma perspectiva elitista de poder, o que limitou a luta por uma maior representatividade do Estado.

Dentro dessa perspectiva elitista, buscaram alianças junto aos setores dominantes dissidentes. De acordo com Maria Forjaz (1978, p.28), esse comportamento elitista pode ser explicado pelo fato de que o movimento tenentista não acreditava na capacidade das massas populares de participar, de maneira independente, nos processos políticos. Neste sentido, as

⁵⁹ Para Maria Spina Forjaz, o tenentismo assumiu o papel de porta-voz das camadas médias urbanas. Estas, dada a sua dependência política, econômica e social em relação aos setores dominantes, tornaram-se incapazes de organizarem-se em um partido político que expressasse seus interesses e contestasse a dominação oligárquica (1978, p. 22). Contudo, de acordo com a referida autora, embora pertencentes às camadas médias, os militares gozavam de certa autonomia face à sua posição enquanto membros das Forças Armadas (Idem, p. 22).

mudanças político-sociais deveriam ser realizadas em nome do povo, por um setor social que o representasse. Assim, tal movimento concebia a si próprio como uma força capaz de realizá-las.

Após a Coluna, a atenção dos tenentes concentrou-se na preparação de um movimento revolucionário. Manteve-se o caráter elitista e militarista da política, ou seja, não houve nenhum interesse na construção de partidos políticos ou movimentos populares. A revolução consistia, assim, em um movimento puramente técnico, exclusivo de uma vanguarda militar.

Os tenentes mantiveram-se neste trabalho conspirativo até 1929, quando uma parcela destes aceitou colaborar com a Aliança Liberal. Ressalte-se, porém, que a participação dos tenentes na Aliança Liberal fez-se somente no âmbito militar. Além disso, embora tenham ocupado cargos políticos de relevância, durante os primeiros anos do Governo Vargas, os referidos militares não conseguiram manter sob controle os setores oligárquicos estaduais. A aproximação com o Partido Democrático de São Paulo, por exemplo, não se consistiu em uma tentativa tenentista de mobilização popular via partido político, mas para conseguir um financiamento para um movimento revolucionário.

A recusa de Prestes em apoiar a candidatura de Getúlio Vargas não impediu que outras figuras do movimento tenentista, como Juarez Távora e João Alberto, buscassem uma cooperação com os setores oligárquicos dissidentes. Porém, a conversão de Prestes ao marxismo representou um duro golpe para o tenentismo. Abriu-se uma crise na liderança e, respectivamente, na base do movimento. Com a chefia do movimento militar passando para as mãos de Góis Monteiro, os tenentes perderam qualquer possibilidade de liderança militar e política no processo revolucionário de 1930.

As oligarquias dissidentes mostravam-se reticentes em relação ao recurso às armas como forma de alcançar o poder. Acreditavam que a luta pela hegemonia política deveria concentrar-se no campo político-eleitoral:

O movimento de ascensão burguesa, que a crise de 1929 viria a agravar e acelerar, abalando toda a estrutura brasileira, estava na dependência, [...], da conjugação de suas componentes, a militar e a civil, melhor dito, a que pretendia uma reforma efetiva e a que apenas pretendia afastar o latifúndio, submetendo-o sem destruí-lo, a radical e a conciliadora, [...]. Enquanto as duas componentes resistissem à conjugação de seus esforços, o governo tinha condições para manter-se, enfrentando a cada uma, separadamente. O que significa, em última análise, que, sem luta armada, isto é, sem a saída apontada pela componente militar, nada se conseguiria. Foi o que mais demorou a conquistar a consciência dos políticos civis. (SODRÉ, 1965b, p. 220).

No Partido Democrático Paulista, por exemplo, a maioria expressou sua reprovação em relação à proposta tenentista, baseada na luta armada. De acordo com Paulo Nogueira Filho (1958, Apud SODRÉ, 1965b, p. 221),

Restava a grande interrogação: a burguesia que eu integrava, em São Paulo, economicamente satisfeita naquele outono de 1928, aceitaria os riscos da rebelião armada? Para a deposição da oligarquia dominante, não era excessivo para essa burguesia o preço de uma luta cruenta? Afinal, com a oligarquia no govêrno, não estava provado que não corriam risco os privilégios das elites abastadas? A revolução vitoriosa, ao contrário, não poderia aboli-los?

O OESP mostrava-se reticente quanto à participação dos militares nas disputas políticas:

O governo reconhece a todo o cidadão, militar ou não, a liberdade de manifestação sobre assuntos políticos, negando porém o direito de servir-se, em seu interesse e preferências pessoais, da parte de poder público que lhes confiou. Assim, o governo não pode consentir que qualquer funcionário civil ou militar se prevaleça de seu cargo ou de seu posto, a fim de impor a outrem suas opiniões partidárias. Os oficiais do Exército e da Armada podem individualmente manifestar-se em questões políticas, mas não coletivamente, pois como coletividade são instituições nacionais destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. No dia em que pudessem envolver-se em lutas partidárias se desagregariam por dissensões intestinas e deixariam de ser a garantia da pátria, ou matariam a liberdade civil... (OESP, 22-11-1921, Apud FORJAZ, 1987, p. 42)

A relação do jornal com os tenentes durante os anos de 1920 e 1930 mostrou-se nada amistosa. Ao negar-se a prestar apoio ao bloco que sustentava a candidatura de Getúlio Vargas, em 1928, Luiz Carlos Prestes disse:

Qual a vantagem, por exemplo, de têmos entendimentos e ligações com o ilustre diretor do Estado de São Paulo, quando aquêlo nosso distinto patrício diz, pelo jornal que dirige, o contrário do que pensamos fazer? Fazer tôda a política de oposição em torno do voto secreto e da anistia é ficar muito aquém das aspirações nacionais e, portanto, não concorrer para a formação do ambiente indispensável à ação que planejávamos. (PRESTES, 1928, Apud SODRÉ, 1965b, p.219)

Nesse sentido, a união dos tenentes com as oligarquias dissidentes na Aliança Liberal representava uma “aliança tática de forças políticas com objetivos distintos, e representativas de diferentes forças sociais” (FORJAZ, 1987, p. 62)

Os liberais do OESP, com a derrota da Aliança Liberal nas eleições presidenciais, convenceram-se de que, pela via eleitoral, dificilmente conseguiriam alcançar o poder. Começaram, então, a rever suas posições acerca da via insurrecional, como forma de transformação política⁶⁰.

Os setores liberais tiveram uma participação secundária nos preparativos para a deflagração do movimento que iria conduzir Getúlio Vargas ao poder. Foi apenas no segundo semestre de 1930 que optaram por apoiar o movimento armado. Justificaram tal atitude com o pretexto de que se deveria evitar uma possível revolução popular. Certamente, mostravam-se receosos diante da reação da população em relação ao manifesto de Luiz Carlos Prestes, que gozava de grande prestígio junto às massas. Assim, uma revolução “pelo alto” garantiria a manutenção da ordem social e o “progresso dentro da ordem”.

A indicação do redator-chefe do jornal, Plínio Barreto, para compor o ministério estadual, provocou otimismo da parte dos representantes do periódico. Acreditavam na força regeneradora da Revolução. Porém, esse estado de ânimo durou pouco. O conflito com os tenentes que ocupavam o poder estadual, na pessoa do interventor João Alberto, acirraram os ânimos dos liberais paulistas, que romperam com este e uniram-se a setores do PRP, na luta pela constitucionalização do país.

A luta pela hegemonia política em São Paulo provocou a ruptura entre os representantes do jornal e o interventor João Alberto. O conflito entre os liberais do OESP e os tenentes aguçou-se no momento em que João Alberto demitiu-se do poder, indicando o nome de Plínio Barreto para o cargo. Naquele momento, os tenentes reagiram à nomeação de Plínio, publicando um artigo escrito pelo redator do OESP, em 1922, classificando-os como bandidos.

No momento em que Getúlio Vargas decidia-se pelo nome de Armando de Salles Oliveira para ocupar o governo de São Paulo, em 1933, Juarez Távora mostrava-se contrário à escolha:

⁶⁰ “Como se poderia alcançar o poder pela via eleitoral, como pretendiam e esperavam os políticos das oposições, temerosos das consequências de movimento militar de envergadura, se o sistema eleitoral repousava no latifúndio que, para mantê-lo, e manter-se, empregava todos os meios, e em particular a violência?” (SODRÉ, 1965b, p. 222).

Convidado, ainda há pouco, na reunião Ministerial desta tarde, a opinar sobre o nome do Dr. Sales de Oliveira, que V. Exa. está inclinado a escolher para novo interventor federal no Estado de São Paulo, limitei-me a dizer, mais ou menos textualmente, o que aqui vai reproduzido: ‘Faço juízo extremamente desfavorável da mentalidade dominante no grupo político que dirige o jornal *O Estado de São Paulo*. Lamento, por isso, que o Dr. Sales de Oliveira, candidato preferido por V. Exa., pertença a esse grupo, [...] (TÁVORA, 1933, Apud SILVA, 1968, p. 204)

No contexto da formação da ANL, em março de 1935, o OESP reafirmou, em um editorial, sua postura crítica em relação à atuação política dos militares. Para o jornal, as Forças Armadas deveriam exercer seu papel no sentido de promover a ordem social:

[...] Organizadas e prestigiadas, [...], elas generalizarão o espírito de disciplina no país, dominado hoje por uma inquietadora anarquia mental e contribuirão para o desenvolvimento, entre as populações, dos sentimentos de igualdade, solidariedade e de fraternidade. [...] Levantar entre eles e a política uma barreira intransponível e aproximá-los do povo numa intimidade cada vez mais confiante e mais estreita é o trabalho que se impõe a todos quantos, dentro e fora das classes armadas, tem uma parcela de autoridade e dispõem de algum prestígio. Com uma tropa consciente do papel que o destino lhe reservou, firme, coesa, desintoxicada de entorpecentes políticos, disciplinada e culta, a unidade nacional estará garantida e as instituições democráticas nada terão que recear das ideologias perniciosas que as ameaçam, [...] (OESP, 02-03-1935)

Para as elites dissidentes, a crise pela qual passava o sistema republicano não tinha suas raízes na Constituição de 1891. Nada havia de errado na Constituição, nem na doutrina liberal que a balizava. O problema estava na conduta dos homens que controlavam a máquina política nacional (SANTOS, 1978, p. 92).

A Constituição de 1891 tinha caráter deliberadamente liberal. Com a descentralização, o poder passou aos estados e, dentro deles, para os municípios. Os estados da Federação possuíam total autonomia para contrair dívidas no exterior e para cobrar impostos. Entretanto, o país sofria com uma inflação alta, com uma dívida externa em franco crescimento e com um incipiente mercado interno.

Havia, no entanto, uma contradição entre os pressupostos constitucionais e a prática política das elites no poder. A permanência destas no comando da nação era garantida por meio de práticas fraudulentas e pela corrupção, cujo maior exemplo é a política inaugurada no governo de Campo Salles, conhecida pelo nome de “Política dos governadores” ou “Café-com-leite”. Tais práticas geraram uma cisão no bloco do poder.

Para os liberais dissidentes, entre os quais encontrava-se o “grupo do OESP”, o liberalismo da Constituição apresentava fracos resultados, por conta da qualidade dos homens

que estavam no Poder. A consolidação de um estado liberal pleno no país dependia somente da substituição desses políticos corruptos, por meio de uma reforma política que garantisse eleições limpas e honestas. A transformação da realidade brasileira viria por meio de uma reforma institucional. Descartava-se, assim, qualquer outro meio para mudanças, principalmente os que envolvessem a violência e a participação popular. Diante de tais exigências, os grupos oligárquicos dissidentes podem ser denominados como “liberais doutrinários”, conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 97).

Para o autor, os denominados liberais doutrinários seriam aqueles que limitavam suas propostas reformistas ao âmbito legal, ou seja, ao plano político. A plena realização do liberalismo no Brasil estava condicionada, assim, a uma reforma político-institucional apenas. Tal reforma teria como elemento desencadeador a aplicação e a execução correta dos pressupostos liberais contidos na carta de 1891. Os doutrinários acreditavam que esse sistema poderia, de forma natural, desenvolver resultados justos e eficientes. As reformas teriam o objetivo de remover quaisquer obstáculos que pudessem impedir o sistema de operar sob bases liberais. Concordando com as reformas de cunho liberal nas manifestações militares na década de 1920, os tenentes, entretanto, não poderiam ser enquadrados entre os doutrinários, mas, sim, entre os autoritários instrumentais. Da mesma maneira, os grupos oligárquicos dissidentes desejavam purificar a atmosfera política brasileira, combatendo a corrupção e os políticos desonestos. Porém, perceberam que a manutenção do sistema federativo descentralizado consistia em obstáculo ao combate às oligarquias dominantes, cujo poder assentava-se no latifúndio e nos interesses das nações imperialistas⁶¹:

Apesar de não pretenderem levar a Revolução a extremos radicais (os tenentistas se espantam quando os anarquistas pedem armas para apoiá-los), em 1925 o próprio Isidoro Dias Lopes amplia suas reivindicações: entre as causas do movimento, está o Brasil ser ‘fantasticamente rico... sob o ponto de vista financeiro’; ‘Mas ele está falido e não pode pagar os fabulosos juros de sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos ao povo nestes últimos 20 anos’. ‘Fantasticamente rico - sob um aspecto econômico - O Brasil contempla uma oligarquia plutocrática enriquecer até a quinta geração, enquanto trinta milhões de habitantes, quase em miséria, são cada vez mais explorados. Êsses dez mil, do vasto sindicato, são compostos dos grandes industriais, seus parentes e amigos do peito; dos Presidentes da República, presidentes dos Estados, senadores, deputados federais e estaduais, parentes e compadres e nepotes de toda sorte’. (CARONE, 1970, p. 367)

⁶¹ “[...] Enquanto as forças regionais, estaduais, privadas caracterizam, assim, a tradição oligárquica, o poder do latifúndio, a força de atraso, o sentido conformista, limitado, regional, o Tenentismo começa a representar a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo” (SODRÉ, 1965b, p. 214).

Conscientizaram-se, assim, de que mudanças no sistema eleitoral não seriam suficientes para a moralização do espaço político. Ao falar sobre a experiência revolucionária da Coluna, Luiz Carlos Prestes recorda que:

- Eu era um homem pouco lido e com uma vontade enorme de construir um Estado justo, pondo fim às velhas oligarquias. O problema é que eu não sabia como conseguir isso. A Coluna foi algo importantíssimo para mim. Conheci a miséria por onde passei. Vi homens passando fome, outros sem roupas e muitos sem nenhum remédio para as suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão, esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo. Pegavam nas lâminas das facas, ou seja, estavam mais atrasados do que os índios. Esse quadro terrível - seguramente nunca poderei esquecer o que vi e senti - me convenceu de que não seria a simples substituição de Bernardes por outro que resolveria os nossos problemas, [...] (PRESTES, Apud MORAES, VIANA, 1982, p. 37).

Para os tenentes, havia a necessidade de um poder centralizado. Neste sentido, foram fortemente influenciados pelo nacionalismo de Alberto Torres e de Oliveira Vianna. Se, desde 1922, o movimento tenentista já demonstrava certa aproximação em relação aos ideais autoritários, na década de 1930 tais ideais tornar-se-iam mais nítidos em seu projeto político.

No pensamento autoritário da década de 30, o papel do estado centralizado consistiria na destruição de todo obstáculo ao surgimento da verdadeira sociedade brasileira. Acreditavam que, se, na Europa, as instituições liberal-democráticas e os partidos políticos haviam garantido a emergência e a estabilidade da ordem burguesa, o mesmo não iria acontecer no Brasil. Foi com a ordem burguesa, enquanto paradigma, que os autoritários de 30 se opuseram às instituições liberais (SANTOS, 1978, p. 53).

As críticas dos autoritários em relação ao abismo existente entre as instituições políticas e as verdadeiras necessidades do país ganham sentido se entendidas sob o paradigma de constituição de uma ordem burguesa em uma sociedade oligárquica e latifundiária. Tratava-se de expandir a capacidade do poder público para que este garantisse o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Era o complexo oligárquico latifundiário que se tornava obstáculo à evolução da sociedade brasileira (Ibidem, p. 53-54).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 93), no pensamento de Oliveira Vianna, não haveria a possibilidade de implantação de um sistema político liberal em uma sociedade não-liberal. O Brasil, para este, caracterizava-se como uma sociedade autoritária e patriarcal. Assim, o sistema liberal não conseguiria produzir aqui os efeitos desejados. O pensador rejeitava a concepção evolucionista, ao considerar impossível a evolução da

sociedade brasileira para os moldes do liberalismo. Necessitava-se, assim, de um estado centralizado e autoritário, que teria a função de eliminar os obstáculos para a transformação da sociedade brasileira. Uma sociedade liberal seria fruto da ação de um Estado autoritário.

Para Oliveira Vianna, a atuação das elites políticas no período republicano foi pautada por um idealismo, marcado pela adoção de um modelo jurídico-político “importado”, em franco desacordo com a nossa realidade. Todas as prerrogativas liberais adotadas e defendidas na Constituição de 1891 mostraram-se impraticáveis: descentralização política, partidos, sufrágio direto e universal (VIEIRA, 2010, p. 121):

Os partidos políticos, de acordo com Oliveira Vianna, representam a ‘comunidade de interesses privado, o clã pessoal, o corrilho de campanário, a confraria eleitoral, reunida em torno de um chefe, mas de todo em todo indiferente às idéias ou aos programas, sociais ou políticos, que ele possa ter’. Sejam partidos federais, estaduais ou locais, a solidariedade moral só existirá naqueles que exercem efetivamente o poder, porque neles haverá ‘o sentimento do interesse comum, da defesa comum, do perigo comum’. (Ibidem, p. 125-126)

Dessa forma, a incapacidade política do povo, o idealismo das elites governantes e a inutilidade dos partidos explicariam a desorganização e a incapacidade de autonomia da sociedade brasileira. Fazia-se necessária, então, a presença de um Estado que se comportasse como representante dos interesses da coletividade, protegendo-os contra as influências desagregadoras geradas pelos particularismos (Idem, p. 128).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 104), o caráter instrumental da política autoritária pode ser observado claramente na análise do pensamento de Oliveira Vianna. A consolidação e expansão da propriedade latifundiária, nos dois primeiros séculos de colonização, marcaram o padrão político, econômico e social da sociedade brasileira, nos anos subsequentes. Marcadas pelo autarquismo, as propriedades rurais consistiam na única possibilidade de emprego para os não-escravos.

Monopolizando o mercado de trabalho, o latifúndio praticamente controlava a vida de todos aqueles que lhe eram dependentes. Assim, tanto o poder, quanto as decisões políticas tornaram-se oligárquicas. Para Oliveira Vianna, a República não rompeu com o padrão de dominação do latifúndio, persistindo o domínio político das oligarquias rurais. A sociedade mantinha-se patriarcal, autoritária. A descentralização favoreceria o domínio e a hegemonia política dos oligarcas. Neste caso, a presença do Estado autoritário significaria o rompimento com este tipo de sociedade e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento da sociedade liberal (Ibidem, p.105).

O programa nacionalista de Alberto Torres concentrava-se na questão da manutenção da unidade nacional, ameaçada com a descentralização política defendida pela Constituição de 1891⁶². Embora a salvaguarda desta unidade nacional fosse a tarefa de um Estado centralizado, o pensador não suprimia os direitos do indivíduo em favor da coletividade. Torres não só defendeu os direitos e liberdades individuais, como, também, buscou maneiras de efetivá-los (VIEIRA, 2010, p. 80). O programa nacionalista de Torres tinha como principal objetivo a defesa da nacionalidade e da unidade do país, buscando, assim, uma reorganização do organismo social:

Define-se, desta maneira, a preocupação de Alberto Torres com a defesa da nacionalidade, transformando o nacionalismo num movimento destinado a promover a ‘restauração conservadora e reorganizadora’ do país. Para ele, esta ação deveria voltar-se para a organização do trabalho e da opinião, estimulando o produtor e o capital nacional e reformulando a política fiscal. Em suma, Torres indica o rumo para a organização nacional e as metas para o estabelecimento da direção política. Em torno disto se desenvolvem suas reflexões. (Ibidem, p. 85)

De acordo com Adalberto Marson (1979, p. 163), o imperialismo, para Alberto Torres, impôs aos países dependentes uma relação que estabelecia um “duplo enfeudamento”, ao capital externo e aos indivíduos que estavam a serviço dos interesses dos países imperialistas:

Como a maioria das operações intermediárias e de circulação estava desorganizada ou controlada por empresas estrangeiras, o programa nacionalista estabelece a nacionalização dos meios de transporte e controle do capital estrangeiro. Correspondem essas medidas de nacionalização e fiscalização do capital estrangeiro ao artigo 14 do *Projeto de Revisão*: nacionalização da navegação de cabotagem, estradas de ferro, viação interna, negócios ou indústrias de interesse vital para a nação. Além disso, impedia o estabelecimento de firmas estrangeiras ‘que tiverem caráter de feitorias coloniais’. Impunha restrições ao funcionamento de atividades industriais, comerciais e produtivas, exigindo o domicílio de seus proprietários no país, bem como a fixação das suas sedes no território nacional. Na direção dessas empresas estrangeiras só poderiam entrar brasileiros ou estrangeiros aqui residentes. O domicílio passava a ser condição para a posse ou exploração de quaisquer empresas e bens de raiz. (Ibidem, p. 173)

A esta hegemonia exercida pelo capital externo deve-se a formação de uma plutocracia, ou “oligarquia”, ao mesmo tempo em que se engrossava o número de massas

⁶² Ao responder ao Manifesto de Prestes, Juarez Távora apontou a inadequação da Constituição de 1891 à realidade nacional como causa para a degeneração dos costumes políticos. Neste sentido, para o tenente, seria necessário “[...] Nacionalizar a nossa Constituição”, por meio de uma reforma que consiga “adaptá-la à mentalidade do povo cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão” (TÁVORA, 1930, Apud FORJAZ, 1978, p. 98-99)

populares empobrecidas e desorganizadas. A nossa democracia, assim, assentava-se em uma sociedade hierárquica. Dado o estado de desorganização social em que se encontrava o Brasil, o programa reformador de Torres ficaria a cargo de um Estado centralizado. Este teria a tarefa de reorganizar a sociedade e o mercado, de forma a garantir a livre concorrência e a igualdade de oportunidades (Idem, p. 178-179)⁶³.

Para Virgínio Santa Rosa⁶⁴ (SANTOS, 1978, p. 106), somente pela reforma agrária poder-se-ia alcançar uma sociedade plenamente liberal. Se o governo não a realizasse, teria de negociar com a elite oligárquica, que não aceitaria sua influência política no cenário nacional. Daí a importância de um governo autoritário. As consequências desastrosas do liberalismo, no Brasil, davam-se pela própria natureza política, econômica e social do país. Sem algumas reformas, dentre as quais a mais importante seria a reforma agrária, não haveria a possibilidade de realização dos pressupostos liberais na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o latifúndio significava um entrave para a evolução político-econômica do país. Constituía um obstáculo à ocupação do campo, além de concentrar espaços que permaneciam ociosos. Dado o esgotamento funcional do latifúndio, cabia ao Estado promover a sua regulamentação e seu papel social (SANTA ROSA, 1975, p. 119-120)

Haveria, assim, a necessidade de promulgar uma lei agrária que regulamentasse e limitasse o latifúndio, de forma a minimizar seus efeitos negativos e abusos. Além desta medida, Virgínio Santa Rosa defendia a concessão de propriedade ao trabalhador do campo. O solo deveria pertencer ao Estado, que poderia, mediante indenização, desapropriar lotes de terra que julgasse de interesse para a coletividade. Além disso, haveria o estabelecimento de unidades agrícolas baseadas na pequena propriedade (Ibidem, p. 121).

A grande propriedade, base do poder oligárquico, deveria ser combatida. Seria por meio da subordinação da população rural, que constituía maioria no país, que as elites agrárias conseguiriam a vitória nos pleitos eleitorais. Sem destruir o sustentáculo do poder oligárquico, o latifúndio, qualquer luta contra os setores regionais dominantes resultaria em fracasso (Idem, p. 118).

⁶³ A crítica em relação ao imperialismo, entre os militares, já se fazia presente no início do século XX. O militar Serzedelo Correia, em 1903 (Apud SODRÉ, 1965, p. 196), assim escreveu: “E porque temos descurado da defesa de nossos interesses, e porque, país novo, adotamos, [...], a política do *laissez faire*, chegamos à situação em que nos encontramos, uma nação que fez a sua emancipação política e que, dia a dia, mais e mais apertou os laços de colônia que a prendem ao estrangeiro. [...] Ninguém se iluda: companhia alguma estrangeira dessa ordem nos traz capital e nada acrescenta ao trabalho e à riqueza brasileira. Ao contrário, são bombas fortes de sucção de toda economia pátria, onde ela exista, para transferi-la para o exterior”.

⁶⁴ De acordo com o Dicionário Histórico-Historigráfico Brasileiro (DHBB, 2001, p. 5235), Virgínio Santa Rosa era membro da Liga de Defesa da Cultura Popular, organizada em abril de 1935. Tal organização constituía um “[...] movimento político ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL), [...]”.

Dessa forma, de acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 103), os autoritários instrumentais, ao contrário dos liberais doutrinários, não acreditavam que a sociedade se desenvolvesse “naturalmente”, sendo, portanto, necessária a ação dos homens responsáveis pelas decisões políticas. Assim, consentia-se com a presença de um Estado centralizado nas diversas esferas da sociedade. Em segundo lugar, para os instrumentais, a ação de um estado autoritário seria o meio mais eficaz e rápido para a construção de uma sociedade liberal. Após a consolidação desta, o caráter autoritário poderia ser alvo de críticas e eliminado. O autoritarismo seria apenas transitório.

Para que o liberalismo pudesse desenvolver-se plenamente no Estado brasileiro, de acordo com os liberais doutrinários, não haveria a necessidade de uma mudança na Constituição. Bastaria apenas a substituição dos homens no poder. Até 1930, esta idéia esteve presente no ideário dos políticos liberais. De que maneira a máquina política do PRP seria combatida: por meio de uma reforma eleitoral, que garantisse eleições honestas, o fim das fraudes e corrupções e, assim, o livre desenvolvimento da sociedade liberal (Ibidem, p.92).

Nesse sentido, pode-se compreender o porquê de, passados os acontecimentos revolucionários, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os grupos que apoiaram a Aliança Liberal começaram a divergir em relação aos rumos políticos que deveriam ser tomados pelo Governo. Os grupos políticos dissidentes, que viam na vitória da Revolução a possibilidade de implantar seu projeto de reforma política e social, calcado na doutrina liberal, pleiteavam reformas limitadas ao âmbito político. As bases econômicas e sociais da sociedade não deveriam ser transformadas. Assim,

Na medida em que Vargas e o agrupamento civil e militar articulado em torno dele enveredaram pelo caminho da manutenção da ditadura e da sua transformação em um Estado autoritário, centralizador e corporativo, o conflito entre o Governo central e as oligarquias se iria se tornando cada vez mais explícito e insolúvel. (PRESTES, 1999, p. 31).

Os militares, por sua vez, defendiam a centralização do poder e a tecnocratização da administração pública, no intuito de afastá-la das disputas políticas, pelas quais os partidos buscavam atender apenas aos interesses de uma classe.

O programa de reforma tenentista apresentava-se moderado, sem qualquer aproximação com as aspirações proletárias ou comunistas. Propunha a federalização das policiais estaduais e a unificação da justiça como forma de enfraquecer o poder político das oligarquias regionais frente ao Governo Federal. De acordo com Virgínio Santa Rosa (1975, p. 81-82), tal programa

[...] adotava uma orientação de cunho social-democrata. Programa de Classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno burguês - o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d'água e do comércio a varejo. Utopias impróprias ao atual estágio econômico do Brasil... [...] E isso, esse conjunto de leis humaníssimas e inofensivas, meia dúzia de decretos de proteção aos humildes, foi convertido, graças à indulgência mental de nosso meio, em extremismo rubro. Falou-se em fascismo, em comunismo, em inimigos da democracia.

Ao clamor pela constitucionalização do país, o tenentismo contrapôs um programa no qual a presença de um estado centralizado deveria ser mantida até o momento em que as transformações e mudanças propostas fossem realizadas. Caberia ao Estado a tarefa de organização da sociedade. Neste sentido, “nos trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Vianna, [...], e outros espíritos de escol, buscaram-se revelações surpreendentes, [...], e apanharam flagrantes vivíssimos da intimidade da vida nacional. (Ibidem, p. 79).

O conteúdo do “Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil” constituía-se em uma “combinação de nacionalismo, direitos e garantias às classes trabalhadoras, planejamento e intervenção econômica estatal, defesa da pequena propriedade, distributivismo tributário, distribuição das terras, proteção ao consumidor e ataque aos privilégios econômicos dos cafeicultores” (FORJAZ, 1988, p. 88)

Os liberais brasileiros, por sua vez, exigiam a presença do Estado na economia, a fim de que o sistema econômico pudesse ser regulado de acordo com os pressupostos do liberalismo. A intervenção do Estado deveria garantir, então, o livre funcionamento do mercado. Daí não se estranhar a atitude dos liberais, nos anos de 1920 e 1930, em pedir auxílio ao Governo Federal para a sustentação dos preços do café. Ao mesmo tempo, o poder estatal deveria se manter ausente das relações econômicas, a fim de preservar a liberdade dos indivíduos. Além do mais, os liberais doutrinários estavam fortemente apegados a uma atitude reacionária diante dos conflitos sociais. Assim,

O tenentismo foi, nos anos 30-34, o adversário principal das oligarquias dissidentes, novamente aliadas ao inimigo da véspera, São Paulo, para combatê-lo. As principais ações e o discurso político desses grupos tiveram, nesses anos, o tenentismo como principal inimigo. A reconstitucionalização tinha como objetivo imediato a exclusão política do tenentismo. A revolução de 32 também, e nesse sentido foi vitoriosa. (FORJAZ, 1988, p. 97)⁶⁵

Conforme já exposto, o movimento tenentista mostrou-se dividido em relação ao apoio ao Regime Constitucional. Enquanto uma parcela decidiu enfrentar o poder oligárquico pelo viés partidário, na Assembleia Nacional Constituinte, a outra decide continuar a luta, organizando-se em frentes populares, como, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora.

Para estes últimos, a Constituição de 1934 representou um duro golpe às aspirações revolucionárias de 1930. Hercolino Cascardo (1934, Apud GOMES, 2004, p. 72), futuro presidente da ANL, assim se expressou, ao cumprimentar Getúlio Vargas pela permanência deste na Presidência da República:

Como revolucionário e velho companheiro das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a Constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerraram, sob forma irrisória, o ciclo de nossas reivindicações. Deixemos a Revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfiança dentro do chamado regime legal.

Os tenentes, desiludidos com os rumos constitucionais tomados pelo Governo Provisório, não aceitaram participar das eleições e dos debates na Assembleia Constituinte, visto não acreditarem que as mudanças pudessem ser realizadas por meio de lutas político-partidárias, mas, sim, por meio de golpes militares. Assim, organizados em frentes políticas, decidiram lutar pela regeneração das aspirações revolucionárias de 1930. Uma dessas frentes seria a Aliança Nacional Libertadora. Entretanto, embora descontentes com Getúlio Vargas, os tenentes não iriam apoiar qualquer programa revolucionário de massas liderado pelos comunistas⁶⁶.

⁶⁵ De acordo com Nelson Werneck Sodré (1985, p. 59), Júlio de Mesquita Filho, “articulador máximo da chamada Revolução Constitucionalista”, no mês de maio de 1932, escreveu: “Não permitiremos que os tenentes voltem a dominar São Paulo”. Contudo, como bem observou João Quartim de Moraes (1991, p. 140), os grandes vitoriosos da Revolução Constitucionalista foram Getúlio Vargas e Góis Monteiro. De fato, o mesmo autor ressalta que a Guerra Civil Paulista simbolizou a derrota política do Tenentismo.

⁶⁶ “Os tenentes demonstravam, pois, sua inquietação quanto aos rumos que a revolução de outubro tomava, [...], não se queriam comprometer com nenhum programa que desse ao Partido Comunista a liderança dos acontecimentos. Continuavam a temer um governo do povo, quando faziam revoluções em nome do povo, [...]” (BASTOS, 1986, p. 233-234)

3.2 - O PCB e o Movimento Tenentista

De acordo com Marly Vianna (2003, p. 71), embora mostrasse uma atitude favorável, O PCB não participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A admiração pelos tenentes, por parte de alguns membros do partido, levou Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, a procurar Luiz Carlos Prestes, em 1927, com o intuito de lhe propor uma aliança com os comunistas, para a organização de uma terceira revolta. Entretanto, o “Cavaleiro da Esperança” recusou a proposta. Até 1929, os membros do PCB procuraram aproximar-se do líder tenentista.

Naquele mesmo ano, Leôncio Basbaum encontrou-se com a liderança tenentista, com o objetivo de, por parte do partido, entregar um convite a Prestes, para este candidatar-se à Presidência da República, pelo PCB. Porém, mais uma vez, o encontro não resultou em qualquer acordo. Os tenentes mostravam-se reticentes em relação aos comunistas.

No terceiro congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, as teses formuladas pela Internacional Comunista (IC), em seu Sexto Congresso, de 1928, foram incorporadas à linha política do partido. A IC caracterizava o Brasil como um país semi-colonial, onde o imperialismo exercia seu domínio econômico por meio dos latifúndios e da exploração da população rural. Assim, definia-se a revolução como “agrária e antiimperialista”. Além disso, o partido acatou as teses explicativas da IC sobre a realidade brasileira, nas quais esta aparecia marcada por um embate entre o imperialismo inglês e o norte-americano pela conquista de uma hegemonia política. (PRESTES, 1997, p. 43)

Para o PCB, a disputa política entre o candidato governista, Júlio Prestes, e o da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, representava o embate entre o imperialismo inglês e o norte-americano. Para o partido, Washington Luis governava o país com o objetivo de favorecer o capital inglês, que financiava e, assim, sustentava a hegemonia da oligarquia paulista no cenário nacional. No sentido de minar a influência inglesa no Brasil, os norte-americanos apoiaram a Aliança Liberal. Assim, nenhum dos dois candidatos poderia defender uma plataforma antiimperialista.

As teses aprovadas no terceiro pleno do Comitê Central do PCB, em outubro de 1929, modificaram radicalmente as relações dos comunistas em relação aos tenentes. Seguindo orientações da Internacional Comunista acerca da pequena burguesia, considerada volúvel e pouco confiável, o partido deixou de enxergá-la como um fator revolucionário:

A pequena burguesia não é homogênea, não tem um interesse único, uma só base econômica. Ela é constituída, nos campos e nas cidades, das mais variadas camadas, com interesses muitas vezes opostos, rolando, umas para o proletariado, e outras para a burguesia. Vive dispersa, não concentrada, sem instinto revolucionário de classe. Oscila sempre entre a burguesia e o proletariado. E, no poder, acaba por se entregar à burguesia. Na direção da luta revolucionária, a pequena-burguesia, inconscientemente ou não, acabará por trair a revolução, porque contrairá compromissos com a burguesia e com o imperialismo, e esmagará o proletariado e as próprias massas pequeno-burguesas, [...] (A Classe Operária, 1930, Apud CARONE, 1982, p. 85)

As principais forças revolucionárias seriam, assim, o proletariado e as massas camponesas:

Só o proletariado pode levar a revolução agrária e antiimperialista ao triunfo definitivo. Porque o proletariado (operários das grandes empresas industriais, em primeiro lugar, operários da indústria em geral, operários dos campos, dos transportes etc.) é a única classe consequentemente revolucionária, [...]. É, enfim, a única classe que não possui propriedade privada, que só dispõe dos seus braços para o trabalho. É, por conseguinte, a única classe que luta historicamente para, com a própria libertação, libertar toda a humanidade. Só o proletariado, dirigido pelo Partido Comunista, poderá conduzir as vastas massas laboriosas dos campos e das cidades do Brasil para a sua libertação do jugo imperialista e dos senhores de terras. Nenhuma outra classe, nem pessoa alguma, individualmente, poderá levar essa revolução até a vitória. [...] Aos milhões de trabalhadores das cidades e dos campos, aos operários, camponeses, soldados e marinheiros, lançamos o nosso grito de guerra: [...] criai o governo operário e camponês baseado nos Soviets, isto é, nos Conselhos de Operários e Camponeses, Soldados e Marinheiros! [...] (Ibidem, p. 85-87)

Deu-se, então, o início do processo de proletarização do partido, a partir do qual, por imposição da IC, buscou-se uma reconfiguração da liderança partidária, que deveria, assim, ser preenchida por militantes que comprovassem sua origem proletária; procurava-se, desta forma, garantir que, entre os componentes do PCB, não houvesse “elementos liquidacionistas”, nem “oportunistas de direita”. (A Classe Operária, 1930, Apud CARONE, 1982, p. 101-102).

Com a adoção de uma política obreirista, no final dos anos 20, muitos membros foram expulsos, até aqueles que participaram da fundação do partido e que ocupavam os cargos na direção, como Astrojildo Pereira. No plano sindical, se, nos anos 20, os comunistas sofreram forte concorrência dos anarquistas, na década de 30 foram os sindicatos pertencentes ao governo que imprimiram ao partido pesadas derrotas. Além disto, várias cisões internas levaram muitos adeptos a abandonarem o partido.

De acordo com Marly Vianna (2003, p.73), a total submissão do PCB em relação aos pressupostos defendidos pela IC, a partir de 1929, ocasionou “[...] a estruturação de uma forma de pensar sectária, que supria a falta de cultura política dos comunistas brasileiros pela aceitação religiosa de verdadeiros dogmas estabelecidos em Moscou, [...]”

Para a IC, no início dos anos 30, havia no Brasil uma clara situação revolucionária, graças à crise econômica pela qual o país passava. Assim,

Sob a hegemonia do proletariado, a revolução brasileira resolverá todas as tarefas burguesas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e coloniais de exploração, confiscação, nacionalização e entrega da terra aos camponeses e aos operários agrícolas); 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo (confiscação e nacionalização das empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas e anulação das dívidas externas); 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos *Soviets*, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa). (Ibidem, p. 99)

Tal hegemonia somente seria conquistada sob a condição de o proletariado organizar seu próprio partido, firmado nos preceitos revolucionários de Marx e Lênin, além de formular uma ação política autônoma. Tais fatores, somados, fariam da referida crise econômica uma revolução socialista.

Durante o processo de proletarização, o PCB criticou duramente o manifesto de Luiz Carlos Prestes de maio de 1930⁶⁷, sob o argumento de que o “Cavaleiro da Esperança” não reconhecia o papel hegemônico do proletariado e do partido na revolução. O chefe da “Coluna Invicta” passou a ser qualificado como um caudilho pequeno-burguês, cujo prestígio e influência poderiam constituir uma ameaça aos comunistas:

[...] Mas apesar de sua nova posição, esses elementos revolucionários da Coluna Prestes não perderam a sua natureza de pequeno-burgueses. É como pequeno-burgueses que eles querem dirigir a revolução, porque não salientam no manifesto que a direção da revolução agrária e antiimperialista tem de ser do proletariado. O manifesto não diz que o governo dos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros tem de concentrar em suas mãos todo o poder e deve ser sustentado pelos operários e camponeses armados contra a burguesia desarmada totalmente. E esse é o ponto básico, fundamental, da revolução agrária e antiimperialista. As forças pequeno-burguesas, mesmo revolucionárias, não podem levar as massas à vitória, nem realizar as próprias palavras de ordem que lançam, [...] (Idem, p. 84-85)

⁶⁷ Com o manifesto de maio de 1930, Prestes irá fundar a Liga de Ação Revolucionária (LAR), que teve curta existência.

De acordo com Anita Prestes (1997, p. 36), quase todos os tenentes companheiros de Luiz Carlos Prestes repudiaram veementemente a mudança ideológica de seu chefe. Surpreenderam-se com o Manifesto, e tentaram demovê-lo dessa nova posição política. Os comunistas, a partir da fase obreirista, repudiavam qualquer aliança com o movimento tenentista, considerado pequeno-burguês. Por outro lado, para os tenentes que apoiaram a Aliança Liberal, a função revolucionária não cabia às massas proletárias. Ao responder ao Manifesto, Juarez Távora (Apud FORJAZ, 1978, p. 100-101) disse:

[...] Mas a revolução por que me tenho batido, [...], não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto político, o meu prezado amigo, camarada e ex-chefe, General Luís Carlos Prestes. [...] Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa, faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes que preconiza o manifesto do General Prestes: - coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica. [...] A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui, [...]

Na explicação dada por Juarez Távora, acerca da tática revolucionária considerada viável para as condições em que se encontrava o país, pode-se perceber, claramente, a presença do ideário tenentista na organização da ANL. Para o tenente, a revolução tinha um caráter universal, não ficando, portanto, no âmbito individual ou de um grupo. Pressupunha, assim, ações coletivas, frutos da conjunção de diversas vertentes políticas e de classes sociais, unidas pelo mesmo sentimento de insatisfação e desilusão frente a uma situação política reinante. Contudo, apesar de existir algumas diferenças entre a plataforma política dos tenentes dos anos 1920 e o programa da ANL, os tenentes aliancistas permaneceram investidos de uma visão paternalista, elitista, autoritária com forte tendência golpista.

Nesse sentido, pode-se discordar de Anita Prestes quanto à formação da ANL. De acordo com a autora (1997, p. 41-42), os setores descontentes com o governo de Getúlio Vargas, simpatizando com as propostas publicadas por Luiz Carlos Prestes, no manifesto de Maio de 30, aglutinaram-se em torno da figura do “Cavaleiro da Esperança”. A ANL representaria, assim, o resultado deste processo de aglutinação, em que os diversos segmentos sociais, descontentes com os rumos tomados pelo Governo Federal, uniram-se sob a liderança de Prestes. De acordo com Anita, sem o prestígio e o mito criado em torno da Figura de Prestes, “dificilmente a ANL teria existido” (Ibidem, p.42).

Entretanto, a formação da ANL, conforme se destacará mais adiante, resultou de um sentimento de descontentamento, por parte de alguns tenentes que apoiaram a Aliança Liberal, em relação à maneira pela qual Getúlio Vargas conduzia a política nacional. Ao contrário de Prestes e dos comunistas, a parcela do movimento tenentista reunida na Aliança “não questionava o regime político de Vargas, desejando apenas regenerá-lo, colocar nos eixos a Revolução de 30 que, segundo eles, tinha sido traída e desvirtuada.” (VIANNA, 1992, p. 26)

Para Anita Prestes (1997, p.70), o programa da ANL estava sob influência direta dos pressupostos defendidos pelo PCB acerca do imperialismo, do latifúndio e do fascismo. Assim, além de não apresentar qualquer relação com o ideário tenentista dos anos 1920 e 1930, a plataforma aliancista seria “quase uma cópia dos documentos do PCB, [...] (Ibidem, p. 69). A Aliança, então, “foi criada sob a influência decisiva das teses do PCB, que, no fundamental, coincidiam com as da IC, [...] (Idem, p. 70).

Porém, em primeiro lugar, conforme visto, já havia entre os tenentes, nos anos 20 e 30, uma clara consciência antiimperialista e antilatifundiária, por meio da qual se buscava combater o poder das oligarquias estaduais. Neste sentido, para o movimento tenentista, influenciado pelo pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres, tanto o latifúndio, quanto a dominação que os países imperialistas exerciam na economia e na política nacional, por meio da concessão de empréstimos e monopolização dos serviços públicos, representavam um obstáculo para a regeneração dos costumes políticos, ao progresso econômico e social do país, além de servirem como sustentáculo à hegemonia política, econômica, social e ideológica exercida pelos setores oligárquicos dominantes. Assim, as propostas contra o imperialismo e o latifúndio, presentes no programa da ANL, refletiam um sentimento nacionalista antioligárquico, presente no ideário tenentista desde aqueles anos.

Em segundo lugar, a política obreirista, apesar de perder força a partir de 1933, marcou a mentalidade partidária e influenciou as atitudes do PCB até meados de 1935. No ano de 1934, o partido chegou a organizar comitês com o objetivo de combater a guerra e o fascismo:

[...] Organizemos comitês contra a guerra, a reação e o fascismo, nos locais de produção guerreira, nas estradas de ferro, nos navios, nos portos, em toda a parte; para impedir que se fabriquem armas e munições, para impedir o embarque de armas, tropas e gêneros alimentícios ou para qualquer fim destinados às tropas imperialistas, [...] (A Classe Operária, 1934, Apud CARONE, 1982, p. 168)

Entretanto, somente em outubro de 1934, frente à radicalização da luta entre antifascistas e integralistas e o recrudescimento da ação repressiva do Estado, é que o PCB priorizou a necessidade de união entre os segmentos democráticos no embate contra o Integralismo e a reação coercitiva de Getúlio Vargas.

Mesmo assim, o partido mostrava-se reticente quanto a uma aliança com outros setores de esquerda, como, por exemplo, os trotskistas, além dos “prestistas” e a pequena-burguesia:

[...] Ao mesmo tempo que o BP aceita a adesão de Prestes às fileiras do Partido, chama todo o nosso partido para intensificar o fogo contra o prestismo dentro e fora de nossas fileiras, contra essa teoria e prática de conteúdo contra-revolucionário, pequeno burguês, que consiste na subestimação das forças do proletariado como única classe revolucionária, nas ilusões dos chefetes e caudilhos pequeno-burgueses, ‘salvadores’, ‘cavaleiros da esperança’ etc., no colaboracionismo com os inimigos de classe e seus agentes, no espontaneísmo e na passividade diante das lutas das massas. Contra todos os erros e desvios de direita (falta de confiança no proletariado) e de esquerda (que alimentam o ‘heroísmo’ partidário sem nenhum trabalho concreto entre as massas), [...] (Sentinela Vermelha, outubro de 1934, Apud VIANNA, 1995, p. 26)

Além do mais, o objetivo tático do partido manteve-se inalterado, ou seja, para os comunistas o processo revolucionário deveria desembocar em um governo baseado nos soviets, conselhos de operários, camponeses, marinheiros e soldados:

[...] Paralelamente à entrada de Prestes no PCB e à intensificação da luta ideológica dentro e fora do Partido, contra o prestismo e todas as ideologias estranhas, o Bureau Político apela para todo o Partido para um forte e amplo recrutamento, [...], a fim de formarmos o Partido como partido de massas do proletariado, através do desencadeamento de novas e combativas lutas dos trabalhadores das cidades e do campo e encaminharmos estas lutas para as batalhas decisivas de classe pelo poder e instauração do governo de soviets (conselhos) de operários, camponeses, soldados e marinheiros! [...]” (Ibidem, p. 26-27)

A idéia de formar uma grande mobilização contra os integralistas nasce conjuntamente dos socialistas, anarquistas, dos trotskistas e dos comunistas, simpatizando com ela políticos e segmentos de várias classes. Desse esforço, resulta a criação, em 25 de junho de 1933, da *Frente Única Antifascista* (FUA). Para os comunistas, o fascismo representava uma vertente política formulada pela burguesia em reação à situação de crise do capitalismo.

Esta Frente, com o passar dos meses, não se limitou apenas à luta contra os fascistas, mas ampliou-a para o campo político-eleitoral e sindical. Entretanto, foi no combate direto aos integralistas que a Frente obteve êxito. Vários conflitos entre os seguidores de Plínio Salgado e os antifascistas acabaram de forma trágica. A radicalização dessa luta, que se encaminhou progressivamente, teve seus maiores momentos na Batalha da Praça da Sé, em 1934⁶⁸, e na formação da ANL, em março de 1935.

O PCB, visto que parte de sua liderança encontrava-se em Moscou no final do ano de 1934, para o encontro dos partidos comunistas latino-americanos, não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança⁶⁹, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas⁷⁰. Aos que participaram dos movimentos de 1922, 1924 e 1930, iriam juntar-se outras figuras do movimento tenentista, pertencentes a uma nova geração. Tais figuras não pertenciam ao PCB. Aliaram-se ao partido quando já congregavam a ANL. Luiz Carlos Prestes, embora membro do partido, ainda era visto como um general tenentista. Assim, sua imagem como “Cavaleiro da Esperança” sobrepunha-se em relação à do revolucionário comunista. Neste sentido, a ANL não foi uma organização comunista, nem mesmo uma entidade de fachada do PCB (SILVA, 1969, p. 43).

A liderança do partido, embora não tenha participado na organização da Aliança, decidiu apoiá-la:

Um grupo de intelectuais médicos, engenheiros, advogados, professores, de oficiais do Exército e da Marinha, de representantes de organizações proletárias, de soldados, marinheiros, camponeses, estudantes, acaba de lançar o manifesto da Aliança Nacional Libertadora. [...] todos nós comunistas que sofremos as torturas dos cárceres, das ilhas infectas, os massacres e suplícios, nós que somos lutadores consequentes contra o imperialismo e o latifúndio, apoiamos o movimento da Aliança Nacional

⁶⁸ Em janeiro deste ano, o PCB afastou-se da FUA pelo fato de que, para os comunistas brasileiros, a organização chocava-se com a orientação partidária, alicerçada na formação de frentes pela base (ROIO, 1990, p. 240).

⁶⁹ Marcos Del Roio (2007, p.58), ressalta o importante papel que desempenhou, na formação da ANL, a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), organizada em novembro de 1934, com o objetivo de esclarecer as ações repressivas empregadas pelos integralistas e, também, identificar as bases de apoio financeiro da Ação Integralista. Essa comissão contava, entre os seus membros, com a participação de nomes expressivos, tais como Tarsila do Amaral e Astrojildo Pereira, ex-secretário-geral do PCB.

⁷⁰ Segundo Marly Vianna (1992, p. 108) “a história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional”

Libertadora porque ela se propõe a combater tenaz e firmemente os bandos de sanguessugas que sorvem até a última gota o suor do operariado, que reforçam a exploração e a opressão latifundiária, [...] (A Classe Operária, Janeiro de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 28)

Contudo, os comunistas, ainda sob influência da política de proletarização, mantiveram-se independentes em relação à ANL, não aderindo a esta:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (S. da IC), único partido revolucionário do proletariado, já explicou amplamente porque apóia a ANL. O partido não adere e nunca aderirá à ANL. O partido está de acordo com as reivindicações constantes do programa da ANL e retirará seu apoio, desmascarará perante o proletariado e as massas populares o papel contra-revolucionário ou fascista da ANL ou de qualquer outra organização semelhante se ela deixar de defender as reivindicações e interesses das massas, [...] (A Classe Operária, abril de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 34)

Assim, ao falar sobre a relação entre os tenentes e os comunistas na ANL, Marly Vianna (1992, p. 26) ressalta que os primeiros

[...] irão unir-se aos comunistas, não por aceitá-los como partido, mas por fidelidade à liderança de Prestes, que identificavam com as propostas mais radicalmente nacionalistas (antiimperialistas), antilatifundiárias (entendido o latifúndio como principal entrave à industrialização do país) e democráticas, no sentido de antiintegralistas (antifascistas), [...]

Os comunistas, por sua vez, enxergavam, na ANL, um instrumento para a realização de suas aspirações revolucionárias. Imbuídos de uma concepção golpista e convencidos de que havia no país um clima favorável à realização de um levante armado de base popular, não perceberam que, naquele momento, por não terem uma força que sobrepujasse à do inimigo, deveriam, no interior da Aliança, concentrar-se, antes, no fortalecimento desta. Parecem não terem eles levado em conta que qualquer estratégia de combate, que se queria vitoriosa, deveria avaliar as relações de força presentes no campo de batalha.

3.3 - Aliança Nacional Libertadora: formação e programa

A ANL constituiu-se na primeira frente nacional brasileira de massas, organizada a partir das lutas contra o integralismo e a LSN. Em doze de março de 1935, seus estatutos

foram aprovados e eleito seu Diretório Nacional Provisório. No dia quatorze de março, o OESP noticiou o fato:

Recebemos a seguinte comunicação da Aliança Nacional Libertadora: ‘Realizou-se ontem à noite a primeira sessão preparatória da Aliança Nacional Libertadora. Nessa reunião, foi eleito o diretório nacional provisório, sendo assentadas as bases para a ação deste organismo político nacional. À reunião compareceu grande número de militares e de civis, representantes de organismos trabalhistas, bem como vários deputados federais. Foram lidos e aprovados os estatutos da Aliança Nacional Libertadora. O diretório nacional provisório eleito a seguir ficou constituído dos srs: Herculino Cascardo, Amoretio Osório, Trifino Correa, Costa Leite, Walfredo Caldas, Abguar Bastos, Armando Daydner, Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Campos da Paz, Benjamin Soares Cabello, Marcelo Curvello de Mendonça, Horácio Valladares, Antonio Rodrigues Gouvêia, Fernando Moniz Freire, Carlos Schueler, Antônio Rollemberg e José Augusto de Medeiros’. “Foi assentado ainda que o diretório nacional provisório pode aumentar o número de seus componentes, de acordo com o critério adotado, sendo também resolvido realizar, dentro de poucos dias e local e hora a serem próxima e amplamente anunciados, uma grande assembléia de constituição da Aliança Nacional Libertadora. (OESP, 14-03-1935)

No dia 27 de março, o jornal publicou o anúncio sobre a primeira reunião pública da ANL, que aconteceria no dia 30 do mesmo mês: “Realiza-se no próximo sábado no Teatro João Caetano uma grande assembleia da Aliança Nacional Libertadora. O Sr. General Miguel Costa, atualmente em São Paulo, foi convidado para presidir a reunião” (OESP, 27-03-1935)

O Diretório Nacional Provisório (DNP) era composto por militares e civis ligados ao movimento tenentista. No dia 30 de março do mesmo ano, a Aliança foi oficialmente fundada na cidade do Rio de Janeiro, em um comício realizado no teatro João Caetano. Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra. No dia 31 de março, o jornal publicou uma nota referente à reunião promovida pela ANL para o lançamento de seu manifesto-programa:

Realizou-se esta noite, no Teatro São Caetano a primeira reunião pública da Aliança Nacional Libertadora. A mesa diretora era composta dos srs. Comandante Herculino Cascardo, Francisco Mangabeira, Comandante, [...], Sisson, capitães Amaury Osório e Moesias Rollim, Maurício de Lacerda, (ilegível) Diniz, Francisco Giraldes, do Partido Socialista de S. Paulo, e outros. O jornalista Benjamin Cabello, secretário-geral, leu o programa da Aliança Libertadora e fez considerações sobre o mesmo diante da situação nacional. Falaram em seguida os srs. Francisco Mangabeira, Maurício de Lacerda, capitão Moesias Rollim, deputado Abguar Bastos, os representantes das associações proletárias e outros. Foi escolhido, para presidente honorário da Aliança, o Sr. Luiz Carlos Prestes, cujo nome foi muito aclamado pela assistência. O Teatro João Caetano achava-se repleto, não tendo-se registrado nenhuma perturbação. (OESP, 31-03-1935)

O programa da ANL, como se destacará adiante, de cunho nacionalista, caracterizava o país como subserviente ao sistema capitalista mundial. Seus estatutos também conclamavam a defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, por meio da reivindicação de melhores salários, impostos mais baixos, proteção à pequena propriedade e nacionalização das riquezas do subsolo:

[...] A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. Queremos que a formidável quantia evadida do Brasil para os cofres dos magnatas estrangeiros seja empregada em benefício do próprio povo brasileiro; [...] Diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa e com isso baixando o custo de vida e desafogando o comércio; Aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários; Efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores, e Desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde pública, [...] (Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora, Apud VIANNA, 1995, p. 284)

Roberto Sisson, ao expor os motivos que levaram à organização da Aliança, disse que, jamais almejando um regime comunista para o Brasil, considerava-se um nacional-libertador, que lutava contra a dominação imperialista do país, pois ao imperialismo só interessava a exploração lucrativa do Brasil (VIANNA, 1992, p.122). Além do antiimperialismo, a ANL tinha em seu programa uma plataforma antilatifundiária e democrática.

Para os ‘tenentes de esquerda’, o imperialismo era o responsável pelo ‘latifúndio feudal’, que mantinha o país essencialmente agrícola, impedindo o florescimento da democracia burguesa; através de seu domínio, explorava-se o regionalismo malsão, não deixando que se formassem partidos políticos nacionais; o imperialismo era culpado também pela fraqueza das Forças Armadas, era o grande inimigo do país e o governo de Getúlio Vargas estava a seu serviço. Sisson definia a democracia como direito do povo de reivindicar e ser atendido em suas necessidades pelo governo, [...] (Ibidem, p. 122)

Assim, pode-se claramente perceber que a luta contra o imperialismo era também uma luta contra o latifúndio, pois a manutenção deste interessava aos interesses do capital estrangeiro, já que os empréstimos que o governo brasileiro efetuava no exterior serviam aos

interesses do café, principal produto da economia do país. O ônus destes empréstimos recaia sobre as massas populares. Além do mais, o latifúndio era a expressão do poderio e domínio das oligarquias regionais, principalmente dos Estados do Sul. Neste sentido, combater o latifúndio significava, também, combater as bases do poder oligarca. Além do mais, a manutenção do latifúndio era um entrave à industrialização e ao fortalecimento das Forças Armadas. Roberto Sisson, que integrava o DNP,

considerava que o único programa viável para o Brasil era o nacional-libertador, justamente por ser comum a todas as classes: antiimperialista, antifeudal e democrático, não exigia para a sua realização mudança da Constituição e muito menos do regime político e social. (Idem, p. 123)

Assim, a Aliança buscou influência principalmente entre alguns dos principais setores da população: operários, estudantes, militares e intelectuais urbanos. Na tentativa de garantir maior apoio destas camadas, seu programa era de natureza nacionalista e democrática. No plano da classe trabalhadora, por exemplo, o programa reivindicava jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, seguro-desemprego, melhores condições de trabalho e salário igual para trabalho igual. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2004, p. 399), “as escassas referências à questão operária limitam-se a certos aspectos de proteção ao trabalhador que não vai mais além do que determinava a legislação trabalhista de Vargas”

Neste sentido, vê-se que as demandas não tinham nada de radical, pois se circunscreviam a direitos garantidos pela Constituição. Aliás, muito do seu sucesso provinha dos esforços para atacar a propaganda do governo em relação aos sucessos de sua política trabalhista.

No plano estudantil, surgiram células na maior parte das faculdades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que tratavam dos interesses específicos dos estudantes: desconto em livros, diminuição de tempo de trabalho, liberdade religiosa e de pensamento e direito de livre união e organização (LEVINE, 1980, p. 116).

Dos meios usados pela organização para ganhar apoio popular, os principais foram os comícios e discursos em locais públicos, ocasiões em que era exaltado o programa da Aliança:

A Aliança Nacional Libertadora realizará no próximo sábado, às 17 horas e meia, no parque Pedro II, defronte do Palácio das Indústrias, um comício para a reafirmação pública de seu programa. O comício será presidido pelo Comandante Roberto Sisson, secretário-geral da Aliança Nacional Libertadora, e nele se farão ouvir, entre eles, o Sr. Caio Prado Júnior, presidente do diretório estadual provisório, Comandante Roberto Sisson, o bancário Reginaldo de Carvalho, o Dr. Raphael Sampaio Filho, o operário Nicolau Zumbano e um delegado camponês. (OESP, 16-05-1935)

A imprensa da ANL, por meio de suas publicações, como *A Manhã*⁷¹, de orientação comunista, fez incansáveis campanhas contra os abusos socioeconômicos. Atacava também a concentração da propriedade rural e o abandono do trabalhador rural pelo governo. Havia, ainda, publicações de âmbito cultural, com artigos de intelectuais e sobre literatura, e a reprodução de artigos de imprensa estrangeira denunciando o avanço do nazifascismo.

Vários nomes importantes, como Jorge Amado e José Lins do Rego, compuseram parte do corpo editorial (CARONE, 1991, p. 173). Os panfletos denunciavam a inflação, a corrupção e o governo federal. Embora oferecesse poucas soluções, a Aliança denunciava as irregularidades e o descaso governamental.

Foi entre a classe média urbana, profissionais liberais, intelectuais e empregados de escritório, que o movimento teve grande prestígio, em consequência da agitação promovida, a favor dos consumidores, pela redução dos preços e do barateamento dos serviços públicos e do aluguel. Entretanto, somente na Capital Federal e, em menor proporção, em São Paulo, a ANL foi suficientemente forte para realizar tais manifestações (LEVINE, 1980, p. 118). Nos demais Estados, a organização contou com poucos simpatizantes, e teve sua ação sufocada pelos violentos conflitos travados com os integralistas e pela repressão policial.

O OESP mostrava-se reticente quanto à plataforma aliancista. O jornal mantinha uma postura contrária em relação a não efetivação do pagamento da dívida externa. Obviamente, se os empréstimos contraídos no exterior atendiam aos interesses do café, serviam, assim, para a manutenção da hegemonia política e econômica de São Paulo:

Foram felizmente desmentidas as notícias referentes à suspensão integral das dívidas externas brasileiras ainda existentes. [...] É verdade que o pagamento desses compromissos numa época em que cada povo procura em primeiro lugar defender a regularidade de suas transações comerciais encontra sempre, de certos elementos, uma declarada hostilidade. Não é menos exato, entretanto, que a suspensão pura e simples do compromisso dessa natureza tenha de fato melhorado de maneira sensível e permanente a situação dos países que assim procederam. O serviço da dívida externa está intimamente ligado à sua própria expansão econômica. (OESP, 05-01-1935)

Outra questão que provocou inquietação nos representantes do periódico foi a manifestação contrária à Lei de Segurança Nacional, por parte de alguns oficiais das Forças Armadas. Ao acompanhar as discussões travadas entre os militares, quanto à LSN, o jornal

⁷¹ O jornal era editado por Pedro Motta Lima, no Rio de Janeiro. Ver: (CHILCOTE, 1982, p. 78). Contudo, deve-se ressaltar que o periódico não se constituía em órgão oficial da ANL, mas, sim, oficioso (ROIO, 1990, p. 284).

publicou um manifesto que foi distribuído à imprensa pelo Clube Militar, no qual uma parcela dos oficiais rejeitava as propostas da lei:

Os oficiais do Exército e da Armada, reunidos no Clube Militar, vêm, perante a Nação, exprimir o seu pensamento em face da Lei de Segurança Nacional. As ameaças às liberdades públicas encerradas no bojo desse projeto de lei, com que se pretende amordaçar a consciência nacional, exigem das classes armadas uma atitude de coerência com suas tradições de defensoras eternas do povo oprimido em todas as horas críticas da nossa história. A situação do país, sem fazer periclitar a sua estabilidade, sem acarretar graves conseqüências à sua estrutura democrática, não comporta os imperativos de uma lei que vem aumentar a opressão das camadas populares. [...] Herdeira de tradições esmaltadas de honra e de bravura, [...] as classes armadas vem juntar o seu grito, [...], ao clamor do país, [...]. O Exército e a Armada, estimulados pelas inspirações sugestivas do mais puro amor da pátria, combatendo ao lado do povo a Lei de Segurança Nacional, obedecem aos ideais porque morreram Siqueira Campos, Newton Prado, [...], Assis Vasconcellos, Joaquim Távora, Cleto Campello, [...], Djalma Dutra, que eram o exército e Octávio Corrêa, o povo – símbolos imortais do heroísmo da raça que se quer chumbar à rocha do cativo. Há no grito de renúncia viril das classes armadas o desgarrar da abnegação heróica dos maltrapilhos da Coluna Prestes, pregando do fundo da história escrita pelo sonho impoluto de tantos heróis anônimos a inutilidade dos golpes da opressão contra os impulsos irresistíveis da liberdade. E que os mártires de 22 e os heróis de 24 não compreendiam a República sem a agitação das massas. [...] Daí a harmonia das classes armadas com a grandeza de seus sonhos. Daí esse manifesto dos oficiais do Exército e da Armada reunidos no Clube Militar contra a Lei de Segurança Nacional que, negando a própria essência do regime pelo esmagamento dos anseios da liberdade do povo que sangra e sofre, virá lançar a República no caos das desordens e na revolta das ruas. Dando apoio ao povo contra esse projeto de lei, as classes armadas demonstram que são os legítimos continuadores da obra dos precursores da Segunda República, que a Revolução de 30 cedo esqueceu. (OESP, 22-03-1935)

Duas questões suscitaram polêmica e uma forte reação por parte das Forças Armadas: a dos vencimentos dos seus integrantes, e a medida proposta pelo Governo Federal acerca da redução de seus efetivos militares⁷². Tais questões aparecem em um informe da ANL aos oficiais:

[...] Medidas odiosas postas em vigor ilegalmente contra oficiais, sargentos e soldados libertadores; o empobrecimento de seu material, cada vez mais escasso e antiquado; metódica e surda diminuição de seus efetivos, a ponto de se tentar por na rua os sargentos e cabos mais jovens, por independentes e

⁷² De acordo com Francisco Viana (1985, p. 16), “Tradicionalmente, pelos regulamentos militares, os subalternos eram desligados após oito anos de serviços ou por limite de idade. A revolução de 30 anulou tal dispositivo, mas com a promulgação da nova Constituição a exigência voltou. Os subalternos reagiram aderindo maciçamente à ANL e se mobilizavam em todas as frentes para reconquistar o direito adquirido, lutando de arma em punho contra a República Velha, [...]”.

politizados, e os mais velhos, para se lhes não pagar a reforma a que dá direito a uma existência de dedicação ao Exército, [...] (DN da ANL, abril de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 292)

Getúlio Vargas, em seu diário (1995, p. 366), também comentou a situação de descontentamento entre os oficiais: “Afirma-se - e nesse ponto estão de acordo com a polícia e o ministro da Guerra - haver uma conspiração militar em combinação com os políticos de oposição, sendo pretextos o aumento dos vencimentos e a Lei de Segurança”.

O OESP criticou veementemente a atitude tomada por alguns oficiais do Exército por se colocarem contrários à LSN:

Seria extremamente grave que o Exército, como corporação, se insurgisse contra o debate de leis e procurasse com sua força e o seu prestígio atuar no espírito dos congressistas, [...]. Fiquemos descansados: o Brasil não dará ao mundo o triste espetáculo que seria a sujeição do parlamento às ordens dos quartéis. O Exército brasileiro, ciente e consciente das suas responsabilidades, saberá manter-se com toda a nobreza na linha discreta que lhe cumpre na atitude de reserva que sua delicada missão lhe prescreve. Ninguém recusa à oficialidade o direito de protestar contra projetos de lei que repute nocivos à classe ou ao país, [...]. O que se lhe recusa é o direito de externar as suas críticas sem umas tantas cautelas a que se não podem furtar por amor à disciplina, que é a espinha dorsal da corporação. [...] Se não há motivos para que as classes armadas combatam integralmente a lei de segurança, [...], entretanto, reconhecemo-lo, para que reclamem modificações em algum dos seus dispositivos. (OESP, 09-03-1935)

Após reunião no Clube Militar, alguns oficiais foram punidos pelas declarações sobre a LSN (OESP, 26-03-1935). O jornal demonstrou tranquilidade diante do restabelecimento da ordem no Exército:

Os horizontes clarearam. O perigo de um largo movimento de indisciplina no Exército para cercear a liberdade do parlamento, parece afastado. O bom senso triunfou reconhecendo a maioria dos descontentes que para falar em nome do Exército, só uma autoridade existe, que é o ministro da Guerra. (OESP, 13-03-1935)

No dia 17 de março, foi publicado um artigo, no qual Vivaldo Coaracy, articulista do jornal, expôs qual seria o verdadeiro papel do Exército no país. Para o periódico, as Forças Armadas não constituiriam um instrumento político, devendo, pois, permanecer afastadas das disputas partidárias e decisões políticas:

[...] O Exército não é instrumento a ser utilizado, nem tem papel a desempenhar. Tem funções a exercer. E é na justa e nítida compreensão dessas funções que jaz a diretriz retilínea do ‘serviço ao país’, suprema atribuição do soldado. As funções do Exército, [...], pairam acima das competições partidárias, das ideologias doutrinárias, dos interesses momentâneos. [...] É a nação que o Exército serve. [...] No Brasil, a grande, a nobre, a suprema função do Exército é cimentar e consolidar a unidade nacional, [...] (OESP, 17-03-1935)

Em outra oportunidade o OESP voltou a afirmar sua reprovação em relação ao engajamento de militares em partidos políticos:

Toda gente compreendeu naturalmente como uma rigorosa exigência disciplinar a atitude das altas autoridades da Marinha e da Guerra sobre o alistamento de militares em partidos políticos que, além de exigir juramentos especiais dos seus companheiros, pretendem substituir por outras, radicalmente diversas, as atuais instituições democráticas do Brasil. Não é possível, na verdade, harmonizar a disciplina militar com a disciplina partidária e servir, com igual dedicação, ao exército e à marinha, de um lado, e, do outro, aos partidos políticos, [...]. É de toda evidência que, se não quisermos desaparecer como nação, teremos de apertar, cada vez mais, os laços de disciplina militar e alargar ao máximo o fosso que separa o funcionalismo público da política partidária, [...] (OESP, 28-06-1935, p. 03).

Tanto para uma parte da opinião pública, quanto para as autoridades, a nomeação de Prestes, como presidente de honra, selava a ligação da ANL com o Partido Comunista. Anulou-se, assim, para aqueles setores, qualquer possibilidade de a Aliança existir independente do partido. Cinco dias após a reunião que fundou a ANL, em quatro de abril, o governo decretou a Lei de Segurança Nacional. Para Robert Levine (1980, p. 109) “Se houvera dúvidas sobre a atitude do governo em face do novo movimento, a eleição simbólica de Prestes dissipou-as e selou o destino da ANL”.

Entretanto, os anos de marcha da Coluna foram fundamentais para a construção da figura mitológica de Prestes e consolidar, assim, sua figura de líder do movimento tenentista. Tamanha era a admiração dos tenentes que, mesmo após o Manifesto de Maio de 1930, o “Cavaleiro da Esperança” não foi identificado com o comunismo⁷³.

⁷³ Agildo Barata (Apud SODRÉ, 1965, p. 256-257), em seu depoimento após as insurreições de novembro de 1935, ao falar sobre a ANL, indagou: “[...] Quem não compreende que Prestes era o Presidente de Honra da ANL, não por ser comunista, mas por ser o mais querido líder popular brasileiro? [...] E se fôramos, então, aludir a que o fato de ver em Luís Carlos Prestes o chefe de um movimento armado é pretender implantar o comunismo no país, o que seria de dizer de um movimento que, em 1930, quando todos sabiam das idéias do Cavaleiro da Esperança, reclamava para seu general esse mesmo presidente de honra da ANL?”

Hercolino Cascardo (1935, Apud CASCARDO, 2007, p. 467), diante da nomeação de Prestes como presidente de honra da Aliança, reforçou o compromisso nacionalista e democrático da ANL, ressaltando que o programa nacional-libertador não almejava a subversão da ordem política e social. Assim, todos os objetivos de tal programa deveriam ser conquistados de maneira pacífica, não desrespeitando, portanto, os limites constitucionais⁷⁴.

Por outro lado, as propostas aliancistas, de cunho nacional-reformador, foram duramente criticadas pelo PCB. Para a direção do partido, a liderança da ANL era composta por “pequeno-burgueses”, que descartavam a via revolucionária para a tomada do poder:

A ANL surgiu sob a influência dos grandes movimentos operários de 1933 e 1934, como uma organização de frente única antiimperialista. Mas a ANL surgiu num momento de descenso das lutas operárias, [...]. Parte dos elementos que compõem a direção da ANL (pequeno-burgueses sujeitos a vacilações) não compreendendo o processo de desenvolvimento revolucionário do proletariado como a única classe capaz de dirigir consequentemente as lutas revolucionárias pela libertação nacional, não compreendendo o processo zig-zagueante da formação revolucionária do proletariado, de suas organizações de classe e de seu partido, vacilam e começam a querer conduzir a ANL pelo caminho do nacional-reformismo. Que significa o nacional-reformismo? Significa desviar a luta concreta e real contra o imperialismo e o latifúndio para o terreno das concessões, do palavreiro vazio. [...] Significa pensar em resolver a situação nacional dentro dos quadros do atual regime, com Getúlio ou outro Getúlio qualquer no governo, dentro da ordem e da lei feudal-burguesa, [...] (Classe Operária, maio de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 41)

Nesse sentido,

[...] Muitas confusões, muitas acusações falsas estão surgindo e surgirão ao redor deste fato, contra o Partido e contra a Aliança Nacional Libertadora e que queremos aqui esclarecer e combater.[...] A Aliança Nacional Libertadora ‘não é comunista e não pode se dizer comunista’; se assim fosse não lhe daríamos jamais o nosso apoio e desmascararíamos a sua traição, atacariamos o seu programa e ação, pois só há e pode haver um só P. Comunista. [...] Se a ANL se dissesse comunista estaria traindo e dividindo o movimento revolucionário do proletariado e fazendo um papel contra-revolucionário. [...] Muitos elementos acusam o nosso Partido de, com seu apoio à ANL, pôr-se à sombra da pequena burguesia e do tenentismo. O Partido, dando seu apoio à ANL, não desiste da luta por seu programa, não desiste da luta ideológica nem da sua atividade, [...] (A Classe Operária, abril de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 36-38)

⁷⁴ De acordo com Marcos Del Roio (2007, p. 63), parte dos aliancistas supunha que a execução do programa da ANL não iria ferir a Constituição; não visualizavam, no entanto, que isso seria impossível.

Os aliancistas sempre enfatizaram o caráter não partidário da organização⁷⁵. Apresentavam um programa de reivindicações e de luta, porém, não aspiravam conquistar o poder. Tal comportamento representaria a mentalidade nacionalista e democrática dos tenentes, que acreditavam, assim, poder transformar economicamente e socialmente o país sem modificar o regime. Havia apenas um programa, porém, não havia qualquer indicação ou orientação para cumprí-lo. Herculino Cascardo (Apud VIANNA, 1995, p. 296), ao ser entrevistado em julho de 1935, afirmou:

[...] O presidente Vargas sabe perfeitamente de todos os nossos planos e intuítos. [...] A sua idéia fixa é o voto. Ele fez a revolução porque se considerou usurpado nos votos que teve. Fez a revolução e quer que todos os partidos no Brasil, inclusive o Comunista, apelem para o voto para subir ao poder. [...] E a Aliança, não vai votar? Não. Ela quer fazer doutrina, de tal forma que os candidatos de todos os partidos que aceitarem o programa da Aliança serão, por força dos mesmos princípios, candidatos da Aliança. A Aliança quer a libertação do Brasil. Quer anular as algemas do imperialismo. O partido político, ou homem, ou partido proletário, ou sociedade civil que conseguir fazer isso terá executado o programa da Aliança, [...]

No mês de maio de 1935, Prestes tornou pública sua adesão à ANL, por meio de uma carta à Herculino Cascardo, e passou a atuar mais diretamente na organização. Nessa carta, o Cavaleiro da Esperança expôs claramente a questão do poder e da revolução popular. Para Marly Vianna (1992, p. 126), o conteúdo da missiva passou a circular junto com o programa e o estatuto da ANL. A palavra de ordem por um governo popular nacional revolucionário preencheu, assim, o vácuo que o programa aliancista apresentava quanto à conquista do poder. O OESP publicou uma parte da carta escrita por Prestes:

No comício de ontem da Aliança Nacional Libertadora foi lida longa carta enviada de Barcelona por Luiz Carlos Prestes, terminando com estas palavras: ‘A ANL precisa, desde já, organizar e realmente ajudar os camponeses e operários agrícolas a lutarem contra os impostos, contra as tributações feudais, contra o regime de terror nas fazendas, etc. Através de tais lutas a ANL transformar-se-á num grande movimento de massas e nas condições atuais do Brasil, pode chegar rapidamente a ser uma grande organização popular nacional-revolucionária, capaz de sustentar pelas massas a instalação de um governo popular nacional revolucionário em todo o Brasil. Conquanto longe do Brasil, acompanharei com enorme e sempre crescente interesse o movimento da Aliança, aguardando ansioso o momento feliz em que possa voltar do meu já longo exílio para combater, lado a lado, com todos vós, pelo programa de salvação nacional da Aliança Nacional

⁷⁵ No dia vinte e seis de junho de 1935, o OESP publicou uma nota na qual o secretário da ANL justifica perante os órgãos da imprensa a iniciativa de não registrar a Aliança como partido político no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral pelo fato daquela constituir-se uma “frente única”.

Libertadora. Com minhas saudações revolucionárias – Luiz Carlos Prestes’.
(OESP, 15-05-1935)

Explicando as suas intenções, ao lançar a palavra de ordem para um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), Prestes afirmou que tal plataforma de ação não guardava nenhuma relação com o comunismo, nem almejava a formação de soviets. Apenas enfatizava a necessidade de uma luta armada para a construção de um novo governo:

[...] Tanto o programa que apresentei não é comunista como o governo que pensamos implantar estará ainda muito longe de ser um governo soviético. Nós queremos agora defender as liberdades populares e não permitir que o Brasil marche para a tragédia terrível de um governo fascista, [...] (PRESTES, Apud VIANNA, 1995, p. 348)

Somente quando Luiz Carlos Prestes lançou a ordem por um Governo Popular Nacional Revolucionário, é que o PCB concentrou seus esforços na ANL, ressaltando, entretanto, que não havia abandonado a luta armada.

Apesar de não discutir em seu programa as questões relativas ao poder e aos meios para conquistá-lo, os tenentes reunidos na Aliança, da mesma forma que os comunistas, consideravam o movimento armado como a única maneira de se conquistar o poder. Os tenentes aliancistas ainda conservavam uma mentalidade na qual as Forças Armadas representavam os interesses da nacionalidade. Assim, “O PCB via, na luta armada, o único caminho para alcançar seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB - que se deu com a adesão de Prestes à ANL - reforçava o viés conspiratório que só fez fortalecer-se com o fechamento da entidade” (VIANNA, 2007, p. 346). A oposição aos aliancistas, por parte do governo e de setores que não simpatizavam com organizações populares, recrudescia na medida em que a frente conquistava maior simpatia entre a população. A principal tática de propaganda daqueles que atacavam a Aliança era identificá-la com o comunismo, obrigando a ANL, em diversas ocasiões, a sair em público desmentindo tais acusações:

A Aliança Nacional Libertadora publicou hoje o programa básico do Partido, que consta de cinco itens, assim resumidos: Supressão do pagamento das dívidas imperialistas; Nacionalização das empresas imperialistas; Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores e entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais; liberdades populares amplas, inclusive aos trabalhadores estrangeiros; constituição de um governo popular.⁷⁶ (OESP, 09-06-1935)

⁷⁶ Nota-se que neste programa aliancista não aparecem as palavras “nacional” e “revolucionário”, presentes na plataforma de ação elaborada por Prestes.

O OESP passou a identificar como “extremistas” aqueles que se mostravam contrários à LSN: “Para os extremistas, ela é uma lei monstruosa visto como embaraça o advento dos regimes que preconizam e nos quais não há lugar para liberdade alguma.” (OESP, 26-05-1935)

No dia vinte de junho, o governo brasileiro recebeu informações sobre a atuação dos comunistas no Brasil: “[...] O embaixador inglês, que foi despedir-se, informou-me do trabalho comunista no Brasil auxiliado pela Rússia, e que aqui se achavam o comitê russo que estava em Montevideu e Luiz Carlos Prestes, [...] (VARGAS, 1995, p. 397). Nos dias posteriores, Vargas começou a organizar-se para reprimir um possível movimento subversivo: “Tenho chamado diariamente ao Catete o Ministro da Justiça, reiterando-lhe recomendações e providências para a repressão do comunismo, [...]. (Ibidem, p.399).

No dia 27, o OESP publicou um alerta sobre o recrudescimento da propaganda extremista no país:

Por informações de origem oficial, divulgada pela imprensa, verifica-se que aumenta a propaganda extremista no Brasil. Não sabemos se aumenta, do mesmo passo, o número de extremistas. Mas a simples intensificação da propaganda basta para despertar os que detestam esses credos políticos do sono sossegado que jazem. O perigo extremista não é invenção de jornalistas⁷⁷ nem devaneio da polícia. É uma realidade, [...] (OESP, 27-06-1935)

Em onze de julho, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente a ANL. O principal motivo para o fechamento foi o discurso, elaborado por Prestes, e lido em cinco de julho de 1935, durante manifestação em que era comemorado o aniversário das revoluções de 1922 e 1924. Nesse discurso, Prestes assumiu um tom revolucionário, ao propor a derrubada do governo por meio das armas. O discurso terminava com a frase: “Todo poder à ANL”. Era o pretexto que o governo precisava para acabar com a instituição. Após o onze de julho de 1935, vários núcleos da Aliança em todo o país foram fechados.

O manifesto causou indignação entre os dirigentes não-comunistas da ANL. Segundo Herculino Cascardo, ao ser entrevistado pelo jornal “Terceira República” em cinco de julho,

⁷⁷ O OESP faz referência a uma denúncia publicada pelo jornal “O Globo” acerca de um golpe comunista planejado por Moscou. Ver: (VIANNA, 1992).

[...] se a imprensa venal e os chefes do imperialismo conseguirem persuadir o Presidente Vargas que a Aliança Nacional Libertadora é uma agente do Comunismo Internacional, a Aliança seria, pela força das próprias leis, fechada. Mas a nossa sorte é que uma coisa é ser e outra não ser. Nós não somos comunistas. E os comunistas não aprovam nada do que estamos fazendo. Eles só aprovam aquilo que eles determinam. E quem não obedece eles expulsam. [...] Estamos dentro da Constituição. Vamos ficar onde estamos, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 295-297)

Para Luiz Carlos Prestes, o fechamento da organização aconteceria independentemente de seu manifesto⁷⁸. De acordo com o Cavaleiro da Esperança, já havia, por parte do Governo, a intenção de torná-la ilegal (VIANNA, 1995, p. 361). De fato, no dia anterior às comemorações, Getúlio Vargas comentou em seu diário: “Sendo amanhã o dia histórico das revoluções, foram tomadas várias providências para evitar perturbações da ordem pública, reuniões da Aliança Nacional Libertadora, greves, etc.”. (1995, p. 401).

No dia cinco, o OESP publicou, sob o título “A manutenção da ordem pública”, um decreto, por meio do qual o Chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, proibia qualquer manifestação pública. De acordo com o jornal, as reuniões em locais “fechados” permaneceriam livres de qualquer restrição. Além disto, conforme anunciou o jornal, houve, por parte do Ministro da Guerra, uma convocação para que as tropas militares sediadas na capital ficassem de prontidão.

Entretanto, de acordo com o periódico, as reuniões promovidas pela ANL transcorreram sem qualquer perturbação à ordem:

[...] Não se realizou o anunciado comício da Aliança Nacional Libertadora no Estádio Brasil. [...] Entretanto, levou a efeito, em sua sede, uma sessão que transcorreu dentro de um ambiente de ordem. [...] Aberta a sessão, foi inaugurado um retrato do ex-capitão Luiz Carlos Prestes, [...]. Isto feito pediu a palavra o Sr. Carlos Lacerda, que leu um extenso manifesto de Luiz Carlos Prestes, [...]. A sessão, como dissemos, terminou em perfeita ordem, [...] (OESP, 06-07-1935)

Em São Paulo, a situação não foi diferente:

A data de ontem, que lembra a página imorredoura dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e o movimento de S. Paulo em 1924, foi comemorada pela Aliança Nacional Libertadora que reúne em seu seio diversas correntes revolucionárias. [...] À noite realizou-se no Rink São Paulo, um grande comício. [...] Aquele vasto recinto estava repleto. [...] Miguel Costa, [...], falando ao público, [...], disse que estava onde o encontrou a Revolução de

⁷⁸ Para Marly Vianna (2003, p. 87), o manifesto de Prestes refletia os ideais de luta presentes no movimento tenentista. De fato, Prestes começa o seu discurso com as seguintes palavras: “[...] 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos!, [...]” (Apud CARONE, 1982, p. 172)

1930, acreditando num Brasil melhor, para cuja realização o movimento de 1930 não fez tudo o que dele se esperava. (OESP, 06-07-1935)

Com a ANL na ilegalidade, o periódico recrudesceu os ataques ao comunismo. No dia 13 de julho, com o título “As atividades dos comunistas na América do Sul”, o OESP noticiou o fechamento das sedes da ANL, pelo Governo Federal: “Pelo Presidente da República foi assinado, na pasta da Justiça, decreto mandando fechar por 06 meses, enquanto se processa regularmente o cancelamento do respectivo registro, a sede da Aliança Nacional Libertadora, aqui e nos Estados”.

Na mesma matéria, publicou-se uma nota à imprensa emitida pelo Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller:

O Partido Comunista, [.], entendeu oportuno não mais desdobrar as suas atividades máximas na Europa, mas deslocar, [...] o centro das agitações comunistas para a América do Sul. E, na América do Sul, o país mais visado e escolhido de preferência pelos chefes do comunismo para a implantação e futura irradiação de suas doutrinas, foi o Brasil. [...] Tudo quanto temos assistido aqui, nada mais é do que o desdobramento de um plano preconcebido e executado sobre o controle absoluto da Terceira Internacional, [...]

Ao comentar tal declaração, o jornal afirmou:

São muito graves as informações que o chefe de Polícia do Rio divulgou sobre a ação do comunismo no Brasil. [...] Contra este flagelo social, procurou o governo armar-se com a lei de Segurança Nacional, [...]. Quem combate esta lei, favorece, [...], a ação do comunismo. [...] Qualquer cidadão tem o direito de ser comunista. O comunismo, como doutrina política e social, pode ser explicado livremente na cátedra e na imprensa. O que não admitimos é que se procure impor o comunismo ao Brasil da maneira selvagem como o impuseram na Rússia e como hão tentado impô-lo em outros lugares, [...]. Não admitimos, [...], processos de ação política que assentem no desprezo da vida humana e na destruição da propriedade privada, [...] (OESP, 14-07-1935)

Percebe-se claramente, nesse editorial, a tentativa, por parte do jornal, de colocar-se como defensor das liberdades individuais. Porém, pode-se ver que os editorialistas preservavam somente a sua liberdade de expressão em relação ao comunismo. Além disso, se, para os liberais do “Grupo do Estado”, a “ditadura dos soviets” assentava-se “no desprezo da vida humana e na destruição da propriedade privada”, o comunista, conseqüentemente, era visto como um inimigo que, se não fosse destruído, aniquilado, constituiria uma séria ameaça à sobrevivência e à liberdade dos proprietários.

Assim, diante da situação grave em que se encontrava o país, face ao avanço do “perigo vermelho”, a LSN mostrou-se ineficiente: “[...] Antes dessa lei, o governo estava inteiramente desarmado diante das manobras comunistas e, depois dela, ainda não ficou completamente aparelhado para a luta, devido às manifestações deficientes do texto legal, [...] (OESP, 16-07-1935). Nesse sentido, justificou-se o apoio à adoção de medidas autoritárias pelo fato de que “um dos problemas mais sérios da democracia é a defesa da sua existência em tempos de crise, [...] (OESP, 17-07-1935).

No dia 20, sob o título “O fechamento da Aliança Nacional Libertadora”, o jornal publicou o parecer da Superintendência de Ordem Política e Social explicando os motivos para o fechamento da organização:

[...] Não pode existir dúvida alguma a respeito da conduta irregular da Aliança perante as nossas leis, eis que vem ela, de há muito, incitando diretamente o ódio entre as classes sociais, instigando as classes sociais à luta pela violência e incitando e preparando atentados contra, [...], pessoas por motivos doutrinários e políticos, propagando os processos violentos para subverter a ordem política ou social, ferindo assim dispositivos constitucionais. Uma leitura ligeira das declarações dos diretores e adeptos da Aliança Nacional Libertadora, um exame rápido dos documentos, [...], e os depoimentos das testemunhas comprovam plenamente nossa asserção a respeito das atividades político-sociais da Aliança – francamente comunista, [...]

Nesse mesmo dia, o jornal elogiou a atitude do Presidente da República em colocar a ANL na ilegalidade: “Neste lance, faça-se do Presidente da República o juízo que se fizer, o governo é quem está certo. A propaganda comunista, como vinha sendo feita, [...], não podia continuar, [...] (OESP, 20-07-1935)

O parecer acima citado deu aos editorialistas a certeza de que o governo agiu corretamente:

Do inquérito a que a polícia de São Paulo procedeu segundo informações oficiais ontem divulgadas, verifica-se que houve razões muito sérias para o governo tomar contra a Aliança Nacional Libertadora as providências que tomou. As provas que a polícia colheu até agora, bastam para justificar a crença de que este partido, sob a capa de liberalismo, se consagra à propaganda de uma ditadura à feição da ditadura dos soviets, e que para o êxito desta propaganda, não hesita em recorrer aos processos violentos e a instigação da greve nas massas operárias, [...] (OESP, 21-07-1935)

Neste sentido, o combate ao comunismo representaria a manutenção da saúde do corpo social: “Esse combate não é uma questão de interesse pessoal do Presidente da República, mas de vida ou de morte para o povo” (OESP, 21-07-1935). Com o título “Propaganda Comunista”, o jornal publicou uma ação policial na qual se descobriu a “trama” de um movimento revolucionário organizado por Prestes e outros aliancistas:

[...] Na delegacia de Ordem Política, Pedro Pessoa confessou a sua participação nos fatos acima narrados. Acrescentou que pertencia à Aliança Nacional Libertadora, cuja sede nesta capital freqüentava, [...]. Disse ainda que segundo lhe haviam dito, na sede da Aliança Nacional Libertadora, a revolução explodiria breve. Luiz Carlos Prestes seria o presidente da República Socialista Federativa Brasileira. O comandante Cascardo seria ministro da Marinha, o general Rabello, da Guerra e o Dr. Pedro Ernesto, da Educação e Saúde Pública, [...] (OESP, 21-07-1935).

Houve resistências e manifestações contra o fechamento da ANL em várias localidades, realizadas pelos comunistas e pelos poucos adeptos que ainda restavam. Entretanto, isolados e de pouca expressão, estes atos de nada adiantaram. Depois do fechamento, a Aliança “expirou como organização legal de massa. O que restou de sua estrutura passou à clandestinidade, e manteve-se viva, para o PCB, [...] (LEVINE, 1980, p. 159).

Foi feito, por parte da minoria parlamentar, um pedido para que o Ministro da Justiça expusesse os motivos que levaram o Poder Executivo a colocar a ANL na ilegalidade. Porém, o requerimento foi indeferido pela Câmara dos Deputados. Além desse requerimento, foi impetrado um Mandado de Segurança em favor da Aliança. Contudo, o pedido foi negado pela Corte Suprema. O OESP elogiou a atitude do Procurador Geral da República:

Está de pleno acordo com o espírito da Constituição o parecer do Procurador Geral da República sobre o mandado de segurança requerido à Corte Suprema em favor da Aliança Nacional Libertadora. O comunismo, como doutrina, diz o parecer, não está impedido de ser pregado no Brasil. Não estão igualmente os comunistas privados do direito de promover pelos meios pacíficos a substituição do regime social que vivemos pelo que lhes parece mais perfeito. É isso mesmo. O que não se consente é que a ação partidária dos comunistas e a prédica do comunismo se efetuem por processos violentos, [...] (OESP, 11-08-1935)

Se, para o OESP, a doutrina comunista estava diretamente associada à destruição da propriedade privada, e esta, conforme visto anteriormente, para o liberalismo, é o que tornava legítima a existência do indivíduo, pela sua condição de proprietário, não haveria, assim, a possibilidade de se implantar o comunismo no país sem o recurso à violência. Nesse sentido,

vê-se que a relação entre Liberalismo e Autoritarismo⁷⁹ torna-se fundamental para a compreensão das atitudes do “grupo do Estado” diante do “perigo vermelho”. Dada a distinção, presente na doutrina liberal, entre os proprietários, pertencentes à “comunidade dos livres”, e os não-proprietários, excluídos da “comunidade dos humanos”, a luta, empregada pelos liberais do OESP, em prol das liberdades individuais e dos valores democráticos, como, por exemplo, a igualdade, fez-se por meio da exclusão e eliminação daqueles que, por não conseguirem utilizar-se da razão para conhecer as leis da natureza e, assim, apropriar-se de algo, tornaram-se inferiores, perigosos.

Se, conforme vimos, o pensamento liberal tem uma face autoritária, ela sempre irá emergir nos momentos em que a integridade física e a liberdade daqueles que pertencem a “comunidade dos livres” ficarem ameaçadas. No próximo capítulo, ver-se-á que tal face viria à tona novamente, diante das insurreições nacional-libertadoras em novembro de 1935. Afinal, para o jornal,

[...] Se a ameaça comunista não é uma balela da polícia, e os fatos estão mostrando que não é, não há que distinguir, no combate contra ela, entre maioria e minoria, entre governo e oposição. Todos devem formar um só bloco na defesa contra os seus assaltos. (OESP, 25-07-1935)

Após ser posta na ilegalidade, a Aliança perdeu todo o seu prestígio conquistado nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. “Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, ‘as massas’ assistiram passivas ao seu fechamento” (VIANNA, 2007, p. 147). A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela. Para Prestes e os enviados da Internacional Comunista (IC), a deposição de Vargas viria por meio das armas.

Desse momento em diante, a ANL transformava-se em um movimento ilegal, dirigido por um partido que também estava na ilegalidade. As células da Aliança, que ainda funcionavam depois de julho, transformaram-se em células do Partido Comunista.

A propaganda do partido ainda girava em torno do manifesto de Prestes e era feita em nome da Aliança: um governo popular e revolucionário, de todos os democratas e antifascistas, encabeçado por Prestes; liberdades civis e igualdade racial e religiosa; legislação social abrangente, com salário igual para igual trabalho; salário mínimo e seguro-desemprego; eliminação do poder feudal dos donos de terras. Entretanto, mesmo na ilegalidade e

⁷⁹ Ver o segundo capítulo.

controlada pelo PCB, a ANL colocava-se “[...] como uma legítima continuadora não só das lutas tenentistas mas de todo o Exército, dentro do espírito progressista de Benjamin Constant e da energia de Floriano Peixoto” (VIANNA, 2003, p. 86). Assim, vê-se que a doutrina positivista, fortemente presente no ideário do Exército Brasileiro impunha-se, no Brasil, à marxista⁸⁰.

⁸⁰ Em entrevista à Revista ISTOÉ, em setembro de 1979 (Apud RODRIGUES, 2004, p. 376), Luiz Carlos Prestes declarou que os quartéis constituíam, nos anos 1920 e 1930, terrenos mais férteis do que as fábricas para a construção do Partido. Em outra ocasião, chegou a declarar à Marly Vianna (1992, p.305) que, em 1935, considerava-se “um tenente” ainda muito distante do marxismo.

Capítulo 4 – Com quarteladas, faz-se uma revolução?

4.1 - Os preparativos para o Golpe

Embora o clima político tenha ficado mais tenso após o fechamento da ANL e as críticas ao governo Vargas assumissem um tom mais radical, a idéia de revolução consolidou-se, para parte dos quadros dirigentes do PCB, ainda em 1934. Neste mesmo ano, alguns membros do Comitê Central do Partido Comunista, em Moscou, durante a Terceira Conferência Comunista da América Latina, tentavam convencer os dirigentes da Internacional Comunista de que havia no Brasil um clima favorável para o desencadeamento de um movimento insurrecional.

Os comunistas do PCB, ao serem questionados sobre a situação do partido, expunham dados exagerados acerca do número de membros e da influência deste nas diferentes camadas sociais, nos sindicatos, forças armadas e, principalmente, entre os proletários. Convencidos de que assim era, tanto Luiz Carlos Prestes, que desde o fim da Coluna Prestes ainda não havia retornado ao Brasil, como também os dirigentes da IC começaram os preparativos para uma revolução.

Entretanto, deve-se ressaltar que os países das Américas Latina e do Sul, na estratégia revolucionária estabelecida pela Internacional Comunista, ocupavam um lugar periférico. O desconhecimento, por parte da IC, acerca das características políticas, econômicas e sociais dos referidos países era completo. Para os teóricos da IC, o Brasil era um país semifeudal, cujo desenrolar político era consequência do embate entre dois imperialismos: o inglês e o norte americano (PINHEIRO, 1991). Essa visão levava à adoção de uma mesma linha de ação para países completamente diferentes em seus vários aspectos.

A IC, por desconhecer a realidade brasileira, mostrou-se convencida pelas informações um tanto exageradas do secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”. Acreditando que havia no Brasil uma situação revolucionária e que os comunistas exerciam uma forte liderança nos diversos setores civis e militares, decidiu apoiar os preparativos revolucionários, enviando ajuda material e quadros políticos para auxiliar nos preparativos da insurreição. Entretanto, ao contrário do que afirmam alguns autores como, por exemplo, William Waack (1993), a Internacional Comunista limitou-se à posição de expectadora, deixando aos comunistas brasileiros o papel de protagonistas em relação a quaisquer ações revolucionárias, cumprindo, assim, a orientação interna de não assumir o comando de

qualquer movimento insurgente em países considerados não prioritários, como era o caso do Brasil. Assim,

Os encontros de Moscou foram decisivos para os levantes de novembro de 1935. Miranda, que chefiava a delegação brasileira, era um homem vaidoso e, querendo mostrar-se importante, [...], mentiu à vontade. Por sua vez, o responsável da IC pela América Latina, Dimitri Manuilski, ficou maravilhado com o palavrório mentiroso de Miranda, em especial quando este forneceu detalhes sobre a pretensa situação revolucionária no Brasil. Miranda insistia em que o país estava às vésperas de um grande movimento revolucionário; contou que os cangaceiros de Lampião estavam prontos a seguir as ordens do PCB; que o governo, cada vez mais fraco, seria facilmente derrubado; que o PCB estava organizado em todo o Brasil, da capital da República ao mais distante município do interior; e que havia movimento guerrilheiro por todo o país, [...]" (VIANNA, 2003, p.76).

Nos primeiros meses de 1935, agentes da Internacional Comunista, como Rodolfo Ghioldi e Arthur Ewert (Harry Berger), chegaram ao Brasil, com a tarefa de auxiliar Prestes na organização da revolução. Este chegaria ao Brasil em abril, acompanhado de sua esposa, Olga Benário. Olga, após o fracasso do levante armado, seria presa e enviada à Alemanha, onde morreria em um campo de concentração⁸¹. Com a chegada dos dirigentes, ocorreu a transferência do Bureau Sul Americano, de Montevidéu para o Rio de Janeiro⁸².

Entretanto, contestando a versão corrente de que os Levantes de 1935 foram gestados durante o VII Congresso da Internacional Comunista, Prestes afirmou que não houvera, por parte dos comunistas soviéticos, qualquer tipo de determinação para que eclodissem as insurreições de novembro de 35. O Cavaleiro da Esperança atribuiu toda responsabilidade ao Partido e ao seu Secretário-Geral, "Miranda", a quem acusou de fazer uso de discursos exagerados e mentirosos quanto ao contexto da realidade política brasileira. O General da Coluna justificou, ainda, que, ao contrário do que se afirmava, a presença de Harry Berger no Brasil se dava apenas a pedido do próprio PCB, desejoso na época de receber "[...] alguma assessoria de alto nível. Então, veio Berger. Mas ele recebeu recomendações para não se envolver nos assuntos internos do partido. Ele era um conselheiro, [...]. (Apud MORAES, VIANA, 1982, p. 59).

⁸¹ "Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo: àquela hora tentavam arrancá-las da sala 4, [...]. Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria? [...]" (RAMOS, 1992, p. 274).

⁸² Para Marly Vianna (2003, p. 79), "Em função da situação política da Argentina, a IC já resolvera transferir seu *bureau* sul-americano (que coordenava as atividades dos partidos comunistas da América do Sul) de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. Isso, com a ajuda que estava disposta a dar ao Brasil, pela situação pretensamente revolucionária que aqui estaria se dando, fez com que a IC enviasse alguns de seus quadros para cá, [...]"

Enquanto Prestes e os agentes do Comintern chegavam ao país, a ANL continuava a pregar seu programa, em várias manifestações. Muitos de seus dirigentes e filiados desconheciam os planos do PCB quanto à realização de um levante armado para tomar o poder. De acordo com Leôncio Basbaum (1975, p. 77), “a própria base do partido tudo ignorava. Somente alguns sabiam da presença de Prestes, e que o objetivo designado para a ANL era uma revolução”⁸³. Dentro do PCB, existia uma forte desconfiança em relação à Aliança. Duvidavam de sua capacidade para conquistar as massas, e temiam que o partido se dissolvesse dentro da organização⁸⁴.

Contudo, a tarefa dos comunistas, ao participarem da Aliança, era “ampliar a ANL de modo a gerar um levante nacional na base do programa popular revolucionário contra os bandidos imperialistas e contra os opressores e reacionários internos, representados pelo governo de Getúlio” (PRESTES, Apud MORAES, VIANNA, 1982, p. 67).

No momento em que anunciou sua adesão à ANL, por meio de uma carta endereçada à Herculino Cascardo (Apud VIANNA, 1995, p. 288), Luiz Carlos Prestes afirmou:

[...] Mas a tarefa da ANL consiste, no momento atual, em reunir e mobilizar rapidamente para a luta todos os que estejam de acordo com o seu programa e que por ele queiram realmente lutar. Aderindo à ANL, faço por meio desta minha primeira carta um veemente apelo a todos os que no Brasil querem lutar pela libertação nacional, a todos os que querem evitar o terror fascista, a todos os que querem lutar contra o latifundismo: Unamo-nos para a luta! Apesar das diferenças de opinião que possam existir, formemos lado a lado, na luta por um tal programa! [...] Através de tais lutas a ANL transformar-se-á num grande movimento de massas e, nas condições atuais do Brasil, pode chegar rapidamente a ser uma grande organização popular nacional revolucionária, capaz de sustentar a luta de massa no Brasil, [...]

Em outra carta, desta vez destinada à Silo Meireles, o “Cavaleiro da Esperança” expõe a necessidade de expansão da Aliança como requisito fundamental para a organização de um amplo movimento “nacional-libertador”:

⁸³ Leôncio Basbaum (1975, p. 79) ainda afirmou que “não se pode atribuir propósitos revolucionários à ANL. Seu belo programa era uma plataforma de luta que muitos acreditavam poder ser conduzida somente pela agitação e sem apelo às armas. O que havia de revolucionário na ANL era o seu presidente de honra, Luiz Carlos Prestes, e alguns dos seus adeptos”

⁸⁴ Esse temor certamente provinha da experiência com o Bloco Operário e Camponês (BOC), criado pelo partido em 1926. O BOC, cujo programa reivindicava, entre outros pontos, “o reconhecimento da URSS pelo governo brasileiro, a anistia aos presos políticos, a autonomia do Distrito Federal, a elaboração de um código de trabalho de proteção do empregado, [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 366) propiciou, ao PCB, a possibilidade de atuar legalmente por meio de uma frente. Os líderes políticos da IC, posteriormente, criticaram veementemente a atuação política do partido no Bloco, por considerar que no interior deste, a classe operária permaneceu sob a liderança da burguesia. Além disso, para a IC, o próprio PCB “ter-se-ia dissolvido no Bloco” (Ibidem, p. 370).

Autorizo-te, [...], a procurar em meu nome todos os que nos possam e queiram ajudar. O movimento da ANL é bastante amplo para que nele caibam todos os que queiram lutar contra o imperialismo, contra o feudalismo e pelos direitos democráticos; todos os que queiram lutar por um governo realmente popular e revolucionário, capaz de executar o programa da ANL. [...] A ANL precisa ser e será a maior organização até hoje existente no país para a luta consciente pela libertação nacional e contra o fascismo. [...] A todos podes dizer que já trabalhamos ativamente na organização do grande movimento nacional libertador, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 314-315)

Em 1935, de acordo com alguns autores, dentre os quais Marly Vianna (1992) e Marcos Del Roio (1990), não havia condições para um levante armado de base popular. Embora tenha conquistado inúmeros adeptos, a ANL não teve grande repercussão entre o proletariado e as camadas camponesas. E, por figurar na ilegalidade, ela praticamente deixou de existir, pouco tempo depois. Por outro lado, apesar de pressionado pela situação socioeconômica, o governo ainda tinha o apoio de parcelas da população. A classe trabalhadora, por sua vez, teria ficado satisfeita com as conquistas garantidas pelo Ministério do Trabalho. Acreditava que suas reivindicações poderiam ser alcançadas por pressão popular, não se entusiasmando, assim, com a possibilidade de uma revolução. Além disso, o próprio PCB, naquele ano, apresentava-se ainda imaturo, além do que, instável, pois enfrentava, já nos primeiros anos de existência, desde perseguições e forte resistência por parte das camadas governantes a conflitos pessoais, rompimentos internos e constantes mudanças em relação à orientação partidária (RODRIGUES, 2004, p. 376). Nessas circunstâncias, qualquer ação não passaria de uma aventura militar.

Entretanto, uma parcela dos comunistas brasileiros vislumbrava uma realidade que não existia, ou seja, a pretensão de transformar uma crise econômica em superação, em uma situação revolucionária. Tampouco havia, pelo menos em grau de suficiência para que acontecesse o que o partido esperava, uma mobilização e conscientização política dos camponeses, da classe operária e das mobilizações grevistas. Desprezando as aspirações políticas dos outros setores que participavam da ANL, o PCB acreditava poder utilizar a Aliança em seus planos insurrecionais. Nesta direção, “supondo ver a tomada do poder descortinar-se no horizonte, [...] decidiu lançar a palavra de ordem ‘Todo poder à ANL’, [...], e denunciando o viés golpista, previu que a insurreição poderia se dar em meados de agosto” (ROIO, 1990, p. 289).

Em seu manifesto, lido no dia cinco de julho de 1935⁸⁵, Luiz Carlos Prestes defendeu as propostas nacionalistas da ANL. Porém, a proposta para a derrubada do governo por meio do “povo em armas” constituiu pretexto para que Getúlio Vargas, amparado na LSN, decretasse a ilegalidade do movimento. Embora os tenentes aliancistas fossem favoráveis à luta armada, como condição para atingir o poder, para os comunistas esta já figurava como prioridade.

Para Miguel Costa, companheiro de Luiz Carlos Prestes durante a marcha da Coluna, o conteúdo revolucionário do manifesto não refletia as reais condições da situação político-econômica do país:

[...] Vem o 5 de julho. V., naturalmente pouco ou mal informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto dando a palavra de ordem ‘todo poder à ANL’. Brado profundamente revolucionário, subversivo, só aconselhável nos momentos que devessem preceder à ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela insurreição. No entanto, aí estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o decreto de fechamento da ANL e este movimento popular que parecia, à primeira vista, ter tomado todo o país, não reagiu nem com duas greves organizadas. Faltavam-lhe profundidade e organização. [...] Os companheiros do Exército e da Marinha que se encontravam à frente da agitação estão uns presos, outros transferidos para os confins do Judas. As sedes da ANL acham-se fechadas, os seus membros têm que se agitar na ilegalidade, com movimentos muito mais lerdos, muito mais difíceis, muito menos eficientes. [...] Se V. tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da ANL, não se teriam precipitado os acontecimentos. [...] Tal ordem só deveria ser dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir. O contrário, foi como atirar uma criança desarmada contra um elefante, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 344).

Após o fechamento da ANL, a organização esvaziou-se, perdeu as suas bases populares, permanecendo nela apenas os comunistas e tenentes que estavam dispostos a seguir em frente na preparação de uma revolução nacional-libertadora. A situação ilegal da Aliança não afetou diretamente a orientação partidária dos comunistas brasileiros⁸⁶. O PCB ainda

⁸⁵ “[...] As massas trabalhadoras, todos os membros da Aliança precisam estar atentos e vigilantes. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida dos seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe a seu chefe organizá-las e dirigi-las. [...] Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” (Apud CARONE, 1982, p. 180-181).

⁸⁶ “[...] Das lutas grevistas, das greves de massa, combativas, tendo por base as reivindicações econômicas, da politização dessas lutas, em primeiro termo e do desencadeamento imediato de amplas e numerosas lutas de camponeses e lutas armadas no campo, como também da mobilização do povo pelas reivindicações populares e para a luta pela conquista dessas reivindicações está dependendo o Ascenso do movimento revolucionário em dias e semanas e a própria sorte da revolução. O comitê central faz um apelo para que todos os membros façam todos os esforços para compreender essas tarefas e multipliquem sua atividade para discuti-las, tomar resoluções

confiava na existência de uma crise política que colocava em xeque a estabilidade do governo de Getúlio Vargas, e, também, de uma consciência revolucionária presente nas massas populares. Em vinte e nove de julho, poucos dias após o decreto que colocou a Aliança na ilegalidade, Luiz Carlos Prestes, em carta endereçada ao capitão Agostinho Pereira, afirmou:

[...] O movimento da ANL é já, nos dias de hoje, invencível, porque ela realmente traduz os anseios da maioria incontestável do nosso povo. Tanto no Rio, como em São Paulo e no Nordeste a ANL marcha rapidamente para grandes lutas, agora ainda mais precipitadas com o decreto reacionário de Vargas fechando suas sedes. [...] Disto precisam saber os lutadores do Paraná e tomar as necessárias providências, organizando a ANL em todo o Estado e mobilizando realmente, através de lutas contra o imperialismo e contra o feudalismo, a grande maioria da população do estado, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 337).

Em resposta a Miguel Costa, o “Cavaleiro da Esperança” assim justificou o tom revolucionário de seu manifesto:

[...] Nós, agora, no Brasil, já estamos muito mais avançados do que em 1924 e 1930. Nos movimentos anteriores, simples golpes preparados ou nos quartéis (1924) ou nas sedes de alguns governos estaduais (1930), o povo não era fator necessário e ficava para ser mobilizado a posteriori. Grupos de conspiradores separados das massas, secretos, preparavam os golpes e iniciavam sozinhos a luta pelo poder. [...] O movimento aliancista é um movimento essencialmente popular e a nós, como chefes, cabe orientar em tempo oportuno o povo que nos segue. Em poucos meses a ANL agrupou em todo o país centenas de milhares de antiimperialistas e antifascistas e todos, em junho, já pediam abertamente uma resposta à questão do poder, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 361).

Entretanto, não havia, por parte da IC, qualquer orientação que incentivasse a organização de lutas armadas. Entre os meses de julho e agosto, realizou-se, em Moscou, o VII Congresso da Internacional Comunista, no qual ficou estabelecida uma nova orientação política para os partidos: suas recomendações concentravam-se na formação de frentes populares para combater o fascismo e a guerra imperialista. Assim, cabia aos comunistas a participação e envolvimento nas organizações populares antiimperialistas, mesmo que sob o comando de outras vertentes políticas como, por exemplo, o nacional reformista. De acordo com Dario Canale (1985, p. 135), a luta contra o imperialismo se tornara, para a direção da IC, mais relevante do que a conquista da hegemonia no interior das referidas organizações.

concretas e levá-las à prática imediatamente. Disto está dependendo que a revolução seja uma realidade próxima” (PCB, julho de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 80).

Fernando de Lacerda, membro do PCB enviado como delegado ao VII Congresso, em seu discurso pronunciado em Moscou (Apud VIANNA, 1995, p. 63), afirmou ter sido o partido o responsável pela criação da ANL. Além de dizer que a Aliança fora organizada pelos comunistas brasileiros, o que não corresponde à verdade, o delegado brasileiro alardeou uma amplitude que o movimento já não tinha, posto que, já era ilegal:

[...] Pelas últimas informações recebidas, sabemos que o governo já iniciou a ofensiva. As reuniões da ANL foram proibidas em Minas, Rio, Ceará, Rio de Janeiro, R. G. do Sul e São Paulo. Foram realizadas várias perseguições nos locais da Aliança e a polícia operou em vários sindicatos. [...] A 14 de julho o governo declarou a ANL fora da lei e a polícia realizou uma perseguição, saqueando e fechando seus locais em todo o país. As massas porém se prepararam à contra-ofensiva. Vários protestos nos chegaram de todos os pontos do país. A ANL e o PC incentivam greves de protesto. Os ferroviários fizeram constar que ao golpe de estado branco terrorista responderiam pela greve geral. Milhares de pessoas assistem às nossas reuniões, onde tomam a palavra os oradores da Aliança, não obstante as proibições e as ameaças da polícia. Em São Paulo, mais de 2000 operários e aderentes da frente nacional manifestaram-se contra as atrocidades da polícia e enfrentam heroicamente os gases lacrimogêneos e as balas policiais. No Norte, as massas populares do maranhão ignoram o decreto do governo e defendem a existência legal da ANL. Tudo indica que batalhas de grande envergadura iniciam-se nesse momento no Brasil. As massas populares brasileiras, a Frente Nacional Unida, o proletariado revolucionário e seu Partido, o PC do Brasil, saberão desencadear a contra ofensiva, o caminhar firme, não obstante a repressão estabelecida, para as lutas decisivas pelo pão, terra e liberdade, pelo poder da Aliança de Libertação Nacional! (Ibidem, p. 64-65).

Fernando de Lacerda fez referência, também, quanto à mudança na tática de ação do PCB no interior da ANL. A palavra de ordem para a formação de um governo baseado nos conselhos de operários, soldados, camponeses e marinheiros, os “soviets”, foi substituída em favor de um “governo popular nacional revolucionário”. Entretanto, Fernando de Lacerda não se deu conta do tom insurgente dessas palavras, acreditando, ingenuamente, que haveria possibilidade de fortalecer, por meio de greves e cooptação da população camponesa, uma organização já ilegal. Além disso, fantasiosamente, julgava haver manifestações de massa contra as atitudes repressivas empregadas por Getúlio Vargas (Idem, p. 63).

Para o delegado chinês Wan Min (Apud CANALE, 1985, p. 133-134), a Aliança Nacional Libertadora encontrava-se em fase inicial. Neste sentido, qualquer tática revolucionária constituiria uma ação prematura, pois a tarefa dos comunistas brasileiros consistia na ampliação da organização, como forma de fortalecer a luta frente ao imperialismo. Wan Min também considerava que “um governo da ANL, [...], seria

essencialmente um governo antiimperialista” e não “uma ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Assim, em tal governo haveria espaço para outros segmentos sociais e políticos comprometidos no combate ao imperialismo.

Para o líder comunista Georgi Dimitrov,

Na criação de uma ampla frente única de luta antiimperialista nas colônias e semicolônias é preciso, em primeiro lugar, observar a variedade das condições nas quais se desenvolve a luta imperialista das massas, os diferentes graus de amadurecimento do movimento de libertação nacional, o papel do proletariado nesses movimentos e a influencia dos P.C.s sobre as amplas massas. [...] No Brasil o P.C.- que através da ANL criou a base certa para o desenvolvimento da frente única antiimperialista - deve empenhar todas suas forças para ampliar mais ainda essa frente, em primeiro lugar incluindo as massas de milhões de camponeses, bem como para criar destacamentos do exército popular revolucionário que se dediquem sem reservas à revolução; deve empregar todas as suas forças para que a ANL assuma o poder. (Ibidem, p. 132)

O OESP utilizou-se deste discurso para afirmar que a ANL tinha ligações com o movimento comunista internacional: “O ‘Globo’ informa que foi entregue ontem ao Presidente Getúlio Vargas um número do ‘Moscou Daily’, que contém declarações do líder comunista George Dimitroff sobre o papel da Aliança Libertadora na Frente Única Anti-Imperialista” (OESP, 31-08-1935, p.1)⁸⁷.

Vê-se, pela análise dos discursos de Fernando Lacerda, Wan Min e Dimitrov, que havia um claro desencontro entre os pressupostos adotados pela IC, a partir do VII Congresso, e a linha partidária do PCB. O referido congresso oficializou a tática de frentes populares contra o fascismo, a guerra e pela defesa da União Soviética (URSS). Palavras de ordem, como “revolução operário-camponesa”, “governo de soviets” foram descartadas. O objetivo, então, era a libertação nacional por meio do combate ao imperialismo. Segundo Marly Vianna (1992, p. 47), as decisões tomadas em Moscou pouco influenciaram a ação dos

⁸⁷ Torna-se interessante observar que desde o final do mês de agosto, a ANL perde relevância nas páginas do matutino, o que pode ser explicado pelo fato de que a Aliança já fora investida da ilegalidade pelo governo e os recursos, impetrados pelos aliancistas, contra tal situação, foram negados pelo poder público, satisfazendo, assim, os interesses do jornal. A ANL só voltará a ganhar espaço no OESP em dezembro do mesmo ano, no momento em que o jornal fez a cobertura dos levantes nacional-libertadores. No dia doze do referido mês o periódico publicou a sentença proferida pelo “juiz substituto da primeira vara federal” na qual determinou a dissolução da organização. Comentando a decisão do juiz, os editorialistas manifestaram não só seu apoio a ela como também alertaram para o fato de que “[...] A justiça eleitoral, [...], precisa examinar com o máximo cuidado os pedidos de registro de partidos políticos para que se não reproduza aquilo que já se observou: o registro de um verdadeiro partido comunista sob disfarces liberais. É indispensável a maior vigilância contra todos os estratagemas dos comunistas para iludir o público e exercitar livremente a sua nefasta atividade, [...].

comunistas brasileiros, que se preparavam para derrubar Getúlio por meio das armas, instalando um “Governo Popular Nacional Revolucionário” sob a liderança de Prestes.

Além do mais, torna-se importante ressaltar que, no momento em que se pregava a formação de amplas frentes populares, a ANL já estava na ilegalidade. Assim, vê-se que

Na verdade, não só os levantes de 1935 estavam enraizados nas tradições tenentistas da sociedade brasileira como a IC não assumiria - como não assumiu - a responsabilidade pela eclosão de um movimento revolucionário em outro país. Para os homens de Moscou, contavam, naquele momento, principalmente as boas relações diplomáticas da URSS com os demais países e não estavam dispostos a arriscá-las. (VIANNA, 2003, p. 77).

No interior da Aliança, pode-se claramente perceber que ainda se fazia presente, entre os comunistas, a orientação política que apontava a perspectiva de uma insurreição popular em um horizonte próximo, totalmente contraditória em relação à política de “frente popular”, a qual exigia a ampliação de forças a partir da formação de alianças com outros grupos políticos e sociais. Estes, convencidos de que havia no país uma situação francamente revolucionária, não conseguiram concentrar seus esforços na luta contra o integralismo e as propostas corporativistas encaminhadas por Getúlio Vargas para o controle das organizações operárias.

Para Marcos Del Roio (1990, p. 293-294),

Prestes e o PCB não perceberam que naquela conjuntura a formação da ANL tinha caráter tático defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado para a instauração de uma ditadura com aspectos fascistas. Então, se deveria lutar pela revogação da LSN, pelo desmantelamento do integralismo, pela laicização do Estado, contra os aspectos corporativos da constituição e pela democratização do Estado e da vida política dentro dos marcos institucionais definidos em 1934, como era propósito declarado de grande parte da direção da ANL. Para se conseguir tais objetivos era necessário um período relativamente longo de acumulação de forças e de fortalecimento da sociedade civil, que permitisse a entrada das massas agrárias na política, ampliando o estatuto da cidadania e que enriquecesse a criação cultural. A partir daí, o projeto democrático revolucionário embutido no programa da ANL poderia se tornar uma estratégica ofensiva de ruptura com a ordem social existente, que levasse ao desenvolvimento das forças de produção capitalistas sob a direção de um Estado democrático, configurando uma alternativa nacional-popular.

Em outubro de 1935, teve início, no país, uma fase de agitação política e militar. As eleições estaduais, como as do Distrito Federal e a do Rio Grande do Norte, permeadas por

acirradas disputas entre as forças políticas concorrentes, exigiram uma forte intervenção governamental. Além do mais, no Rio Grande do Sul, as manobras políticas de Flores Da Cunha, então governador do Estado, ameaçavam as bases de apoio do Governo Federal. No âmbito militar, a redução dos efetivos e a questão do desengajamento de oficiais suscitaram pesadas críticas, por parte de setores das Forças Armadas, contra o governo. Tais fatos provocaram um otimismo nos comunistas, pois, para estes, esta instabilidade política era o sinal de que a situação revolucionária no país estava plenamente amadurecida. Para o PCB, em suas resoluções de novembro de 1935,

[...] Depois de uma curta e aparente tranqüilidade do movimento de massas depois da proibição da ANL, levantou-se no último mês de outubro uma grande onda de movimentos econômicos e políticos das amplas massas populares, uma série dos quais tem tido um intenso caráter revolucionário. [...] As amplas greves, as greves de massas, as greves econômicas dos operários, os amplos começos dos movimentos camponeses e guerrilheiros, [...], o formidável fermento revolucionário no Exército e na Marinha e o alto grau de capacidade revolucionária e organizativa existente entre as forças armadas são provas de que [...] estão maduras as condições para a revolução no Brasil. [...] A revolução nacional no Brasil tem a tarefa e finalidade seguinte: o derrubamento do governo Getúlio Vargas e dos governos reacionários dos estados; estabelecimento de um governo popular nacional revolucionário com Luis Carlos Prestes a sua frente,[...] (Apud VIANNA, 1995, p. 128-130).

Ressalte-se, em primeiro lugar, que, para os comunistas brasileiros, o “Governo Popular Nacional Revolucionário” caracterizava-se como um movimento popular-democrático que não pretendia implantar um regime comunista no Brasil⁸⁸, mas, sim, assegurar “os mais amplos direitos populares democráticos” (Ibidem, p. 132) e a satisfação das necessidades cotidianas das massas trabalhadoras.

Em segundo lugar, o PCB descartava qualquer possibilidade de utilizar-se de “golpes militares” para alcançar o poder:

⁸⁸ Luiz Carlos Prestes, em carta enviada a um companheiro identificado como ‘Meu Caro Amigo’ (Apud VIANNA, 1995, p. 369), disse: “[...] A reação, o governo cinicamente obediente ao ‘Intelligence Service’, os lacaios despuddorados do capital financeiro imperialista, frente ao assombroso crescimento da ANL sentiram o perigo e trataram de agitar, mais uma vez, o espantinho do ‘olho de Moscou’, ou do ‘ouro de Moscou’, procurando assim afastar da ANL os elementos vacilantes que temem o comunismo e os comunistas (o comunismo para muita gente é extremismo, liquidação imediata da propriedade privada, quando, na verdade, nós comunistas, no momento, lutamos pelas liberdades populares e pela independência nacional, somos os combatentes de vanguarda e os mais consequentes, pela democracia e pela emancipação nacional de nosso país). [...] A ANL não pode ser confundida com o Partido Comunista, não é uma máscara de tal Partido, nem pretende instalar um governo soviético. Nós, comunistas, lutamos com a ANL, apoiamos com todas as nossas forças o movimento aliancista porque sabemos que, no momento atual, o que é necessário, indispensável, inevitável é a implantação de um governo realmente democrata, [...]”

O essencial para que a ANL consiga progredir e obter a frente única com os outros partidos está na sua capacidade de arrastar as grandes massas. Todo trabalho da ANL, no momento atual, deve ser orientado no sentido de vencer a difícil situação de ilegalidade. [...] A ANL não pretende tomar o poder por um simples golpe militar, mas através de grandes lutas de massas que irão até a insurreição. [...] Os golpes sem mobilização de massas em torno de um programa levarão ao poder pessoas que, mesmo quando são honestas, poderão trair os interesses das massas. A garantia de execução de qualquer programa está exclusivamente nas forças que manifestarem as massas. A ANL mobiliza a massa de toda a população do Brasil em torno de seu programa (manifesto de Prestes de 5 de julho) e de um governo popular nacional revolucionário com Prestes à frente, porque sabe que só a força das massas garantirá a execução de tal programa. (Apud VIANNA, 1995, p. 93-94)

De acordo com Anita Prestes (1997, p. 128-129), existia, entre os comunistas do PCB, um forte receio em relação à tradição golpista, fortemente enraizada no comportamento político nacional. Neste sentido, “[...] o golpe militar deveria ser encarado, portanto, como uma solução elitista, antipopular e anti-revolucionária”. Porém, para a autora,

Havia, [...], uma enorme distância entre os propósitos dos comunistas, enfatizados com tanta insistência em seus documentos, e a avassaladora influência das concepções golpistas, das quais os comunistas não conseguiriam escapar. Influência que haveria de marcar tanto a sua prática quanto o seu discurso, embora, neste, essas concepções, conforme veremos, aparecessem conjugadas com as declarações enfáticas de sua condenação. (Ibidem, p. 129).

Tal influência está presente nas cartas escritas por Luiz Carlos Prestes aos seus antigos companheiros do Exército, após o decreto governamental que colocou a ANL na ilegalidade. Por acreditar que havia no país uma situação revolucionária, o general da “Coluna Invicta” buscou apoio⁸⁹ para a organização de um levante popular armado. Ao capitão Trifino Correia, Prestes escreveu:

⁸⁹ Ao capitão Aristides Leal, o “Cavaleiro da Esperança” disse: “[...] Peço, por teu intermédio, a cada companheiro da Coluna marchar para o interior, ligar-se com o povo de qualquer ponto de nosso vasto interior que melhor lhes pareça e organizá-lo rapidamente para iniciar lutas pelos seus interesses econômicos mais imediatos. Ter em vista que tais lutas se transformarão rapidamente em lutas armadas e, portanto, organizar grupos armados que defendam a organização da luta. Não ter medo de passar a luta de guerrilhas e empregando a tática militar, nossa conhecida, levantar novamente no interior a bandeira de luta da Coluna. Cada qual deve fazer o máximo esforço para ter a honra de ser o iniciador de verdadeiras lutas armadas no interior do Brasil” (VIANNA, 1935, p. 347).

[...] É necessário que a Coluna se reorganize e que surja multiplicada e orientada. Multiplicada, porque cada soldado da Coluna deve nos dias de hoje, ser o comandante de um grupo ou destacamento da ANL. Orientada, porque os últimos anos de lutas e desilusões esclareceram os nossos objetivos e tornaram claro o nosso programa.[...] A palavra de ordem que dou aos antigos combatentes da Coluna é ir ao povo, organizar os trabalhadores do campo, dirigir suas lutas contra os grandes fazendeiros e os bandos policiais. A tática militar a empreender é muito nossa conhecida e já foi provada pela nossa marcha. Ela deu e dará bons resultados. Começar lutas armadas no interior e não entregar mais armas, só recebendo ordens do antigo comandante da Coluna, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 333).

Por meio de um Comitê Antimilitar, “Antimil”, criado em 1929, os comunistas mantinham um constante trabalho de cooptação e organização de células em várias unidades militares. Acreditavam que um levante militar serviria de estopim para uma revolta popular. Tal fato demonstra que, no entender de Marcos Del Roio (2007, p. 65), predominava, até mesmo entre os membros do Bureau Sul Americano da IC, “uma perspectiva jacobino-militar e positivista que não era estranha à luta social e política no Brasil, [...]”⁹⁰. Nesse sentido, o processo revolucionário das massas seria desencadeado por um movimento armado. Para o PCB, devido à origem social de uma parcela das Forças Armadas, identificada com as camadas mais humildes da população, uma boa parte da oficialidade nutria simpatia pelos movimentos populares, mostrando, assim, uma consciência democrática:

[...] O Exército, pelas razões de sua grande tradição nacional e revolucionária, devido a sua composição social e sua ligação com o povo, devido a grande influência das idéias e do programa da ANL e sua ligação com mesma e com Luís Carlos Prestes, em sua parte decisiva lutará pela revolução nacional, [...]. O Exército e o povo pertencem um ao outro e com o Exército está garantido o triunfo da revolução nacional. Por isso é justo que os nacional-revolucionários e o PCB lutem, [...], forjando assim uma forte frente única entre o povo e o Exército para a realização da revolução nacional e pelo surgimento de um Brasil unido, livre e forte. Tal frente única é fator decisivo no processo de formação do grande Exército Popular Nacional. (Apud VIANNA, 1995, p. 129)⁹¹.

⁹⁰ Segundo João Quartim de Moraes (1994, p. 81), “A explosiva aproximação da esquerda militar, [...], com a esquerda comunista constituiu, no plano intelectual, uma aproximação entre Auguste Comte e Karl Marx. Este havia facilmente suplantado o superficial Bakunin entre os intelectuais orgânicos da classe operária. Aquele permanecia, para os intelectuais progressistas, quer como *a* referência filosófica, [...], quer como um dos componentes de peculiar síntese do positivismo e do marxismo característico do pensamento comunista brasileiro, [...]”

⁹¹ Em outra ocasião, o Partido afirmou: “[...] O Exército brasileiro tem sido o grande fator da Unidade Nacional, tem lutado contra os arreganhos imperialistas com o Marechal de Ferro, tem lutado contra o escravagismo, tem lutado contra a tirania bernadesca e contra as imposições do homem ‘da madeira’. Derramou o sangue de seus melhores representantes nas memoráveis campanhas de 1922, 1924, abrindo caminho da luta pela libertação nacional do Brasil do jugo da exploração imperialista. Em 1930 novamente derramou seu sangue junto com o de inúmeros populares para que fosse liquidada a tirania e restabelecidas as liberdades políticas dentro de um regime humano. Novamente em 1931, já o Exército em Recife dava o brado de alerta contra a deturpação dos fins da Revolução, [...]” (Ibidem, p. 389).

O partido conseguiu formar bases e contatos nas Forças armadas. Entretanto, os comunistas superestimaram a influência do Partido entre a oficialidade. Qualquer sinal de revolta nos quartéis era interpretado como uma situação revolucionária que envolveria todo o corpo de militares. Formou-se, assim, a idéia de que havia uma situação de desagregação nas Forças Armadas e que, por isso, a mobilização e sublevação das unidades não dispensariam grandes esforços.

Além disso, a situação dos comitês regionais do partido contradizia a visão otimista e surreal que os comunistas tinham, sobre sua influência em relação aos diversos setores da sociedade como, por exemplo, a classe operária e os militares. Em diversos Estados, a organização partidária e o trabalho de militância encontravam-se em situação caótica, como mostra o informe de Manuel Batista Cavalcanti, conhecido como “Muniz” ou “Ferro”, sobre a situação do Comitê Regional do PCB em Pernambuco:

Falta de uma direção que estivesse à altura de corresponder com as necessidades, ou melhor, uma direção à altura do peso da região. Isto se verificou nos últimos movimentos grevistas, especialmente a greve da Great Western. [...] Em virtude do que eu expus, isto é, esta debilidade da direção, faltou da parte do Secretariado do NE, [...], um apoio moral, isto é, faltou autoridade à região, sendo esta em grande parte substituída pelo Secretariado do NE, sendo este um dos motivos da deficiente formação de quadros, pois muito destes trabalhos, longe de serem feitos pela direção eram feitos por cima desta, o que só podia trazer descontentamento aos camaradas novos. [...] Uma região que marchava (e marcha) para a revolução, limitada somente no setor proletário, sem nem sequer saber quais as perspectivas dos setores militares, elementos influentes da situação e da oposição, elementos de influência no campo, essa direção não pode ter perspectivas e isso sem entrar em detalhes era o que vinha sendo feito em Pernambuco. (Idem, p. 190-191)

Mesmo diante desta situação pouco animadora, com o partido debilitado, sem apoio das massas e sem uma sólida influência nas forças armadas, Prestes continuava a acreditar no sucesso da revolução. Bastaria, para ele, apenas decidir qual o melhor momento para o início do movimento armado.

4.2 - A eclosão dos levantes: Natal, Recife e Rio de Janeiro

Nos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, três insurreições ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. As três eclodiram em nome da revolução popular e da ANL. Entretanto, nenhuma das três teve apoio popular, e foram sufocadas em poucas

horas. Somente em Natal, os revolucionários obtiveram algum sucesso, organizando um governo popular revolucionário, que permaneceu no poder durante quatro dias. Isolados, esses levantes deram o aval a Vargas para suspender a vigência da Constituição e, apoiado pelo Congresso e pela opinião pública, colocar o país em um longo estado de sítio.

A deflagração do movimento, antes do previsto pelos dirigentes da conspiração, mostra que, além do deficiente esquema de comunicação entre o “quartel general”, situado no Rio de Janeiro, e as células regionais, que tinham ficado com a responsabilidade de coordenar o movimento em sua localidade, fatores políticos e sociais locais tiveram primordial relevância no desencadeamento dos conflitos⁹².

Para Edgard Carone (1991, p.223), “a efervescência local e a falta de um controle maior do centro decisório da revolução no Rio Grande do Norte - Comando Militar - sobre os seus membros revolucionários fazem com que estes acabem se descontrolando e agindo por conta própria”. No dia 23 de novembro, os acontecimentos se precipitaram e teve início a insurreição de Natal. O que ocorreu na capital do Rio Grande do Norte tornou inevitáveis as insurreições em Recife e, posteriormente, no Rio de Janeiro.

Na capital potiguar, as disputas políticas acirraram-se com a campanha eleitoral para o governo estadual. As disputas entre Mário Câmara e Rafael Fernandes ultrapassaram o campo político, com perseguições e ameaças de ambos os lados. Além dos conflitos entre as duas situações, a insatisfação dos militares diante da política de desengajamento e diminuição dos efetivos, como, também, as greves na Estrada de Ferro Great Western contribuíram para gerar um clima de descontentamento⁹³.

As medidas tomadas pelo novo governador, Rafael Fernandes, como, por exemplo, a extinção da guarda-civil e a perseguição aos cabos e soldados do 21 B. C., sob o pretexto de que apoiavam Mário Câmara, acelerou a rebelião em Natal. O comitê regional do PCB, orientado a não “desencadear qualquer movimento armado” (VIANNA, 1992, p.187), permaneceu à deriva diante dos acontecimentos. A decisão de levantar o quartel coube aos militares⁹⁴. As agitações sociais correspondiam muito mais às condições locais do que à

⁹² Alguns autores como, por exemplo, Leôncio Basbaum (1975, p. 84), apontam a existência de agentes do governo infiltrados nas várias organizações ligadas ao Partido Comunista e, também, na ANL. Assim, para tais autores, a ação destes agentes explica a precipitação dos acontecimentos em Natal.

⁹³ Versão com a qual concorda também Marcos Del Roio (1990, p. 306).

⁹⁴ “[...] Nesse mesmo dia 23 de novembro, a célula do 21 BC comunicou ao CR que não era mais possível conter os soldados, graduados e sargentos que estavam resolvidos a levantar-se naquele mesmo dia de qualquer maneira, para assim evitar a dissolução prática da sua unidade ou o desarmamento da mesma que era insistentemente propalado. Nossa célula deixou perfeitamente claro que se não tomássemos a frente da luta os militares do 21 BC iriam à luta armada sozinhos. [...] A situação se apresentou de tal forma diante do CR do Rio Grande do Norte que este teve que resolver definitivamente dentro de um prazo curtíssimo de poucas horas. [...]”

iniciativa dos comunistas⁹⁵. A própria célula da ANL não contava com mais do que algumas dezenas de pessoas. Diante da urgência em que ocorriam os fatos, a célula local do PCB encontrava-se isolada, à frente de um movimento que não havia planejado e que, por isso, forçava a sua participação. Além disso, a parcela da população que saiu às ruas assim fazia motivada unicamente “pela saída de um governo impopular, pela distribuição de víveres e de dinheiro e pela possibilidade de saques. Era a população mais pobre que estava nas ruas” (VIANNA, 1992, p. 196). Hélio Silva (1969, p. 282) destaca o fato de que a participação popular no levante ganhou status carnavalesco, representando, assim, muito mais um ato festivo do que um acontecimento revolucionário.

Posteriormente, o Comitê Central do PCB reconheceu não só o caráter prematuro dos acontecimentos em Natal, como, também, a situação de desorganização em que se encontrava a célula regional do Partido:

Desde muitos anos que o Brasil vem marchando rapidamente para uma crise revolucionária, impelido pela situação de fome e miséria em que vegetam as grandes massas populares. O descontentamento da massa se tem refletido em muitos movimentos e lutas espontâneas; há muito que os fatores objetivos necessários à vitória da revolução existem no país. Faltava somente o desenvolvimento do fator subjetivo - Um Partido Comunista forte, estreitamente ligado com as massas e com suas lutas. [...] No Nordeste, a situação é mais grave: maior radicalização da massa, maior miséria, mais descontentamento. A correlação de forças é mais favorável à revolução, em vistas de um maior enfraquecimento e desorganização das camarilhas dominantes. [...] Mas apesar de seu grande esforço, de sua combatividade e audácia e dos grandes êxitos obtidos, o PCB não conseguiu ainda vencer o atraso em que se encontrava em relação ao avanço da situação objetiva, [...] (Comitê Central do PCB, junho de 1936, Apud VIANNA, 1995, p. 261)

Na noite do dia 23 de novembro de 1935, os revolucionários, sob o comando do sargento Eliziel Diniz Henrique, tomam o 21º B.C. e saem às ruas da cidade de Natal, que cai

Nenhuma consulta puderam os camaradas do Rio Grande do Norte fazer ao secretariado do Nordeste nem ao CC no Rio. Portanto, esses organismos dirigentes, juntamente com a ANL, também tiveram que se decidir em prazo de poucas horas, [...]” (Comitê Central do PCB, junho de 1936, Apud VIANNA, 1995, p. 263-265)

⁹⁵ Hélio Silva (1969, p. 280) também compartilha da mesma tese ao afirmar que “o levante de Natal foi uma revolta de cabos, sargentos, operários, funcionários públicos. A maioria nada sabia de comunismo. Nem mesmo os dirigentes do movimento, os poucos declaradamente comunistas, tinham formação marxista. Eram revoltados, simplesmente. [...] O grosso dos adesistas julgava tratar-se de um movimento para repor o interventor Mário Câmara, [...]”. John Foster Dulles (1985, p. 13), na mesma linha de raciocínio, afirma que “[...] muitos dos que admiravam os objetivos da ANL nada tiveram a ver com as revoltas, levadas a cabo principalmente por militares descontentes. A rebelião, que começou no Rio Grande do Norte de maneira, [...], descoordenada, [...], surpreendeu os próprios conspiradores comunistas, [...]”. Diferentemente de tais autores, Homero Costa (1995, p. 146) sustenta o argumento, com o qual não concordamos, de que “a insurreição do 21º BC em Natal, [...], constituiu uma precipitação cuja responsabilidade foi da direção do Partido Comunista em Natal, em especial da célula militar, [...]”.

nas mãos dos revoltosos em poucas horas. Vitoriosa a insurreição, na capital, as tropas rebeldes caminham em direção ao interior do Estado. Com o controle da capital e de algumas cidades do interior, forma-se uma Junta Revolucionária, ou Governo Popular Revolucionário, em nome da ANL e de Luiz Carlos Prestes. O PCB não conseguiu imprimir à revolta qualquer orientação partidária ou dar-lhe uma coloração ideológica. De acordo com o jornal “A Liberdade”, impresso pela Junta Governativa de Natal, o que motivou a deflagração do movimento foi um sentimento de descontentamento em relação ao governo de Getúlio Vargas:

O povo, o operariado, os soldados, os marinheiros e todos os que têm olhos voltados para a grandeza do Brasil e que estão cansados de sofrer os estonteamentos e as perseguições de um regime de verdadeira tirania acham-se a estas horas de armas nas mãos, lutando pela mais bela conquista humana - pela sua completa libertação. [...] Em 1930 conquistamos o poder à custa do sacrifício das classes armadas auxiliadas pelo povo. [...] Porém os prometimentos, na sua quase totalidade, falharam. A revolução mentiu inteiramente à sua alta finalidade. Os políticos profissionais, que infelizmente nunca desaparecem, e que só agora devem desaparecer, atrapalharam a sua marcha ascensional, desviaram-na da estrada luminosa que lhe traçaram os legítimos representantes do pensamento novo, os verdadeiros idealistas revolucionários, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 476-477).

O programa revolucionário, por sua vez, apresentava um tom claramente nacionalista:

Vamos fazer produzir nossos campos. Explorar nossas minas formidáveis de ferro, de ouro, de tudo que a natureza nos deu da maneira mais privilegiada do mundo. Aproveitar nossas imensas quedas d’água, nossas florestas imensíssimas. Dar crédito ao agricultor, até agora miseravelmente tratado como servo da gleba. Desenvolver a pecuária. Estimular a indústria, criando as grandes usinas de metalurgia para fabricarmos, aqui dentro, as nossas máquinas, os nossos aviões, a nossa munição, para resistir a quem quer que se aventure a reduzir-nos à colônia. Reformar, pela base, a burocracia, que é um dos cancros mais terríveis à ilharga da nação. Aparelhar o Exército e a Marinha, dignificar-lhes a missão dentro do país e em sua função essencial de defesa e garantia permanente de nosso prestígio internacional. Dividiremos as terras. Garantiremos o direito ao trabalho. Ninguém dispensará um real para aprender a ler e completar sua cultura. Reformaremos os códigos, estabelecendo, sob o regime da racionalização e renovação do Direito, tudo que temos prometido para libertação do país, tonificação de suas fontes econômicas, felicidade de seu povo martirizado e capaz das maiores conquistas, [...] (Ibidem, p. 472)

Buscando acalmar os ânimos e o apoio de uma parcela da população que, no primeiro momento, saquearam lojas e bancos, o comitê reduziu o preço das passagens de bonde e o do

pão. Entretanto, com o passar do tempo, o movimento foi perdendo força. No interior, houve várias derrotas e, na cidade, a maior parte da população potiguar mostrava pouco interesse pela revolução. Após quatro dias, as tropas legalistas derrotaram o movimento, prendendo inúmeros envolvidos e simpatizantes. No entender de Marly Vianna (1992, p. 210),

A insurreição foi uma quartelada como tantas outras que, [...], conseguiu durar quatro dias. Nenhum oficial, nenhum político de destaque comprometeu-se com o levante. Os dirigentes revolucionários improvisados em governo mal sabiam o que fazer, [...]

Assim como em Natal, o clima de agitação social em Recife tinha, entre suas principais causas, as condições políticas, sociais e econômicas locais. Na capital de Pernambuco, a elite governante pertencia às grandes famílias do açúcar, do comércio e da indústria. O governo constantemente ignorava o estado de miséria do povo, causado pelo alto custo dos gêneros alimentícios.

O clima no 29º B.C., local onde teve início o levante, era de agitação social. Um dos motivos seria a transferência do quartel, que se situava no centro de Recife, para os subúrbios da cidade. Como o novo quartel ainda não estava pronto, grande número de praças ainda permaneceu no antigo batalhão, o que os obrigava a deslocarem-se diariamente, às suas próprias custas. Com a falta de instrutores e de material, havia poucos exercícios de treinamento, obrigando os oficiais a tarefas tediosas e faxinas no quartel. A situação se agravou quando, durante as greves na *Great Western Railway*, em que ferroviários e suas mulheres ocuparam os trilhos das ferrovias, os soldados receberam ordens para atirar nos grevistas.

Na madrugada do dia 25, iniciou-se a insurreição, em nome da ANL e de Prestes. O plano consistia na tomada da cidade e no envio de tropas para outras, como Fortaleza e Maceió. Esperava-se que estourassem greves no porto e na estrada de ferro *Great Western*, as quais, no entanto, não ocorreram.

Em Recife, a decisão de sublevar o 29º Batalhão de Caça (BC) coube ao secretariado do PCB no Nordeste. Entretanto, a atitude dos comunistas na capital pernambucana foi forçada pela precipitação dos acontecimentos em Natal:

Só com a chegada do secretário regional de Pernambuco, a 18 de dezembro, é que tivemos os primeiros informes concretos dos acontecimentos. Antes, estávamos bastante desligados, as ligações muito difíceis e nenhuma carta nos chegou às mãos. Por esse camarada soubemos que o movimento de Recife também foi forçado pelo de Natal, que começou no sábado 23 à noite, com vitória quase imediata dentro da capital e em diversos pontos do Estado.

Só por ele também é que sabemos que a região só foi avisada do ocorrido e de que estava resolvida a insurreição às 9 da manhã quando às 10 horas se sublevou o 29 BC, [...]. A polícia não acompanhou e o proletariado, sendo domingo, não estava fácil de mobilizar estando em casa; a própria base do Partido só começou a ser mobilizada depois de levantada a tropa e isso muito dificilmente, pois que o grosso da força proletária, [...], ficaram cortados dos depósitos de armas e não puderam armar-se, [...] (Direção do PCB, 25 de dezembro de 1935, Apud VIANNA, 1995, p.197)⁹⁶.

Os revolucionários, sob o comando do tenente Lamartine Coutinho e de Alberto Besouchet, conseguiram tomar o 29º B.C. Entretanto, ao saírem do quartel para a conquista de outros pontos da capital, foram derrotados pelas tropas fiéis ao governo, depois de vários combates pelas ruas. As autoridades, sabendo o que ocorrera em Natal, colocaram as tropas em alerta. O levante durou poucas horas. Por isso, na capital pernambucana, o movimento sedicioso conquistou pouca adesão popular⁹⁷, e os revoltosos, em sua maioria militares, “sequer chegaram ao centro da cidade, pois as pontes que lhe davam acesso foram logo ocupadas pelos legalistas, (...)” (VIANNA, 1992, p. 228-229).

No dia vinte e seis de novembro, sob o título “Irrupção de um movimento comunista no Nordeste do País”, o OESP noticiou acerca dos acontecimentos:

As notícias dos acontecimentos subversivos da ordem em cidades do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, conhecidas nessa capital na madrugada do domingo, levaram imediatamente o governo a tomar enérgicas medidas de repressão. [...] A população, confiante nas providências do governo, não se afastou de seus hábitos, sendo normal a vida da cidade. (OESP, 26-11-1935)

Em seguida, o jornal publicou um comunicado oficial do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que relatava os fatos ocorridos no Rio Grande do Norte e Pernambuco:

⁹⁶ Em outra ocasião o Comitê Central do PCB afirmou: “Pelos informes recebidos, a luta armada no Recife estalou mais ou menos 24 horas depois da insurreição de Natal. O foco principal da insurreição de Recife foi a Vila Floriano, sede do 29 BC. [...] Aqui também, a falta de uma boa direção, político-militar, foi a causa dos mais grosseiros erros. Na Vila Floriano, os armamentos estiveram praticamente guardados pelos contra-revolucionários do 29 BC, [...]. Aqui também todos os erros cometidos culminaram nas vacilações, desde o começo, dos principais dirigentes, [...], e por fim numa desordenada retirada das forças insurretas, feito de tal ordem que o seu “alto comando” foi o primeiro a ser capturado pelo inimigo, [...]” (Ibidem, p. 166)

⁹⁷ Para Marcos Del Roio (1990, p.308), o insucesso do levante em Recife se deu em decorrência de erros cometidos pelos comunistas locais tanto na avaliação da correlação de forças quanto na organização tática do movimento. Para o referido autor, “havia uma base popular na insurreição, embora terrivelmente insuficiente, que poderia ter garantido a vitória, por momentânea que fosse, [...]”, interpretação esta com a qual não concordamos.

Na noite de 23 do corrente verificou-se uma sublevação de caráter extremista no 21º B. C., aquartelado em Natal, tendo sido aprisionados vários oficiais. As forças fiéis ao governo ofereceram resistência aos amotinados, conseguindo ocupar a cidade. Em Pernambuco, sublevou-se parte do 29º B. C. Elementos civis, comunistas, ocuparam a cidade de Olinda, que foi logo a seguir retomada pelas tropas da polícia militar, tendo sido capturados os chefes. [...] A cidade está calma. As estações de rádio estão irradiando normalmente seus programas. A população manteve-se ao lado do governo. Já foram tomadas enérgicas providências, tendo seguido para Pernambuco forças dos Estados Vizinhos, esquadrilha de aviões e vasos de guerra. O governo está aparelhado para reprimir qualquer desordem ou sublevação, contando para tanto com forças de terra e mar e com apoio do povo brasileiro. (OESP, 26-11-1935, p. 1)

Ainda de acordo com o periódico,

Segundo notícias divulgadas em rodas oficiais, o levante deveria explodir em cinco centros militares ao mesmo tempo, entre as quais estariam compreendidas capitais do Norte e Sul do país. A irrupção do movimento deveria dar-se às 14 horas e meia de ante-hontem, simultaneamente nos Estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e também nesta capital. A polícia do Distrito Federal redobrou sua vigilância junto a elementos suspeitos, uma vez que chegou ao seu conhecimento que figuras ligadas à extinta Aliança Libertadora estavam comprometidos no caso. (OESP, 26-11-1935)

Entretanto, é importante ressaltar que a iniciativa dos levantes não obedeceu a uma ordem do Comitê Central do PCB⁹⁸. Não houve, por parte deste, qualquer orientação para que as células de Pernambuco e Rio Grande do Norte organizassem movimentos armados. Não havia qualquer plano traçado para que ocorressem, naquele momento, levantes em outras partes do país. Os acontecimentos ocorridos em Natal surpreenderam até mesmo os comunistas brasileiros:

Ao que temos recebido informe, nenhuma das demais regiões estava avisada da intenção de insurreição para 35 em Natal, todas foram tomadas de surpresa e por isso não agiram, ficaram desorientadas. Não havia ligações de rádio com os c. revolucionários do Norte nem do Sul, [...] (Direção do PCB, 25 de dezembro de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 197-198)

⁹⁸ Para o general Manuel Rabello, as insurreições no Nordeste representaram motins militares motivados por fatores políticos: “Ouvido pelo representante da agência ‘Havas’, o general Manuel Rabello, [...], declarou: ‘Em Pernambuco o movimento é provavelmente dirigido apenas por sargentos e inferiores ou por oficiais comissionados. Acredito que no Rio Grande do Norte só tenham tomado parte no levante um capitão e um tenente, partidários do ex-interventor Mário Câmara, levados por motivos políticos, [...]’” (OESP, 26-11-1935)

No mesmo dia 26, o jornal noticiou a autorização dada, no dia anterior, ao Poder Executivo, para a promulgação do Estado de Sítio: “O senado e a Câmara, após animados debates, autorizam por grande maioria a decretação do estado de sítio pelo prazo de 30 dias em todo o território nacional, para que não periclite a segurança da República” (OESP, 26-11-1935)

Em seguida, publicou a mensagem presidencial solicitando ao Poder Legislativo a permissão para decretar o estado de exceção. É interessante ver de que maneira os acontecimentos no Nordeste do país serviram para Getúlio Vargas não só justificar sua atitude de decretar a ilegalidade da ANL, em julho, ao “provar” ser a Aliança uma organização comunista, como, também, legitimar-se como o principal articulador no combate aos “extremistas”, pelo fato de demonstrar conhecimento acerca da movimentação e organização dos “subversivos”:

Exmos. Srs. membros do Legislativo. Graves perturbações da ordem pública ocorreram na noite de 23 para 24 deste mês no Nordeste do país, em razão de uma insurreição armada, de inequívoca finalidade extremista. Que movimento de tal natureza entre nós se processava, bem o sabem os digníssimos representantes da Nação pelas informações que teve o governo ensejo de ministrar-lhes quando se viu na necessidade de determinar o fechamento de organizações extremistas, precisamente por lhes haver descoberto a trama, [...]. A insurreição que acaba de irromper, [...], tenta por processos violentos subverter não somente a ordem política senão também a ordem social, mudando a forma de governo estabelecida pela Constituição da República e a sua ideologia política, social e econômica. Tem, por isso mesmo, articulações em outros pontos do território nacional. Não obstante estar o governo provido de meios para debelar a insurreição armada, [...], carece ele de maior amplitude de ação para combater os extremistas, [...] (OESP, 26-11-1935, p. 1)

No editorial do dia vinte e sete de novembro, o jornal posicionou-se a favor do estado de sítio:

Mais depressa do que se esperava, os fatos vieram dar razão aos que apoiaram a iniciativa parlamentar de se fazer uma Lei de Segurança Nacional. A propaganda comunista, notória a quem quer que prestasse um pouco de atenção ao que se passava em redor de si, estava tomando um incremento tal que se impunha, [...] a regulamentação imediata do texto constitucional que não permite a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. A lei que se votou, [...], não foi suficiente para o fim que se colimava. A propaganda continuou e acaba de explodir, em vários Estados do Brasil, numa série de atos violentos de uma gravidade extraordinária, [...] Salvemos o Brasil, [...], da calamidade que seria a implantação do regime comunista, [...]. O comunismo seria, em verdade, para nós, o sangue, o luto, a miséria, a desagregação territorial e a perda da independência” (OESP, 27-11-1935, p. 03)

O interessante, em relação às informações um tanto “alarmantes” contidas neste editorial é que, naquele mesmo dia, o periódico noticiou o fim dos movimentos sediciosos em Natal e Recife, além da prisão dos seus principais líderes (OESP, 27-11-1935, p. 01). Ao mesmo tempo, o OESP proclamava que “em São Paulo e nos demais estados, a situação é de calma”. (Ibidem, p. 01)

No Rio de Janeiro, Prestes e seus conselheiros recebiam as notícias dos acontecimentos no Nordeste. As comunicações eram precárias e as informações, quando chegavam, vinham com certo atraso:

O CC reuniu-se durante os dias 21 e 24 de novembro para discutir a situação nacional e resolveu por unanimidade que o momento mais propício para a insurreição estava se aproximando a largos passos e que a data exata ficaria a cargo do C. [...] Até o fim dessa reunião nenhum camarada ainda sabia dos acontecimentos do NE, apesar de que o levante em Natal processou-se sábado 23, à noite, e em Recife no domingo de manhã, às 10 horas (dia 24). Domingo à tarde não havendo jornais, nem segunda feira cedo, somente chegou ao conhecimento da maioria dos camaradas da direção as insurreições do NE na segunda feira de manhã, quando começamos a tomar as primeiras providências, [...] (Direção do PCB, dezembro de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 193)

Embora sabendo que os levantes haviam ocorrido prematuramente, Prestes deu ordens para o desencadeamento da insurreição no dia 27 de novembro, em apoio aos levantes no Rio Grande do Norte e Pernambuco⁹⁹. Coube a ele a responsabilidade pela deflagração da insurreição no Rio, em apoio aos revolucionários do Nordeste¹⁰⁰. O “Cavaleiro da Esperança” estava convencido, pelas informações passadas pela direção partidária acerca da influência do PCB junto à classe operária e entre os militares,¹⁰¹ de que aquele era o momento oportuno. Posteriormente, Luiz Carlos Prestes reconheceria que

⁹⁹ “Na segunda feira à noite, [...], reunimos o BP (Bureau Político) do Partido com a presença de dois quadros mais fortes, [...], para discutir a situação e tomar resoluções sobre o caminho a seguir. O secretário-geral informou a situação, o inesperado dos levantes do NE e o dilema em que nos encontrávamos: ou marchar com as forças que tínhamos o mais depressa possível, [...], ou então deixar passar os levantes do NE sem a solidariedade nossa, [...]. Em seguida falaram os demais membros do BP, todos unanimemente optando pela primeira alternativa e resolvendo mobilizar todas as forças nas posições que ainda restavam para que fosse desencadeada a insurreição, [...]” (Ibidem, p. 194)

¹⁰⁰ Segundo Prestes (Apud MORAES;VIANNA, 1982, p. 70), “A história oficial diz que Moscou determinou o levante. Não é verdade. É uma mentira. Foi o CC do nosso partido que optou e se decidiu pelo levante, [...]”

¹⁰¹ Porém, de acordo com Barreto Leite, em carta endereçada ao chefe da “Coluna Invicta” no dia anterior ao levante (Apud VIANNA, 1995, p. 150): “[...] Um dos traços característicos da anarquia orgânica em que se acha o Partido é o completo divórcio entre a direção e a base. Estou informado de que o CR do Rio já não tem faculdades nem pra fazer ligações. Muito menos terá para o trabalho político. [...] O BP do CC faz questão de manter esse divórcio para também manter a base na mais completa ignorância sobre os seus verdadeiros intuitos. [...] É da mais moderna técnica do Miranda fantasiar a situação nas reuniões em que toma parte. Quando me reunia com ele na fração da Aliança, notei várias vezes que estava mentindo, mentindo a respeito da situação do

[...] Na verdade, as informações que tínhamos eram falsas. O Miranda mentia. Ele dizia: ‘Temos grande influência nas forças armadas no Rio’. Não era tanta assim. [...] O trabalho não era feito no sentido de organizar os soldados para apoiar o movimento operário. Era um trabalho meramente agitado. [...] Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso, [...] (MORAES; VIANA, 1982, p. 68-69)¹⁰²

Além da situação de debilidade do PCB, as autoridades policiais, na Capital Federal, também estavam a par dos acontecimentos no Nordeste. As tropas legalistas já haviam sido alertadas sobre uma possível sublevação: “O capitão Felinto Müller, chefe de polícia, determinou que embora inalterada a ordem nesta capital, continuem a ser rigorosamente guardadas por força de armas, embaladas as usinas, gazômetros, estradas, bancos e estabelecimentos fabris”. (OESP, 27-11-1935)

Assim como em Natal e Recife, o sucesso da revolução no Rio de Janeiro dependia da participação popular, principalmente das massas trabalhadoras, por meio de greves que paralisassem quase toda a cidade. O apoio popular com que contavam os estrategistas da insurreição não se materializou: não tiveram nenhum apoio, quer seja no âmbito civil, quer no militar:

Logo que se soube do movimento no Nordeste, os operários e a massa popular esperaram que ele fosse também secundado aqui. Porém na parte civil (operários e populares) a preparação orgânica era bastante débil, incluso entre os elementos dos sindicatos. Por isso, na manhã de 27, na parte central da cidade, mesmo num bairro operário como a Saúde, pouco ou nada se sabia do movimento insurrecional, sobretudo porque o transporte continuava normal, [...] (Relatório de “Brito”, 27 de novembro de 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 199)

Apenas no 3º Regimento de Infantaria (RI)¹⁰³ e na escola de Aviação Militar, os sediciosos conseguiram sublevar-se¹⁰⁴. Nas outras unidades, diante do prévio conhecimento e

Partido, da sua influência, da situação das massas, de tudo quanto podia interessar. A sua preocupação era de apresentar sempre um quadro otimista do estado de coisas. [...] Os informes exagerados, fantasiosos e francamente falsos, ‘informes baluarte’, como já se chama na gíria do Partido, estão na moda, [...]”

¹⁰² Contudo, para Marly Vianna (1992, p. 174), “o distanciamento de Prestes da realidade do Partido era enorme e ele aceitava sem maiores questionamentos as informações otimistas de Miranda, muito embora seu isolamento fosse relativo. [...] Acredito que o Cavaleiro da Esperança aceitava com tamanha facilidade as informações artificiais do secretário-geral porque eram exatamente as que precisava ouvir para continuar em seu sonho de fazer a revolução no Brasil.

¹⁰³ Agildo Barata (1978, p. 264) chama a atenção para a desvantagem numérica dos sediciosos em relação às tropas fiéis ao governo no 3º RI. De acordo com o autor, a maioria dos oficiais e praças do Regimento, “[...] era

preparação das forças legalistas, nada ocorreu: “Foi prontamente dominada a sublevação tentada ontem pela madrugada em dois quartéis do Rio de Janeiro. A rebelião circunscreveu-se à Escola de Aviação e ao 3º R.I.” (OESP, 28-11-1935, p. 01).

De acordo com Prestes (Apud MORAES;VIANNA, 1982, p. 75-76):

O problema é que naquela noite as tropas já haviam entrado de prontidão. E eu assinei as ordens para que nossos oficiais de ligação levantassem a Vila Militar e o III Regimento de Infantaria. A ordem era esta: o III Regimento deveria marchar, com um flanco sobre o Palácio Guanabara; outro em direção ao Palácio do Catete; e um terceiro para apoiar o Batalhão Naval. No Batalhão Naval, a tropa se deslocaria para tomar o quartel-general do Exército. As ordens não se concretizaram. O Batalhão Naval não se levantou. [...] E o III Regimento não pode cumprir sua missão porque houve muita resistência por parte da oficialidade, o que deu tempo ao governo de deslocar tropas até Botafogo, impedindo a sua saída da Praia Vermelha, [...]

Na madrugada do dia 27, uma sublevação aconteceu no 3º Regimento de Infantaria - R.I., sob o comando de Agildo Barata e Álvaro de Souza. Depois de vários conflitos no interior do regimento, o quartel caiu nas mãos dos revoltosos. Ao mesmo tempo, iniciaram-se alguns conflitos na Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. Os revolucionários conseguiram dominar a sede da escola, mas, ao tentarem invadir o 1º Regimento de Aviação, caíram diante das tropas legalistas, chefiadas pelo Tenente-Coronel Eduardo Gomes.

No 3º R.I., os sediciosos, sem apoio, ficaram isolados e cercados pelas tropas do governo. O quartel foi pesadamente bombardeado por canhões e pela artilharia, a mando do general Eurico Gaspar Dutra. Não tendo outra alternativa, os revolucionários se entregaram. Para o “Cavaleiro da Esperança” (Ibidem, p. 76), “A grande derrota do movimento foi a inexistência de participação popular. Não houve nenhuma greve operária. O movimento ficou restrito exclusivamente aos quartéis e fracassou, [...]”. Neste sentido, vê-se claramente que

composta de pessoas, senão fiéis ao governo, pelo menos era gente enquadrada dentro de rígidas normas disciplinares, gente que, pela força da inércia e da tradição, deveria conservar-se ao lado da ‘ordem estabelecida’”. O núcleo do PCB no quartel contava, segundo o tenente, com apenas “12 ou 13 homens”. O da ANL, por sua vez, “[...] não atingia a 30 pessoas” (Ibidem, p. 265). Diante desta situação desfavorável, “[...] é incrível que com tão reduzidas forças, os aliancistas tivessem chegado a dominar completamente a situação local e tivessem conseguido arrebatado o comando dos quadros alertados da reação, a serviço da ditadura getulista” (Idem, p. 266).

¹⁰⁴ Luiz Carlos Prestes fora alertado por Barreto Leite quanto à participação popular no levante: “[...] Mas esse motim não terá uma participação nem sequer deficiente das massas. Lembra-se dos seus antigos manifestos? Trata-se de um golpe preparado à revelia das massas, que acabará, queira ou não queira, sendo contra as massas, porque mesmo admitindo que seja vitorioso, o governo saído dele ou se apoiará sobre a relação concreta de forças, que nos é ultradesfavorável, ou deixará de existir ingloriamente em uma semana, [...]” (Apud VIANNA, 1995, p. 149)

A influência do pensamento e da ação tenentista nos acontecimentos que culminarão no levante de novembro de 1935, no Rio de Janeiro, é clara. A esmagadora maioria dos militares que participaram do movimento – quase todos eles desvinculados orgânica e ideologicamente do PCB – o fez por estar convencida de que a Revolução de 1930 fora traída, de que era preciso regenerá-la e que, para isso, só havia um caminho: a luta armada, organizada nos quartéis e sob a direção do grande líder tenentista, o revolucionário Luís Carlos Prestes. (VIANNA, 2003, p. 80)

O sonho de instauração de um governo popular, nacional e revolucionário chegou ao fim. A reação do governo se fez com prisões e torturas dos envolvidos e suspeitos, por meio de uma violenta repressão policial, comandada pelo chefe de polícia Filinto Müller. Por trás do argumento de que a ação enérgica do Estado¹⁰⁵ foi empregada como forma de “satisfazer a opinião pública, revoltada, ante a brutalidade dos fatos, [...]” (PEIXOTO, 1960, p. 210) estava, certamente, a intenção de Getúlio Vargas de manipulá-la em seu favor. Por meio de uma prática discursiva, na qual o comunismo figurava como sinônimo de barbárie, ameaça aos bons costumes, a moral e a religião, o presidente conseguiu a aproximação até de setores antes opositores, que, diante do “perigo vermelho”, identificaram em Vargas um grande líder na “cruzada” contra os “bolcheviques”.

Se, com informações exageradas e dados ilusórios, os comunistas supervalorizaram as forças do partido e confiaram no êxito de um movimento revolucionário popular, Vargas também as utilizou para fortalecer um sentimento de medo e terror diante de um “perigo vermelho”, o qual, na realidade, naquele momento, não existiu. A partir de novembro de 1935, a “indústria do anticomunismo”¹⁰⁶ funcionou a pleno vapor.

¹⁰⁵ Como medida “profilática” contra o comunismo, Getúlio Vargas (1938, p. 153) recomendou “o isolamento, a segregação, dos focos contaminadores” em “colônias agrícolas, onde os trabalhos da terra lhes aproveitarão como corretivo e educação para a vida honesta e construtora, ensinando-lhes o caminho do bem e o respeito aos direitos alheios”. Ao mesmo tempo, enfatizou que “todos os detidos são tratados com benignidade” o que, obviamente, não correspondia à realidade: “Tive uma forte hemorragia intestinal, coisa rápida, imprevista, [...]. O estômago e a barriga não funcionavam desde a minha chegada: provavelmente estavam secos, as glândulas preguiçosas recusando-se ao trabalho. Era como se esses órgãos não existissem: admirava-me de achá-los entorpecidos, de não sentir neles um movimento, uma ligeira contração. Insensibilidade completa. Ainda se mexiam no começo, uma picada me fazia pensar no alimento, ocasionava a repulsa invencível; estavam agora em repouso de morte, [...]. A boca estava queimada, as gengivas ardião, o cigarro colava-se aos beiços, arrancava películas, deixando marcas de sangue, [...]” (RAMOS, 1992, p. 186).

¹⁰⁶ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 161), o termo faz referência à hábil utilização do sentimento de medo em relação ao comunismo e seus adeptos como forma de obtenção de vantagens, quer sejam políticas, econômicas ou sociais. Para atingir tal objetivo, explorava-se de maneira hiperbólica a força e as “qualidades” dos comunistas, de maneira a conquistar não só um consenso em relação à adoção de leis coercitivas como, também, legitimar governos ditatoriais, consagrados como os únicos capazes de deter o avanço “nefasto” do “perigo vermelho”. Assim, para o referido autor, os “regimes de força” implantados em 1937 e 1964 foram justificados com o argumento de que as instituições liberal-democráticas não só mostravam-se ineficientes no combate aos comunistas como, também, facilitavam as ações “perniciosas” destes, junto aos diversos setores da sociedade (Ibidem, p. 162). A exploração desse temor foi utilizada, também, pelos órgãos da imprensa, partidos, Igreja, de acordo com seus respectivos interesses.

4.3 - Os “outros” levantes de novembro de 1935: desta vez, comunistas

Com uma exagerada, e arbitrária, campanha anticomunista de repressão que se seguiu ao fim dos levantes, Vargas habilmente usou as insurreições como veículo para a ampliação do poder do Executivo e, com a promulgação do estado de sítio, firmar o crescimento e a ação das forças armadas e calar a oposição. A forte tendência para a centralização do poder assumiu, a partir de novembro de 1935, claras e irrefreáveis proporções:

Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-los antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da Nação. Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade - espécie de regresso ao primitivismo, às forças elementares da organização social, caracterizadas pelo predomínio do instinto gregário e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia. (VARGAS, 1938a, p. 139)

Diante do “perigo ameaçador” que o comunismo representava aos valores morais pelos quais se construiu uma consciência nacional, o Estado emerge como o principal responsável no combate às forças desagregadoras da nação:

A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente anti-social dos seus inimigos declarados e reconhecidos. Impõe-se, ainda mais, pelo dever que o Estado tem, de salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista. [...] O poder público, posto a serviço dos interesses vitais da nacionalidade, cuja estrutura assenta sobre a família e o sentimento de religião e de pátria, poderá refletir salutarmente essas preocupações, orientando-se no mesmo sentido e concorrendo, na esfera de suas atividades, para a grande obra de salvação nacional que o momento está a exigir e que deve ser iniciada sem tardança. No desempenho das altas atribuições de Chefe do Governo, não costumo medir responsabilidades nem consequências. (Ibidem, p. 143-145)

O interessante é que, pelas características “nefastas” que a doutrina comunista apresentava para Getúlio Vargas, a luta contra a “ideologia subversiva” não se esgotaria com a punição dos “sediciosos”:

O comunismo, encarado como força desintegradora e agente provocador de sérias perturbações, constitui, no Brasil, pela sua profunda e extensa infiltração, já comprovada mas desconhecida ainda ao público, perigo muito maior do que se possa supor. [...] Compreende-se, assim, que não basta punir os que pretenderem, usando de violência e de traição, abater o regime. Torna-se indispensável, também, fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho ao influxo e sob o exemplo dos maus e dos falsos condutores, em geral, mesquinhos, perversos e pedantes. (Idem, p. 143-144)

A destruição do “credo vermelho”, de acordo com o chefe do Executivo, requeria a união e a cooperação de todos os brasileiros:

Para combatê-los, é indispensável a união dos brasileiros de todas as camadas sociais e de todos os matizes políticos, antepondo uma muralha intransponível à onda dissolvente que pretende destruir nossos lares e aniquilar, com o patrimônio material e espiritual dos nossos maiores, o próprio futuro dos nossos filhos. [...] Precisamos recompor e estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade. E isso só será possível mediante uma articulação completa e estreita de esforços, solidarizando vontades e consciências, reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado, empenhando todos os nossos valores morais num movimento profundo e convergente de disciplina e educação, capaz de sobrepor-se aos particularismos e dissensões estéreis e de transformar-se numa corrente poderosa de opinião nacional. (Idem, p. 156)

Os acontecimentos deram-lhe a oportunidade de transformar o temor diante do “fantasma” do comunismo em algo palpável, concreto, real, mas, nem por isso, menos perigoso. Nesta tarefa, o papel exercido em particular pelo OESP foi de extrema importância. Para Gramsci (2007, p. 270), a imprensa tem o poder de provocar, momentaneamente, reações de pavor ou de uma euforia falsa. Tais reações, de acordo com o marxista sardo, possibilitam a manipulação dos fatos e situações de forma a se alcançar determinados objetivos. Emotividade somada a uma manipulação ideológica permite a ascensão e o domínio de “uma maioria, [...], ainda que, passada a emoção, a massa eleitoral se separe de sua expressão legal (país legal diferente de país real)”. Tal poder foi reconhecido por Getúlio Vargas:

[...] Quando se tornou necessário, ainda recentemente, assegurar a integridade da Pátria, não foram dos menos bravos os combatentes de pena, cerrando fileiras em torno do poder público, prestigiando-o, esclarecendo a opinião e repelindo, com energia, a audácia dos executores do plano

arquitetado e custeado por estrangeiros para transformar o Brasil em colônia de Moscou. Esse procedimento edificante veio evidenciar o vigor moral do jornalismo brasileiro e a sua profunda identificação com as tendências conformadoras da nacionalidade. [...] À Imprensa incumbe, nesta conjuntura, tarefa sobremodo relevante. Orientando a opinião, alertando-a diante do perigo, concorrerá de maneira decisiva para resguardar a ordem e neutralizar as atividades dos agentes da subversão social. (VARGAS, 1938c, p. 174-175)

Ao materializar o “perigo vermelho”, o jornal colocou-o como uma ameaça que poderia ser neutralizada e destruída. Assim, construiu-se um discurso que, ao mesmo tempo em que colocava os levantes como manifestações aventureiras, débeis, sem quaisquer possibilidades de respaldo popular, reconhecia a presença sutil e artilosa do comunismo e, por isso mesmo, como inimigo que se sabe presente, mas não visto, na espreita, à espera de um vacilo para mostrar sua face cruel, desordeira. Ao comentar acerca dos acontecimentos no Rio de Janeiro, o periódico ressaltou a repulsa por parte da população em relação ao levante, caracterizando-o, assim, como um “motim militar”, uma “quartelada” que não conseguiu conquistar prestígio entre a população:

Alguns dos fatos e dos aspectos ligados ao motim militar comunista de que foi teatro esta capital na madrugada e manhã de hoje merecem ser ligeiramente registrados pela significação e sentido que os mesmos revelam. [...] O movimento comercial não apresentou sinais que traduzissem apreensões e receios, [...]. A freqüência das confeitarias e das casas de chá era a mesma que se observa num dia de chuvinha miúda como a de hoje, [...]. A opinião pública manifestava sem hesitações a sua aprovação franca à energia com que as autoridades se dispunham a jugular o movimento e comentava com evidente simpatia a atitude do Presidente da República. É incontestável que o prestígio moral do governo cresceu nestas breves horas de luta em defesa das instituições. [...] Outra observação que se impõe é a da repulsa que as idéias extremistas inspiram à população. Embora o movimento tivesse sido preparado, evidentemente, por agentes comunistas, e procurasse apoiar-se numa insurreição popular, fracassou por este aspecto e ficou reduzido às proposições duma ‘quartelada’ porque não encontrou eco de apoio por parte das massas populares. [...] É de notar que não se registrou um simples ato de ‘sabotagem’, qualquer movimento ou mesmo ensaio de perturbação da ordem nos setores civil e do trabalho. Os serviços públicos, os estabelecimentos industriais funcionaram com toda a normalidade e mesmo nos meios proletários o que conseguimos ouvir foi sempre a manifestação de reprovação pelo motim e de indignação pelos prejuízos, [...]. A quem saiba e queira observar, tornou-se patente a hostilidade do ambiente social às idéias extremistas, num desmentido categórico às afirmativas e talvez às esperanças dos agitadores demagógicos. É de desejar que aproveitem da lição de hoje, manifesta na repulsa popular, os que se deixam seduzir pela prédica pertinaz dos doutrinadores do comunismo, quer nacionais, quer importados, [...] (OESP, 28-11-1935, p. 01)

Em outro momento, o jornal afirmou:

Já dissemos que os acontecimentos de ontem, projetados numa larga escala, mas reduzidos de fato à amotinação de duas unidades militares, cuja gravidade aliás não se deve desconhecer vieram demonstrar que as doutrinas subversivas do regime não encontram eco no sentimento público e nas aspirações das massas populares, [...]. Os amotinados do 3º R. I., quando viram que falhara o levante geral das tropas e da população com que lhes acenara o seu chefe, quando sentiram o caráter esmagador da repressão das forças legais, apressaram-se em erguer a bandeira branca da rendição e propuseram-se a discutir condições para a mesma. Diante da resposta pronta do general Dutra de que só admitia a rendição sem condições, sob pena de metralhamento imediato, entregaram-se logo e marcharam à frente os prisioneiros, braços enlaçados, de sorrisos nos lábios, a pilheriar com a reportagem a fotografia dessa atitude aí está e foi publicada pelos jornais como um documento que merece ser conhecido e divulgado. Aquele sorriso depois da tragédia dolorosa enquanto os padioleiros recolhiam cadáveres e as ambulâncias transportavam feridos, enquanto o quartel ainda ardia devorado pelas chamas, ateadas pelo bombardeio, enquanto pobres recrutas, arrastados pela ignorância e pelo terror à aventura criminosa choravam. Esse sorriso, que a reportagem registrou e que a fotografia gravou, é dolorosamente revelador da inconsciência e da ausência de senso das responsabilidades senão revelador de uma cruel insensibilidade moral. Quando ontem a noite, alguém, movido por essa pieguice mórbida, que se mascara com o nome de sentimentalismo nacional, pretendeu traçar um paralelo insustentável entre a Copacabana de 1922 e a Praia Vermelha de 35, foi apenas com a exibição da fotografia daquele sorriso que lhe responderemos. Outra nota que merece registro, ainda por motivos diversos, é a seguinte: quando as forças legais e os primeiros repórteres entraram nas ruínas fumegantes do Quartel da Praia Vermelha encontraram rabiscadas pelas paredes, em múltiplos lugares, [...], estas palavras: “Viva Luiz Carlos Prestes, nosso chefe”, [...]. Estas observações precisam de ficar registradas para que amanhã não venham, como certamente tentarão fazê-lo os sequazes de Luiz Carlos Prestes, negar sua co-participação e a sua responsabilidade nos dolorosos sucessos desta hora. E para que também não se pretenda desconhecer o verdadeiro caráter e gravidade dos acontecimentos que estamos assistindo, [...] (OESP, 29-11-1935)¹⁰⁷

Mesmo assim, ao noticiar os acontecimentos, o “perigo” do comunismo assumiu, nas páginas do OESP, maiores proporções. As sublevações foram caracterizadas como uma catástrofe, de proporções inimagináveis:

Em conversas que temos tido com vários dos oficiais que tomaram parte na ação militar de repressão ao movimento militar de ontem, tivemos ensejo de verificar que é profundo o sentimento de indignação e revolta contra as atrocidades que foram cometidas pelos insurretos. [...] Como se sabe, os rebeldes não hesitaram diante do assassinato friamente cometido e da violência de todo o gênero para vencer resistência e coagir adesões. Semelhantes processos provocaram um sentimento de repulsa e de cólera em todos os elementos da tropa, [...] (OESP, 29-11-1935, p. 01)

¹⁰⁷ A fotografia encontra-se em anexo.

Em outra oportunidade, o jornal publicou:

As revelações dos propósitos dos sediciosos mostram que nunca estivemos ameaçados de catástrofe tão horrorosa como agora. Pelo que fizeram os revoltosos e pelo que traziam em mente fazer, o movimento, ora abortado, seria a mais hedionda carnificina de que jamais haveria notícia na história nacional. Seria, em grandes proporções, e salva a antropofagia final, a reprodução de algumas cenas selvagens de que o Brasil foi teatro nas épocas coloniais. Parece incrível que, em espíritos, germinassem idéias tão sinistras, [...]. O que esses homens reservavam para a sua pátria é uma coisa parecida com a irrupção súbita e violenta de uma horda de salteadores dentro de um lar tranqüilo, matando e saqueando – quando a família se entregava, descuidada e alegre, aos seus afazeres cotidianos. Para desígnios tão bárbaros e cruéis, não pode haver complacência, [...] É a vida e a propriedade de todos nós que se acham em perigo. (OESP, 08-12-1935, p. 03)¹⁰⁸.

De acordo com o periódico, homicídios e furtos¹⁰⁹ foram praticados pelos sediciosos, como estratégia de ação:

[...] Apesar de delicada situação em que se encontrava, Arnaldo Lyra não teve medo. Recusou terminantemente mentir ou desdizer-se, demonstrando dessa forma o seu desassombro. Em vista de sua atitude corajosa, a Junta Soviética ordenou que fosse aberto o ventre da vítima a golpes de sabre, cometendo assim um crime monstruoso pela sua inevitável covardia, [...] (OESP, 05-12-1935, p. 01)

Buscava-se formar um consenso negativo em relação à “doutrina vermelha” e aos “subversores da ordem”. Estes, diferentemente da maioria da população brasileira, considerada pelo jornal como pacífica e ordeira, eram retratados como “cruéis”, “assassinos”, “covardes”, “traidores” que, identificados com o Mal, representavam um grande perigo aos costumes cristãos¹¹⁰. Assim,

¹⁰⁸ “Bem se poderia avaliar o horror que seria para a população carioca se houvessem os rebeldes da Escola de Aviação, [...], conseguido sequer voar com um dos aparelhos, carregado de metralha, a despejar granadas de grande poder ofensivo sobre a cidade. Felizmente, porém, [...], ficamos todos nós livres de sobressaltos indescritíveis, vendo sobre as nossas cabeças, [...], a morte, representada por essas formidáveis máquinas de destruição, [...]” (OESP, 03-12-1935)

¹⁰⁹ “Em face da situação difícilíssima em que se encontravam, os rebeldes resolveram então dedicar-se a uma tarefa mais lucrativa: o roubo. E planejaram cuidadosamente o assalto aos bancos e principais casas comerciais, [...]. Os rebeldes muniram-se de explosivos e maçaricos e arrombaram todos os cofres onde sabiam haver dinheiro. As quantias furtadas foram a seguir divididas entre os rebeldes que fugiram durante a madrugada de 27, [...]. Foi uma limpeza em regra! [...] A atuação da Junta Soviética foi inteiramente nula, fazendo-se sentir apenas pelo seu feroz apetite de dinheiro. Mostraram-se chefes inteiramente ineptos, cuja exclusiva finalidade ‘política’ era o assalto aos numerários dos bancos e coisas dos principais comerciantes, [...]” (OESP, 05-12-1935, p. 01).

¹¹⁰ “No campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes etc. Assim sendo, na imprensa de referência não pode haver espaço para os dizeres comunistas, [...]” (MARIANI, 1998, p. 86)

[...] A defesa contra o comunismo, na verdade, confunde-se, hoje, no espírito público, com a defesa da pátria. Para o povo brasileiro, o comunismo merece a mesma repulsa que a invasão das fronteiras por um exército inimigo, [...]. Liberal, tolerante, bondoso, o povo brasileiro não sofre, nem sofrerá jamais, regimes homicidas que, sob color de elevar os fracos e os humildes, de libertar o trabalho da exploração capitalista, de eliminar as desigualdades patrimoniais, outra coisa não o fazem senão entregar a vida, a liberdade e a propriedade de todos os cidadãos aos caprichos de um punhado de fanáticos, [...]. O comunismo na Rússia, sabe-o perfeitamente o povo brasileiro consiste na escravização total das populações ao grupo de que é chefe Staline. Seria necessário que este povo tivesse perdido a cabeça para trocar o regime atual de liberdade, de sossego, de trabalho fecundo, de harmonia e fusão entre as classes, por um outro em que todas as suas aspirações, todos os seus bens e até a sua própria vida fossem sacrificados, [...]. O comunismo é tenaz e não se deixa abater enquanto não sente que lhe é impossível rasgar brechas na fortaleza que os adversários lhe opõem. O perigo que ele representa é permanente. Permanente deve ser, também, por isso, a vigilância contra ele. (OESP, 30-11-1935, p. 03)

O jornal, em diversas oportunidades, enfatizou a predominância, junto aos diversos setores da sociedade, do sentimento de aversão em relação à “doutrina vermelha”. Para o OESP, esta conseguia seduzir apenas “uns” e “outros”:

[...] Tivemos agora a prova irrefutável de que, tanto nas forças armadas como na população, o que predomina é a repulsa às idéias comunistas. Se, na sua imensa maioria, o povo brasileiro detesta essa ideologia calamitosa seríamos de uma inépcia inqualificável se consentíssemos que ela continuasse a ser pregada livremente e que os seus adeptos permanecessem com o campo livre, nas rodas sociais e no meio das classes trabalhadoras para preparar e desferir golpes contra a sociedade e as instituições. Terra de trabalho e de paz, livre de tiranos que a oprimam, o Brasil não deve permitir que o desvario de uns, o dos comunistas sinceros, e os apetites de outros, o dos aventureiros da terra e os de fora, lhe desorganizem o trabalho, mergulhando-o na miséria, [...] (OESP, 29-11-1935, p. 03)

A exaltação deste contraste entre a doutrina comunista e os seus adeptos, de um lado, e os ideais cristãos presentes no caráter da grande maioria do povo brasileiro, de outro, atendia a uma dupla finalidade: ao mesmo tempo em que reforçava a idéia de que o comunismo não floresceria no país, dada a sua incompatibilidade em relação aos valores partilhados pela nação, tornava legítima a repressão violenta contra todos aqueles identificados como adeptos ou simpatizantes da “doutrina extremista”. Ou seja, a destruição do “outro”, do “Mal”

concorreria, assim, para afirmação do seu oposto, o “Bem”. Daí a necessidade de elevar o “perigo comunista” às raias do exagero¹¹¹:

Novos fatos, [...], e novas denúncias que a polícia está apurando, vêm mostrando, todos os dias, como é grave e extensa a trama do comunismo. Quer no seio das forças armadas, quer em quase todas as camadas sociais descobrem-se, a todo instante, traços dessa ideologia sinistra. A extensão do mal é muito maior do que, geralmente se pensa, o que põe em evidência a necessidade de não se afrouxar, [...], a perseguição aos propagandistas da doutrina e aos servidores da política soviética. Enquanto eles sentirem um pouco de ar para respirar, não recuarão, [...] (OESP, 28-12-1935, p. 03)

Os revolucionários foram chamados de assassinos, cujo maior prazer seria matar e saquear. Até mesmo a versão oficial sobre a “Intentona”, na época, colocava os oficiais revoltosos como traidores da Pátria, que mataram seus companheiros de quartel durante a noite, enquanto estes dormiam:

Padrão eloqüente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil, tivemos-lo nos episódios de baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na Rebelião de 27 de novembro, nesta Capital, com o registro de cenas de revoltantes traições e, até, de assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos. (VARGAS, 1938a, p. 141)¹¹²

O OESP reproduziu tal versão em suas páginas: “O surto comunista assinalou-se por uma série de homicídios. Oficiais colhidos de surpresa pelos rebeldes foram abatidos cruelmente por outros oficiais, por inferiores e soldados. O sangue dos inocentes e dos indefesos batizou a ação comunista, [...] (OESP, 01-12-1935, p. 03). Em outra ocasião, o jornal afirmou:

¹¹¹ Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 212), “o empenho dos jornais garantiu o sucesso da ofensiva anticomunista, que redundou na cristalização de representações aprofundando a gravidade do ‘perigo comunista’, [...]. Tratou-se de apresentar aspectos da ‘realidade’ de maneira deformada e deturpada. Para garantir a eficácia da campanha anticomunista, os jornais mais emprenhados adotaram a estratégia de manter o assunto em evidência. Quase diariamente, publicavam-se matérias criticando o comunismo, de modo a fixar no público a mensagem pretendida”.

¹¹² Em carta a Osvaldo Aranha, em 14 de dezembro de 1935, Getúlio Vargas disse: “Em Recife, como em Natal, participaram do levante civis e militares, operários, soldados, cabos, sargentos e alguns oficiais. Nesta Capital, pode-se dizer que a revolução foi apenas de quartel. Apesar de contar com focos em toda a guarnição, ficou circunscrita ao 3º RI e à Escola de Aviação. [...] As baixas mais numerosas foram do lado das forças legais. Afora os oficiais mortos quando combatiam, há casos de verdadeiras selvagerias, como o dos assassinatos à traição e até dormindo” (Apud SILVA, 1970, p. 104-105).

Realizaram-se hoje solenes exéquias oficiais em homenagem aos que se sacrificaram na manhã de 27 de novembro em defesa da ordem e da legalidade. A forma sincera e espontânea pela qual a população desta capital se associou a estas homenagens póstumas, o silêncio religioso com que as acompanhou suspendendo durante a manhã toda a vida da cidade, é a mais expressiva manifestação de quanto sentimento compreende a abnegação do sacrifício dos militares que souberam morrer para defender a organização social do país. [...] Se é justa e nobre a veneração com que se cerca a memória dos heróis das guerras externas que se imolaram pela grandeza da pátria, não são menores o respeito e a consagração que devemos votar aos militares que, adormecendo entre camaradas, despertem de surpresa entre inimigos com o sono interrompido pela traição. [...] Não basta tão pouco que se promova a punição rigorosa e exemplar dos culpados como parece ser o propósito decisivo das autoridades e como exige o sentimento público. É preciso mais. É preciso que se ponha o militar ansioso de cumprir seu dever e que compreende as suas responsabilidades, [...], acoberto das possibilidades de surpresas trágicas como as da madrugada de 27 de novembro. É preciso que no seio de sua tropa o militar se sinta protegido contra, [...], traição. É preciso que, ao adormecer para repousar, [...], não o assalte a preocupação de despertar para ser assassinado friamente ou para ter de enfrentar de surpresa a insurreição insidiosa, suscitada por indivíduos que desconhecem todos os escrúpulos, [...] (OESP, 04-12-1935, p. 03)

Entretanto, de acordo com Luiz Carlos Prestes (Apud MORAES;VIANA, 1982, p.71), seria impossível surpreender um oficial no momento em que este dormia, pois todo o quartel, naquele momento, estava de prontidão¹¹³. Nas páginas do OESP, o “Cavaleiro da Esperança” foi retratado como um néscio, um “covarde”:

Há três dias vem circulando nessa capital e possivelmente também aí e noutros pontos do país, [...], um documento, manifesto ou coisa que o valha, assinado por Luiz Carlos Prestes. E como todas as publicações feitas em nome do chefe comunista é uma arenga maçuda onde abundam as ‘chapas’ e os ‘chavões’ clássicos da literatura demagógica e muito extenso. Os escritos do membro brasileiro do ‘kuomitem’, sempre se caracterizaram pela prolixidade própria a quem tem dificuldade em exprimir o seu pensamento e tropeça nas idéias. Sob esse aspecto, o presente documento nada oferece que

¹¹³ Em carta endereçada a Getúlio Vargas, o capitão Trifino Correia disse: “Não acredite V. Exa. que oficiais do Exército matem os seus colegas dormindo – não é verdade – é desculpa dos fracos, dos vacilantes, que não tomaram no momento atitude precisa, e depois passaram a descrever cenas dantescas para se defenderem das acusações que sobre ele pesam” (apud SILVA, 1970, p.196). Agildo Barata (1978, p. 263), ressalta o fato de que no 3º RI “a prontidão era rigorosa”, o que impedia qualquer possibilidade de surpreender as tropas legalistas. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que houve, durante a madrugada do dia vinte e sete de novembro, somente duas mortes: um tenente que apoiou o motim e um major que permaneceu fiel ao governo. As outras “baixas” ocorreram em consequência do “pesado bombardeio” que atingiu o quartel por ordem de Eurico Gaspar Dutra (Idbem, p. 287-288). É possível perceber que ainda bem após os Levantes terem acontecido, a versão de que “oficiais foram mortos enquanto dormiam” ainda se faz presente. Ruy Mesquita, filho de JMF, em entrevista à Revista Lua Nova, em setembro de 1984, na qual justifica o apoio dado pelo OESP ao golpe militar de 1964, argumentou que durante os preparativos do golpe que derrubou João Goulart, “[...] houve uma fase, já mais perto do desencadeamento do movimento, em que os oficiais da Força Aérea, do Campo de Marte, não dormiam nos quartéis de medo de que sofressem um golpe qualquer durante a noite por parte dos seus subalternos, [...]”. Durante o Congresso da ABED, ocorrido em agosto de 2011, em uma conversa informal com um oficial do Exército, este reiterava enfaticamente a mesma versão.

o distinga e diferencie das produções anteriores da mesma autoria. [...] O seu intuito confessado nesse documento é prosseguir no fomento à desordem, na promoção de insurreições, no incentivo à subversão da ordem social, no estímulo à destruição do regime social. [...] Não alimentemos ilusões. Não nos deixemos embalar pelo sucesso da repressão imediata e pronta das primeiras fases da empreitada sinistra, [...]. É preciso destruir toda a trama tenebrosa que foi manhosamente urdida: é preciso extirpar os germes e as sementes, arrancar as raízes da praga daninha. Porque praga é, e não merece outro nome. (OESP, 05-12-1935, p. 01)¹¹⁴

A figura de Prestes também foi construída pelo jornal por meio de depoimentos de autoridades públicas, como, por exemplo, Filinto Müller que, por ter sido expulso da Coluna, nutria um forte ressentimento em relação ao “Cavaleiro da Esperança:

[...] A, [...], Aliança Nacional Libertadora, [...], tinha uma ideologia definida nos princípios comunistas. [...]. A polícia, [...], estava certa da absoluta identidade da Aliança Nacional Libertadora com o programa de Prestes. [...] No entanto, nenhuma razão tinha a polícia para prender o capitão Luiz Carlos Prestes. Dada as suas atividades comunistas, apenas queríamos estar informados a seu respeito e só por isso a autoridade exercia a necessária vigilância sobre seus passos. [...] Nos últimos dias que precederam o golpe do Nordeste e desta capital a polícia estava informada da própria casa onde se asilou o chefe comunista. Depois de irrompido o movimento, Prestes desapareceu. Já agora o procuramos porque ele tem contas a prestar com a justiça, visto ser fora de dúvida a responsabilidade que lhe cabe como chefe da rebeldia, [...]. Acreditava-se no Brasil que a presença de Prestes seria o bastante para levantar os quartéis e as massas. Preferindo ficar oculto, preservando-se não somente dos riscos da luta como também das suas conseqüências, Prestes comprometeu-se aos olhos do público e num só lance perdeu o prestígio acumulado numa vida errante de onze anos.

O OESP e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, assumiram a dianteira no combate ao “credo de Lênin”. Após os levantes, mesmo os jornais que mantinham uma postura de neutralidade em relação ao comunismo começaram a atacá-lo. Para a imprensa liberal, os comunistas eram os responsáveis pelo estado de guerra em que se encontrava a sociedade brasileira. Os insurgentes comunistas colocavam em risco não só a propriedade, mas também o fundamento básico da ordem social.

¹¹⁴ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p.53-54), “A caracterização do comunismo como coisa ruim, maléfica possuiu uma outra ordem de representações que tem importância significativa. Trata-se de referências associando a ação revolucionária a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer etc. Este tema se fez presente no imaginário anticomunista de modo muito constante, ocorrendo pouca alteração de intensidade no decorrer do tempo, [...]. A representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da ‘infiltração’. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente”.

De acordo com Louis Althusser (2007, p. 314), no pensamento liberal, o estado de guerra justifica-se pela violação da lei natural, a qual confere ao estado de natureza e a sociedade civil um ordenamento racional e pacífico. Dada a estreita conexão entre lei natural, liberdade e razão, somente aqueles dotados de uma racionalidade podem conhecê-la. Visto que, para o liberalismo, a vida e a liberdade estão condicionadas à posse, ou seja, o homem constitui-se enquanto ser humano no momento em que se apropria de algo na natureza, aqueles que fracassam nesta ação não pertencem à comunidade dos humanos: “a possibilidade de surgimento da bestialidade é dada já de início como o avesso estrutural da humanidade e da razão” (ibidem, p. 314-315)¹¹⁵.

Assim, todos aqueles que não pertencem à comunidade dos humanos, os bestializados, os “feras”, constituiriam uma ameaça iminente. Tais foram a explicação e a justificativa do OESP para o seu posicionamento diante do comunismo:

Aos que acaso, estejam estranhando a vivacidade da nossa linguagem quando nos referimos ao comunismo e aos seus feitos, [...], não é o receio da miséria material, pelo confisco dos nossos bens e pela escravização de nossas pessoas ao trabalho forçado que o detestamos e o repelimos. Detestamo-lo e repelimo-lo pelo horror à miséria moral, à degradação completa da criatura humana que ele estabelece. A vida só vale a pena de ser vivida dentro da dignidade e a independência. Uma e outra são incompatíveis com o comunismo. O materialismo grosseiro e integral dessa doutrina não se ajusta a um povo para o qual o espírito significa alguma coisa e a existência não se concentra no corpo nem a ele se reduz. Posseio de um fanatismo diabólico, não há crueldade de que recue o comunista nem há inocência que lho detenha o braço homicida. Tudo quanto na vida concorre para a domesticação da fera, que cada homem traz dentro de si – a religião, a família, a pátria, a moral – é alvo de seus ataques, [...] (OESP, 14-12-1935, p.03)

O tratamento dispensado aos “inumanos”, aos “bestas feras” deveria utilizar-se dos mesmos meios pelos quais estes “aterrorizavam” a “comunidade dos livres”: violência e morte. O jornal, em sua campanha anticomunista, procurava manifestar-se dentro dos limites

¹¹⁵ “[...] o inimigo é um fanático para quem todos os sentimentos são irrisórios, para quem todos os escrúpulos são preconceitos burgueses. A vida dos outros homens não tem para o comunista o mínimo valor. [...] De uma insensibilidade impermeável não há inocência que o detenha, não há dor que o comova. O que ele fez na Rússia, [...], é de colocar os homens, na escala, na escala da piedade, abaixo das feras, [...] Ora, a nobreza tradicional e a imensa bondade do nosso povo não se compadecem com processos de ação fundados no terrorismo e na insídia. Não nascemos para o crime, mas para a fraternidade, [...]. Para sermos fortes e poderosos ainda não nos convencemos de que haja necessidade de sermos duros e sanguinários. Não admitimos grandeza nem progresso aonde não haja lugar para o espírito e para o coração” (OESP, 03-12-1935, p. 03).

da legalidade¹¹⁶, o que não conseguiu, haja vista seus discursos permeados de eufemismos e contradições:

Queremos deixar bem claro o nosso pensamento. Não estamos pedindo às autoridades que pratiquem violências contra os comunistas. Estamos pedindo, apenas, que usem de energia contra eles. A energia é uma coisa, a violência é outra. A violência é companheira da ilegalidade ao passo que a energia convive perfeitamente com a legalidade. O que desejamos é que, com, com o máximo rigor mas dentro dos cânones legais, sejam punidos os sediciosos e seja reprimida a propaganda comunista. [...] Adversários tradicionais e intransigentes de abusos e crueldades, não os aconselhamos nem mesmo contra os comunistas, muito embora sejam eles, na sua atividade malsã, os homens mais cruéis e mais desprovidos de escrúpulos. Sejam perseguidos, sejam punidos, sejam aniquilados mas dentro das normas legais. O horror que nos causam por maior que seja, não é tão grande que nos despoje dos atributos humanos e nos coloque no mesmo nível de ferocidade em que eles vivem. Queremos que sejam combatidos com armas de gente civilizada e não com as de selvagem de que se utilizam contra nós, [...] (OESP, 06-12-1935, p. 03).

Em outra ocasião, o matutino chegou a afirmar que:

[...] A ilegalidade, como já escreveu Charles Maurras, certa vez, não pode servir de obstáculo quando se trata de salvar um país, [...]. Para combatê-lo e vencê-lo, tudo se sacrifique, pois que quando se trata de salvação pública, tudo - leis, princípios, doutrinas, sistemas - desaparece diante dela, [...] (OESP, 13-12-1935, p. 03)

Vê-se que, para o liberalismo, a agressividade compõe a própria natureza do estado de guerra, e tal agressividade tem como fim a aniquilação total do inimigo¹¹⁷:

O estado de guerra é definido como agressão, e toda agressão tem como termo a morte, [...]: a vontade de morte é própria da bestialidade e volta a surgir no tratamento que deve ser aplicado ao criminoso, é preciso aplicarlhe a morte. A morte é o horizonte limite de todo o castigo, como constatação de uma não-humanidade. O não-humano, ameaça mortal para a humanidade, deve ser reduzido a nada: a humanidade realiza o que é visado pela inumanidade, a morte, e relega o criminoso à sua essência: o nada, a morte. (ALTHUSSER, 2007, p. 315).

¹¹⁶ “Em Locke o antagonismo radical entre humanidade e inumanidade se reflete no próprio âmago da violência. A violência é dupla: violência do agressor (inumana), violência do defensor (que é um direito, um direito humano)” (ALTHUSSER, 2007, p.316).

¹¹⁷ A questão da pena de morte figurou nas páginas do periódico: “Não há crime mais grave que o de provocar sedições em sua pátria por instigações de estrangeiros e a serviço destes. [...] Na Rússia, para condenar à morte os adversários do regime, não se espera que eles pratiquem qualquer ato que perturbe a tranquilidade pública. Basta que se encontrem com eles armas, bombas e brochuras de propaganda anti-soviética, [...]. Nem o Brasil, nem o Urugay chegaram ao extremo de aplicar a pena máxima aos agentes do comunismo. Se o fizessem, ninguém poderia reclamar porque não se lhes pode recusar o direito de se defenderem dos inimigos estrangeiros que se estabelecem dentro de seu território e, aliados a alguns dos seus filhos, procurem destruir as instituições políticas e sociais e converter o país em colônia russa, [...]” (OESP, 31-12-1935, p. 03).

No dia vinte e dois de dezembro, foi aprovado o pedido do Presidente da República junto à Câmara Federal para que se prorrogasse o estado de sítio e se declarasse a equiparação deste ao estado de guerra. O jornal apoiou a decisão¹¹⁸:

Parece-nos que não se afastam da realidade os que, na Câmara dos Deputados, reconheceram necessária a decretação do estado de guerra. A violência do assalto, que as instituições sofreram, e a poderosa articulação de elementos subversivos, que os acontecimentos estão desvendando, justificam plenamente a equiparação do estado atual do país ao estado de guerra, previsto na Constituição, [...]. Ora, ninguém de boa fé será capaz de contestar que o movimento subversivo, com o qual o governo ainda se acha em luta aberta, [...], traz ainda, [...], risco à segurança nacional, [...]. O Brasil está em luta aberta com uma organização sediciosa capaz de subverter a ordem e aniquilar as instituições políticas e sociais e o governo, somente com os recursos ordinários de que dispõe, jamais vencerá essa organização. (OESP, 22-12-1935).

Porém, para o OESP, o estado de guerra mostrava-se insuficiente no combate ao “credo vermelho”:

A proclamação do estado de guerra é alguma coisa para o combate ao comunismo, mas ainda não é tudo, [...]. As autoridades precisam do auxílio de todos afim de que o governo possa cumprir o seu dever. Não cabe, apenas, ao exército, à marinha e à polícia a tarefa de enfrentar o comunismo. Para essa tarefa, é indispensável a colaboração de toda a coletividade. Cada um de nós, na esfera de suas atividades, está no dever de ajudar o governo nessa obra de salvação pública. [...] Assim, [...], não consentamos que se considere o perigo como já passado e que se afrouxem as medidas de precaução contra o terrível inimigo, [...] (OESP, 24-12-1935).

Ameaçada pelo “terror vermelho”, a democracia brasileira encontrava-se diante de uma “partida decisiva”, de cuja estratégia de jogo dependia sua sobrevivência:

[...] talvez seja esta a hora mais delicada para o regime. A democracia está jogando, neste momento, no Brasil, a sua partida decisiva. Se ela não souber dar ao povo a segurança de que ele precisa e que, ansiosamente, lhe pede, qualquer outro regime, que lhe prometa e lhe assegure, conquistará, facilmente, a sua adesão... Ou a democracia liquida o comunismo ou será liquidada por qualquer regime de força que se proponha a fazer, e faça, o que ela não pode. Temos fé, todavia, em que ela ganhará a partida. (OESP, 04-12-1935)

¹¹⁸ “[...] Em estado de guerra, portanto, estará o país sempre que haja um movimento armado, vindo do estrangeiro ou explodido dentro das fronteiras, que ameace a segurança nacional. Ora, a segurança nacional estará ameaçada sempre que se praticarem no Brasil, em grandes proporções, os crimes contra a ordem política e social, [...]. Parece-nos pois, que, sem tocar na constituição, poderá a Câmara dos Deputados, por uma lei especial, considerar o Brasil em estado de guerra sempre que a insurreição tome as proporções e obedeça aos intuítos anti-nacionais do que acaba de ensaguntar o país” (OESP, 07-12-1935)

Entretanto, para o matutino¹¹⁹, as armas de que dispunha a democracia, neste jogo decisivo, eram insuficientes:

[...] Querem saber o que custará aos sediciosos essa fria e cruel trucidação de brasileiros ilustres, de brilhantes oficiais do nosso exército? Aos mais comprometidos, aos chefes do movimento custará, quando muito, dez anos de prisão... É essa a pena máxima estabelecida pela lei de segurança nacional para os que tentarem, [...], mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida. Os comunistas do Exército dispõem contra seus companheiros de classe da pena de morte, e a sociedade, em cuja defesa esses companheiros tombaram, só dispõe contra eles, para castigá-los, da pena de detenção por dez anos... A partida é, evidentemente, desigual. Pode-se avaliar como é frágil a chamada Lei de Segurança Nacional, [...] (OESP, 01-12-1935, p. 03).

Nesse sentido,

[...] se o governo constitucional não impuser aos sediciosos o castigo, [...], dessa tarefa se encarregará, [...], um governo ditatorial. [...] Governos débeis em face de adversários intrépidos tem os seus dias contados... Pelos atos que praticou e pelas atitudes que tomou, o governo da República parece que está compenetrado dessa verdade, [...]. O comunismo é o inimigo de todos nós, do governo, das instituições da sociedade e da pátria e quem o inimigo poupa, mais cedo ou mais tarde, às mãos lhe morre. (OESP, 03-12-1935, p. 03)

Getúlio Vargas, por meio da propaganda anticomunista, buscou habilmente manipular a seu favor o sentimento de repúdio que os liberais nutriam em relação aos conflitos sociais e também ao comunismo. Assim, ao explorar de maneira surreal o “perigo vermelho”, o chefe do Executivo conseguiu o apoio necessário para ampliar seus poderes, por meio de medidas de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, em janeiro de 1935, e os estados de sítio e de guerra, após novembro daquele mesmo ano:

Tenho deveres a cumprir - deveres amargos ou gratos, que desempenharei com alegria ou doloroso pesar, mas imprescritíveis perante a Nação. Não os sacrificarei jamais aos imperativos da amizade ou do afeto pessoal, porque amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e parentes todos os que pertencem à grande família cristã que o comunismo pretende destruir. [...] Essa tarefa saneadora ficará, porém, enormemente prejudicada se, no momento de estabelecer rigorosa gradação nas responsabilidades, faltarem aos poderes públicos meios prontos e eficazes para prevenir e coartar as atividades dos elementos subversivos. (VARGAS, 1938b, p. 153).

¹¹⁹ Para Virgílio de Melo Franco (Apud SILVA, 1970, p.172), “(...) a imprensa mercenária ou facciosa, [...], levanta bem alto a voz do extermínio, como se na redação dos jornais funcionassem os tribunais de sangue. Para aqueles e outros cristãos novos, todos os membros da oposição já foram excomungados e devem ser sujeitos, se se movem, a vexames, se agem à censura, se permanecem em suas casas, à espionagem e se procuram defender os companheiros, à inculpação”.

Atendendo aos apelos presidenciais, o jornal enfatizou, em suas páginas, que a guerra contra o comunismo não só sobrepujava as querelas partidárias,¹²⁰ mas também as ilações “jurídicas e filosóficas”:

[...] ou fornecemos imediatamente ao governo as armas de que ele necessita para aniquilar o comunismo, ou deixaremos que o comunismo nos devore enquanto debatemos sutilezas jurídicas e filosóficas, [...]. O que se pede, agora, é a votação pronta das providências que o governo reputa essenciais para a salvação do regime e da sociedade, [...] (OESP, 11-12-1935)

Ao “fornecerem” todas as armas de que necessitava o Presidente da República, os liberais do OESP¹²¹ “[...] abdicaram temporariamente de sua liberdade, para garantir a segurança da ordem social, direito tão importante quanto aquele do qual abriam mão” (CAPELATO, 1988, p.208). Diante do perigo vermelho, até mesmo os ideais liberais, tão caros aos representantes do jornal, deveriam ser, mesmo que temporariamente, sacrificados:

[...] Tão grandes são os entraves que o liberalismo da Constituição opõe à votação de uma lei realmente asseguradora das instituições e da ordem social, que se o comunismo não for, agora, definitivamente aniquilado, haverá necessidade, talvez, de se provocar a emenda de vários textos constitucionais. Se for preciso ir até lá, vamos sem hesitação. A salvação pública a tudo sobreleva. Se ela impuser, além de outros, o sacrifício de princípios doutrinários, que a tornam incerta e precária, façamos esse sacrifício. (OESP, 05-12-1935).

Para o periódico, naquele momento, este “sacrifício” foi muito bem recompensado:

Devemos ser gratos às autoridades constituídas e às forças armadas do país. Não fossem elas e o dia de festas, que é o Natal, passaria, hoje, mergulhado na tristeza e no luto. Para algumas famílias brasileiras, essa desgraça não pôde ser evitada. Muitas, a quem o comunismo sanguinário feriu brutalmente, terão, em vez de alegrias e de festas, horas tristes e amargas. O que essas famílias estão passando é o que, se o comunismo triunfasse, estariam a padecer quase todas as famílias brasileiras. Para servir aos propósitos imperialistas do comunismo russo, um grupo de brasileiros sem alma havia preparado para os seus irmãos um Natal de sangue, [...]. Se nada disso aconteceu, ou melhor, se apenas uma parte desse plano diabólico

¹²⁰ “O movimento comunista veio comprovar que já passou para o Brasil a hora das lutas exclusivamente partidárias. Há problemas muito sérios, diante dos quais empalidecem as competições políticas para nos ocuparem o tempo e a atenção, [...]. Caminhariam todos para o suicídio se essas rivalidades vencessem o sentimento comum de defesa contra os comunismo. [...] O comunismo será para o Brasil, a destruição de tudo quanto tem sido a grandeza e a doçura da nossa existência, [...]. O homicídio, o exílio e a ruína são os frutos ordinários do seu triunfo. Onde ele assenta o seu poder, desagrega-se a família, rompem-se todos os laços afetivos, dissolvem-se todas as forças religiosas, destroem-se todas as resistências morais, desaparecem todas as liberdades, desmoronam-se todas as aspirações, fenecem todas as alegrias, reinam todas as misérias, [...]” (OESP, 10-12-1935, p. 03)

¹²¹ Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p.211), “a imprensa foi agente ativo e interveio nos embates políticos como força de pressão autônoma, influenciando nos rumos tomados pelos acontecimentos. Ela reclamou uma presença mais agressiva do Estado na batalha de propaganda contra o comunismo”.

conseguiu realizar-se, devêmo-lo, [...], à coragem dos heróicos servidores da nação que souberam cair a tempo sobre os inimigos da família brasileira e atalhar os seus desígnios sinistros. Para esses servidores, endereçamos os nossos agradecimentos, que a eles devemos a salvação das nossas vidas e da nossa felicidade. Nunca as festas de Natal tiveram tão carinhosa e tocante significação como agora. [...] Para todos nós é uma vida nova que principia. Façamos dessa vida um poema de fraternidade e beleza, [...] (OESP, 25-12-1935).

A partir do final do ano de 1936, paralelamente ao combate ao comunismo, o jornal passou a articular apoio à campanha presidencial de Armando de Salles Oliveira. O “sacrifício de muita ideologia risonha e de muitos sonhos cor-de-rosa” (OESP, 19-04-1936, Apud CAPELATO; PRADO, 1980, p. 60), que o “perigo vermelho” impunha não representava, para os donos do jornal, nenhum impedimento para a realização do destino que a História reservou aos paulistas, no quadro político nacional.

Assim, a candidatura de Armando de Salles Oliveira para a disputa presidencial assumiu, para os liberais do OESP, uma clara possibilidade de conquista de uma hegemonia política, econômica e cultural que São Paulo, por força de uma tradição histórica, deveria desfrutar no cenário federal.

Getúlio Vargas pretendia atuar diretamente na sucessão presidencial, quer fosse na articulação para a sua permanência enquanto presidente da República, quer fosse no apoio a um candidato¹²² que lhe demonstrasse fidelidade em relação a sua orientação política. A decisão de Armando de Salles Oliveira de disputar as eleições para a Presidência da República representava, certamente, uma ameaça a tais objetivos¹²³. Dado o fraco desempenho político¹²⁴ de José Américo, o Presidente da República iria combater as pretensões hegemônicas dos liberais paulistas, utilizando-se do temor que estes nutriam em relação ao comunismo.

¹²² De acordo com Maria Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p.63-64) o jornal encarou a candidatura de José Américo, apoiado por Getúlio Vargas, como uma afronta à missão histórica destinada à São Paulo na política nacional: “[...] a candidatura do Sr. José Américo nos ameaça com a luta dos Estados. Entre os companheiros de S. Excia nota-se, com efeito, a preocupação de menoscabar a importância histórica de São Paulo e de reduzir a ínfimas proporções o papel que ele representou no passado e está representando no presente” (01-09-1937).

¹²³ Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960, p. 255-256) relata um encontro entre Getúlio e Armando de Salles Oliveira no qual o Chefe do Executivo, habilmente, “aconselha” o governador paulista em relação à candidatura deste à presidência: “Já havia um candidato de fato no páreo eleitoral desde o alvorecer do ano corrente: o Governador Paulista Armando de Salles Oliveira. Getúlio Vargas, que apreciava suas qualidades pessoais, o havia aconselhado e orientado, mas não se opusera as suas pretensões, [...]. Conforme as previsões lealmente decantadas nos ouvidos do obstinado pretendente, o lançamento do nome do Dr. Armando de Salles Oliveira, [...], desgostou e irritou grande parte dos revolucionários de 1930, [...]”.

¹²⁴ Segundo Capelato e Prado (op. Cit., p. 64), “José Américo mostrava-se inábil em seus discursos, desagradando, muitas vezes, à própria área governamental, a quem indiretamente chegou a criticar, [...]”

O chefe do Executivo apoiou-se na propaganda anticomunista como forma de angariar apoio às medidas de exceção, como o Estado de Guerra, que foi sucessivamente renovado, desde o final de 1935, até junho de 1937. O clímax da campanha contra os “vermelhos” foi alcançado com o Plano Cohen, concebido por um setor do movimento integralista. O documento veio a público no final do mês de setembro, juntamente com um novo pedido para que se declarasse o Estado de Guerra, pelo período de noventa dias. O OESP, embora demonstrasse certo receio quanto às consequências que tal medida implicaria na realização das eleições, apoiou, mais uma vez, o fortalecimento do Poder Executivo:

Para combater o comunismo não recusaremos do governo todas as providências que a Constituição permite. Uma vez que o estado de guerra não tem a mínima finalidade política e que, apesar dele, a campanha presidencial poderá continuar no ritmo que já tomou, é natural que esmoreçam as apreensões do primeiro momento. (OESP, 07-10-1937, Apud CAPELATO; PRADO, 1980, p. 65).

No universo da política, certas escolhas são determinadas, muitas vezes, pelas conveniências que o jogo e o momento político oferecem. Contudo, como em qualquer outra circunstância, toda escolha tem um preço a ser pago. No caso do OESP, o valor cobrado pela garantia da “ordem social” foi muito alto. Além de terem sido frustrados os planos de reconquista, para São Paulo, de uma hegemonia política, perdida em 1930, para o matutino e seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, aquela “nova vida” alardeada em editorial no Natal de 1935 não foi nem poética, tampouco, bela:

[...] Em 10 de novembro de 1937, Getúlio instaura o Estado Novo. No mesmo dia, Júlio de Mesquita Filho é preso e logo libertado, mas esse é o começo de dezessete prisões sucessivas, até seu embarque para novo exílio, [...], em novembro do ano seguinte. [...] a Carta de 10 de novembro de 1937 estabelecia a censura prévia. Getúlio, por meio de seu interventor em São Paulo, Adhemar de Barros, decide silenciar o *Estado*. Em 25 de Março de 1940, o jornal é ocupado pela polícia. Após quatro anos, Júlio de Mesquita Filho não tinha mais condições financeiras de manter-se no exílio e decide voltar ao Brasil. Ao chegar, em 1943, é imediatamente preso, e libertado só dois meses depois. [...] Getúlio Vargas quer exilá-lo novamente. Ele declara que permanecerá no Brasil, ainda que na prisão. A ditadura decide confiná-lo na fazenda de Louveira, de propriedade da família, onde permanece até a queda do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Pouco depois, em dezembro, o *Estado* é devolvido aos seus legítimos donos. (OESP, 15-02-1992, Apud FILHO, 2006, p. 68)¹²⁵.

¹²⁵ O primeiro exílio de Júlio de Mesquita Filho ocorreu em outubro de 1932, logo após o malogro da Revolução Paulista. Ver: (FILHO, 2006, p. 25-63).

No momento em que lhe perguntaram se Getúlio Vargas sabia acerca das condições e tratamentos a que estiveram expostos os presos¹²⁶, o jornalista respondeu: “[...] Não sabia dessas coisas quem não queria saber. Esta é a verdade verdadeira. Mas a ditadura Vargas foi ditadura tão horrorosa como qualquer das ditaduras em qualquer outra parte do mundo. (FILHO, 2006, p.69).

Como bem afirmou o jornal, após os levantes nacional-libertadores de novembro de 1935, a democracia disputou uma “partida decisiva” pela sua sobrevivência. Pena que, ao contrário do que afirmava o periódico, o seu principal adversário não vestia o uniforme vermelho, mas, sim, o verde-amarelo. Restou, aos liberais do OESP, o gosto amargo da derrota.

¹²⁶ Ao ser questionado sobre a sua experiência como prisioneiro da ditadura varguista, JMF, assim, respondeu: “[...] Eu passei - não me recordo se quinze ou vinte dias – num horroroso calabouço da Central do Rio de Janeiro. Éramos dezesseis pessoas num cubículo em que não cabia nem duas pessoas, normalmente. E, aí nesse cubículo, eram jogados os indivíduos que deveriam ser seviciados. Aí nesse cubículo permaneciam trapos humanos, reduzidos à última expressão pelas tremendas sevícias que haviam sofrido e continuavam a sofrer. Porque muitos deles não tinham o que contar, eram inocentes, [...]” (Apud FILHO, 2006, p. 68).

Considerações Finais

O objeto deste trabalho consistiu em analisar e compreender a importância da atuação da imprensa, especificamente do jornal *O Estado de S. Paulo*, em um determinado período e contexto histórico. O referido jornal foi, durante a pesquisa, considerado como um organismo vivo que, por isso mesmo, tem a capacidade de influir e interferir nas esferas econômica, política, cultural e social, por meio de ações que submetem, obrigam e determinam a práxis de instituições políticas e de atores sociais.

Assim sendo, a partir de um recorte que compreende os anos de 1930 a 1937, concentrando-se no ano de 1935, observou-se a capacidade do jornal estudado de construir uma opinião e influenciá-la, a partir de uma dada concepção ideológica. O referencial teórico adotado firma-se no pensamento de Antonio Gramsci quanto ao papel da imprensa, enquanto “aparelho privado de hegemonia”, que atua na construção de consensos e na conformação e cristalização de um imaginário político, econômico, cultural e social, garantindo, assim, não só a hegemonia de uma classe, como, também, legitimando a sua dominação política.

O projeto de poder que norteava a atuação do OESP balizava-se na doutrina liberal e almejava a hegemonia política e cultural de São Paulo, no cenário nacional. Aos paulistas, considerados superiores em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica, cabia não só a construção de uma “consciência coletiva” como também a condução dos destinos do país.

A defesa das liberdades individuais e dos valores democráticos, empreendida pelo jornal, camuflava uma concepção de igualdade totalmente excludente, já que o liberalismo, ao condicionar a vida e a liberdade à posse, estabelece uma distinção, no interior da sociedade, entre os proprietários, pertencentes à “comunidade dos livres” e os não-proprietários, os “não livres”. Estes, destituídos da condição de humanos pela incapacidade de utilizarem-se da racionalidade para conhecer as leis da natureza, tornam-se inferiores e perigosos, devendo ser, quando não subjugados, eliminados. Assim, o contrato social é consequência direta da necessidade de preservar a propriedade privada, pois o Estado tem a função de punir todos aqueles que, desobedecendo às leis naturais, insurgem-se contra a vida e a liberdade dos proprietários.

O autoritarismo presente no pensamento liberal ajudou-nos a compreender o comportamento do jornal ao apoiar o controle político e social exercido pelo Estado sobre a classe trabalhadora, por meio da cooptação e da coerção. A ascensão de um movimento

operário autônomo representava, para os liberais do OESP, uma ameaça tanto à liberdade quanto ao domínio político e econômico da “comunidade dos livres”. Além disso, para o matutino, as situações de conflito entre Capital e Trabalho configuravam terreno fértil para o fortalecimento do comunismo. Ainda, para o periódico, a “ordem social” constituía-se um fator imprescindível para a evolução política e econômica do país, o que pressupunha o controle ideológico dos trabalhadores, de forma a torná-los dóceis, produtivos, ordeiros e “resistentes” às investidas perniciosas dos comunistas, considerados como “inimigos da propriedade”.

O OESP, diante do “perigo vermelho”, apoiou, além das medidas de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, todas as outras medidas repressoras adotadas pelo Estado. O jornal reivindicava que se desse ao Executivo o poder para tomar medidas que garantissem a ordem, como a repressão aos comunistas e o fechamento de associações consideradas perigosas como, por exemplo, a ANL. Assim, a LSN significava, para o periódico, uma importante arma de resistência contra os “inimigos da pátria”, um recurso que viria garantir a integridade da sociedade e da democracia brasileira.

Contudo, embora contasse com a colaboração de vários setores políticos e sociais, unidos em torno da luta contra o fascismo e contra a Lei de Segurança Nacional, coube a uma parcela do movimento tenentista a iniciativa para a formação da Aliança Nacional Libertadora. Descontentes em relação à maneira pela qual Getúlio Vargas conduzia a política nacional, decidiram lutar pela regeneração dos princípios revolucionários em favor dos quais apoiaram a Aliança Liberal, em 1930. Não almejavam a conquista do poder, muito menos a implantação de um regime comunista no Brasil. A plataforma antiimperialista e antilatifundiária presente no programa da ANL refletia um sentimento nacionalista e antioligárquico presente no ideário tenentista, desde os anos 1920. Para os tenentes, tanto o latifúndio, quanto o domínio exercido pelas potências imperialistas na economia e na política brasileira constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, representavam a base de sustentação da hegemonia política, econômica, social e ideológica dos “barões do café”.

O PCB, por sua vez, nos anos 1930, encontrava-se debilitado. A política obreirista, empregada no final dos anos 20, provocou não só o isolamento do partido, como, também, a expulsão de vários de seus membros, entre os quais Astrojildo Pereira, fundador do partido e membro do Comitê Central. No plano sindical, a criação tanto da legislação trabalhista como dos sindicatos governistas dificultou a ação dos comunistas junto à classe operária. Além disto, conflitos internos provocaram a saída de muitos adeptos.

Convictos de que existia no Brasil um clima favorável à deflagração de um levante armado, de base popular, os comunistas brasileiros decidiram participar da ANL, com o firme propósito de transformá-la em instrumento para a realização de seus objetivos revolucionários. Os comunistas brasileiros repartiam com os tenentes não só a liderança de Luiz Carlos Prestes como, também, a convicção de que a conquista do poder se faria por meio das armas. Esta tradição golpista, fortemente presente na cultura política nacional, exercendo grande influência no interior do PCB, constituiu um fator preponderante para a eclosão dos movimentos nacional-libertadores, em novembro de 1935.

Além do espírito golpista presente no ideário tenentista, outros fatores ligados à realidade política, econômica e social brasileira como, por exemplo, as acirradas disputas eleitorais nos Estados, o descontentamento gerado pela atitude de Getúlio Vargas em reduzir os efetivos do Exército e a mobilização dos setores democráticos no combate ao integralismo foram determinantes para a deflagração dos movimentos armados. Assim, não houve qualquer orientação ou, mesmo, ordem, por parte da Internacional Comunista para que o PCB desencadeasse movimentos insurrecionais. Além disso, conforme visto, os comunistas brasileiros, surpreendidos pela precipitação dos fatos em Natal, viram-se forçados, pelo calor dos acontecimentos, a se mobilizarem. Restritos aos quartéis e destituídos de apoio popular, os levantes foram sufocados em poucas horas. Somente na capital do Rio Grande do Norte, os sediciosos conseguiram organizar um governo popular que durou apenas quatro dias.

Utilizando-se de uma violência excessiva na repressão aos movimentos, justificada por uma propaganda anticomunista habilmente construída, Getúlio Vargas conseguiu o assentimento dos diversos setores políticos e sociais para o fortalecimento do Poder Executivo. Até mesmo os liberais do OESP, que se opunham à adoção de medidas centralizadoras, cederam aos apelos governamentais e apoiaram as medidas de exceção propostas pelo Chefe do Executivo, diante da “ameaça bolchevique”.

Os representantes do jornal, em favor da “paz social” e da “manutenção da ordem”, abdicaram, temporariamente, de seu projeto político, cujo objetivo residia na conquista da hegemonia política e cultural de uma fração da classe dominante de São Paulo, no cenário nacional. O projeto de poder daqueles representantes foi destruído pela própria natureza autoritária de “seu” liberalismo. Restou-lhes, assim, uma dura lição: a de que alguns governantes necessitam, em diversas ocasiões, do “barulho” da imprensa para se declararem democráticos, mas, por outro lado, precisam do silêncio dela para exercerem suas ditaduras.

Em 1964, no contexto do golpe militar, os liberais do OESP ainda não haviam aprendido tal lição. Assim, a História, como bem assinalou Karl Marx em sua obra *O 18 de*

Brumário de Luís Bonaparte, aconteceu pela segunda vez. Contudo, para o jornal, a farsa transformou-se em tragédia. Esta... merece ser contada.

Fontes

Jornal

O Estado de S. Paulo - 1935

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (Informação e Representação no mundo globalizado). In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: UNB, 2002.

ALTHUSSER, Louis. *Política e História. De Maquiavel a Marx*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, volume I.

BANDEIRA, Moniz. MELO, Clóvis. ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus aspectos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. 3º volume. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BEIRED, José Luís. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Edunesp, 1998. p. 121-132.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 335.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

- _____. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- _____. São Paulo, anos 1930: um “estado” humilhado? In: MARSON, Izabel, NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CANALE, Dario. VIANA, Francisco. TAVARES, José Nilo. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista 1920 - 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1ª edição, 1989.
- _____. *Multidão em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. *A Segunda República (1930 – 1937)*. São Paulo: Difel, 1973.
- _____. *Brasil: Anos de Crise (1930 - 1945)*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *O P.C.B (1922 – 1943)*. São Paulo: Difusão Editorial S/A, 1982.
- _____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Ática, 1989.
- CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922 – 1972*. Trad. de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORRÊA, Arsenio Eduardo (Org.). *Escritos Políticos de Armando de Salles Oliveira*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2002.

COSTA, Homero. *A insurreição Comunista de 1935: Natal – O primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. *A classe operária na revolução burguesa- A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 – 1940). In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, volume V.

_____. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CABRAL, Fátima, CUNHA, Paulo Ribeiro da (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DUARTE, Paulo. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

DULLES, John Foster. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas: 1938-1945*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

_____. *O comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As regras do pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FILHO, Júlio de Mesquita. *A crise Nacional*. São Paulo: Secção de obras d “O Estado de S. Paulo, 1925.

_____. A Democracia e o Fenômeno Brasileiro. In: *A Doutrina democrática e a realidade nacional*. São Paulo: Fórum “Roberto Simonsen”/FIESP, 1964.

_____. *Ensaio Sul-Americanos*. São Paulo: Ed. Martins, 1946.

_____. *Nordeste*. São Paulo: Editora Anhembi, 1963.

_____. *Política e Cultura*. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

_____. *Vida de um Revolucionário*. Ed. Anhembi, 1954.

- FILHO, Ruy Mesquita (org.). *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Aliança Liberal*. São Paulo: Polis, 1978.
- _____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- _____. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “All the world was América” – John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. In: *Revista USP*, 1993, p. 30-53.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. vol. I.
- _____. *Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. vol. II.
- _____. *Cadernos do Cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. III.
- _____. *Cadernos do Cárcere - O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol. V
- _____. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas, Os Anos Críticos, 1934 – 1938*. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.
- _____. *A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 –1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas,SP: UNICAMP, 1998.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001a.
- _____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001b.
- MORAES, Denis. VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Editora Siciliano, 1994, vol. II.
- _____. Liberalismo e Fascismo, convergências. In: *Revista “Crítica Marxista”*, número 08, 1999.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: UNB, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. São Paulo: Editora Globo, 1960.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRADO, Maria Lígia. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

- PRESTES, Anita L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – Os caminhos da luta antifascista no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Tenentismo Pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1992, 2 vol.
- RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SADEK, Maria Tereza Aina. *Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- SAES, Décio. Classe Média e Política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SALONE, Roberto. *Irredutivelmente Liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Ed. Albatroz, 2009.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SILVA, Hélio. *1933 – A crise do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *1935: a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *1937: todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Edunesp, 1998. p. 37-64.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a.
- _____. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- _____. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.
- _____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1936)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. Vol. I.

_____. O Levante Comunista de 27 de novembro. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938a, vol. IV, p.139-145.

_____. Necessidade de repressão ao comunismo. In: _____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938b, vol. IV, p. 151-156.

_____. Missão social do jornalismo brasileiro. In: _____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938c, vol. IV, p. 171-176.

_____. A Volta do país ao regime constitucional. In: _____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938d, vol. II, p. 17-19.

VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: DELGADO, Lucília de Almeida, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

_____. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____ (org.). *Pão, Terra e Liberdade –Memória do Movimento Comunista de 1935* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Carlos: UFSCar, 1995.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna e Companhia)*. São Paulo: EDUNESP, 2010.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Anexos

Disponível em: <http://www.klickeducacao.com.br/enciclo/encicloverb/0,5977,POR-600,00.html>.
Acessada no dia: 29/07/2011.